

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**Futebol e Ditadura Militar: A Elaboração Dos Projetos  
Políticos Para o Futebol Brasileiro 1966-1971**

**Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral Moreira**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Futebol e Ditadura Militar: A Elaboração dos Projetos Políticos para o  
Futebol Brasileiro 1966-1971**

**Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral Moreira**

*Sob Orientação do Professor*

**Felipe Magalhães**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Março de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M835f      Moreira, Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral, 1992-  
Futebol e Ditadura Militar: A Elaboração Dos  
Projetos Políticos Para o Futebol Brasileiro 1966-1971  
/ Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral Moreira. - 2017.  
174 f.

Orientador: Felipe Santos Magalhães.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Futebol. 2. Ditadura Militar. 3. Conselho  
Nacional de Desportos. 4. Confederação Brasileira de  
Desportos. 5. Educação Física. I. Magalhães, Felipe  
Santos , 1973-, orient. II Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História  
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

*“Futebol e Ditadura Militar: a elaboração dos projetos políticos para o  
futebol brasileiro: 1966-1971”*

JORGE FERNANDO ALBUQUERQUE D’AMARAL MOREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/03/2017

Banca Examinadora:

  
Professor Doutor FELIPE SANTOS MAGALHÃES (UFRRJ)  
Orientador e Presidente da Banca

  
Professor Doutor LUÍS EDMUNDO DE SOUZA MORAES (UFRRJ)

  
Professor Doutor BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLANDA (FGV)

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Fátima e Joel, pelo esforço que fizeram para me oferecer as condições necessárias para a atual conquista, pelos sacrifícios, preocupações, e, principalmente, pela confiança investida em mim, mesmo quando o medo os assolava. Gostaria também de agradecer individualmente: à Fátima, pelo exemplo de garra e persistência, e ao Joel, pelo exemplo de resiliência.

À família pela proximidade, solicitude e união nos momentos de adversidade.

Aos professores que me acompanharam nessa trajetória. Especialmente ao Felipe Magalhães, pela amizade e companheirismo desses últimos anos, oferecendo-me não somente precioso exercício de orientação, como também me oferecendo um exemplo de humanidade e compreensão nos difíceis momentos pelos quais passei até aqui. Agradeço por ter atendido minhas ligações nos finais de semana e ter me recebido tão bem em sua casa para me orientar durante os recessos. Ao professor Luís Edmundo, pelas sugestões preciosas, pela simpatia ímpar e pelo exemplo de docente. Ao professor Bernardo, pelas ideias valiosas, pela solicitude e singular atenção dispensada. Ao professor Lobianco, pelo exemplo de dedicação, humildade, carisma e pelo exemplo de ser. À professora Ângela que, embora não tenha sido minha professora, ofereceu estimado suporte e preocupação a mim e a esta pesquisa.

Aos meus amigos, alvo de minha inspiração, mesmo que silenciosamente, já que suas características não me passam despercebidas. Ao Angelus, pela lealdade durante todos esses anos de convívio. Se eu fosse ele, já teria desistido de mim. Ao Bruno, por mostrar que a maior força não é a física. Ao Thiago (Messi), pela sua entrega seja no que for em que acredite. Ao Thiago (Tio Chico), pelos anos de amizade, “rivalidade saudável” e pelo exemplo de dedicação. Ao Rafael (Hulk), pela disciplina, me mostrando que fibra e conhecimento não são construídos de uma hora para a outra. Ao Ronaldo, pelas preciosas avaliações e pelo exemplo de serenidade, sabedoria, humildade e paciência. À Dayane (Day), pelo aparecimento súbito e presentear-me com uma amizade tão sincera e bonita. À Elisângela (Elis), por me ajudar a resgatar a confiança e o fôlego.

Aos companheiros de caminhada acadêmica que influenciaram minha visão: Adriana Ribeiro, Leonardo Ângelo Silva, Lucas Cunha, Lucas Guimarães, Maria Eduarda, Mariana Dionísio, Tainá Dutra, Rafael Rodrigues, Talassa Fonseca, Thamires Soares, Tarciane Ornellas e Tarcísio Gomes.

Ao “Covil dos Monstros” e a “SNF”, pelo abrigo, companheirismo e pelas melhores risadas nesses anos de penúria. Dedicado especialmente a Diedro Souza (Bell), Edgar Santos

(Edgol), Eduardo Santos (Dudu), Florence Flor (Flor), Felipe Gregório (Greg), Jonathan Soares (Aladdin), Luis Fernando (Fefo), Pedro Guimarães (Pedrinho) e Sérgio Oliveira.

À “amizade dos amigos”, pela imaturidade necessária e eventos nos momentos mais (in)apropriados. Dedicado especialmente a João Ricardo, Leandro Duarte, Ulisses Vieira, Yago Vieira, Sr. Luis Duarte e Marcus Vinícius.

E aos que não se encontram mais entre nós, mas vivem nas nossas lembranças, perpetuando sua presença nesta terra e marcando as características de quem os conheceram.

## RESUMO

MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral. **Futebol e Ditadura Militar: A Elaboração Dos Projetos Políticos Para o Futebol Brasileiro 1966-1971**. 2017. 173 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

A presente dissertação tem o objetivo de demonstrar que projetos futebolísticos implantados no campo esportivo entre 1966 e 1971 foram produtos dos próprios dirigentes futebolísticos. Este trabalho, então, privilegia uma perspectiva de que esses dirigentes teriam alinhado seus interesses políticos aos dos governos militares em detrimento da ideia passiva de que a ditadura militar teria se apropriado do futebol. Tendo consciência de que o presente tema representa um contraponto sobre o que se tem sido produzido até então, acerca do binômio futebol e ditadura, o presente trabalho inicia sua análise nos projetos políticos da ditadura militar para o esporte brasileiro. Foram observados os diagnósticos, planejamentos e reformas no Sistema Desportivo Nacional, alçando os principais focos de atuação do governo ditatorial no campo esportivo. A análise ainda objetiva o principal órgão público de gerência esportiva, o Conselho Nacional de Desportos (CND), para se compreender os atributos práticos dessa instituição. Ao estabelecer esse órgão como alvo, é possível observar a grande envergadura de poderes dessa instituição, o perfil dos seus integrantes e a práxis assumida pelo referido órgão. Por fim, este trabalho apresenta uma forte ligação entre o CND e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), permitindo que o presidente da CBD, João Havelange, conseguisse implantar seu projeto de poder em virtude desse estreitamento. Portanto, nesta dissertação, o Campeonato Brasileiro de Futebol é entendido como produto do projeto de poder traçado por João Havelange à frente da CBD e não como um projeto da ditadura militar.

**Palavras-chave:** Futebol e Ditadura; Conselho Nacional de Desportos; Confederação Brasileira de Desportos;

## ABSTRACT

MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral. **Soccer and Military Dictatorship: the Development of Political Projects for Brazillian Soccer 1966-1971**. 2017. 173 p. Dissertation (Master Science in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

The current thesis aims to demonstrate that the soccer projects implemented in the sporting field between 1966 and 1971 were products of the soccer directors themselves. Then, this study privileges a perspective that these directors would have politically aligned themselves with the military governments to the detriment of the passive idea that the military dictatorship would have appropriated soccer. Keeping in mind that the present theme represents a counterpoint about what has been produced so far, about the binomial soccer and dictatorship, the current study begins its analysis in the political projects of the military dictatorship for the Brazilian sport. Diagnoses, planning and reforms were observed in the Sistema Desportivo Nacional, achieving the main focus of the dictatorial government performance in the sporting field. The analysis still objects the main government department of sports management, the Conselho Nacional de Desportos (CND), to understand the practical attributes of this institution. By establishing this department as a target, it is possible to observe the large scope of this institution's powers, the profile of its members and the praxis assumed by the referred body. Finally, this study presents a strong link between the CND and the Confederação Brasileira de Desportos (CBD), allowing the CBD's president, João Havelange, to be able to implement his project of power due to this narrowing. Therefore, in this thesis, the Campeonato Brasileiro de Futebol is understood as the product of the project of power traced by João Havelange as the leader of the CBD and not as a project of the military dictatorship.

**Key words:** Soccer and Dictatorship; Conselho Nacional de Desportos; Confederação Brasileira de Desportos;



### **Lista de abreviaturas:**

ADEG – Administração de Estádios da Guanabara  
ADEMG – Administração de Estádios de Minas Gerais  
CBD – Confederação Brasileira de Desportos  
CBDD – Código Brasileiro de Disciplina Desportiva  
CBDF – Código Brasileiro Disciplinar do Futebol  
CBF – Confederação Brasileira de Futebol  
CEUB – Centro Esportivo Universitário de Brasília  
CFE – Conselho Federal de Educação Física  
CMTC - Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos  
CND - Conselho Nacional de Desportos  
CNEF – Cadastro Nacional de Estádios de Futebol  
CNRH – Centro Nacional de Recursos Humanos  
COB – Comitê Olímpico Brasileiro  
Cosena – Comissão Seleccionadora Nacional  
COI – Comitê Olímpico Internacional  
CRD – Conselho Regional de Desportos  
DEF – Divisão de Educação Física  
DDEF – Departamento de Desportos e Educação Física  
EMFA - Estado Maior das Forças Armadas  
EPT – Esporte Para Todos  
FADS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social  
FBF – Federação Brasileira de Futebol  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
ISEF – Inspetorias Seccionais de Educação Física  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNED - Plano Nacional de Educação Física e Desportos  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva

TJD – Tribunal de Justiça Desportiva

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – A construção de uma política nacional para o esporte.....</b>	<b>14</b>
1 – Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil .....	16
1.1 – Legislação.....	20
2 – O Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED). .....	25
2.1 – Objetivos do PNED. ....	27
2.2 – Implementação do PNED .....	32
2.3 - Os investimentos .....	37
3 - Investimentos Realizados na Educação Física e no Desporto até 1974. ....	46
3.1 - Corpo Docente .....	47
3.2 - Infraestrutura .....	51
4 – O Sistema Desportivo Nacional. ....	55
4.1 – Modelos de Gestão Esportiva para o Brasil.....	56
4.2 – A integração da estrutura esportiva .....	59
<b>CAPÍTULO II – Sentinelas do Desporto.....</b>	<b>64</b>
1 – Da criação do Conselho Nacional de Desportos. ....	65
2 – Das alterações realizadas no Conselho Nacional de Desportos e o processo de especialização. ....	74
2.1 – Alterações realizadas no Conselho Nacional de Desporto. ....	75
2.2 - A Loteria esportiva e o carácter subventor do CND.....	81
3 – Sentinelas do desporto brasileiro - o Conselho Nacional de Desporto 1966-1971 .....	90
3.1 – Uma Sociedade Nobiliárquica. ....	91
3.2 – A suprema corte.....	97
3.3 – Entre o controle absoluto e arbitrário. ....	101
3.4 – Gerência Autárquica do Desporto. ....	106
<b>CAPÍTULO III - Projetos de poder para o futebol brasileiro. ....</b>	<b>115</b>
1 - A crise política e o empoderamento da CBD.....	118
1.1 – A encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa.....	121
1.1.1 – A Taça Brasil de 1966 .....	129
1.1.2 - Os critérios classificatórios do Torneio Roberto Gomes Pedrosa 1968-1970. ....	133

2 – O Panorama econômico do futebol nacional como forma de dominação política. ....	136
2.1 - Excursões .....	141
3 – Eis o Campeonato Brasileiro de Futebol. ....	151
3.1 – Ceará, Minas Gerais e Pernambuco.....	153
<b>CONCLUSÃO - Apontou o centro de campo... ..</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>167</b>
<b>Fontes: .....</b>	<b>168</b>
<b>Bibliografia: .....</b>	<b>168</b>
<b>Legislação:.....</b>	<b>172</b>
<b>Documentários: .....</b>	<b>173</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve início em um recorte diferente do atual. *A priori*, o objetivo era o de estudar as motivações do inchaço dos campeonatos brasileiros de futebol no período entre 1975-1979 durante a gestão de Heleno Nunes, contudo, alguns fatores motivaram a mudança desse objetivo como, em primeiro lugar, a condição limitada de acesso às fontes disponibilizadas pela Confederação Brasileira de Futebol, agravada após os casos de corrupção emergidos em torno da confederação em 2015, sucedida pela prisão do seu presidente à época - José Maria Marin. Essa restrição impossibilitou o acesso de visitantes às instalações da instituição para pesquisa, o que levou, para este estudo, à opção pela investigação em periódicos especializados na área.

Em segundo lugar, ao estudar as edições do Campeonato Brasileiro de Futebol entre 1975 e 1979, notei que havia lacunas nas explicações acerca dos critérios classificatórios para os mesmos. E as explicações de caráter político, pautadas simploriamente nos favores e benesses, não davam conta de esclarecer a escolha de todos os clubes que participaram dessas edições. Desse modo, recorri a edições anteriores a 1974, mais precisamente 1971, para entender quais eram os critérios balizadores para participação no Campeonato Brasileiro de Futebol. O que também não foi suficiente para entender os critérios classificatórios para o certame supracitado.

Estando ainda mais o recuo, a partir de 1966, quando o Torneio Roberto Gomes Pedrosa ainda era o principal campeonato em território nacional, comecei a ter a dimensão dos critérios classificatórios, que não eram homogêneos para todas as federações. Ademais, tomei dimensão dos conflitos existentes no campo futebolístico que viriam a se desenrolar com o empoderamento da CBD na criação do Campeonato Brasileiro de Futebol. Contudo, se, em um primeiro momento, acreditava-se que as explicações de natureza política eram insuficientes para explicar a inclusão de clubes no certame nacional, no momento seguinte, parecia imprudente excluir da análise o governo ditatorial que tanto é acusado de apropriar-se do futebol. A partir desse conhecimento, a questão que norteia este trabalho começa a ganhar forma: quem eram os responsáveis pelos projetos políticos para o futebol brasileiro? Para responder a tal pergunta, esta dissertação pretende debater o binômio futebol e ditadura a fim de refletir sobre o projeto gerido para o futebol brasileiro, da referida época, e sobre os responsáveis pela sua implantação.

No que diz respeito ao primeiro capítulo, utilizei documentos dotados de caráter diagnóstico e prognóstico referidos aos programas desenvolvidos no campo esportivo pelos governos ditatoriais. Neste capítulo, também foram observadas as leis federais que implementaram os projetos para a seara esportiva. Na primeira seção será apresentado o “Diagnóstico da educação física e dos desportos no Brasil”<sup>1</sup>, um documento elaborado pelo governo federal na virada da década de 1960 para a de 1970, que não só balizou a condução de mudanças administrativas no governo federal relacionadas às políticas para educação física e desporto como também orientou a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), o maior plano voltado para a educação física durante a ditadura militar.

O segundo item deste capítulo visa tratar do PNED, reconhecido como o maior plano da educação física. Nesse item serão apresentadas as principais características do plano, apontando quais eram as maiores preocupações do governo federal em relação ao esporte brasileiro e quais eram os principais polos de investimento. Por fim, no último item deste capítulo, tenho o objetivo de mostrar quais foram as principais alterações realizadas antes do PNED e em que medida esse planejamento abraçou as mudanças anteriores a ele e tentou promover em seu início uma continuidade com as políticas para o esporte que vinham sendo implantadas, nos governos anteriores. Assim, no final deste capítulo, pretendo apresentar qual seria o cerne desta política nacional para o esporte brasileiro e qual o papel desempenhado pelo futebol nesse plano. O objetivo é demonstrar quais eram as principais políticas do governo ditatorial para o cenário esportivo nacional e identificar quais eram esses projetos. Analisando, então, as legislações e deliberações direcionadas ao esporte, somado aos estudos desempenhados pelo governo federal e aos investimentos na referida área, será possível entender qual era o objeto de atenção do governo ditatorial.

O segundo capítulo busca discutir a relação da ditadura militar brasileira com a estrutura esportiva do país a partir do principal órgão estatal voltado para a demanda esportiva. Assim, devemos estar atentos aos esforços desempenhados pelo Estado para com o esporte, sobretudo no que diz respeito ao empenho para implantar uma organização que melhor o servia. Logo, a discussão do referido capítulo gira em torno do Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão criado durante a ditadura estado

---

<sup>1</sup> COSTA, Lamartine Pereira Da. *Indicadores do desempenho atlético e implicações na reorganização dos desportos no Brasil*. In.: Boletim Técnico Informativo, Brasília, n. 8, 1969.

novista, que tinha como objetivo a organização do esporte nacional. Para a elaboração deste capítulo foram utilizadas, principalmente, as atas do referido conselho publicadas no Diário Oficial da União.

Dividimos, então, o capítulo em três itens: *A criação do Conselho Nacional de Desporto, A especialização do Conselho Nacional de Desporto e Sentinelas do desporto brasileiro - o Conselho Nacional de Desporto 1966-1971*. Dessa forma, foi traçada uma linha temporal que visa tratar do período compreendido entre a criação do CND e o processo de especialização que incidiu no referido conselho.

O primeiro item desse capítulo visa discutir primeiramente a criação do CND, um órgão que nasceu com o objetivo de organizar o esporte nacional. Nessa iniciativa estatal de disciplinar o esporte brasileiro, o CND toma formas centralizadoras na hora de conduzir o esporte, acumulando em torno de si funções normativas, executivas, legislativas e judicantes. Assim, nesse momento de criação do conselho, observa-se a organização de uma hierarquia na condução dos assuntos esportivos, sendo reservado ao CND o topo da cadeia.

O segundo item trata da herança da ditadura estadonovista deixada para a ditadura militar no que diz respeito ao órgão de controle legalístico da área esportiva. Especialmente no que diz respeito às alterações na estrutura do conselho que culminou na sua especialização em atender às demandas relacionadas ao esporte desempenhado em alto nível. De tal modo observaremos a trajetória de alterações promovidas pelo executivo nacional no conselho que lhe permitiu se tornar um órgão ainda mais completo. Em consonância com essa perspectiva, a Loteria Esportiva tornou-se um componente que acrescentava o caráter financiador do órgão estatal. Além da preservação das suas competências iniciais de caráter normativo, legislativo, executivo e judicante, o CND passou a ter a capacidade de subvencionar o esporte profissional.

O terceiro item aborda mais detidamente o universo do CND, reconhecendo os seus conselheiros e assessores e suas respectivas funções, observando as principais atividades do referido conselho e como o mesmo enxergava suas funcionalidades dentro do Sistema Desportivo Nacional. Tendo a observância da nova função desempenhada pelo CND dentro da reorganização estrutural promovido pela ditadura militar através do PNED.

O objetivo desse capítulo é observar que a ditadura militar transformou o CND, herança da ditadura estadonovista, em um órgão especializado em gerenciar as demandas relacionadas ao esporte profissional, assimilando as antigas estruturas e

reorganizando-as do modo que melhor lhe servisse, sem, contudo, se apropriar dos projetos gestados no futebol. Assim, pretende-se explicar que, embora a organização do CND lhe dava contornos centralizadores da seara esportiva, o projeto de poder implantado no futebol brasileiro não foi gestado dentro deste conselho, mas contava com seu apoio.

O terceiro e último capítulo tem o objeto de analisar como se estendia a rede de poder de João Havelange e da CBD no desporto brasileiro e quais eram os meios de garantir a dominação da estrutura futebolística. Desse modo, pretende-se demonstrar que o projeto de poder de João Havelange à frente da Confederação conseguia se estruturar, sobretudo, em termos futebolísticos, sem deixar de reconhecer a capacidade que aquele personagem tinha de articular-se com personagens relevantes do cenário político brasileiro, desde Juscelino Kubitschek a Jarbas Passarinho. As fontes principais para este capítulo se concentram nos periódicos, especialmente o *Jornal do Brasil* e a *Revista Placar*.

Assim, no primeiro item deste capítulo, pretendo analisar como se aplicava a dominação política por parte da CBD, tendo em vista um panorama de crise institucional e alguns conflitos atravessados. E, ademais, quais foram os meios pelos quais a instituição conseguia avançar em seu projeto de poder. No segundo item, que pode ser entendido como um desdobramento do primeiro, pretendo tratar como as condições econômicas do final da década de 1960 e início da de 1970 ofereceram condições para a CBD estruturar sua dominação econômica na estrutura esportiva. Além disso, discuto como a CBD se beneficiava politicamente dos cerceamentos financeiros impostos ao Sistema Desportivo Oficial. Em seguida, no terceiro item, trato da materialização do discurso sobre a modernização no futebol brasileiro expressa na organização de um campeonato de futebol de âmbito nacional (1971), expurgando de vez os fantasmas da crise institucional que haviam assombrado Havelange anos antes.

O objetivo desse capítulo se situa, pois, em compreender como a CBD, saindo de uma crise institucional após a Copa do Mundo de 1966, consolidou sua estrutura de poder no Sistema Desportivo Nacional e implantou seu projeto para o futebol brasileiro, destacando a importância da envergadura dos laços político-partidários de João Havelange, as estratégias político-institucionais à frente da CBD e a importância do suporte jurídico do CND para efetivar essas estratégias, o que corresponde, portanto, a uma soma de fatores na implantação do seu projeto de poder no cenário futebolístico brasileiro.



## **CAPÍTULO I – A construção de uma política nacional para o esporte**

No dia 23 de Agosto de 1968, o ministro das relações exteriores do governo Costa e Silva, Magalhães Pinto, recebeu um relatório sobre a condição do esporte amador. A comissão que elaborou o relatório foi criada pelo próprio ministro três meses antes e era integrada por desportistas e servidores do Ministério das Relações Exteriores. A finalidade do relatório era realizar um levantamento das necessidades do esporte amador e como os quadros do Itamarati poderiam ajudar a referida categoria.

O ministro aponta para a necessidade de ajudar uma categoria que encontrava dificuldades para se desenvolver, tomando como motivação e parâmetros os efeitos propagandísticos causados pelo futebol brasileiro em suas excursões. Note que o selecionado brasileiro ainda não era tricampeão mundial, havia sido eliminado precocemente na Copa do Mundo da Inglaterra e retornou ao Brasil com uma imprensa desconfiada de sua capacidade de vencer mais uma copa, o que ainda assim não impediu que o ministro das relações exteriores ressaltasse o saldo positivo criado pelo futebol brasileiro.

Inicialmente tratamos de futebol profissional, pagando um merecido tributo devido pelo país à excepcional propaganda que aquele esporte tem feito do Brasil em todos os cantos do mundo. Criamos uma seção para cuidar essencialmente do esporte junto ao Departamento Cultural e expedimos instruções às missões diplomáticas e repartições consulares especificando o auxílio que, obrigatoriamente, deveriam prestar a seleções, clubes, dirigentes, jogadores e jornalistas.

Agora completamos o trabalho, estendendo ao esporte amador<sup>2</sup>.

Pensar no desenvolvimento da educação física e do esporte durante a ditadura militar através da via interpretativa do ministro das Relações Exteriores é somente uma das formas que podemos utilizar para refletir sobre a prática dos esportes no Brasil. Além dessa via interpretativa de efeito propagandístico, este trabalho reconhece outras motivações para o fomento do esporte e da educação física no Brasil, tal como a pressão corporativista interna, reconhecida por Marcus Aurélio Oliveira no artigo “Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só

---

<sup>2</sup> Jornal do Brasil. 24 de Agosto de 1968. “Magalhães recebeu ontem o relatório do esporte amador”. Caderno 1.

representação?”<sup>3</sup>, e sob forma de controle social, reconhecida pelos trabalhos de Nailze Pereira de Azevedo Pazin, “Esporte Para Todos: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985)”<sup>4</sup>, e Sérgio Teixeira, “O lazer e a recreação na revista brasileira de educação física e desportos como dispositivos educacionais (1968-1984)”<sup>5</sup>.

Este trabalho, embora não se debruce integralmente sobre a reflexão acerca da importância da educação física e da prática esportiva para a ditadura militar, reconhece a importância das diferentes visões e suas respectivas contribuições para o campo historiográfico. E este capítulo oferece uma explicação própria sobre o desenvolvimento da educação física no recorte entre 1966 e 1974.

No que tange às contribuições do artigo de Marcus Aurelio de Oliveira para este trabalho, o autor reconhece os múltiplos interesses em torno da especialização da educação física: sob uma perspectiva internacional com o *Manifesto Internacional da Educação Física*, publicado pela Unesco em 1970<sup>6</sup>; sob uma perspectiva corporativa, motivado pelos interesses dos profissionais da educação física em especializar a mão de obra; e sob uma perspectiva da política nacional, através do planejamento do governo militar para a educação física. Além disso,

Mais do que simplesmente a ação de um estado demiurgo – estado autoritário, militarizado e tecnocrata – é importante compreender como o estado orientava a construção de suas políticas sociais e culturais, ora na direção de estabelecer o fechamento das mais

<sup>3</sup> Cf. OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Políticas públicas para a educação física escolar no Brasil: uma só representação?* Revista Perspectiva. Florianópolis. V. 21, nº 01. Pp. 151-178. Jan./Jun. 2003. Reconheço também outros trabalhos deste autor tais como: *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. Tese apresentada ao programa de pós graduação em História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. 2001. E *Educação Física e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

<sup>4</sup> Cf. PAZIN, Nailze Pereira de Azevedo. *Esporte Para Todos: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985)*. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História. 2014.

<sup>5</sup> Cf. TEIXEIRA, Sérgio. *O lazer e a recreação na revista brasileira de educação física e desportos como dispositivos educacionais (1968-1984)*. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. 2008.

<sup>6</sup> O manifesto apresenta uma perspectiva de desenvolvimento da educação física e desporto integrados à educação. Entendendo a partir de “suposições evidentes” que o desenvolvimento da prática esportiva em âmbito comunitário depende cada vez menos da popularidade dos seus ícones do desporto e mais de fatores econômicos, sociais e educativos. Reconhecendo as “técnicas e formas pedagógicas” e “os educadores” como pilares fundamentais na execução da educação física e o desporto. Dedico uma atenção maior aos educadores desse manifesto por serem vistos como os motivadores da prática esportiva, exaltando o “amor aos alunos, dedicação e respeito humano”. MANIFESTO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. 1971. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/manifesto-mundial-educacao-fisica-1970/>. Visto pela última vez: 17/10/2016.

diversas formas de manifestação, ora no sentido de organizar demandas que há muito já eram reclamadas por largas parcelas da população. Se isso certamente não significa imaginar que as formas democráticas de participação estavam garantidas, também não é a mesma coisa que conceber as políticas públicas daquele período como que gestadas exclusivamente no âmbito das agências militares<sup>7</sup>.

Logo, a principal contribuição de Oliveira caminha no sentido de questionar o paradigma de dominação e controle em todos os vieses de políticas públicas emanados da ditadura militar. Nessa medida, este trabalho afasta-se da concepção simplista de dominação total que pode ser tortuosa e comprometedora para a pesquisa.

Reconhecendo, também, que a ideologia de “desenvolvimento” emplacada nos discursos da educação física, amplamente empregada pelo governo militar, não se dava somente através da imposição, apresentando-se normalmente como algo consensual, abraçado amplamente pela sociedade civil, segundo Oliveira.

O capítulo foi estruturado de forma a conduzir a análise pelas formas como os governos ditatoriais se relacionaram com o desporto e a educação física, contudo a análise poderia ter sido orientada cronologicamente: o item sobre o *Diagnóstico* corresponde ao período temporal da gestão de Costa e Silva; o item seguinte, sobre o PNED, abrange do início do governo Médici até o início do governo Geisel, com a materialização do plano pela lei 6.251 de Outubro de 1975; e o terceiro item refere-se às políticas de investimentos que foram feitas antes mesmo do PNED ser materializado, ou seja, como o governo federal se relacionou com o desporto e a educação física durante a gestão de Médici. Por fim, no último item tento apresentar como se dava a relação da ditadura com o Sistema Desportivo Nacional e quais foram as principais alterações do governo federal naquele meio.

### *1 – Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil*

O objetivo dessa seção é apresentar o *Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil* e demonstrar de que forma o documento foi preponderante na condução das mudanças administrativas e no planejamento de um programa para a Educação Física. Esta seção apresenta, assim, o *Diagnóstico* e as principais políticas que esse documento orientou, ponderando que essas políticas serão tratadas melhor na

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA. Marcus Aurelio Taborda de. *Op. Cit.* P. 155.

seção seguinte e no capítulo seguinte. E apresentar a legislação existente até a elaboração do *Diagnóstico*, com o objetivo de mostrar que o foco de atenção do governo federal era voltado para a prática esportiva e para a educação física e não para o desporto profissional.

O diagnóstico de Educação Física e Desportos foi um trabalho elaborado pelo CNRH- IPEA, órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em conjunto com a Divisão de Educação Física<sup>8</sup> do Ministério da Educação e Cultura. Os trabalhos do *Diagnóstico* se iniciaram em Maio de 1969 e foram publicados em 1971.

Na apresentação do livro, escrita por Arlindo Lopes Corrêa, é expressa a motivação em torno do diagnóstico:

A decisão de realizar esse estudo foi uma consequência natural das preocupações do governo revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida<sup>9</sup>.

A elaboração do *Diagnóstico* foi supervisionada pelo diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, o tenente-coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira. Arthur Ferreira foi convidado pelo ministro da educação do governo Costa e Silva, Tarso Dutra, em 1967, para tomar posse da Divisão de Educação Física. E já no seu discurso de posse, o tenente-coronel projetava a necessidade de se realizar um planejamento que contemplasse a educação física e a prática do desporto para toda a população.

Segundo estatísticas do Ministério do Exército, no ano de 1964, dos 107.422 convocados para o serviço militar, 76,81% foram considerados incapazes. Urge, portanto, cuidar de sua educação integral, a começar pelas escolas primárias, quando a maleabilidade do organismo está no auge, para lhe dar a formação desejada. (...). A criação da mentalidade nacional de Educação Física é indispensável e poderá ser conseguida, a meu ver, por meio da difusão da técnica atualizada e da prática desportiva recreativa, associadas à propaganda orientada. A fixação de metas particulares, a serem atingidas em obediência a um sistema integrado, isto é, por meio de

---

<sup>8</sup> A Divisão de Educação Física, órgão vinculado ao ministério da educação e cultura, foi dissolvido em 1970 e todas as suas competências foram transferidas para outro órgão o Departamento de Desporto e Educação Física (DDEF), também criado em 1970 e vinculado ao mesmo ministério. A direção do DDEF foi exercida pelo coronel Eric Tinoco Marques.

<sup>9</sup> CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: *Diagnóstico de educação física/ desportos no Brasil*. P. 7.

correspondência e complementação de esforços e recursos, poderia ser a base de uma Política Nacional de Educação Física<sup>10</sup>.

É patente a tentativa de promover uma ruptura na concepção física do homem brasileiro pós-revolução. Baseando-se na formação de uma mentalidade pautada no vigor físico, essa ruptura seria um legado da revolução para o Brasil<sup>11</sup>. Para atingir esse objetivo, contudo, seria necessária a elaboração de um planejamento que elevasse a prática esportiva em plano nacional. A orientação assumida pelo tenente-coronel Arthur Ferreira no que tange à referida expansão, como será possível observar no decorrer deste capítulo, foi uma orientação que no decorrer dos anos foi ganhando força após a elaboração do *Diagnóstico*.

A Coordenação dos trabalhos do *Diagnóstico* foi designada a Lamartine Pereira da Costa, naquele momento editor da Revista Brasileira de Educação Física e Desporto<sup>12</sup>, graduado em ciências navais e em Educação Física, com especializações na área de educação física e recreação - a primeira desenvolvida na Escola de Educação Física do Exército; a segunda no Serviço de Recreação Operária da Comissão do Imposto Sindical. Outros traços dignos de observação acerca da formação de Lamartine Pereira da Costa são as especializações realizadas por ele nas vésperas da elaboração do trabalho: especialização em Estatística na Elaboração de Trabalhos Científicos, em 1968, no Hospital de Ipanema; especialização em Curso Sobre Planejamento, em 1969, no Instituto de Arquitetos do Brasil; e especialização em Curso Básico de Processamento Eletrônico de Dados, em 1969, no Clube Naval<sup>13</sup>. O caráter plural de sua formação poderia não denotar relevância para este trabalho, contudo é possível notar que essas últimas especializações realizadas por Lamartine Pereira da Costa conduziram a pesquisa e forjaram os moldes nos quais o *Diagnóstico* foi criado.

Em um trabalho produzido pelo mesmo coordenador do *Diagnóstico* e publicado no Boletim Técnico Informativo, organizado pela Divisão de Educação Física, ele diz:

Um país como o Brasil, profundamente comprometido na luta pelo desenvolvimento, não pode subvencionar a ineficiência. Nossa organização desportiva dever ser enquadrada no planejamento global

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Discurso de posse diretor Divisão de Educação Física. 12 de Maio de 1967. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/discurso-posse-diretoria-ded-mec-dia-12-maio-1967/>

<sup>11</sup> Nota para explicar o conceito de revolução referenciando com a fala de Arthur Costa Ferreira.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Op. Cit.* P. 163.

<sup>13</sup> Todas as informações foram retiradas do currículo lattes do próprio, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721721A5>.

do governo, no setor Educação, em obediência a tendência mundial de utilizar a prática desportiva como agente educacional e de aumento de produtividade, além dos importantes aspectos do lazer e da representação nacional, amplamente reconhecidos na atualidade <sup>14</sup>.

Logo, não é casualidade que na apresentação do diagnóstico, Lamartine Pereira da Costa seja descrito como o homem “talhado para essa importante missão”. A sua orientação no que tange à Educação Física se alinhava com o interesse do governo militar em formular um plano para a mesma. Segundo Arlindo Corrêa: “a equipe técnica que acompanhava o trabalho do *Diagnóstico* era composta ainda pelos professores José Garcez Ballariny, George Massao Takahashi, o doutor Ovídio Silveira Souza <sup>15</sup> e a estagiária Lúcia Maria Jorge Lopes” <sup>16</sup>.

O *Diagnóstico* foi um estudo elaborado sobre bases científicas, que privilegiavam a análise quantitativa e a sistematização dos dados. Como foi relacionada anteriormente, a trajetória acadêmica de Lamartine Pereira da Costa, sobretudo no que corresponde às suas especializações, pode-se inferir que sua formação privilegiava a metodologia que balizou o *Diagnóstico*.

O trabalho se desenrolou a partir da escolha de quesitos avaliativos, a quantificação dos mesmos em tabelas e estatísticas e, através dessa organização numérica, a mensuração da qualidade e eficiência do quesito analisado. Quesitos como “medicina desportiva”, “informação”, “competições”, “formação profissional” e “instalações” eram elementos preponderantes para se estabelecer/mensurar a qualidade da educação física e do desporto em seus diferentes níveis. O *Diagnóstico*, então, era um documento que se comprometia a analisar a educação física e o desporto através de conceitos de qualidade e eficiência administrativa.

Torna-se relevante ponderar que alguns quesitos que, *a priori*, não seriam passíveis de uma análise quantitativa ainda assim eram matematizados, desde a utilização de razões simples<sup>17</sup> para obtenção de índices até expressões algébricas para

<sup>14</sup> COSTA, Lamartine Pereira Da. *Indicadores do desempenho atlético e implicações na reorganização dos desportos no Brasil*. In.: Boletim Técnico Informativo, Brasília, n. 8, p.17-23, 1969 *Apud*. OLIVEIRA. Marcus Aurelio Taborda de. *Op. Cit.* P. 164.

<sup>15</sup> “Ovídio de Souza era funcionário público, advogado e estava “encostado” na divisão de publicações do MEC, por estar respondendo a alguns IPM’s (inquéritos policiais militares). Segundo o depoente [Lamartine Pereira da Costa], Souza teve inúmeros problemas com os militares em função de supostas participações e/ou manifestações suas contra os governos militares”. Acréscimo próprio. OLIVEIRA. Marcus Aurelio Taborda de. *Op. Cit.* P. 175.

<sup>16</sup> CORRÊA, Arlindo Lopes. *Op. Cit.* P. 08.

<sup>17</sup> Para efeito de elucidação de como era feita uma dessas quantificações, segue um caso: o quesito “informação” em um estabelecimento de ensino superior em educação física era mensurado através da razão “livros da biblioteca” por “discentes ativos”. Dessa forma, o trabalho apresentava um índice que

representação de oferta e demanda do lazer <sup>18</sup>. Não pretendo, contudo, me alongar nessas particularidades do trabalho.

Antes de concluir essa reflexão sobre o *Diagnóstico*, pretendo deixar uma breve reflexão sobre o termo “demanda”. “Demanda” é um termo largamente utilizado pelo documento e por outros estudos relacionados à prática da educação física que substituiu um termo de caráter mais incisivo: “reivindicações”, uma expressão que reduz a intensidade da abordagem em torno da luta de classes e suas reivindicações que a pautam. Não havia somente uma pressão externa à luta para atender às “demandas” da educação física, existiam reivindicações dos profissionais da área para que fossem atendidos.

O que pretendo ressaltar, retomando as características do *Diagnóstico*, é que o mesmo aponta para uma série de sugestões de investimento e de reformas administrativas que embasaram as reformas ocorridas no Ministério da Educação e Cultura nos primeiros anos da década de 1970 – como será visto efetivamente no capítulo seguinte – e consubstanciou o I Plano Nacional de Educação Física e Desporto, um planejamento que visava a uma mudança estrutural na Educação Física e na prática esportiva do país - tal como será arrolado na próxima seção. Assim, o *Diagnóstico* funcionou como uma diretriz básica de política aplicada do governo federal para a educação física. O documento alicerçou sua ênfase no planejamento e racionalização de recursos, aspectos peculiares da tecnocracia militar, segundo Marcus Aurelio Oliveira <sup>19</sup>.

### 1.1 – Legislação

Uma forma possível de pensar o foco do governo federal para a prática esportiva é a partir das preocupações do executivo nacional com o aparato legislativo, dessa forma, a presente pesquisa pretende relacionar toda a legislação referente ao desporto e

---

indicaria, em tese, a quantidade de informação que aquele estabelecimento de ensino superior teria acesso nas suas dependências.

<sup>18</sup> Refiro-me à equação elaborada por Leo H. Klaassen em “Social Amenities in Area Economic Growth”, utilizada por Lamartine Pereira da Costa na elaboração de sistemas para solucionar o problema em torno do lazer coletivo. O próprio Lamartine Costa admite que “o desenvolvimento dessa equação demonstra inequivocamente o efeito multiplicador de **As** [oferta per capita de comodidades medida pelo dispêndio bruto governamental per capita em comodidades]. Entretanto, na prática ainda não é possível calcular o ótimo de investimento para o setor, visando maximizar os resultados globais”. COSTA, Lamartine Pereira Da. *Diagnóstico de educação física/ desportos no Brasil*. P. 27.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Op. Cit.* P. 163.

à prática esportiva para explicar qual área o governo federal enxergava como necessitada de maior assistência.

Tenho consciência de que a elaboração de um aparato legislativo não implica empiricamente em seu cumprimento efetivo, tampouco acredito que a preocupação estatal referente a algum tema se dê somente através dessa via. Acredito, contudo, que a análise do aparato legislativo referente ao desporto e à prática esportiva seja importante, porque nos orienta no tema que foi alvo de preocupação do governo federal, além de se mostrar uma forma frutífera de interpretarmos como o Estado se ocupou de determinadas questões.

O documento do *Diagnóstico* traz em seu anexo um apanhado com toda legislação da Educação Física e do desporto regulamentada desde 1851, quando se incluía a ginástica no currículo das escolas primárias, até 1970. O objetivo de discutir a legislação do período é mostrar que o foco de atenção do governo federal era voltado para o lazer e para a educação física, mesmo antes da elaboração do *Diagnóstico*.

Antes de iniciar a análise do aparato legislativo, é importante sinalizar que o período da legislação avaliada se inicia em 1966, último ano do governo Castelo Branco, atravessa todo o governo Costa e Silva e se encerra no ano de 1970, no início do governo de Médici, quando o trabalho do *Diagnóstico* foi concluído e se iniciou a elaboração de um planejamento para a educação física e o desporto. A análise pretende dar conta de toda legislação dedicada à educação física e ao esporte observando qualquer espécie de planejamento e continuidade dada, sobretudo, durante o governo Costa e Silva.

Da legislação analisada dentro do recorte 1966-1970, encontra-se somente uma medida do governo federal que foi direcionada ao Sistema Desportivo Nacional <sup>20</sup>, o decreto 60.640 de 27 de abril de 1967. O decreto previa o aumento do número de membros que comporiam o Conselho Nacional de Desportos, pois, segundo o decreto, a limitação do número de membros não garantia representantes de todas as regiões. Assim, de todo o aparato legislativo composto por decretos, leis, portaria ministerial e portaria dos órgãos do desporto – Conselho Nacional de Desporto (CND) e a Divisão da Educação Física (DEF) – só houve um decreto direcionado ao Sistema Desportivo Nacional, todos os demais decretos foram direcionados para a Educação Física e prática esportiva comunitária, destinada ao lazer.

---

<sup>20</sup> Refiro-me ao Sistema Desportivo Nacional com o intuito de me referir à seara esportiva profissional.



Sendo assim, havendo um único caso de legislação voltado ao esporte profissional, do que tratava então todo aparato legislativo produzido na segunda metade da década de 1960? Partindo para uma análise de ano a ano, será possível observar as continuidades e rupturas de um ano para outro e observar se as medidas visavam a um planejamento maior para atender as reivindicações para a educação física ou se tratavam apenas de medidas isoladas.

Antes de dar prosseguimento à análise do aparato legislativo, gostaria de ressaltar as funções de duas instituições do poder público utilizadas durante o governo Costa e Silva para implantação da sua política para a Educação Física, a Divisão de Educação Física (DEF) e as Inspetorias Seccionais de Educação Física (ISEF). A DEF era um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura que tinha por objetivos pesquisar, incentivar, fiscalizar e difundir a prática da educação física nas escolas de ensino primário e médio. Já as ISEFs eram as seções regionais, geralmente estaduais, que se ocupavam de orientar e fiscalizar a aplicação da legislação e normas baixadas pelo DEF referente à educação física.

Sabido isso, vou ressaltar ano a ano quais foram as leis e as normas baixadas de modo a identificar qual era o foco do governo federal para o esporte brasileiro. Em 1966, é possível observar, sobretudo, a atuação da DEF baixando normas e autorizações pontuais referentes à educação física. Nos meses de julho <sup>21</sup>, novembro <sup>22</sup> e dezembro <sup>23</sup> o DEF baixou, por meio da sua portaria, instruções para a realização e regulação do exame de suficiência que selecionaria pessoal para a educação física. Em setembro, o mesmo órgão concedeu autorização à inspetoria seccional de Fortaleza para registrar diplomas da referida área.

Em 1967 toda legislação ou regulamentação baixada foi realizada já durante o governo Costa e Silva. O único decreto desse ano direcionado à prática esportiva foi o já mencionado decreto que amplia a quantidade de membros no CND. No que tange à atuação da DEF, a divisão baixou normas autorizando as Inspetorias Seccionais de Educação Física de Belém <sup>24</sup> e Niterói <sup>25</sup> a concederem registros a professores da disciplina. Em junho a portaria ministerial concedeu à DEF a administração da

---

<sup>21</sup> BRASIL. Portaria Nº 15-Br de 21 de julho de 1966. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>22</sup> *Ibidem.*

<sup>23</sup> *Ibidem.*

<sup>24</sup> BRASIL. Divisão de Educação Física. Portaria Nº 10 de 15 de abril de 1967. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>25</sup> BRASIL. Portaria Nº 11 de 15 de abril de 1967. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

educação física de todo país <sup>26</sup> e o órgão passou a partir desse momento a instalar inspetorias seccionais de educação física, naquele ano, em Goiânia <sup>27</sup> e em Brasília <sup>28</sup>.

É importante ressaltar o efeito da portaria ministerial que empoderou a DEF, porque será possível verificar nos anos seguintes ao de 1967 uma atuação mais intensa desse órgão no que tange à administração da educação física, criando novas ISEFs, definindo programa mínimo para as mesmas ou dotando-as de poder no âmbito da administração regional. Em 1968, como assinalado, a DEF já tinha autonomia para administrar a educação física em âmbito nacional e, como tendência do governo Costa e Silva, praticava-se a instalação de novas ISEFs. Assim, a DEF continuou com a instalação de novas seções regionais de educação física, dessa vez em João Pessoa <sup>29</sup> e Curitiba <sup>30</sup> e estabeleceu ainda o programa mínimo a ser trabalhado pelas seções de educação física <sup>31</sup>.

Em fevereiro de 1969, a portaria ministerial designou um grupo de trabalho para estudar e propor medidas para a expansão da Educação Física em todo o país <sup>32</sup> e, em julho, por meio do decreto nº 64.905, o MEC foi autorizado a constituir um grupo de trabalho para elaborar o “Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação”, que não seguiu em frente. Dentro dessas medidas, é notável, então, a tentativa do governo Costa e Silva em estabelecer uma política voltada para ampliação das bases da educação física e lazer. E essa concepção é reforçada quando, ainda no governo Costa e Silva, decretou-se pela isenção de impostos sobre a importação de produtos industrializados e equipamentos destinados à prática desportiva <sup>33</sup>.

Em Agosto de 1969, em função de problemas de saúde, Costa e Silva se afastou da Presidência e foi substituído por Emílio Garrastazu Médici. No decorrer do ano de 1969, não há mudanças severas na condução dos assuntos da Educação Física no país, a

<sup>26</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria Ministerial Nº 241 de 17 de junho de 1967. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>27</sup> BRASIL. Divisão de Educação Física. Portaria Nº 63 de 30 de novembro de 1967. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>28</sup> BRASIL. Divisão de Educação Física. Portaria Nº 63 de 21 de dezembro de 1967. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>29</sup> BRASIL. Divisão de Educação Física. Portaria Nº 8-Br de 08 de março de 1968. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>30</sup> BRASIL. Divisão de Educação Física. Portaria Nº 9-Br de 22 de março de 1968. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>31</sup> BRASIL. Divisão de Educação Física. Portaria Nº 10-Br de 25 de março de 1968. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>32</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria Ministerial Nº94-A de 28 de fevereiro de 1969. *Apud.* COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P.391.

<sup>33</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 608 de 04 de junho de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0806.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0806.htm). Consultado pela última vez: 03/07/2016.

não ser o decreto nº 1.043 de 21 de outubro daquele ano que concedia aos formados pelos estabelecimentos militares – Escola de Educação Física do Exército, Curso de Educação Física da Marinha de Guerra e Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo - os mesmos benefícios usufruídos pelos licenciados em educação física. E a partir desse momento é possível notar, mais precisamente no ano de 1970, o esforço do governo ditatorial em autorizar o funcionamento de instituições de ensino superior voltados para a Educação Física.

Somente durante o ano de 1970, o governo autorizou o funcionamento de oito instituições de ensino superior em educação física, sendo três, das cinco autorizadas em São Paulo, do interior desse estado. São elas em ordem de autorização: a Escola de Educação Física de Joinville (Santa Catarina), a Escola de Educação Física de Cruzeiro (São Paulo), a Escola de Educação Física do Pará, a Escola de Educação Física de Batatais (São Paulo), a Escola de Educação Física de Santo André (São Paulo), a Escola de Educação Física de Assis (São Paulo), Escola de Educação Física de Alta Paulista (São Paulo) e a Escola de Educação Física de Passo Fundo (Rio Grande do Sul).

Nesse apanhado de leis e normas baixadas pelo governo federal e direcionados para a seara esportiva, é possível perceber que, embora no decorrer desta pesquisa não se tenha encontrado um plano norteador para o desenvolvimento da prática esportiva no Brasil, como o próprio *Diagnóstico* acusou não haver, a maior parte da ocupação da legislação se direcionou especificamente para a Educação Física e lazer na prática esportiva comunitária.

Não havia uma delimitação definida quanto ao que se pretendia com a Educação Física, a não ser atender as reivindicações mais urgentes. O *Diagnóstico* diz que as medidas tomadas no que tange às políticas do governo federal eram medidas paliativas para os problemas relacionados, um tratamento de sintomas dado a uma deficiência maior, não atingindo o âmago da deficiência.

O *Diagnóstico* ressalta que os investimentos empregados até aquele momento eram em sua maioria ineficazes, porque não contavam com um plano centralizado, tampouco um controle de resultados dos recursos investidos <sup>34</sup>. O mesmo documento reconhece ainda que, no que tange à legislação, “a ação governamental tem sido repetitiva e fragmentada: não há coordenação nem controle dos atos legais” <sup>35</sup>. Logo,

---

<sup>34</sup> COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P. 326.

<sup>35</sup> *Ibidem.* P. 332.

todo o aparato legislativo em torno dessa seara, embora com grande atenção voltada para ela, era categorizado por baixa eficiência administrativa.

Como solução, o *Diagnóstico* propunha a elaboração de um planejamento que pudesse dar conta de um aparato legislativo especializado, eficiente e otimizado, em detrimento ao que se praticava até aquele momento, resoluções pontuais para as deficiências manifestas. Por isso o *Diagnóstico*, logo na sua introdução, preconizava a elaboração de um planejamento sistematizado, pois somente a partir desse modelo se conseguiria chegar à raiz do problema da prática esportiva. Assim,

O planejamento, nos setores sociais, não solicitaria a observação das dificuldades presentes, mas tão-somente das condições que levaram o sistema para a situação de ineficiências. Com a estrutura e a causa dos problemas identificados, é possível gerar meios de evitá-las, ao contrário de enfrenta-los repetidamente na busca de alívio.<sup>36</sup>

O planejamento elaborado posteriormente, o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), não rompeu com a diretriz que vinha sendo adotada até aquele momento. Logo, é possível antecipar que o foco de atuação do planejamento ainda alvejava a seara da Educação Física e da prática esportiva comunitária como o principal objetivo das políticas públicas federais.

## 2 – O Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED).

A proposta dessa seção é abordar de uma forma geral a implantação de uma política durante a ditadura militar que visava reorganizar o desporto nacional – o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED) -, apresentando suas principais características, apontando quais eram as maiores preocupações do governo federal com o esporte brasileiro e quais eram os principais polos de investimento. A partir dessa seção será possível observar onde o futebol se encaixaria no planejamento nacional para o esporte.

O documento *Plano Nacional de Educação Física e Desporto*, publicado em 1976 pelo Departamento de Documentação e Divulgação, discrimina todas as etapas do PNED desde o seu diagnóstico inicial até seu objetivo final para com a educação física e desporto. O Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), mesmo órgão que foi

---

<sup>36</sup> COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P. 12.

responsável pela produção do I Diagnóstico de Educação Física e Esporte do Brasil, em parceria com o DDEF, também coordenou a elaboração do PNED. Antes da publicação integral do plano em 1976, o plano se materializou na forma da lei 6.251 de 08 de outubro de 1975. A lei foi elaborada pelo presidente, Ernesto Geisel, o ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, e pelo ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), general Antônio Jorge Corrêa.

A *Política Nacional de Educação Física e Desporto* foi elaborada para ser executada com a *Política Nacional Integrada da Educação* e com a *Política Nacional de Cultura*, juntas formavam o plano base do governo de modo a orientar o “desenvolvimento físico, intelectual e cultural do homem brasileiro”<sup>37</sup>.

O PNED foi uma política desenvolvida no início da década de 1970 que objetivava o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da prática esportiva. E o cumprimento desse plano obedecia a etapas bem definidas e a uma estratégia que compreendia o modelo de gestão esportiva adequado para tal finalidade.

Para o desenvolvimento do objetivo proposto – desenvolver quantitativa e qualitativamente o esporte nacional - a implantação dessa política foi calcada em três etapas: a primeira foi o diagnóstico sobre o desporto brasileiro, apresentado em 1970; a segunda (1971-1975) visava realizar alterações administrativas<sup>38</sup>; por fim, a terceira (1976-1979) visava implementar efetivamente as políticas planejadas, mirando os objetivos, *a priori*, traçados. Os recursos mobilizados para o desenvolvimento da terceira etapa do plano, a única que se comprometia a promover investimentos maciços em infraestrutura, eram provenientes do orçamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)<sup>39</sup>.

É digno de ser ressaltado que a escolha por se trabalhar com o PNED dentro do eixo temporal-temático proposto obedece ao objetivo de observá-lo como uma política que se reconhece extensiva, em termos temporais, reconhecendo como parte de sua composição (etapas) medidas que sequer faziam parte da administração federal na qual foi composta. Em outras palavras, a primeira etapa do PNED, no que diz respeito à elaboração e publicação do diagnóstico da educação física e desporto, corresponde ao

---

<sup>37</sup> BRASIL. *Política Nacional de Educação Física e Desporto*. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília. 1976. P.21.

<sup>38</sup> O processo de alteração administrativa ocorrido entre 1971 e 1975 também pode ser reconhecido como processo de especialização do CND, abordado no segundo item deste capítulo.

<sup>39</sup> Os recursos financeiros da União destinados aos desportos foram aplicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FADS), órgãos responsáveis por receber e aplicar receitas do II PND.

governo Costa e Silva; a segunda etapa da política, no que tange às reformas administrativas necessárias (e a Reforma Passarinho se enquadra nisso), corresponde ao governo Médici e a terceira etapa, equivalente à execução do plano, corresponde ao governo Geisel. Nesse sentido, acredito que houve muito mais uma apropriação por parte do governo Geisel de medidas dos governos anteriores e as relacionou ao PNED, do que uma efetiva interconectividade entre as políticas dos diferentes governos.

Logo, a relevância de se apresentar o documento inicial do PNED situa-se em dois pontos: primeiramente no que diz respeito à organização do planejamento, demonstrando como o documento estruturava a construção de uma política nacional para o esporte brasileiro; e principalmente por apresentar ao leitor uma visão de como aquele governo reconhecia suas relações e funções para com o desporto e a educação física. Além disso, as apropriações realizadas pelos elaboradores do PNED não eram despretensiosas. A incorporação de medidas de governos anteriores, como o *Diagnóstico* e as reformas administrativas realizadas, apresenta uma imagem de continuidade – ainda que enganosa - na condução das políticas públicas. Oferecendo a imagem de que todas as medidas implantadas desde 1970, quando o estudo do *Diagnóstico* foi concluído, tivessem sido fruto de um planejamento que percorreu todos os governos ditatoriais.

### 2.1 – *Objetivos do PNED.*

Durante a ditadura, ressaltava-se a importância da elaboração de um planejamento para a resolução das deficiências em torno da prática esportiva. O PNED era essa materialização, a busca por planejamento no campo do desporto nacional que se pontuava haver necessidade. A elaboração do plano em etapas – diagnosticar, planejar, executar - representava o apreço dos militares pelo planejamento. Assim, através do plano, tinha-se o objetivo de sanar as deficiências da educação física e da prática esportiva bebendo da fonte dos resultados publicados pelo *Diagnóstico*.

Para evidenciar a semelhança mencionada entre o material do PNED e a conclusão realizada pelo *Diagnóstico*, a seguir serão tratados os pontos fundamentais da conclusão deste último documento em contraste com os objetivos do primeiro. Primeiramente, o documento do *Diagnóstico* chega a três conclusões base. Cada uma delas foi desmembrada em pequenas evidências mencionadas em tópicos. A primeira conclusão afirma que

É possível comprovar um crescimento de importância no setor da educação física/desportos no período 1964/1970, como também localizar uma estruturação de valores sociais, predisposto a um desenvolvimento acelerado e de alta significação.<sup>40</sup>

Essa conclusão pauta-se em dados como a elevação do número de estabelecimentos de ensino superior de educação física, o crescimento da indústria de material de construção e instalação de educação física. O aumento relativo do número de professores diplomados e o aumento da cobertura esportiva por parte dos meios de comunicação de massa. A partir da análise quantitativa desses dados, o *Diagnóstico* atribuía uma conclusão sobre seus significados e, nesse caso, apontava para uma suposta valorização da Educação Física pelo governo ditatorial para explicar esses índices. A conclusão aponta para a melhoria no campo da prática esportiva trazida pelos militares, mesmo sem a aplicação de um planejamento no período mencionado. O recorte apresentado na conclusão, de 1964 a 1970, então, implica a ideia de mostrar através desse documento os efeitos produzidos pela ditadura antes mesmo da aplicação do planejamento.

As conclusões seguintes possuem um caráter mais sugestivo, referem-se às deficiências da Educação Física e suas possíveis resoluções. Assim, ainda referindo-se ao crescimento da Educação Física, a segunda conclusão do documento expõe que “esse crescimento se apresenta com distorções regionais e setoriais igualmente importantes, sobretudo quanto a uma tendência excessivamente quantitativa”<sup>41</sup>.

Nesse sentido, o *Diagnóstico* reconhece o desenvolvimento polarizado da Educação Física, sobretudo nas regiões sul e sudeste, tanto no que tange às escolas de ensino superior quanto no que diz respeito à Educação Física nas escolas de nível fundamental e médio. Além da polarização de cunho educacional, o documento ressalta a polarização sob outras duas formas: relacionada aos índices de aptidão física e investimentos locais na prática desportiva comunitária (de acordo com o estudo, o Rio Grande do Sul possuía os melhores índices neste quesito) e a polarização de cunho esportivo citando as Associações Desportivas, reconhecidas pelo documento como “célula básica da organização desportiva comunitária”<sup>42</sup>, sendo o eixo sul-sudeste privilegiado neste segmento por possuir os centros esportivos mais completos. Assim, a

---

<sup>40</sup> COSTA, Lamartine Pereira Da. Op. Cit. P. 353.

<sup>41</sup> *Ibidem*. P. 354.

<sup>42</sup> *Ibidem*. P. 355.

deficiência quantitativa era reconhecida pela polarização de desenvolvimento situado no sul e no sudeste do Brasil, tanto em termos de prática desportiva espontânea (comunitária), quanto em termos educacionais (educação física).

Se a segunda conclusão sugeria o desenvolvimento quantitativo do esporte brasileiro, a terceira e última conclusão do *Diagnóstico* sugeria então o desenvolvimento qualitativo do esporte.

A deficiência qualitativa incide seus maiores efeitos no referente a interpretação das atividades físicas como importante meio educacional, à circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, aos relacionamentos dos diferentes elementos da organização desportiva comunitária e à ação governamental, no representado pela legislação e pela capacidade de intervenção positiva no processo evolutivo do setor <sup>43</sup>.

Nesse sentido, o *Diagnóstico* ponderava que a deficiência qualitativa estava assentada sobre três formas:

- 1) O meio educacional em todos os níveis (básica e superior) - que ainda não tinha se adequado para melhor atender aos discentes, constatando problemas tanto referentes à infraestrutura, quanto à capacitação dos profissionais da educação física;
- 2) A prática desportiva comunitária - no que tange à administração dos estados e municipalidades que estavam encarando o projeto de desenvolvimento da educação física e desporto de forma equivocada com construção e manutenção de estádios de futebol, deixando de lado a construção e manutenção de praças desportivas;
- 3) E, por fim, a capacidade de intervenção positiva do governo federal - no que tange ao processo evolutivo do setor desportivo, ou seja, a forma pela qual o governo geria o Sistema Desportivo Nacional através do aparato legislativo e do CND.

Estendendo-se um pouco mais nesse último ponto relacionado à forma de intervenção do governo federal, o *Diagnóstico* ressalta:

O Decreto-lei 3.199, de 14 de Abril de 1941, que dispõe sobre a organização básica dos desportos no país, está limitando a expansão e

---

<sup>43</sup> COSTA, Lamartine Pereira da. *Op. Cit.* P. 355.



o aperfeiçoamento da Educação Física/Desportos, uma vez que, diante das circunstâncias atuais, se mostra irrealista e restritivo; as deformações atingem principalmente as Confederações, que não estão organizadas adequadamente quanto à importância das modalidades praticadas (...) a julgar pelos modelos estrangeiros de organização desportiva que demonstram maior produtividade, a tendência à concentração assumida pela CBD quanto ao controle das modalidades [não] é favorável ao desenvolvimento <sup>44</sup>.

O ponto chave para compreender a crítica realizada por essa citação se situa em dois eixos: o primeiro relacionado ao Decreto-Lei 3.199 de abril de 1941 que cria o Conselho Nacional de Desportos (CND) e submete todo o Sistema Desportivo Nacional a um órgão fiscalizador do governo federal; o segundo ponto trata-se de saber que a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) reunia sob sua gerência não apenas o futebol, mas um punhado de outras modalidades. Logo, o *Diagnóstico* considera essas centralizações nocivas para o desenvolvimento do desporto brasileiro, por acreditar que a regulação do CND limitava o amplo desenvolvimento da seara esportiva e a CBD limitava o desenvolvimento das modalidades representadas, salvo o futebol. O *Diagnóstico* acreditava que a finalidade pela qual o CND foi criado em 1941 já não se aplicava àquele cenário contemporâneo, como se verifica nos trechos a seguir:

A Educação Física e os Desportos foram dicotomizados juridicamente pela Administração Pública brasileira, principalmente para solucionar problemas de ordem política relativos à época do DL 3.199, i.e., 1941, tendo sido diluídos progressivamente os objetivos genéricos do setor observado por esse aspecto integral e do funcional <sup>45</sup>.

E ainda:

A inexistência de uma política nacional para Educação Física / Desportos adequadamente subordinada às necessidades educacionais, comunitárias e de desenvolvimento urbano, e a conseqüente falta de uma legislação consolidada e realista, colocam a Divisão de Educação Física e o Conselho Nacional de Desportos – órgãos do Ministério da Educação e Cultura – em posição inoperante quanto ao ótimo de atuação do Governo Federal para a fase atual da evolução, planejamento, coordenação e controle <sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Inclusão própria. COSTA, Lamartine Pereira da. *Op. Cit.* P.358

<sup>45</sup> COSTA, Lamartine Pereira da. *Op. Cit.* P. 358.

<sup>46</sup> COSTA, Lamartine Pereira da. *Op. Cit.* P. 359.

Logo, o *Diagnóstico* coloca em xeque a eficiência do CND, destacando que sua forma de funcionamento é “inoperante” naquele contexto desprovido de um planejamento para suprir as “demandas” relacionadas à Educação Física e ao desporto.

O CND era um órgão do governo federal que tinha uma função vital de controle de todo o desporto nacional e a última instância do Sistema Desportivo Nacional e a ele eram delegados poderes de ordem legislativa, normativa, executiva e judicante, sendo assim um órgão de grande poder regulador na seara esportiva. E, embora se reconheça o esforço do governo ditatorial em atender as reivindicações relacionadas à educação física e a prática esportiva, não significa que um governo singularmente centralizador abriria mão de um aparato regulador do campo esportivo.

É importante ressaltar que o CND não perdeu sua postura centralizadora, mesmo sendo criticada pelo *Diagnóstico*. E, além disso, remetendo a mais uma crítica a esse documento, a ditadura militar engajou-se na formação de um planejamento para a Educação Física e o desporto brasileiro consubstanciado no PNED.

O desenvolvimento das bases do planejamento, então, se debruçou sobre as conclusões do *Diagnóstico* para estabelecer seus objetivos. O PNED teve seus objetivos gerais definidos da seguinte forma: 1) o aprimoramento da aptidão física da população; 2) a maximização e propagação da prática da educação física e do desporto estudantil; a implantação e intensificação de desportos comunitários; 3) a capacitação de recursos humanos para a educação física e para o desenvolvimento de modalidades esportivas tecnicamente problemáticas; 4) e a elevação do nível técnico dos desportos, de modo a melhorar o desempenho dos selecionados nacionais.

O PNED, então, estabelecia prioridades que apareciam de forma latente nos seus objetivos. Através da expansão da educação física, do desporto estudantil e na investida em seduzir um maior número de pessoas para a prática desportiva comunitária, o governo invocava o discurso da aptidão física relacionando-o à melhora na qualidade de vida da população. Assim, uma das prioridades do plano era ampliar quantitativamente o número de praticantes de esporte partindo da educação física no âmbito escolar e se estendendo às práticas espontâneas comunitárias. E essa prioridade apresentada pelo PNED pode ser observada de forma análoga à conclusão de ordem quantitativa apresentada anteriormente pelo *Diagnóstico*.

Outra prioridade possível de ser observada, e que também exerce essa função análoga a uma conclusão do *Diagnóstico*, trata-se do desenvolvimento qualitativo da educação física e do desporto brasileiro. A prioridade qualitativa alçada pelo PNED

apontava no sentido das reivindicações dos profissionais da educação física e do desenvolvimento de algumas modalidades esportivas que ainda não tinham atingido o patamar de profissional. Assim, em termos esportivos, a prioridade de ordem qualitativa visava elevar e desenvolver a prática de modalidades consideradas atrasadas.

Dessa forma, é patente que o planejamento elaborado pelo governo federal pauta-se largamente no *Diagnóstico*. Observando as prioridades avaliadas no PNED, é possível observar que a centralização desempenhada pelo CND não foi questionada pelo governo federal, tampouco a centralização de modalidades exercida pela CBD foi mencionada no plano. É notável, então, que o PNED não planejava interferir diretamente nos assuntos relacionados ao Sistema Desportivo Nacional, até promoveu algumas mudanças, mas as alterações propostas pelo plano não foram profundas, algumas eram inclusive meras formalidades de práticas recorrentes. O planejamento, então, restringiu-se a atender às reivindicações da educação física e do desporto comunitário.

Assim, o plano tinha o objetivo de ampliar, quantitativa e qualitativamente, a prática de esportes em todo o território nacional. O diagnóstico do PNED apontava para duas deficiências da prática esportiva no Brasil, são elas: a baixa quantidade de praticantes de esporte que, em índice de participação relativa, era um dos mais baixos do mundo; e a segunda era a disparidade na prática de modalidades, estimando-se que o futebol era praticado por metade dos esportistas. Logo, a proposta do plano visava sanar essas duas deficiências, primeiramente através da especialização e amparo à Educação Física, buscando a ampliação do número de praticantes e a diversificação da prática esportiva. E, em segundo lugar, elevando em longo prazo o esporte brasileiro em termos qualitativos.

## 2.2 – Implementação do PNED

Para melhor entender o propósito do documento e do diagnóstico do PNED, devo fazer alguns apontamentos elucidativos sobre as denominações utilizadas nesse documento. O governo central entendia que nesse período havia três áreas de atuação onde ocorria a prática do esporte, a saber: educação física e desporto estudantil, desporto de massa, ou comunitário, e desporto de alto nível.

A categoria de *educação física e desporto estudantil* compreendia desde os primeiros anos de escolaridade até a formação universitária do estudante. Essa área se

refere ao primeiro contato do estudante com a prática esportiva e o exercício físico. A instauração e obrigatoriedade da educação física nas escolas objetivava fomentar o prazer pelo esporte desde as fases mais tenras da criança, de modo que a prática e o prazer pelo esporte se tornassem um hábito nas fases subsequentes de sua vida. O desporto estudantil, nesse sentido, compreendia a prática esportiva em todas as instituições de ensino do país, não somente pela obrigatoriedade da Educação Física, mas também em função dos campeonatos organizados em níveis municipal e estadual, os quais se configuravam como células ativas de incentivo ao esporte.

O *desporto de massa*, ou comunitário, configurava-se como toda prática esportiva espontânea. Essa área era compreendida por toda atividade esportiva praticada como lazer fora dos estabelecimentos de ensino e que não possuísse caráter organizacional de associação esportiva visando ao profissionalismo. Devo salientar que não é toda organização amadorística que se enquadra nessa faixa de classificação, pois há categorias amadorísticas que poderiam ainda ser enquadradas no *desporto de alto nível*.

O *desporto de alto nível*, por sua vez, era o esporte praticado em elevado grau de qualidade em território nacional, sendo oriundos dessa categoria os representantes do Brasil em competições internacionais. É importante ter em mente que algumas modalidades no Brasil se desenvolveram menos que outras, preservando a condição amadorística, contudo, mesmo na condição de amadores, apresentavam a melhor técnica do território nacional, tendo, portanto, o direito de representar o Brasil em competições internacionais. Assim, o *desporto de alto nível* tem uma envergadura conceitual ainda maior do que entendemos por categoria profissional, pois compreende também as práticas de caráter estudantil universitário e amadorística, quando desempenhadas no mais elevado grau de perícia em território nacional, isto é, alto nível.

A estratificação da prática esportiva nessas três categorias é relevante para se entender que o governo central entendia que o esporte e suas práticas não se davam de maneira uniforme, ou seja, haveria diferentes níveis de perícia na sua prática. E, em segundo lugar, bem como haveria diferentes níveis de perícia, haveria diferentes órgãos do governo federal incumbidos para essas diferentes práticas.

O Departamento de Desporto e Educação Física (DDEF) e o Conselho Nacional de Desporto (CND) eram os principais órgãos do governo federal que tratavam da condição do esporte em território nacional. Cada um desses órgãos era independente entre si, mas ambos respondiam diretamente ao Ministério da Educação. Esses órgãos

eram responsáveis por fiscalizar, estudar e coordenar ações nas suas respectivas áreas e, além disso, administrar os recursos de acordo com a execução do planejamento do governo federal para o esporte nacional - PNED.

A *educação física e desporto estudantil* e a categoria de *desporto de massa*, eram competências do Departamento de Desporto e Educação Física (DDEF). O DDEF era o órgão do governo encarregado da educação física e da prática esportiva não competitiva. Todo e qualquer assunto relacionado ao incentivo e à prática esportiva não competitiva era de competência desse órgão, de onde partiram os primeiros estudos e orientações para implantação do Esporte Para Todos (EPT) e as indicações prioritárias de investimento do PNED para a Educação Física.

Aqui cabe uma breve explicação. Anteriormente atribuía-se uma tarefa semelhante à DEF, Divisão de Educação Física, contudo, a DEF foi dissolvida em 1970, e todas as suas competências foram transferidas para outro órgão, o DDEF, também criado em 1970 e vinculado ao mesmo ministério. Além disso, o DDEF detinha uma envergadura maior que a DEF, pela sua competência também se estender à prática esportiva comunitária e não somente à administração da Educação Física.

Já o Conselho Nacional de Desporto (CND) era o órgão responsável pelo *desporto de alto nível*. Como se pôde observar nas definições acima, independente de pertencer à categoria amadorística ou estudantil - desde que universitária -, qualquer atleta considerado de alto nível poderia representar o Brasil em competições internacionais. E isso se dá em função da evolução insuficiente de algumas modalidades praticadas em território nacional. Deste modo, todas as modalidades esportivas, mesmo as de caráter amador, estavam submetidas à jurisdição do CND.

Assim, cada um desses órgãos colaborou com a execução do plano dentro das suas devidas competências, mas quais eram as competências acionadas pelas prioridades do PNED? Como referenciado, o plano assumia como prioridade a ampliação da Educação Física em âmbito educacional e do número de modalidades esportivas praticadas em âmbito comunitário, ou seja, temas de competências do DDEF.

O governo federal, por meio do documento do PNED, enxergava que as duas deficiências – baixa participação relativa na prática esportiva acompanhada da prática estandardizada do futebol - estavam intimamente interligadas e que, para saná-las, precisaria realizar investimentos maciços na área de *educação física e desporto estudantil* e no *desporto de massa*. No que tange à primeira categoria, julgava-se necessária a elaboração de um novo aparato legislativo que contemplasse o exercício

físico e a sua importância no desenvolvimento cognitivo, sobretudo nos primeiros anos de ensino. A objetivação do desporto estudantil, como ressaltava o PNED, se justificava como uma forma de reparo, pois embora existisse a obrigatoriedade da educação física escolar nos diferentes níveis do ensino básico, a mesma não era cumprida de acordo com o documento.

No nível primário mostrou que, embora a obrigatoriedade da educação física exista em lei desde 1851, até o momento, por motivos já devidamente identificados, praticamente não foi possível cumpri-la totalmente. Verificou-se que, no nível médio de ensino, em quase todo o País a inspeção da obrigatoriedade da educação física tem sido apenas nominal, sendo as atividades nesta área, de um modo geral, improvisadas.<sup>47</sup>

E quanto ao *desporto de massa*, assinalava-se a necessidade de aprimorar o condicionamento do corpo da população brasileira, sob o argumento de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de valores morais e cívicos. É possível afirmar inclusive que o programa Esporte Para Todos (EPT) no Brasil começa a ganhar força no bojo desse planejamento, adotando essa perspectiva de aprimoramento do corpo orgânico da população como filosofia norteadora.

Para efeito de elucidação, convém problematizar brevemente a filosofia apresentada referente ao *desporto de massa*, situando o caráter que a educação física assumiu no Brasil durante a década de 1970, segundo Nailze Pazin:

A Educação Física/Desporto deveria estar em consonância com as orientações da educação nacional, pois tanto a reforma educacional que transformou o ensino médio em ensino técnico no início da década de 1970, como a implementação do Mobral são exemplos do papel da educação nas políticas de desenvolvimento econômico do período. Assim, a preocupação com o desenvolvimento da “aptidão física” brasileira no governo militar foi ressignificada numa perspectiva nacional/desenvolvimentista. (...). Ao absorver como conteúdo pedagógico essa “nova” técnica corporal, o esporte, a Educação Física mantinha seus princípios fundamentais: a intervenção no corpo com o objetivo de melhorar seu funcionamento orgânico, tanto para o desempenho atlético/esportivo como para o desempenho produtivo<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> BRASIL. *Op. Cit.* P.72

<sup>48</sup> PAZIN, Nailze. *Op.Cit.* P. 115.

Logo, não se tratava simplesmente de uma condição estética ou de hábito salutar. Segundo Nailze Pazin, o planejamento do governo federal para a Educação Física e o desporto no país tinha um objetivo norteador pautado sob a lógica desenvolvimentista.

Outra reflexão, não menos emblemática, acionada pelo PNED, infere que os resultados obtidos em competições internacionais, mundiais e olímpicas correspondiam a uma cultura de incentivo à prática esportiva desde a idade mais tenra. E, segundo o documento, essa cultura de incentivo à prática esportiva relacionava-se diretamente com o grau de desenvolvimento econômico de cada país. Logo, a proposição de intensificar os hábitos esportivos da população brasileira - ressignificado na visão de um país que estava se desenvolvendo junto a sua população - se enquadraria perfeitamente no discurso do Brasil- potência, amplamente explorado pela ditadura militar.

O governo federal observava que o desenvolvimento dessas duas categorias de prática esportiva (*educação física e desporto estudantil e desporto de massa*) seria suficiente para equacionar o problema da quantidade de adeptos e da diversificação da prática esportiva. Acreditava-se que a resolução desencadearia um efeito em cadeia: o contato das crianças com a educação física nos seus primeiros anos de escolaridade promoveria uma espécie de hábito, a partir do qual as mesmas não deixariam mais de praticar esporte mesmo fora do ambiente escolar. E os investimentos em infraestrutura serviriam para perpetuação desse hábito nos períodos subsequentes de sua vida. De tal modo, estaria posta a resolução para duas deficiências apontadas no *Diagnóstico*, pois, de forma “lógica”, essas crianças apresentadas às diferentes modalidades esportivas desenvolveriam potencial interesse na prática, elevando quantitativamente o número de praticantes, e, conseqüentemente, a diversificação das modalidades praticadas.

O plano, seguindo ainda a lógica da reação em cadeia, previa mais uma consequência benéfica em longo prazo: a elevação da perícia nacional nas diferentes modalidades esportivas. Atingir-se-ia, então, o último estágio do encadeamento provocado pelos investimentos na educação física e na prática desportiva: o *desporto de alto nível*.

O desporto de alto nível assumirá, no PNED, a função de terminalidade do processo desportivo, uma vez que as outras áreas – educação física e desporto estudantil e desporto de massa – constituem, respectivamente, a base do Plano e sua ideia-força. Isto não significa que, sendo o desporto de alto nível o objetivo final, nele se concentrem todos os esforços. Tal não é a proposta, mesmo

considerando que qualquer país pode-se destacar no cenário desportivo internacional, se politicamente assume o risco calculado de concentrar o montante de recursos disponíveis no desporto de elite <sup>49</sup>.

Dessa forma, o foco de atuação voltado para as duas primeiras categorias previam realizar um amplo impacto no campo desportivo. Em um primeiro momento, promovendo a educação física nas instituições de ensino, incentivando e perpetuando hábitos salutareos no tempo de lazer da população, e, em um segundo momento, elevando a perícia brasileira na prática desportiva. Assim, o plano do executivo nacional para fomentar a prática esportiva tinha o foco de atuação exatamente na área de competência do DDEF - *educação física e desporto estudantil e desporto de massa*, ficando o *desporto de alto nível* – o qual era delegado ao CND – responsável por promover o desenvolvimento necessário ao sistema desportivo nacional para acolher os potenciais atletas.

### 2.3 - Os investimentos

Neste item pretendo abordar os investimentos previstos pelo documento para a concretização do plano. A obra traz de forma detalhada os focos de investimento que mais precisavam de atenção do governo federal, contudo, devo salientar que o principal foco de análise dessa seção é atribuir significado ao direcionamento dos recursos que eram aplicados por meio da coordenação dos principais órgãos federais de diretriz esportiva, a saber: DDEF e CND.

Os investimentos do PNED seriam realizados pelo Ministério da Educação e Cultura, com auxílio do DDEF, órgão responsável pela educação física e da prática esportiva, e do CND, órgão responsável pelo esporte desempenhado em alto nível<sup>50</sup>. Pretende-se mostrar que, embora o investimento do PNED visasse à expansão da educação física e da prática esportiva - área de atuação do DDEF -, o CND esteve presente na coordenação dos investimentos ao *desporto de alto nível*, visto pelo plano não como prioridade, mas sim como complemento dos investimentos prioritários.

---

<sup>49</sup> BRASIL. *Op.Cit.* Pp. 82-83.

<sup>50</sup> Entende-se por esporte de alto nível o esporte desempenhado com a maior perícia do território nacional, fossem os atletas profissionais fossem amadores. A concepção atual de esporte profissional não dá conta da envergadura que o referido conceito abrange, pois, como foi tratado anteriormente, o mais elevado grau de perícia de algumas modalidades esportivas em território nacional ainda era oriundo da prática amadorística. E esses atletas eram, ainda que amadores, os representantes brasileiros em competições internacionais.



Gostaria, primeiramente, de ressaltar que havia outra forma de auxílio ao esporte profissional que não estava, contudo, sob orientação ou coordenação direta dos referidos órgãos: a construção de estádios de futebol. A receita mobilizada para a construção de estádios de futebol, embora sob abundante incentivo federal durante a maior parte da década de 1970, não tinha deliberação ou orientação do CND ou DDEF. Grandes estádios de futebol foram construídos na década de 1970, a partir da iniciativa estadual ou municipal e do incentivo federal, como pode ser observado no anexo 1.

O investimento estimado para a prática esportiva entre 1976 e 1979 - momento de desenvolvimento da terceira etapa do PNED e, como ressaltamos anteriormente, do II PND - somava mais de um bilhão de cruzeiros, dos quais 777 milhões seriam oriundos do Fundo Nacional de Educação e Cultura e os demais (290 milhões de cruzeiros) seriam completados pelos Estados e Municípios.

É importante ressaltar que as aplicações decorrentes do II PND ainda são uma incógnita, inclusive, entre os economistas, contrastando-se duas perspectivas: a de Coutinho e a de Castro e Pires de Souza. Segundo a perspectiva adotada por Luciano Coutinho, durante a década de 1970 o presidente Geisel promoveu uma centralização ministerial, fortalecendo as decisões econômicas do ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen. Simultaneamente, o processo de fortalecimento de uma pasta desembocou no enfraquecimento da pasta de planejamento, culminando no pedido de afastamento do ministro do planejamento, Severo Gomes, que fez uma carta aberta à nação. A carta dizia, entre outras coisas, que Severo Gomes nada poderia fazer, pois as propostas econômicas contidas no II PND estavam sendo abandonadas em detrimento da política econômica que estava sendo tomada por Mário Simonsen<sup>51</sup>.

Já no que diz respeito à perspectiva de Antonio Barros de Castro e de Francisco Eduardo Pires de Souza, o II PND não foi abortado em 1976, como geralmente se pensa, o plano teria conseguido, a duras penas, realizar sua trajetória. Os autores atribuem à falta de respaldo político social, somado à falta de apoio na execução do plano que beneficiavam interesses escusos, que ameaçavam a estratégia do plano – fora os prejuízos às metas causadas pelos casos de corrupção e impunidade, “tão

---

<sup>51</sup> Cf. COUTINHO, Luciano. *Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980*. Revista de Economia Política. v.1, n.1. São Paulo. Pp.77-100.

características do ambiente fechado das ditaduras”<sup>52</sup>. Nada disso, porém, teria impedido que os objetivos almejados com II PND tivessem sido alcançados em grande medida.

Independente da perspectiva adotada deve-se estar atento que o desenvolvimento dessa seção não visa tratar dos investimentos efetivados no PNED, bem como é relevante saber que os recursos do plano não seriam fornecidos exclusivamente pelo II PND. Os valores tratados nos servem para ilustrar e até mesmo quantificar as prioridades alçadas pelo Governo Federal através de um plano aplicado na seara esportiva nacional. A observação do plano de investimento criado pelo Governo Federal nos serve para observar qual era a zona prioritária

Assim, a disposição dos recursos públicos para o desenvolvimento da educação física e do desporto em plano nacional se aplicaria de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela 1.** Investimentos públicos direcionados ao PNED (Escala em 1.000 Cr\$)<sup>53</sup>

<b>Categorias</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>Total</b>
<i>Desporto Estudantil</i>	73.690	77.472	77.992	77.146	<b>306.300</b>
<i>Desporto de Alto Nível</i>	72.597	75.841	74.740	71.215	<b>294.393</b>
<i>Desporto de Massa</i>	69.180	60.003	71.773	84.291	<b>285.247</b>
<b>Capacitação de recursos humanos.</b>	42.777	45.341	46.257	46.734	<b>181.109</b>
<b>Total</b>	<b>258.244</b>	<b>258.657</b>	<b>270.762</b>	<b>279.386</b>	<b>1.067.049</b>

De acordo com a configuração dos investimentos da tabela acima, é possível observar o contorno que o governo federal pretendia dar com o plano: expansão da educação física e do desporto estudantil. O planejamento previa a aplicação na referida área a importância de 306 milhões de cruzeiros<sup>54</sup> entre 1976-1979. O desporto de massa, por sua vez, receberia o valor de 285 milhões de cruzeiros<sup>55</sup>, enquanto o desporto de alto nível obteria um total de 294 milhões de cruzeiros no mesmo período,

<sup>52</sup> CASTRO, Antonio Barros de. & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. São Paulo: Paz e Terra. 2004. P.47

<sup>53</sup> BRASIL. *Op.Cit.* P. 93. Correspondendo naquele período a um investimento de US\$ 200 milhões.

<sup>54</sup> Esse valor compreendia a expansão da implantação da educação física e desporto no ensino de 1º e 2º grau (200 milhões de cruzeiros) e também a expansão da implantação da educação física e desporto no ensino superior (106 milhões de cruzeiros). O treinamento de material humano e realização de projetos e atividades de apoio, não só para o sistema educacional, mas também para o desporto de massa, não se inseria nessa quantia. BRASIL. *Op.Cit.* P. 76.

<sup>55</sup> Esse valor compreendia a construção da infraestrutura necessária para a prática esportiva (216 milhões de cruzeiro) e a manutenção e reforma da infraestrutura já existente (69 milhões de cruzeiro). BRASIL. *Op.Cit.* P.82.

só não ficando abaixo da capacitação dos recursos humanos que receberia cerca de 181 milhões de cruzeiros.

Se observar de forma aprofundada o planejamento de investimentos do PNED, será possível notar que o foco do plano era privilegiar a prática esportiva através de infraestrutura para isso. Até no que tange à prática do desporto de alto nível, os investimentos do CND, aplicados pelo PNED, privilegiavam as infraestruturas da prática amadorística.

Como foi ponderado, os investimentos voltados para o desenvolvimento do plano seriam coordenados pelos órgãos do governo federal responsáveis pela seara esportiva: o DDEF e o CND. Como bem se sabe, o DDEF era o órgão responsável por coordenar a maior parte dos recursos investidos na educação física e prática desportiva, sendo então responsável por duas categorias de desporto: a *educação física e desporto estudantil* e o *desporto de massa*.

O PNED previa que o investimento de cada categoria de desporto incluía um objetivo geral e alguns objetivos específicos a serem alcançados com os recursos investidos e orientados por aqueles órgãos. No que tange à *educação física e desporto estudantil*, o objetivo geral dessa categoria estava definido em “expandir a prática da educação física e dos desportos em todos os graus de ensino, de forma a elevar o nível de aptidão física dos efetivos estudantis, com ênfase nas quatro primeiras séries do 1º grau”<sup>56</sup>. Assim, o objetivo pontuado seria atingido a partir do êxito dos objetivos específicos alçados pelo plano.

São alguns dos objetivos específicos: elaboração e implantação de programas de educação física nos currículos de todos os níveis, dotando-os de orientação realista, flexível e integrada; padronização dos tipos de material, equipamento e instalações adequados aos graus e peculiaridades regionais; a utilização das instalações desportivas da rede escolar e o aproveitamento existente nas áreas verdes, espaços livres e praças desportivas próximas dos estabelecimentos de ensino; programação de atividades físicas e desportivas extraclasse que se constituam em motivação para a revelação de valores para os desportos; estímulo ao desenvolvimento de programas de apoio ao estudante atleta.

Logo, o objetivo do PNED para o desporto estudantil, além de ter visado à expansão da prática da educação física, visou a reparar um dano que existia desde o

---

<sup>56</sup> BRASIL. *Op.Cit.* P. 73.

século XIX na educação física. No nível primário, embora a obrigatoriedade da educação física existisse em lei desde 1851, até aquele momento, segundo o diagnóstico, a educação física nas escolas havia sido amplamente ignorada<sup>57</sup>, por isso o planejamento objetivava um plano que se adequasse às particularidades das escolas e fosse exequível na realidade escolar brasileira.

Já no que diz respeito ao objetivo geral do *Desporto de massa*, a proposta era

Incluir as atividades físicas, desportivas e recreativas entre os hábitos individuais voluntários, de forma a elevar e manter a aptidão física da população das diferentes faixas etárias, contribuindo, pela ação comunitária, como um dos fatores de coesão social<sup>58</sup>.

O governo planejava atingir seu objetivo a partir de medidas que garantissem as condições para a prática das atividades físicas através da racionalização das infraestruturas escolares e praças desportivas como locais sociais do lazer e como instrumento de compartilhamento de valores. Dentre as medidas, também eram previstas as atividades para a preservação orgânica do corpo e para a integridade humana, segundo uma lógica de integração social.

Assim, o desporto de massa planejava inserir alguns novos hábitos e propor uma nova configuração na ocupação do tempo de lazer da sociedade brasileira, pautados numa proposta de engrandecimento cívico-moral do cidadão e de melhoria na qualidade de vida. Dessa forma, é possível ponderar efetivamente que o programa Esporte Para Todos (EPT), desenvolvido pelo governo federal na segunda metade da década de 1970, se deu como desdobramento do planejamento do *desporto de massa* - o assunto será abordado posteriormente.

Além dos objetivos ponderados, o plano reservava uma parcela dos investimentos para a capacitação de recursos humanos, bem como foi ressaltado na tabela acima. Os recursos humanos eram necessários para contemplar amplamente as diversas áreas da prática esportiva, nas escolas, com o acompanhamento de um profissional da educação física, e até mesmo nas praças desportivas das comunidades, com voluntários devidamente treinados para o desporto recreativo. Logo, para a execução do plano, o investimento previa a formação de uma série de profissionais que não se tratavam exclusivamente de profissionais da educação física, tal como

---

<sup>57</sup> COSTA, Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P. 94.

<sup>58</sup> BRASIL. *Op.Cit.* P. 79.

voluntários e orientadores, mas também previa a formação de administradores e executivos.

Como observado, a maior fatia dos investimentos destinados ao programa seria delegada à administração do DDEF, já que as categorias de desporto comunitário e estudantil, identificadas como prioridade de investimento, estariam submetidas à sua gerência. Assim, com largo investimento em infraestrutura nas categorias gerenciadas pelo DDEF, o planejamento previa o aparelhamento de escolas e universidades com equipamentos necessários e locais para a atividade física, bem como foram construídas praças desportivas para a prática comunitária recreativa. Tão logo, é patente que o planejamento estabeleceu como prioridade as categorias de desporto estudantil e o desporto de massa, norteado pela filosofia de ampliação da atividade física.

Até então foi observado somente o investimento em duas categorias esportivas apontadas como principais na resolução dos problemas do *Diagnóstico*, mas e o *desporto de alto nível*? Se a filosofia norteadora do planejamento era a ampliação da atividade física, qual seria o propósito de investimento nessa categoria?

O plano premeditava um movimento de fluxo, cujo *desporto de alto nível* seria onde desaguaria novos talentos para o desporto brasileiro. Dessa forma, os objetivos gerais seriam: garantir o acesso ao desporto de alto nível por parte dos novos valores revelados nas diferentes modalidades esportivas; promover o aperfeiçoamento nas condições de treinamento, alimentação e assistência médica aos representantes nacionais; estimular a prática de modalidades olímpicas nos diferentes níveis técnicos; e promover a racionalização do desporto profissional e a gestão de suas atividades <sup>59</sup>.

Os objetivos mencionados, então, revelam a forma que os investimentos seriam realizados no *desporto de alto nível*. Assim, partindo do pressuposto de que o *desporto de alto nível* é a categoria responsável pela construção e manutenção dos selecionados nacionais, essa categoria deveria estar preparada e bem equipada para receber novos talentos a serem transformados em atletas. Além disso, o objetivo de fomentar o estímulo a modalidades olímpicas revela a preocupação em diversificar a prática esportiva. Dessa forma, fica patente a atenção do governo federal com os representantes

---

<sup>59</sup> A racionalização das atividades da gestão esportiva será elucidada posteriormente, quando for tratada a questão da integração da estrutura esportiva nacional. Mas antecipando uma parte do assunto, a referência da racionalização aponta exatamente para um modelo de gestão esportiva centralizada no Sistema Desportivo Nacional. Isso significa que os projetos a serem desenvolvidos no desporto de alto nível seriam realizados pelos órgãos de associação civis responsáveis pela estrutura esportiva nacional.

nacionais, mas e quanto à prática esportiva em território nacional? Como se dava essa preocupação?

Os investimentos destinados ao desenvolvimento do desporto de alto nível seriam coordenados pelo CND e para atingir os objetivos gerais acima, o valor destinado ao desporto de alto nível se encarregaria de alguns objetivos específicos necessários para o êxito do programa, são eles: benefício para adquirir equipamento e material esportivo <sup>60</sup>, auxílio às competições de alto nível <sup>61</sup>, criação de novas confederações, instalação de centros técnicos, reestruturação técnica e administrativa das entidades dirigentes do desporto nacional, apoio às confederações e ao Comitê Olímpico Brasileiro <sup>62</sup>, apoio às associações desportivas, apoio às federações-chaves de cada desporto olímpico; apoio às organizações desportivas das áreas estudantil, militar e classista voltadas para o desporto de alto nível; e construção de centros técnicos <sup>63</sup>.

Logo o objetivo dos investimentos no desporto de alto nível era o aprimoramento da técnica esportiva, além do auxílio aos representantes nacionais. Em outras palavras, pretendia-se solucionar o problema da standardização da prática esportiva estimulando a diversificação e o problema do amadorismo em algumas modalidades esportivas, investindo nas práticas amadorísticas a fim de que se tornassem profissionais. Remontando ao que foi dito anteriormente acerca do desejo de promover a expansão quantitativa e qualitativa de diversas modalidades que ainda não havia se tornado profissional.

Dentre os investimentos coordenados pelo CND, é de suma importância refletir, *a priori*, sobre o apoio às associações esportivas. Afinal, diante da lógica de fluxo proposto pelo PNED, as associações esportivas representavam a finalidade dessa cadeia.

O apoio às associações desportivas visava amparar as instituições, tanto profissionais quanto amadoras, que arcassem com o ônus do treinamento de atletas que contribuíssem para a formação das seleções brasileiras e equipes olímpicas. E a

---

<sup>60</sup> Estimados 12 milhões de cruzeiros em benefícios para a compra de equipamentos.

<sup>61</sup> Cr\$ 201.276.000,00 para realização de competições nacionais de alto nível e auxílio para atletas brasileiros participarem de competições internacionais. Esse valor representa mais de dois terços do total estimado para o desenvolvimento da prática esportiva de alto nível. Dentro dessa perspectiva de subsídio a competições, podemos ressaltar o auxílio empregado no futebol, quando a locomoção das equipes no campeonato brasileiro de futebol de 1971 foi custeada por recursos federais.

<sup>62</sup> Para manutenção das confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro, foram estimados 15 milhões de cruzeiros.

<sup>63</sup> Para a construção de centros destinados a treinamento e concentração das equipes esportivas nacionais, foram estimados cerca de 17 milhões de cruzeiros. Vide a Granja Comary, utilizada até os dias atuais para a concentração da seleção brasileira de futebol, que foi adquirida em 1978 pela CBD, durante a gestão de Heleno Nunes.

concessão seria realizada de acordo com a importância de suas contribuições para esses selecionados e equipes nacionais. A partir desses dados, os investimentos nas associações esportivas seriam realizados a fim de que houvesse continuidade do treinamento de atletas, para aquisição de material esportivo, custeamento de obras e instalações necessárias para aprimoramento da prática, assistência técnica e médica e para alimentação adequada dos atletas.

Logo, o foco do investimento estaria apenas nas instituições esportivas que já apresentassem alguma estrutura e contassem com atletas que defendessem as equipes nacionais. Unido a isso, o documento diz:

Internamente a prioridade de atuação ocorrerá nas regiões onde se concentra maior número de atletas em atividades, constituindo a base das representações brasileiras. Será estendida, no entanto, às outras regiões onde o desporto estudantil, de massa e comunitário, revelarem novos valores a partir da ampliação das bases para a seletividade dos atletas de alto nível <sup>64</sup>.

Em outras palavras, a abrangência dos investimentos visando ao desenvolvimento do desporto de alto nível estava limitado às regiões que já apresentassem algum quadro de desenvolvimento e com representantes nacionais, ou seja, as cidades do eixo sul-sudeste. Além disso, essa passagem reforça a ideia de fluxo apresentada anteriormente na qual os investimentos nas etapas anteriores da prática esportiva resultariam em frutos para o desporto de alto nível.

Logo, o que se pode notar como foco de investimento do PNED no desporto de alto nível não é o desenvolvimento equitativo das associações esportivas do país, pelo contrário, a proposta dos investimentos acentua ainda mais a discrepância entre as associações esportivas que se localizam nas principais cidades brasileiras e as associações esportivas do interior do Brasil.

O processo de desenvolvimento do desporto de alto nível se torna ainda mais desigual quando temos consciência do fato de que os atletas dotados de técnica mais refinada logo procuram atuar pelas principais associações esportivas do país, ou seja, aquelas que se situam nas cidades do eixo sul-sudeste, em detrimento das associações esportivas do interior do Brasil. Esse movimento migratório em busca das principais associações esportivas do país, somado ao condicionamento de investimento no desporto de alto nível nas demais regiões, coloca a condição de desenvolvimento dessas

---

<sup>64</sup> BRASIL. *Op.Cit.* Pp. 84-85.

mesmas regiões em um ciclo vicioso, de modo que o investimento só seria realizado desde que as regiões apresentassem novos atletas de alto nível e estes, normalmente, se encaminhavam para associações esportivas renomadas.

O investimento desigual nas regiões de desporto de alto nível só acentuou o cenário de disparidades entre as associações esportivas das principais cidades brasileiras e as do interior. Além disso, o problema se desenrola de uma forma ainda mais aguda. Os investimentos do PNED criam um movimento de ampliação das bases da Educação Física e prática esportiva, mas não ampliam as bases no *desporto de alto nível*, no sentido de diminuir a diferença entre as associações esportivas do interior para as associações das grandes metrópoles, já que seus investimentos são polarizados em regiões específicas e promovem ainda mais o movimento de migração para os grandes centros esportivos.

Nesse sentido, os investimentos planejados pelo PNED visavam à expansão de um segmento da prática esportiva (*desporto estudantil e desporto de massa*) e promoveram a expansão de algumas modalidades no último estágio dessa prática (*desporto de alto nível*), além dos centros já estabelecidos. Esse processo, embora visasse à diversificação da prática esportiva, era concentrado em locais específicos já desenvolvidos. Não seriam todas as regiões que receberiam tal investimento. Logo, além de agravar o quadro de desigualdade entre as associações esportivas das diferentes regiões, cerceia o ciclo de revelação de novos talentos nos primeiros estágios por não fornecerem amparo na formação de atletas de alto nível no seu ponto de origem e fortalecerem o modelo migratório para os grandes centros esportivos. Aí, talvez, se situe a maior contradição desse investimento.

Retomando o assunto que conduziu o desenvolvimento desta seção, os investimentos planejados pelo PNED, como mencionado, foram idealizados com auxílio dos principais órgãos esportivos do governo central – DDEF e CND. Priorizando o desenvolvimento da Educação Física e da prática esportiva - área de atuação efetiva do DDEF-, mas visando, como efeito, ao aumento qualitativo no *desporto de alto nível* – área de atuação efetiva do CND.

De acordo com o que foi visto até então, com os investimentos alvejados pelo planejamento do PNED, que tipo de conclusão é possível tirar? Como foi observado, o objetivo traçado era a ampliação da Educação Física e o incentivo à prática esportiva comunitária. E isso seria atingido, segundo o planejamento, através dos investimentos



direcionados para a infraestrutura e aparelhamento (tanto na categoria estudantil quanto na comunitária).

E no que diz respeito ao desporto de alto nível, foi possível observar que os objetos norteadores do planejamento visavam à expansão da prática amadorística, transformando-a em profissional, e a manutenção dos selecionados brasileiros com a finalidade de melhorar progressivamente seus desempenhos nos certames internacionais - já que o governo reconhecia e admitia os benefícios de bons desempenhos para a imagem do Brasil no exterior.

### *3 - Investimentos Realizados na Educação Física e no Desporto até 1974.*

Advirto ao leitor que embora parecesse que fui levado pela minha fonte no decorrer deste capítulo informo que não foi inconscientemente. Deixando-me levar pela fonte apresentei os principais argumentos e justificativas do governo ditatorial e seu suposto foco de investimento no planejamento elaborado. Dessa forma, pude apresentar em que medida o discurso do governo ditatorial enxergava suas prioridades, quando o assunto era desporto brasileiro.

Quando se tem consciência de que os investimentos objetivados pelo PNED, destinados ao desporto brasileiro, se iniciaram somente em 1976, pode-se cometer um ledor engano em acreditar que antes disso os investimentos ficaram congelados. Não ficaram. As políticas desportivas, geridas pelo Ministério da Educação e Cultura, apresentavam outras vertentes de investimento análogas ao PNED. Logo, o que pretendo apresentar nas páginas seguintes é uma reflexão acerca dos investimentos realizados no desporto brasileiro até 1974.

Primeiramente, gostaria de explicitar que os investimentos realizados até 1974, embora paralelos ao PNED, não tiveram uma orientação distinta da que foi apresentada pelo planejamento. Compreensível quando se pensa que tanto os referidos investimentos quanto o PNED foram elaborados no seio do Ministério da Educação e Cultura. Assim, o que foi idealizado para o PNED, que seria aplicado no decorrer da década de 1970, se aproximava, em termos de objetivo, dos investimentos realizados no desporto brasileiro até 1974, porque ambos visavam a desenvolver o *desporto estudantil*.

Em segundo lugar, pautei os critérios de análise pensando no *Manifesto da Educação Física*, pois este documento foi uma das influencias realizadas no governo ditatorial para repensar sua forma de conceber a Educação Física. O governo militar,

segundo Oliveira, tentou implantar um modelo esportivo de Educação Física escolar que se hegemonizava no mundo inteiro. O Manifesto teve um importante papel nesse objetivo <sup>65</sup>. Utilizarei, então, a análise de duas concepções presentes no *Manifesto* - corpo docente e infraestrutura esportiva - para comparar como a ditadura militar interpretou essas orientações e conduziu seus investimentos até o período de 1974, antes da implantação do PNED.

### 3.1 - *Corpo Docente*

Para pensar as políticas educacionais do governo ditatorial e o legado do mesmo aos profissionais da educação física utilizo a perspectiva de Dermeval Saviani <sup>66</sup> e Renata Machado de Assis <sup>67</sup>. Assim, a concepção desses autores será contrastada com o *Manifesto*, que, segundo Oliveira, era uma das forças que levava o governo militar a repensar sua forma de conduzir a Educação Física. Também será possível contrastá-la com o próprio discurso do PNED que acredito se tratar da materialização do planejamento tão almejado para a Educação Física.

Segundo Saviani, a ditadura militar teria desmantelado o sistema educacional, privilegiando o sistema privado de ensino. Saviani reconhece no acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos, “Acordos Mec-Usaid”, o momento em que se estabelece o que ele chama de concepção produtivista da educação. E os preceitos fundamentais dessa concepção materializavam-se nos “princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do ‘máximo resultado com o mínimo dispêndio’ e ‘não duplicação de meios para fins idênticos’” <sup>68</sup>.

O discurso de eficiência e otimização dos recursos utilizados, como ressaltado anteriormente, foi uma característica marcante na elaboração do *Diagnóstico*. Inclusive, o próprio documento apontava estatisticamente para um relativo aumento no número de matrículas nas escolas de Educação Física, no intervalo de 1967 a 1969, aliado à estagnação no número de profissionais de Educação Física no mesmo período, correspondendo a uma manobra de otimização dos recursos dispendidos e mantendo o quantitativo do corpo docente para atender o maior número de discentes matriculados

---

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Op.Cit.* P. 171.

<sup>66</sup> SAVIANI, Dermeval. *O Legado Educacional do Regime Militar*. Caderno Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

<sup>67</sup> ASSIS, Renata Machado de. *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

<sup>68</sup> SAVIANI, Dermeval. *Op. Cit.* P. 297.

em Educação Física. Segundo a tabela 2, durante o período tratado, o número de matrículas aumentou de 1.725 para 2.927, correspondendo a um aumento de 69,6%. Já no que diz respeito ao número de docentes, o aumento foi de 378 em 1967 para 407 em 1969, correspondendo a um crescimento de 7,6%.

**Tabela 2.** Evolução de Matrículas e Corpo Docente Segundo Localização Estadual Das Escolas de Educação Física – 1967-1969 <sup>69</sup>.

Estados	Matrícula – Anos						Corpo Docente - Anos					
	1967		1968		1969		1967		1968		1969	
	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice	Nº	Índice
<b>RS</b>	120	100	170	141,6	202	168,3	50	100	54	108	54	108
<b>PR</b>	186	100	227	122	297	159,6	40	100	40	100	49	122,5
<b>SP</b>	695	100	925	133,1	1.411	203	81	100	95	117,2	108	133,3
<b>GB</b>	351	100	437	124,5	400	114	73	100	66	90,4	59	80,8
<b>ES</b>	94	100	167	177,6	201	213,8	36	100	36	100	35	97,2
<b>PE</b>	64	100	69	107,8	75	117,1	34	100	34	100	38	111,7
<b>MG</b>	135	100	167	123,7	231	171,1	39	100	40	102,5	37	94,8
<b>GO</b>	80	100	103	128,7	110	137,5	25	100	25	100	27	108
<b>BRASIL</b>	1.725	100	2.265	131,3	2.927	169,6	378	100	390	103,2	407	107,6

Além do aumento inexpressivo do número de docentes, que não acompanhou o crescimento das novas vagas para as escolas de Educação Física, torna-se relevante acompanhar a condição específica de cada estado. No estado em que houve o maior aumento na oferta de vagas, Espírito Santo, o número de docentes não só não acompanhou o crescimento, como decresceu. Além do Espírito Santo, os estados da Guanabara e Minas Gerais também tiveram o número de docentes diminuído, como disposto na tabela acima.

Essa perspectiva de aumento do número de vagas aliado à estagnação no número de docentes remete a um fenômeno mencionado por Saviani sobre o plano da ditadura em racionalizar os recursos - obtendo o mesmo resultado com o menos dinheiro gasto.

<sup>69</sup> O índice inicial pontuado em “100” significa o marco inicial do número representado. Para saber a porcentagem de crescimento ou decrescimento, basta pegar o índice desejado e diminuir por “100”, assim se terá o valor percentual. COSTA. Lamartine Pereira Da. *Op. Cit.* P. 73.

De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury, as mudanças educacionais promovidas pela Constituição Federal de 1967<sup>70</sup> e a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1971,<sup>71</sup> acarretaram o rebaixamento do salário do corpo docente e a duplicação, ou até mesmo triplicação, da jornada de trabalho dessa categoria<sup>72</sup>. José Willington Germano apresenta um quadro no qual o aumento do número de vagas nas escolas públicas correspondia somente a um caráter quantitativo, pois a qualidade do ensino ofertada encarava sucateamento sistemático. Analogamente ao processo de expansão desordenada do ensino, os gastos com educação declinaram, refletindo principalmente na estrutura física das escolas e no número de professores leigos, que

Aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região do Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau; e nos salários e condições de trabalho dos professores, que sofreram um crescente processo de deterioração<sup>73</sup>.

Nesse sentido, o ensino assumia uma dimensão exclusivamente quantitativa enquanto era deteriorado qualitativamente em consequência da degradação do espaço físico das escolas e da desvalorização do corpo docente, que sofreu redução salarial e aumento na jornada de trabalho.

A depreciação sofrida pela categoria docente durante a reforma educacional que o país era submetido remete a um panorama completamente contrário ao defendido pelo *Manifesto Internacional de Educação Física* que enxergava no docente o principal responsável pela prática da educação física. Segundo o *Manifesto*, os equipamentos e as formas pedagógicas são “apenas instrumentos” que conseguiriam atingir um

---

<sup>70</sup> A Constituição Federal de 1967 promovia a abertura para do ensino para a iniciativa privada e acenou com um apoio público a esse ensino com amparo técnico e financeiro, e bolsas de estudo. Na verdade, as principais alterações ocorridas para a manutenção da conclusão daquele autor ocorreram com a Emenda Constitucional promulgada em 1969: a desvinculação constitucional de investimento para a educação; abertura para o ensino privado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_antecedente1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecedente1988/emc01-69.htm). Consultado pela última vez: 02/11/2016.

<sup>71</sup> Das principais alterações promovidas pela Lei de Diretrizes de Base de 1971 reconhecem-se o aumento da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos e a utilização plena dos recursos materiais e humanos sob o discurso de eficiência, como previsto no Artigo 2º: “O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Consultado pela última vez: 04/11/2016.

<sup>72</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. *A educação como desafio na ordem jurídica*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cythia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. *Apud*. ASSIS, Renata Machado de. *Op Cit*. p. 331.

<sup>73</sup> GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2005. *Apud*. ASSIS, Renata Machado de. *Op Cit*. p. 336.

determinado objetivo somente por meio dos docentes, que deveriam somar conhecimentos em Psicologia, Biologia, Sociologia e Pedagogia para exercitar o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes, pois é nesta fase, segundo os estudos referenciados no *Manifesto*, que se identifica o período efetivo de desenvolvimento físico e mental daqueles sujeitos, compreendendo, então, exercícios de cunho variado para atender o desenvolvimento físico e mental dos estudantes. O papel da educação física em si era de uma disciplina, relativamente nova, que tinha o objetivo de auxiliar o desenvolvimento cognitivo e físico de uma nova geração. Sob essa perspectiva, o papel do educador seria fundamental.

As técnicas, as formas pedagógicas e mesmo as possibilidades materiais são apenas instrumentos, cujo emprego eficaz depende, em definitivo, daqueles que os utilizam. É essencial que os responsáveis políticos e administrativos, nos diversos países, tomem claramente consciência que o rendimento de seus esforços em favor da Educação Física é, em primeiro lugar, função do número suficiente e do valor dos educadores.

A missão educativa, por meio de atividades físicas, exige sólidos conhecimentos biológicos, psicológicos e sociológicos e boa preparação pedagógica. Durante o período delicado da infância e da adolescência, especialmente, ela não deve ser confiada senão a educadores que receberam sólida formação de nível universitário<sup>74</sup>.

E o que é possível observar no Brasil é exatamente um movimento contrário, depreciando a carreira do docente. O governo ditatorial depreciou a carreira do educador físico dos anos iniciais, período reconhecido pelo *Manifesto* como o fundamental para a formação mental e física dos indivíduos. O PNED, que ainda estava em processo de elaboração, também reconhecia que nas fases iniciais dos indivíduos, a Educação Física, seria uma atividade importante para auxiliar o desenvolvimento cognitivo dos jovens.

Se observar a disposição de investimentos esquematizados pelo PNED, é possível notar que o item “capacitação de material humano” não apenas se mostra como um item discriminado das demais seções, como também representa a menor parcela de investimento. Nesse sentido, as representações mencionadas até então reverberam a postura do governo ditatorial em privilegiar as estruturas físicas em detrimento da formação docente. Logo, acredito que essa deficiência tenha afetado diretamente nas

---

<sup>74</sup> A tradução do *Manifesto* no Brasil foi realizada pelo general Jayr Jordão Ramos, conselheiro do Conselho Nacional de Desportos de 1972 a 1974. MANIFESTO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. 1971. *Op. Cit.*

finalidades alçadas pelo governo ditatorial no que tange à prática desportiva e educação física, contudo, isso não passa de uma hipótese, que precisa de um aprofundamento maior, sobre o fracasso do PNED em promover uma nova geração de atletas.

Assim, as receitas previstas para o desporto estudantil, comunitário e de alto nível não previam a capacitação de pessoal para atender às demandas dos desportos. O projeto da ditadura militar para a capacitação de recursos humanos com o objetivo de orientar a prática esportiva foi falha e insuficiente. O contingente de docentes não acompanhou o número de vagas criadas no setor educacional, sem mencionar os sucessivos cortes submetidos ao Ministério da Educação <sup>75</sup>.

### 3.2 - *Infraestrutura*

Já no que diz respeito à infraestrutura, utilizei o livro “Milhões no esporte do Brasil” para pensar nos investimentos realizados em infraestrutura esportiva. Em contramão ao movimento de desvalorização da carreira do educador físico e da falta de manutenção do espaço físico escolar, houve um movimento de crescente implementação do complexo esportivo brasileiro através de construções de infraestrutura para a prática esportiva competitiva. As construções apresentadas na obra “Milhões no esporte do Brasil” dão conta de explicitar o que pretendo informar com essa implementação do complexo esportivo brasileiro.

Primeiramente gostaria de realizar uma explanação sobre a obra que, em um primeiro momento, pode parecer um livro de efeito propagandístico da ditadura militar, sobretudo por possuir passagens escritas pelo presidente do CND em 1974, Jeronimo Bastos, o presidente do DDEF, Erick Tinoco Marques, e do ministro da educação e cultura, Jarbas Passarinho. Contudo, a obra é uma iniciativa da CBD, presidida por João Havelange. O livro faz uma apresentação densa acerca dos investimentos do governo federal para o esporte brasileiro e sobre o que ainda está por ser feito. Essa apresentação encorpada dos investimentos no esporte é algo digno de ser mencionado, pois apresenta uma perspectiva de alinhamento entre o governo federal e a confederação responsável

---

<sup>75</sup> Sendo inclusive tema de uma visita do ministro da educação ao Conselho Nacional de Desporto. Os conselheiros queixavam-se dos recursos encaminhados cada vez mais escassos ao CND e Jarbas Passarinho justificava a redução na receita do CND pelo corte de 70 milhões de cruzeiros novos sofrido pelo Ministério da Educação e Cultura. Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 07 de Maio de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 3319.

pelo desporto - a CBD – como uma espécie de repartições de poderes que deve funcionar unido.

Em seu interior, o livro, que foi publicado em 1974, pondera as realizações em infraestrutura esportiva feitas até aquele ano e alça algumas outras projeções. Deve-se elucidar que nem todas as construções apresentadas tiveram aplicações de recursos federais, assim, a obra aponta para um alinhamento existente entre o governo federal - através do MEC e seus órgãos competentes (CND e DDEF) - os governos estaduais e os clubes de futebol com o objetivo de aparatar o Brasil com o complexo esportivo mais completo da América Latina <sup>76</sup>. Os estados e municípios, motivados em favorecer o esporte mais popular, privilegiavam a construção de estádios de futebol; e os mencionados clubes, geralmente multiesportivos, vistos como os responsáveis diretos no fortalecimento dos certames nacionais, aparatavam-se dos mais diversos equipamentos e estruturas esportivas.

Além disso, o mencionado livro deixa claro que os investimentos foram realizados primeiramente nas universidades federais para, posteriormente, iniciar outro processo de aparatagem nos colégios e escolas. É possível observar os valores empregados pelo DDEF – órgão do governo federal responsável pela educação física – na tabela abaixo e ter a dimensão do quanto foi empregado no processo de construção do complexo esportivo mais completo da América Latina.

**Tabela 3.** Mapa de aplicação de recursos do DDEF <sup>77</sup>.

Área Beneficiada	Recursos Alocados			
	1971	1972	1973	Subtotal
<b>Universidades Federais</b>	15.572.000	23.548.891	26.050.000	65.170.891
<b>Universidades Particulares e Estaduais</b>	122.409	4.100.000	5.750.000	9.972.409
<b>Escolas de Educação Física</b>	2.390.845	557.600	4.200.000	7.148.445
<b>Secretarias de Educação</b>	4.345.000	18.135.329	38.200.653	60.680.982
<b>Colégios Particulares e Oficiais</b>	162.610	1.065.000	5.783.450	7.011.060
<b>Militar</b>	1.966.807	9.630.000	9.512.000	21.108.807

<sup>76</sup> O que torna ainda mais latente a hipótese alçada acima acerca do alinhamento entre o governo federal e a CBD na organização do livro.

<sup>77</sup> *Milhões No Esporte Do Brasil*. Confederação Brasileira de Desportos. 1974. P. 44.

<b>Prefeituras Municipais</b>	2.280.700	4.806.000	10.923.800	18.010.500
<b>Clubes Desportivos</b>	411.100	1.261.900	3.244.000	4.917.000
<b>Outras Instituições</b>	80.000	3.564.000	20.110.900	23.754.900
<b>Totais Gerais</b>	27.331.471	66.668.720	123.774.803	217.774.994
<b>Totais Representados em US\$</b>	4.555.780	11.111.453	20.629.580	36.296.813

Observando esta tabela, gostaria de realizar algumas ponderações: primeiramente aos valores investidos na construção de estruturas esportivas. Embora os investimentos nas Secretarias de Educação se equiparem aos investimentos realizados nas Universidades Federais, é notável que o foco do investimento do governo federal até 1974 era no esporte estudantil, porém universitário. E não naquele grupo, crianças e adolescentes, identificados pelo planejamento e pelo *Manifesto* como o grupo prioritário para a prática esportiva. Esse foco se torna mais evidente, quando é observado que os valores investidos nas universidades federais são superiores não apenas em termos absolutos, mas principalmente em valores relativos, quando se há noção de que a quantidade de universidades federais é menor que a quantidade de secretarias de educação.

E em segundo lugar, é possível notar o reflexo da Emenda Constitucional de 1969 que permitia a inserção da iniciativa privada no ramo da educação e a possibilidade de subvenção federal a estas instituições. Assim, nas Universidades Particulares e Estaduais o investimento federal entre 1971 e 1973 cresceu cerca de quarenta e sete vezes e nos Colégios Particulares e Oficiais cerca de trinta e cinco vezes.

Esse aumento focalizado no ensino privado, principalmente superior, é uma das conclusões alçadas pelo estudo de Sofia Lerche Vieira para se compreender que esse aumento só foi possível porque o governo ditatorial assumiu deliberadamente essa proposta como projeto de educacional.

De fato, ocorreu no período uma grande expansão do ensino superior. Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginásial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663 <sup>78</sup>.

<sup>78</sup> VIEIRA, Sofia Lerche. *O discurso da reforma universitária*. Fortaleza: UFC; PROERD, 1982. Apud. SAVIANI, Dermeval. *Op. Cit.* P. 300.



E, segundo Saviani, a consolidação dessa proposta de assumir a expansão do ensino privado como programa da educação foi possível, porque o Conselho Federal de Educação (CFE) funcionou como um órgão comprometido em estabelecer uma extensa rede de escolas privadas pelo país. O conselho, ainda segundo o autor, nunca teria deixado de ter representantes da rede privada de ensino nomeados pelo presidente da República, sob indicação do ministro da educação. “Além disso, o *lobby* das instituições privadas sempre foi muito ativo, intenso e agressivo, chegando a ultrapassar os limites do decoro e da ética, o que conduziu ao fechamento do CFE pelo ministro Murílio Hingel, em 1994”<sup>79</sup>.

Nesse sentido, é possível observar que os investimentos efetivos do governo ditatorial seguiram uma orientação de investimento voltada para o desporto estudantil universitário, realizando uma leitura própria do *Manifesto*: desvalorizando a carreira do educador físico e investindo em estruturas físicas privilegiando a categoria estudantil universitária<sup>80</sup>.

Até então foi observado não somente a forma pela qual a ditadura militar se relacionou com o esporte e a Educação Física, mas também as formas pelas quais os governos ditatoriais se relacionaram com a Educação Física e o esporte. No plural. Pois, como observado no decorrer deste capítulo, a gestão de Costa e Silva empenhou-se na elaboração de um *Diagnóstico* para a educação física, embora suas políticas tenham sido classificadas pelo próprio estudo como paliativas e sanadoras de sintomas. Necessitando, portanto, de um planejamento para resolver as deficiências da educação física mencionadas no *Diagnóstico*. A gestão de Médici estabeleceu como política esportiva um alinhamento entre os poderes públicos e o Sistema Desportivo Nacional com o objetivo de aparatar o país com o mais completo complexo esportivo. E a gestão de Geisel aproveitou o empuxo das gestões anteriores, como apresentado no documento do PNED, e elaborou um denso planejamento definindo os focos de investimento para a Educação Física e o desporto.

---

<sup>79</sup> SAVIANI, Dermeval. *Op. Cit.* P. 300.

<sup>80</sup> Pensando na tese de Pedro Campos, *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Brasileiro 1964-1985*, o ato de privilegiar as estruturas físicas em detrimento da formação do corpo docente me remete a pensar na relação existente entre as empreiteiras e a ditadura militar. E novamente deixo uma hipótese em aberto que pode ser abraçada por outros pesquisadores: observar os investimentos do governo federal no sistema desportivo tendo como norte a relação dos responsáveis pelo programa de investimentos do governo federal com os executores desses projetos.

Se em um primeiro momento tentava-se superar as deficiências da educação física através de medidas paliativas e desordenadas, como expressado no *Diagnóstico*, em um segundo momento, durante a gestão de Médici e em meio a Reforma Passarinho, alçava-se o objetivo de construir o complexo esportivo mais completo da América Latina. Não podendo ignorar que dentro do grande fenômeno ditadura militar, os governos militares relacionaram-se de forma diferente com a educação física e a prática esportiva.

#### *4 – O Sistema Desportivo Nacional.*

Já que assumo como problema os projetos relacionados ao futebol brasileiro nesse período, onde estariam então os investimentos ou projetos do governo federal para a estrutura futebolística nacional? Para responder a esse questionamento, devo partir do entendimento que foi trabalhado até então de que o futebol não se enquadrava como foco de investimento de primeira ordem. Então, os projetos para o futebol, como será possível observar cada vez com mais frequência, foram delegados ao Sistema Desportivo Nacional, o que não significa que a atenção do governo ao referido esporte fosse periférica, já que todo sistema esportivo era regulado por um órgão do governo federal, o CND.

O que foi trabalhado até então nesse capítulo teve o objetivo de demonstrar quais eram as principais preocupações do governo ditatorial relacionado à prática esportiva. Foi observado até então que a ação prioritária do governo federal em um histórico desde a segunda metade da década de 1960 focalizava a educação física, tratando em um primeiro momento sem planejamento, mas visando sanar as deficiências constatadas no *Diagnóstico*; e em seguida elaborando um planejamento denso que visava ao desenvolvimento da educação física, projetando a médio e longo prazo resultados que previam a ampliação em âmbito nacional da prática esportiva e a diversificação e elevação da perícia desportiva.

Foi observado, inclusive, que o objetivo principal dos recursos não era para o desenvolvimento do desporto de alto nível, mas o desenvolvimento de infraestruturas para a Educação Física e desporto comunitário, o qual também seria ajudado pelo Sistema Desportivo Nacional.

A compatibilização entre a ação integrada do Governo e a de instituições e indivíduos orientará a definição do Sistema Desportivo Nacional. As prioridades e as metas globais terão como diretrizes o objetivo geral de aptidão física da população <sup>81</sup>.

Logo, o Sistema Desportivo Nacional não somente deveria auxiliar na execução do objetivo geral, como também passaria a ser orientado pelo mesmo objetivo. Essa passagem do PNED é orientadora no sentido de apontar as motivações por trás das alterações propostas pelo plano. Então, embora o Sistema Desportivo Nacional não se configurasse como prioridade para o PNED, não significa que o mesmo não tivesse sofrido algumas alterações pelo plano. E o objetivo deste capítulo é mostrar quais foram as alterações promovidas pelo programa e tentar situar de que forma essas alterações impactaram o futebol.

Mas o que era o Sistema Desportivo Nacional? O Sistema Desportivo Nacional não é uma organização ou uma instituição, é uma terminologia conceitual que representa todo o desporto de alto nível. O referido sistema engloba em seu interior desde a organização de associações esportivas não profissionais até a mais elevada confederação. Todas essas entidades de cunho esportivo competitivo faziam parte desse sistema. O Sistema Desportivo Nacional, por representar o desporto de alto nível <sup>82</sup>, então, estava sob a regulação do CND.

Assim, esta seção analisará primeiramente quais eram os modelos de gestão esportiva reconhecida pelo PNED e qual seria o modelo melhor avaliado para o Brasil. Logo em seguida, analisarei a principal mudança proposta pelo documento para o Sistema Desportivo Nacional, a integração das estruturas esportivas e tentarei explicar os significados e implicações dessa medida.

#### 4.1 – Modelos de Gestão Esportiva para o Brasil

O PNED reconhecia três modelos de gestão esportiva: *dirigismo absoluto*, *liberalismo absoluto* e *sistema misto*, sendo este último considerado pelo Plano como o mais apropriado para o panorama brasileiro. Sabendo disso, definiremos os conceitos acima segundo o documento supracitado e, a seguir, realizaremos uma reflexão sobre os seus significados.

---

<sup>81</sup> BRASIL. *Op.Cit.* P. 47.

<sup>82</sup> O desporto considerado de alto nível era todo o desporto de nível competitivo abrangendo as categorias profissionais e as amadoras, em desenvolvimento, que ainda não tinham atingido o patamar de profissionais, mas representavam o Brasil em competições internacionais.

O *dirigismo absoluto* assim é definido: “adotado pelos países de organização sócio-política e econômica centralizada, implica essencialmente na intervenção estatal em todas as etapas da prática de atividades físicas”<sup>83</sup>. Esse tipo de gestão estaria calcado no projeto de afirmação de valores nacionais através de resultados em competições internacionais. Logo, um Estado que adotasse o *dirigismo absoluto* centralizaria os investimentos na área de esporte de alto nível de modo a torná-lo internacionalmente competitivo e assim projetar a nação.

O *liberalismo absoluto*, ao contrário do anterior, não teria qualquer regulação do Estado, sendo regulado pelas próprias entidades esportivas civis (as confederações e federações estaduais). E a atuação estatal, nessa condição, residiria no compromisso de fornecer a infraestrutura adequada para a prática esportiva.

Por fim, o *sistema misto* era entendido como todo o espectro entre os dois “extremos”, o *dirigismo absoluto* e o *liberalismo absoluto*. Esse modelo de gestão mescla a intervenção estatal com a iniciativa privada de organização esportiva, proporcionando diferentes graus de intervenção do Estado, adaptado conforme as peculiaridades de cada país. Esse modelo de gestão, reconhecido e afirmado pelo governo central como o melhor modelo para o Brasil, une a ação estatal com a iniciativa privada, preservando, assim, “a liberdade individual e as iniciativas estatais”<sup>84</sup>.

Torna-se interessante para o desenvolvimento da temática realizar uma reflexão sobre as implicações verdadeiras de seus significados. A partir do conceito de *dirigismo absoluto* dado pelo documento, sobretudo no que diz respeito ao projeto de afirmação de valores nacionais<sup>85</sup>, é possível identificar algum momento de apropriação simbólica do esporte brasileiro em competições internacionais. Como exemplo o êxito do selecionado brasileiro de futebol na Copa do Mundo de 1970:

A propaganda embalou a seleção brasileira desde a sua partida para o México. A marchinha “Pra frente, Brasil” era tocada nas rádios, nos programas de televisão, nos desfiles militares e nas escolas. Os

---

<sup>83</sup> BRASIL. *Op.Cit.* P. 31.

<sup>84</sup> BRASIL. *Op.Cit.* P. 32.

<sup>85</sup> Nesse sentido, é importante termos em mente que a proposta de afirmação de valores nacionais tem implicação direta não só no projeto de poder desenvolvido pela ditadura militar e na formação de uma identidade nacional, mas também no que tange ao processo de expiação do “complexo de vira-lata” acirrado nos momentos de fracasso na Copa do Mundo (sobretudo 1966 e 1974), bem como Nelson Rodrigues discorria em suas crônicas sobre o perfil brasileiro de cuspir na própria imagem, identificado de “Narciso às avessas”. Nesse sentido, o êxito do selecionado brasileiro em 1970 foi apresentado pelo governo militar como resultado da combinação do talento brasileiro com a organização e disciplina do regime. Cf. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A História Institucional da CBF*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Futebol. 2006.

cartazes de propaganda do regime confundiam-se com o escrete nacional. (...). Além do tradicional desfile em carro aberto pelas ruas das grandes capitais, com os jogadores segurando a taça, o governo patrocinou a exibição pública do troféu, para alegria do povo brasileiro. (...). O álbum de figurinhas da Copa, com a foto dos heróis do tricampeonato, tinha como primeira estampa uma grande imagem do próprio presidente. Era a pátria de chuteiras e boina militar <sup>86</sup>.

A metáfora sociológica <sup>87</sup> estava devidamente representada na camisa da seleção brasileira de futebol <sup>88</sup>. O governo explorou o tricampeonato mundial da seleção brasileira de todas as formas possíveis, apropriando-se do êxito futebolístico como um êxito simbólico da política nacional e potencializando o futebol como um fenômeno de integração nacional.

No que corresponde à noção de dirigismo no cenário nacional, devemos entender que os modelos de gestão esportiva no Brasil, embora arranjado em torno de instituições civis, eram todos submetidos ao CND. Logo, realizando exercício reflexivo sobre o *liberalismo absoluto*, o Estado brasileiro fornecia toda a infraestrutura necessária para a prática esportiva, enquanto as entidades esportivas de organização civil exploravam economicamente os esportes. Quanto a isso, podemos relacionar a própria proposta de implantação do PNED e a construção de infraestruturas para a prática esportiva comunitária, bem como ressaltar a quantidade de estádios construídos durante a ditadura militar a partir de recursos federais, estaduais ou municipais <sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> JÚNIOR. Hilário Franco. *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. Pp. 143-144.

<sup>87</sup> Termo utilizado por Hilário Franco Jr. para tratar a representação de nação a partir da seleção futebolística. No caso brasileiro: “Ao longo de um ano comum poucas vezes se vê a bandeira ou se ouve o hino nacional. Em ano de Copa do Mundo, bandeiras são numerosas tanto em edifícios e casas luxuosas quanto em construções humildes e barracos de favela. O símbolo nacional aparece na fachada não apenas de descontraídos bares e restaurantes, como também de austeros escritórios e consultórios. (...). Diferentemente da distinção que muitos povos fazem entre sua seleção de futebol e o país – Azzurra, Bleus, Mannschaft, Fúria, Celeste, etc. – entre nós a equipe nacional é chamada simplesmente de ‘Brasil’. ‘Pátria de chuteiras’, como dizia Nelson Rodrigues, talvez seja expressão redundante para a seleção brasileira”. JÚNIOR. Hilário Franco. *Op. Cit.* Pp. 175-176.

<sup>88</sup> A excitação em torno do êxito da seleção brasileira em 1970, segundo Agostino, representava a “unidade na diversidade” Cf. AGOSTINO, Gilberto. *Aquela corrente pra frente*. In: Revista Nossa História. Ano 2/ nº14. Dezembro, 2004. Essa unidade pode ser entendida como ponto de convergência entre as divergências políticas ou até mesmo no projeto de democracia racial sendo, antes de qualquer estigma, um brasileiro. “Assim, no início de 1970, quando os publicitários da Aerp decidiram transformar Pelé no garoto-propaganda da seleção, sua imagem já era amplamente conhecida em todo país. Para além de uma simples identificação pessoal, o craque representava, naquele contexto, a continuidade do projeto de conciliação racial iniciado por Gilberto Freyre ao longo da década de 1930 e por Mário Filho, na década de 1940.” Cf. CUNHA, Euclides Couto. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Rio de Janeiro: editora da UFF. 2014.

<sup>89</sup> Disponível no Anexo I.

Para efeito de elucidação, devemos entender que os significados atribuídos aos modelos supracitados como *absolutos* não passam de elaborações abstratas. Logo, uma gestão esportiva de *dirigismo* não impede uma gestão de *liberalismo*. São modelos que se posicionam como polares opostas somente em sua forma ideal (dita *absoluta*), como relacionada no documento. Em outras palavras, o que se torna interessante observar nesse momento é que todas as noções de gestão esportiva se resumiriam num modelo em que, em maior ou menor grau, seria o resultado da articulação da ação estatal com a iniciativa privada, tratando-se, portanto, de sistemas mistos.

Por fim, a definição em torno do *sistema misto*, sobretudo no que tange à garantia de assegurar “a liberdade individual e as iniciativas estatais”, introduz uma ideia fundamental que vai acompanhar essa dissertação: a parceria entre órgãos públicos e privados na condução dos assuntos esportivos, mas, sobretudo, as entidades privadas - confederação e federação - como as principais responsáveis pela execução dos projetos para o desporto brasileiro, enquanto o poder público tinha seus encargos no desporto delimitados à construção de instalações para a prática desportiva – através da iniciativa do executivo federal, estadual ou municipal -, fiscalização e incentivo – através do CND.

Além disso, o modelo de gestão esportiva avaliado como ideal para o Brasil era o modelo já empregado. Assim, o projeto do governo federal - através do PNED - para o esporte nacional definia-se na continuidade do modelo de gestão esportiva utilizado, o qual permitia ao desporto nacional, a partir de seus dirigentes, regular-se por artifícios e lógicas que lhe eram próprias. Logo, o que estou apresentando no decorrer deste trabalho é uma perspectiva do futebol brasileiro na qual a sua esfera era permeada por relações objetivas. Os assuntos futebolísticos raramente saíam da órbita dos seus dirigentes e necessitavam de uma intervenção direta dos órgãos de cunho estatal competentes pelo esporte. Em outras palavras, ainda que o Sistema Desportivo Nacional fosse submetido à jurisdição do CND, um órgão estatal, o futebol brasileiro continuaria a ter autonomia para organizar-se e gerir-se.

#### 4.2 – A integração da estrutura esportiva

Segundo o Decreto nº 6.251 de Outubro de 1975 – o qual consubstanciou o PNED -, o Estado passava a reconhecer outras categorias organizacionais do desporto: comunitária, estudantil, militar; e classista. Algo que Manhães pontuou como mera

formalidade, já que as associações classistas, estudantis e militares já integravam o cosmo das entidades desportivas comunitárias <sup>90</sup>.

O desporto classista se tratava de qualquer entidade para a prática esportiva organizada por uma empresa, podendo sobreviver fora da natureza original da companhia, porém sob a exigência de se vincular ao desporto comunitário.

O desporto militar correspondia às práticas esportivas nas Forças Armadas sob a direção dos órgãos especializados de cada ministério militar. As equipes formadas pelas Forças Armadas poderiam “participar de campeonatos e torneios regionais e nacionais dirigidos ou organizados pelas confederações ou federações dirigentes do desporto comunitário nas regiões sob a jurisdição destas entidades.” <sup>91</sup>.

O desporto estudantil, por sua vez, era organizado em universitário e escolar. As entidades vinculadas ao desporto estudantil universitário integravam o Sistema Desportivo Nacional, sob a possibilidade de frequentar a organização do desporto comunitário.

Por fim, o desporto comunitário era o ponto de encontro de todas as categorias anteriores, em que o esporte era desempenhado no mais elevado nível em território nacional. O desporto comunitário representava o cosmo das associações esportivas de clubes, federações e confederações, que estavam submetidas à supervisão e disciplina do CND.

O desporto comunitário, amadorista ou profissional, sob supervisão normativa e disciplinar do Conselho Nacional de Desportos, abrange as atividades das associações, ligas, federações, confederações esportivas e do Comitê Olímpico Brasileiro, integrantes obrigatórios do Sistema Desportivo Nacional <sup>92</sup>.

Por uma imprecisão terminológica dos documentos trabalhados, tanto no que diz respeito ao esporte competitivo de associações civis, quanto no que diz respeito a práticas esportivas voltadas para o lazer, ambas seguem com a denominação de desporto comunitário. Com o objetivo de evitar confusão terminológica, passarei a utilizar a

---

<sup>90</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1986. P. 92.

<sup>91</sup> BRASIL. Lei 6.251 de 8 de Outubro de 1975. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm) Consultado pela última vez em 09/09/15.

<sup>92</sup> BRASIL. Lei 6.251 de 8 de Outubro de 1975. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm) Consultado pela última vez em 09/09/15.

expressão categoria competitiva oficial para designar a categoria de esporte competitivo de associações civis.

Assim, a partir dessas definições, o governo ditatorial buscava promover a integração de todas as categorias esportivas na categoria competitiva oficial. Nesse sentido, essa categoria representava o segmento onde era desempenhada a nata da perícia esportiva no território nacional. E nela deveriam se encontrar todas as associações esportivas que desempenhassem o esporte em alto nível, independente da categoria de origem. O processo de integrar associações esportivas de diferentes categorias obedecia à motivação apresentada pelo PNED de elevar o potencial técnico brasileiro e revelar novos talentos para o esporte nacional.

No caso específico do futebol, a categoria competitiva oficial se situaria exatamente sob a competência da CBD. Torna-se relevante, então, ressaltar alguns casos de clubes de futebol que não pertenciam à categoria competitiva oficial, mas já frequentavam esse cosmo antes mesmo da proposição do PNED de integrar as estruturas esportivas. O caso da Sociedade Esportiva Tiradentes, um time criado em 1959 por membros da Polícia Militar do Piauí, é um exemplo de clube de futebol de origem militar que passou a frequentar as estruturas de organização comunitária. Associado desde 1966 à organização amadora do futebol piauiense, em 1972 estreou e venceu o Campeonato Piauiense de futebol profissional e no mesmo ano estreou no Campeonato Brasileiro de Futebol. O CEUB (Centro Esportivo Universitário de Brasília) também é outro bom exemplo. Tratava-se de um clube formado por universitários, sendo o primeiro de Brasília a disputar o Campeonato Brasileiro, na edição de 1973.

Assim, a partir do momento em que as associações esportivas frequentassem a categoria competitiva oficial, elas passavam, então, a se colocar sob a competência da CBD e, conseqüentemente, sob a jurisdição do CND, independente da categoria a qual tivessem origem.

Observar as medidas propostas pelo PNED ao Sistema Desportivo Nacional, portanto, traz duas implicações: a primeira é a centralização da estrutura esportiva futebolística nas mãos da CBD; a segunda se refere às mudanças que não foram tão significativas no Sistema Desportivo Nacional, dado que as proposições do PNED já eram praticadas. Por isso novamente brindo a Manhães mencionando que as alterações propostas pelo plano eram meras formalidades, pois na prática já vinham sendo executadas.



A proposta de reunir as diferentes categorias esportivas em apenas uma demonstra um processo de centralização de gerenciamento em torno da CBD. Pois a integração das diferentes estruturas à estrutura competitiva oficial encarregou a CBD de todo o sistema futebolístico, independente das categorias que as associações futebolísticas se originavam, a CBD era a responsável por organizar os torneios que reuniriam a nata futebolística nacional.

A proposta do PNED de reunir as diferentes categorias esportivas em apenas uma, como foi ponderada, já era uma prática comum à categoria competitiva oficial. Assim como o Sistema Desportivo Nacional já praticava o que seria o modelo de gestão esportiva ideal, a estrutura competitiva já trazia para os seus certames as associações esportivas que não lhe pertenciam originalmente.

A construção de uma política nacional para o esporte durante a ditadura perpassou pelas seções trabalhadas até aqui. Foi possível observar que por toda a segunda metade da década de 1960 o governo central se utilizou de deliberações que visavam a sanar pontualmente as deficiências surgidas no que tange à educação física e à prática esportiva. Mas foi somente no início da década de 1970 que os esforços para a educação física e o desporto começam a tomar forma. Primeiramente através do *Diagnóstico*, na gestão Costa e Silva, documento singular de cunho tecnocrático que propunha mudanças na condução das políticas que estavam sendo tomadas até aquele momento para o desporto. Em seguida, reinterpretando o *Manifesto*, a gestão de Médici privilegiou a construção de estruturas esportivas para o desporto estudantil universitário. E simultaneamente a esse processo, influenciado pelo *Diagnóstico*, há a elaboração do I Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED) - consubstanciado em 1975 pela lei 6.251 de 08 de Outubro-, um planejamento que tentava dar conta das deficiências da educação física e da prática esportiva no Brasil. Mais precisamente, queria aumentar o número de praticantes de esporte e diversificar as modalidades praticadas entre eles. O PNED ainda buscou promover alterações pontuais no Sistema Desportivo Nacional, as quais não passaram de meras formalidades, já que eram procedimentos utilizados pelos quadros do sistema.

Por isso, quando se pensa na construção de uma política nacional para o esporte brasileiro, mesmo visando ao Sistema Desportivo Nacional, não se pode deixar de lado as formas pelas quais o governo ditatorial se relacionava com a educação física e a prática esportiva.

Dessa forma foi acompanhado no campo teórico como se deu a relação do governo ditatorial com a educação física na elaboração de um planejamento para a mesma, o PNED. E também como se deram os investimentos concretos para o campo desportivo e para a educação física. Assim, foi possível notar qual era a orientação do governo ditatorial para com a área desportiva, sobretudo com o futebol. Foi estabelecido um alinhamento entre o governo federal, os governos estaduais e municipais e o Sistema Desportivo Nacional, onde o governo federal investia amplamente no desporto estudantil, principalmente o universitário; os governos estaduais e municipais apostavam no esporte mais popular do país, o futebol, e, por isso, financiavam e construía estádios de futebol; e o Sistema Desportivo Nacional, por sua vez, aparatava os clubes por meio de estruturas multiesportivas.

O governo federal, como foi possível notar, não tinha um projeto político específico voltado para o futebol brasileiro. O projeto do governo federal envolvia o desporto de uma forma geral, mas principalmente, a prática desportiva. Por isso, acredito que o alinhamento do governo federal com o Sistema Desportivo Nacional é algo importante de ser salientado para os próximos capítulos, pois embora não houvesse um projeto específico gestado pelo governo federal para o futebol brasileiro, não significa que não tenha havido um projeto para o futebol brasileiro. E que tampouco este projeto não tenha sido patrocinado pelo governo federal com recursos públicos.

O governo federal, com a medida da integração das estruturas, delegava ao Sistema Desportivo Nacional o dever de desenvolver qualitativamente o esporte de alto nível. O foco prioritário de atuação do governo federal era o desenvolvimento quantitativo da prática esportiva, na área de desporto de massa e estudantil. Logo, o governo federal não tinha a pretensão de administrar diretamente projetos para o futebol, limitando suas ações ao Conselho Nacional de Desportos (CND), que regulava e intermediava as relações entre os governos autoritários e o campo desportivo. Assim, configurava-se, então, um monopólio nas mãos da CBD e dos órgãos competentes, a ela submetidos, para organizar, administrar e aplicar projetos para o futebol brasileiro.

O próximo capítulo visa a tratar do CND, órgão do governo federal dotado de atribuições excepcionais para regular a seara desportiva profissional. Será possível observar, a partir desse capítulo, quais eram as principais atribuições e competências do CND para com o futebol brasileiro.

## CAPÍTULO II – Sentinelas do Desporto.

É importante estarmos atentos sobre como se dava a relação entre Estado ditatorial e futebol. Buscar o entendimento desse binômio não se resume em elucidar o envolvimento da ditadura com a seleção brasileira e suas apropriações, na verdade, isso seria só a ponta do *iceberg*. O fenômeno de apropriação da seleção brasileira e a utilização de seus feitos como um meio propagandístico de conquistas simbólicas realizadas pelo regime são apenas um viés de uma estrutura enraizada nas instituições futebolísticas brasileiras.

O presente capítulo busca discutir a relação da ditadura militar brasileira com a estrutura esportiva do país a partir do principal órgão estatal responsável pela seara esportiva. Assim, devemos estar atentos aos esforços desempenhados pelo Estado para com o esporte, sobretudo no que diz respeito ao empenho para implantar uma organização que melhor lhe servia. Logo, a discussão do referido capítulo gira em torno do Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão criado durante a ditadura estado novista, que tinha como objetivo a organização do esporte nacional.

Dividimos, então, o capítulo em três eixos: *A criação do Conselho Nacional de Desporto*, *A especialização do Conselho Nacional de Desporto* e *Sentinelas do desporto brasileiro - o Conselho Nacional de Desporto 1966-1971*. Dessa forma, traçamos uma linha temporal que visa tratar do período compreendido entre a criação do CND e o processo de especialização que incidiu no referido conselho.

O primeiro item desse capítulo visa a discutir primeiramente a criação do CND, um órgão que nasceu com o objetivo de organizar o esporte nacional. Nessa iniciativa estatal de *disciplinar* o esporte brasileiro, o CND toma formas centralizadoras na hora de conduzir o esporte, acumulando em torno de si funções normativas, executivas, legislativas e judicantes. Assim, nesse momento de criação do conselho, observa-se a organização de uma hierarquia na condução dos assuntos esportivos, sendo reservado ao CND o topo da cadeia.

O segundo item trata da herança da ditadura estadonovista deixada para a ditadura militar no que diz respeito ao órgão de controle legalístico da área esportiva. Especialmente no que diz respeito às alterações na estrutura do conselho que culminou na sua especialização em atender as demandas relacionadas ao esporte desempenhado em alto nível. De tal modo, observaremos a trajetória de alterações promovidas pelo

executivo nacional no conselho que lhe permitiu se tornar um órgão ainda mais completo. Em consonância com essa perspectiva, a Loteria Esportiva se tornou um componente que acrescentava o caráter financiador do órgão estatal. Além da preservação das suas competências iniciais de caráter normativo, legislativo, executivo e judicante, o CND passou a ter a capacidade de subvencionar o esporte profissional.

O terceiro item aborda mais detidamente o universo do CND, reconhecendo os seus conselheiros e assessores, suas respectivas funções, observando as principais atividades do referido conselho e como o mesmo enxergava suas funcionalidades dentro do Sistema Desportivo Nacional, tendo a observância da nova função desempenhada pelo CND dentro da reorganização estrutural promovido pela ditadura militar através do PNED.

Por fim, o objetivo desse capítulo é observar que a ditadura militar transformou o CND, herança da ditadura estadonovista, em um órgão especializado em gerenciar as demandas relacionadas ao esporte profissional, assimilando as antigas estruturas e reorganizando-as do modo que melhor lhe servisse, sem, contudo, se apropriar dos projetos gestados no futebol. Assim, pretende-se explicar que, embora organização do CND lhe dava aspectos centralizadores da seara esportiva, o projeto de poder implantado no futebol brasileiro não foi gestado no CND, mas teve o seu aval.

#### *1 – Da criação do Conselho Nacional de Desportos.*

O propósito central desse item é explicar quais eram as principais competências do Conselho Nacional de Desportos (CND) para com o desporto brasileiro no momento de sua criação. Será possível observar, inclusive, as implicações da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), um órgão privado, estar submetida ao CND, órgão estatal criado em abril de 1941. Iniciaremos discutindo o objetivo da organização do desporto brasileiro para, em seguida, abordarmos seus traços centralizadores. Para o desenvolvimento deste item nos pautamos, sobretudo, na obra *Política de Esportes no Brasil* de Eduardo Dias Manhães<sup>93</sup>. A referida obra se originou a partir da sua dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A obra se preocupa, sobretudo, com a criação do CND em um período no qual o ambiente esportivo precisava de organização. E como

---

<sup>93</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

a ideia de organização empregada no regime estadonovista se relacionava diretamente com o conceito de “disciplina”<sup>94</sup>.

Há de se pontuar que o CND, embora tenha sido criado em 1941, teve suas principais competências preservadas até o início da década de 1990 – quando foi extinto pelo Decreto nº 981, de julho de 1993 (Lei Zico), o que nos permite supor que durante toda a década de 1970 o Conselho Nacional de Desportos ainda possuía as mesmas atribuições de 1941, com alterações bem pontuais<sup>95</sup>.

A intervenção não ocorreu de forma desconexa e súbita. O frágil equilíbrio vivenciado pela Confederação Brasileira de Desportos na década de 1930 afetava a todos os esportes pelos quais a CBD era responsável, inclusive o futebol. O crescimento do número de adeptos aos processos de criação de entidades especializadas – se desvencilhando da CBD - e a dualidade entre a CBD e a Federação Brasileira de Futebol (FBF) para saber quem era o representante legítimo do futebol brasileiro, permite entender o processo de desgaste acumulado pelas seguidas gestões da CBD que não conseguiam recompor a hegemonia da confederação.

Devemos ter entendimento de que a CBD (filiada à FIFA) e a FBF competiam pela legitimidade de gerir o futebol brasileiro nesse período. Em 1934, a convocação do selecionado brasileiro para disputar a Copa do Mundo foi marcada por uma grande dualidade, quando a CBD tentava convocar jogadores da liga da FBF e os clubes dessa liga se negavam a ceder seus jogadores por não reconhecerem a CBD como entidade máxima no ramo futebolístico. Assim, a CBD autorizou o pagamento de 30 contos de réis, como “ajuda de custo”, para cada jogador convocado, o que convenceu alguns atletas a integrarem o selecionado.

A eliminação precoce do selecionado brasileiro na Copa do Mundo de 1934 possibilitou que o mesmo realizasse uma longa excursão pela Europa, enfrentando o selecionado iugoslavo, entre diversos combinados e times, e diminuindo

---

<sup>94</sup> Abordar a noção de *disciplina* a partir de uma eficácia operativa é apenas uma perspectiva explicativa que não dá conta de todo o problema. E, apesar do claro projeto de sociedade proposto no referido Decreto-lei 3.199, há um elevado nível de abstenção quanto ao raio de ação pertinente ao CND e à sua disciplinarização do desporto. O autor, então, historiciza o conceito de *disciplina* e o relaciona a um projeto de sociedade corporativa onde o Estado criava estruturas que se sobrepunham às entidades civis e as subjugavam em função do – ou pelo menos o que o Estado entendia por - “bem comum”. Nesse sentido, utiliza a noção de Gramsci e Althusser, relacionando os aparelhos de manutenção da ordem na ditadura estadonovista como um projeto social hegemônico. “É bem verdade que se refere à categoria de ‘*disciplina*’ as medidas tidas como de caráter administrativo conjuntural, tal como obrigar que associações desportivas brasileiras adotassem regras internacionais para que competissem em pé de igualdade nas pugnas internacionais, por exemplo.” MANHÃES, Eduardo Dias. *Op. Cit.* P.28.

<sup>95</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Op. Cit.* 1986. Pp. 107-108.

consideravelmente o prejuízo contraído com a participação frustrada na Copa do Mundo e o pagamento dos jogadores <sup>96</sup>.

Segundo Carlos Eduardo Sarmiento, havia uma sensação geral de que a confederação privilegiava o futebol e negligenciava esforços para as outras modalidades. Dessa forma, em 1935, o movimento que visava à criação de federações nacionais especializadas ganhou novo fôlego e a gestão de Álvaro Catão à frente da CBD observou a criação de duas delegações para a disputa das Olimpíadas de Berlim em 1936. Uma delegação preparada pela CBD e a outra pelo revitalizado Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Contudo, as mesmas foram unidas antes da competição diante da negativa do Comitê Olímpico Internacional (COI) de haver duas delegações representando um mesmo país.

A CBD não conseguia conter os movimentos descentralizadores e era evidente o desgaste e o enfraquecimento que as seguidas gestões da confederação encaravam com as investidas de descentralização. Contudo, a eleição de Luis Aranha, em 1936, para a presidência da CBD, parecia ter um significado diferente das demais. Carlos Eduardo Sarmiento oferece uma via interpretativa de que essa eleição representava um consentimento de intervenção do governo federal <sup>97</sup>.

A presença de Luis Aranha, segundo Sarmiento,

viabilizaria as ações governativas que iriam redesenhar a gestão do desporto nacional. (...). Para ele [Luis Aranha], quanto mais forte fosse a Confederação, quanto mais centralizada a sua administração, maior seria a possibilidade de uma gestão adequada das diferentes modalidades esportivas <sup>98</sup>.

A criação do CND, em 1941, tinha uma função bem definida: *disciplinarizar* o desporto nacional. Diante de um ambiente de crescente profissionalização do futebol brasileiro e expansão de outras modalidades esportivas, a proposta de criação do CND

---

<sup>96</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *A História Institucional da CBF*. P.62. Aos olhos mais atentos perceber-se-á nesse momento o uso de disputa de amistosos como meio de arrecadação de fundos. Um método muito comum e bastante difundido entre os clubes na segunda metade da década de 1960 e no decorrer da década de 1970.

<sup>97</sup> O autor traça a trajetória de Luis Aranha e seu irmão, Oswaldo Aranha, sobretudo no que tange às contribuições destes no governo Vargas. Cf. SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op.Cit.* pp.66-67. Oswaldo Aranha também foi um dos colaboradores na elaboração do Decreto-Lei nº 3.199 de Abril de 1941 – criação do Conselho Nacional de Desporto.

<sup>98</sup> SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op.Cit.* P. 67.

era acionar um órgão de Estado para mediar e regularizar as práticas esportivas, tanto amadoras, quanto profissionais.

Desse modo, os interesses e as perspectivas envolvidas no ambiente esportivo seriam arbitrados pelo Estado a partir da criação do Conselho Nacional de Desportos. Tão logo a legitimidade do Estado em tornar-se árbitro dos interesses e perspectivas envolvidas no plano esportivo toca na noção de *disciplinar* a seara esportiva, mencionada acima, como também toca no reconhecimento do próprio Estado em zelar pelo “bem comum” – o esporte. Para o projeto de sociedade do governo estadonovista, a ausência de ordenamentos no campo esportivo era motivo da aplicação da *disciplina* estatal, justificando, dessa forma, a intervenção estatal em instituições de ordem privada<sup>99</sup>.

A disciplinarização das entidades esportivas de cunho privado foi sacramentada no artigo 25 do regimento do CND: “as confederações são órgãos de execução das decisões do CND, a cuja secretaria prestarão informações que lhes forem pedidas no prazo determinado”<sup>100</sup>. Além disso, em termos de disciplinarização, competia ao CND intervir diretamente em uma associação esportiva, federação ou confederação quando fosse necessário. Nesse sentido, a flutuação do conceito de *disciplina* que vimos anteriormente “não é mera casualidade advinda de fortuita imprecisão legislativa. Ao contrário. Contava a ordem corporativa justamente com um aparelho “disciplinador” plenipotente (capaz de arbitrar conflitos de toda natureza)”<sup>101</sup>.

Foram colocadas sob a superintendência do Conselho Nacional de Desportos as seguintes confederações: Confederação Brasileira de Desportos, Confederação Brasileira de Basquetebol, Confederação Brasileira de Pugilismo, Confederação Brasileira de Vela e Motor, Confederação Brasileira de Esgrima e Confederação Brasileira de Xadrez.

A CBD era uma confederação de cunho eclético responsável pelas seguintes modalidades: futebol, tênis, atletismo, remo, natação, polo aquático, vôlei e handebol, sendo o primeiro o seu esporte básico e essencial.

Datada da criação do Conselho Nacional de Desportos, o esporte nacional passava a ter a seguinte organização: cada esporte ou grupo poderia se organizar em apenas uma confederação, obrigatoriamente filiada à entidade internacional de seu ramo

---

<sup>99</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Op.Cit.* 1986. Pp. 87-98.

<sup>100</sup> Artigo 25 do Regimento do Conselho Nacional de Desportos. *Apud* MANHÃES, Eduardo Dias. *Op.Cit.* 1986. P.51.

<sup>101</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Op.Cit.* 1986. P.37.

esportivo. As confederações poderiam ser especializadas (representando uma modalidade específica) ou eclética (representando mais de uma modalidade). A confederação especializada deveria ter, filiada a si, pelo menos, três federações estaduais ou regionais que tratassem do desporto representado. A confederação eclética, por sua vez, deveria ter, pelo menos, uma federação de cada um dos desportos que ela pretendesse dirigir.

A partir da criação do CND ocorreu uma significativa alteração no cotidiano da organização do futebol no Brasil. As federações de futebol passaram a substituir as ligas especializadas em todas as unidades federativas em que havia a prática de futebol profissional, sendo prontamente colocadas no controle local dos esportes administrados, e, em plano nacional, sob a administração da CBD. No ano de 1941, podemos perceber mudanças significativas nos estados. No Distrito Federal, a Liga de *Football* do Rio de Janeiro deu lugar à Federação Metropolitana de Futebol, enquanto no estado da Guanabara surgiu a Federação Fluminense de Desportos e, em São Paulo, a Federação Paulista de Futebol <sup>102</sup>.

A criação do CND e a utilização do critério internacional para organizar e regulamentar as entidades esportivas que já estavam em atividade serviram também para padronizar a prática dos desportos. Segundo Eduardo Manhães, a adoção dos critérios internacionais deve ser entendida como uma medida de arbitramento de conflitos entre as cisões existentes entre as confederações. Arnaldo Guinle, por não aceitar que o futebol continuasse fazendo parte de uma entidade de cunho eclético, encabeçou o movimento que se autoproclamava em prol da profissionalização do futebol brasileiro e que, por isso, defendia a organização de uma confederação especializada. Guinle fundou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e tentou filiá-la à FIFA, fazendo pressão para que a CBD fosse excluída do seu quadro de filiados, mas sem sucesso. Sobre este aspecto, Manhães afirma:

Nesse momento, é importante dizer que o Estado não só arbitra os conflitos então existentes como supõe anulá-los, ao decretar a admissão da existência apenas e tão somente de uma entidade nacional para cada ramo ou ramos de entidades desportivas <sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> DRUMOND, Maurício. *Nações em jogo. Esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri. 2010. Edição Digital.

<sup>103</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Op. Cit.* 1986. P.51.



Dessa forma, partindo de uma perspectiva original, o CND cerceava a possibilidade de qualquer tipo de organização paralela de uma confederação já consolidada – reconhecida e filiada ao respectivo órgão internacional - e em atividade, garantindo as prerrogativas legais de monopólio dos órgãos privados que são as confederações, pois, embora submetidas ao poder público, não deixaram de defender seu caráter privado de associação civil.

Quanto às competências do Conselho Nacional de Desportos, Eduardo Manhães pontua que o caráter autoritário e centralizador do CND, que o acompanha desde a sua criação, se dá em função, primeiramente, pela ausência de qualquer via representativa para as entidades desportivas que o CND administra; em segundo lugar, pela extensa competência reguladora do ambiente desportivo. De acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.199, o conselho seria composto por cinco membros nomeados pelo Presidente da República <sup>104</sup>. Logo, confederações, federações e associações desportivas associadas ao CND não tinham qualquer peso decisivo nas deliberações desta.

Além disso, no que corresponde às competências do CND no cotidiano das associações esportivas, federações e confederações, podemos perceber a tentativa de exercer um rígido controle por parte do conselho que regulava estatutos e regulamentos de competições <sup>105</sup>, influenciando, inclusive, na definição de qual clube representaria o Brasil numa competição internacional. Dessa forma, qualquer participação deveria ser previamente autorizada pelo conselho e, no sentido contrário, caso o Conselho Nacional de Desportos decidisse pela participação de alguma equipe, esta não poderia abster-se da convocação.

Logo, somado à extensa envergadura atribuída ao CND - admitindo o caráter normativo, executivo, judicante e de controle, Manhães relaciona dois decretos adjetivadores ao Decreto-lei nº 3.199, que ampliariam seu caráter intervencionista. São os decretos 5.342, de 25 de Março de 1943, e 7.674, de 25 de Junho de 1945. No primeiro, afirma o autor, é possível perceber o controle disciplinar através da malha burocrática. A partir dele, o CND recebe todos os registros de entidades esportivas, atletas profissionais, e auxiliares especializados, mantendo um rígido controle dos personagens presentes no cotidiano esportivo brasileiro. Se as recomendações e

---

<sup>104</sup> Sabendo que esse decreto data de 1941, o presidente Eurico Gaspar Dutra, através do decreto 9.875, de 16 de Setembro de 1946, alterou o número de conselheiros nomeados pelo presidente de cinco para sete. Modelo esse preservado até sua extinção.

<sup>105</sup> Além dessa mudança de cunho organizacional, as federações e confederações submetidas ao CND deveriam elaborar internamente seus estatutos e coloca-los sob aprovação do conselho estatal para entrar em vigor.

instruções do CND não fossem seguidas por qualquer uma das partes registradas, a punição, na ausência de uma pré-definição específica, poderia vir em forma de multa, suspensão temporária das atividades ou suspensão permanente.

Já o Decreto-lei nº 7.674, de 25 de Junho de 1945, tinha o objetivo de acompanhar os passos administrativos de cada órgão submetido ao CND. No Artigo 1º definiu-se a criação de um órgão fiscal, instituído pelo próprio conselho ou assembleia de cada entidade. Em seguida, no Artigo 2º, definiram-se as competências do órgão fiscal criado no interior de cada entidade esportiva. O Artigo 3º definiu de que forma a contabilidade e a prestação de contas seriam realizadas. Por fim, o Artigo 4º estabeleceu as punições cabíveis; desde suspensão temporária até eliminação definitiva das atividades desportivas.

Além disso, diferente das antigas formas de subvenção federal às associações privadas <sup>106</sup>, o decreto-lei 7.764, de 1945, conferia ao CND uma função-chave na hora de conceder os empréstimos pleiteados pelas entidades esportivas. Os empréstimos só seriam aprovados pelo presidente da República caso o CND pré-aprovasse a concessão:

Art. 10. As entidades desportivas habilitar-se-ão à concessão do empréstimo mediante autorização do Presidente da República, em requerimento encaminhado por intermédio do presidente do Conselho Nacional de Desportos.

*Parágrafo único.* O Conselho Nacional de Desportos, examinadas as condições de organização e funcionamento da entidade requerente, dará parecer sobre a sua eficiência desportiva, sobre a expressão social dos benefícios que distribui e sobre a utilidade da aplicação do empréstimo pedido <sup>107</sup>.

As condições de empréstimos da Caixa Econômica Federal seriam dadas pelo CND, no Rio de Janeiro, e nas demais regiões através dos Conselhos Regionais de Desportos (CRD) <sup>108</sup>. Os CRDs deveriam funcionar como uma extensão regional de informações do CND. Sua função principal seria manter o CND informado de todos os

<sup>106</sup> As subvenções destinadas às entidades privadas poderiam ser concedidas de acordo com os regimes previamente estabelecidos pelos Decretos-leis nº 527, de Julho de 1938, o Decreto-Lei nº 693, de 15 de setembro de 1938, e o Decreto-Lei nº 1.500, de Agosto de 1939. E o CND tomaria ciência das subvenções federais por intermédio do próprio Ministério da Educação e Saúde.

<sup>107</sup> Novamente encontramos o termo “eficiência” partindo de um aparato legislativo do governo federal, reverberando o caráter tecnocrático das medidas referentes à prática desportiva. BRASIL. Lei 7.674 de 25 de Junho de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7674-25-junho-1945-449991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado pela última vez em 08/09/15.

<sup>108</sup> Conforme prevê artigo 6º do decreto-lei 3.199 de 1941, os Conselhos Regionais de Desportos eram compostos por quatro membros nomeados diretamente pelo governo do estado e um nomeado pelo Conselho Nacional de Desportos.

empréstimos estaduais ou municipais destinados a cada entidade esportiva. Por outro lado, os CRD's funcionariam como órgãos consultivos do governo, do estado ou municipal, em tudo que dissesse respeito à proteção e investimentos dirigidos ao esporte.

Assim, os CRDs representavam os tentáculos do CND na ordem dos estados federados, contudo sem a autonomia e poder de intervenção deste último. Sua principal tarefa era colaborar com o CND no cumprimento de suas finalidades, sobretudo no controle de subvenções públicas aplicadas nas entidades esportivas.

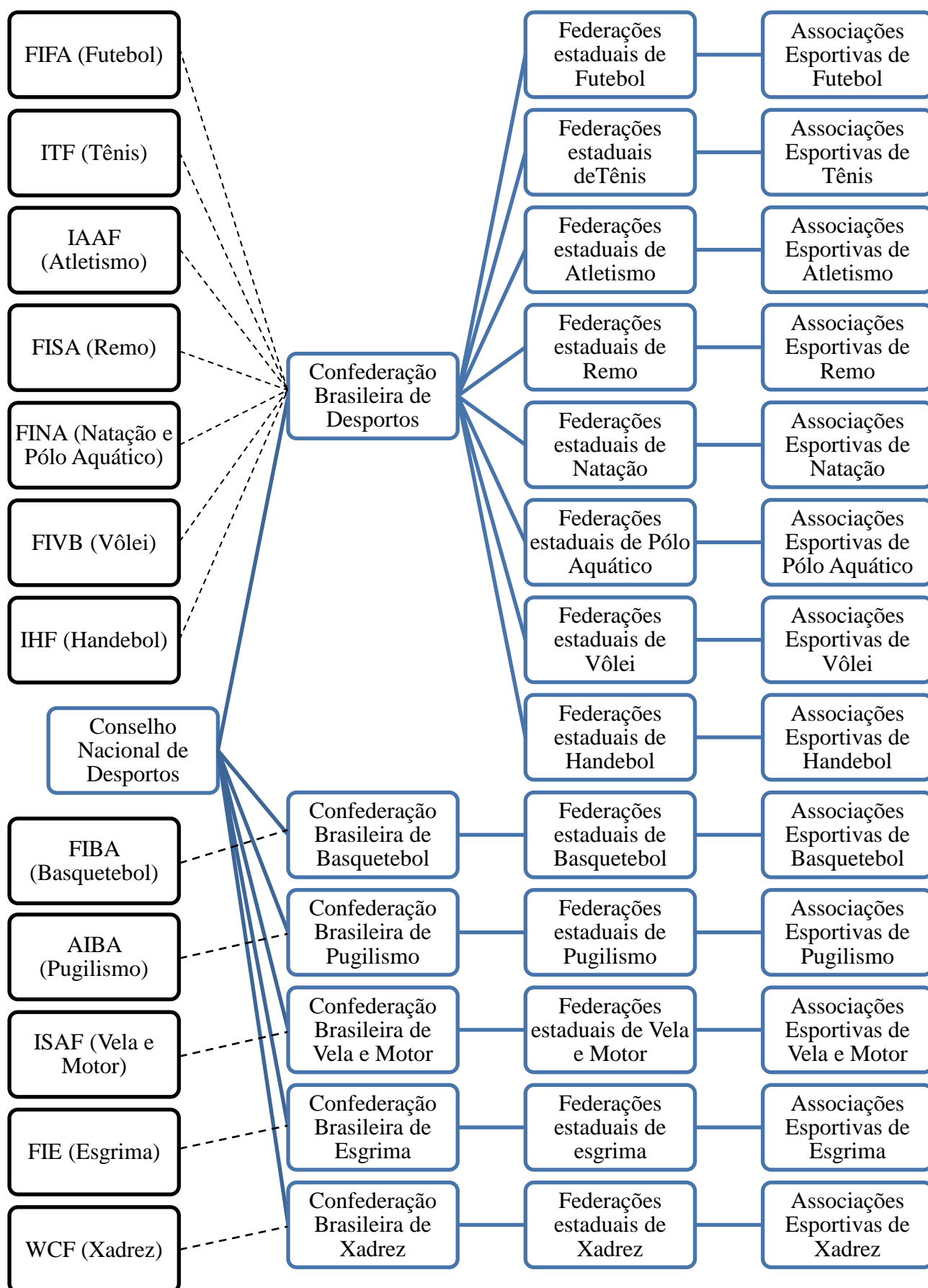
Por fim, Eduardo Manhães pontua da seguinte forma as competências gerais do Conselho Nacional de Desportos - um órgão estatal, criado a partir do Decreto-lei nº 3.199, de Abril de 1941 – sobre os desportos praticados no Brasil:

É legítimo afirmar, que o CND pode tudo. É plenipotente. Fica assim criado o aparelho de Estado responsável pela “disciplina” (corporativista) da ordem corporativa, podendo intervir, arbitrar conflitos e verticalizar linearmente as funções, tratando da efetiva oficialização das entidades e da ordem desportiva, superposto que está à sociedade civil e aos interesses “particularistas”, a partir do controle pelo mesmo exercido sobre esta última <sup>109</sup>.

O CND representava, portanto, a organização e coordenação linear e verticalizada das entidades desportivas profissionais através do estabelecimento de uma hierarquia organizacional e de uma malha burocrática que se punha a reger todo o ambiente desportivo. O alto dessa hierarquia era ocupado pelo CND, em seguida pelas Confederações nacionais vinculadas às respectivas entidades internacionais, as Federações estaduais devidamente vinculadas às respectivas Confederações nacionais e, por fim, as associações esportivas ligadas às Federações estaduais das respectivas modalidades.

---

<sup>109</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Op.Cit.* 1986. P.36.



**Organograma 1** – As linhas pretas pontilhadas indicam as filiações das confederações com as referidas modalidades que representam. A relação das confederações nacionais com suas respectivas federações internacionais não representam necessariamente um estágio dessa hierarquia criada pelo CND, mas elas são envolvidas indiretamente pelo mesmo. E as linhas azuis contínuas representam a organização hierárquica do esporte nacional.

2 – Das alterações realizadas no Conselho Nacional de Desportos e o processo de especialização.

Os governos posteriores à ditadura varguista puderam utilizar uma estrutura que permitia controlar toda a seara esportiva. O que podemos perceber, pautado na análise das deliberações do Executivo destinados a esse órgão, é que os momentos de maior atenção ao CND foram em períodos autoritários. Não que o referido conselho tenha sido negligenciado em outros momentos, mas, se observamos os decretos do Executivo em torno do CND até sua extinção, em 1993, percebemos que o número de decretos-lei expedidos em qualquer um dos momentos ditatoriais é maior do que em qualquer período tratado vulgarmente como democrático.

Na verdade, os períodos de maiores preocupações do Executivo com o CND são nas décadas de 1940 e de 1970. São os períodos em que ocorrem, respectivamente, a criação do CND, durante a ditadura estadonovista; e sua especialização<sup>110</sup>, na ditadura militar. O primeiro representa o estágio inicial de ordenamento do esporte brasileiro, numa espécie de catarse do esporte nacional. O segundo pertence ao projeto-macro de organização de uma Política Nacional de Educação Física e Desporto – que implicou nos fenômenos de especialização do CND, no surgimento da estrutura jurídica própria para julgar as causas esportivas e na expansão da prática esportiva, reutilizando o conceito de *disciplina*.

A ditadura militar se familiarizou depressa com a estrutura centralizadora herdada. A própria noção de *disciplina* vinculada ao CND nos seus primórdios foi assimilada de forma quase instantânea pelo regime. O processo de expansão do esporte promovido pela ditadura militar através da educação física e o seu significado de projetar a disciplina através do esporte<sup>111</sup> podem ser entendidos como uma forma de assimilação do referido conceito. Sem abrir mão do seu significado inicial de promover

---

<sup>110</sup> Esse assunto será melhor abordado mais adiante, mas podemos antecipar que o CND, na década de 1970, teve suas funções redefinidas pelo executivo, mas sem alterar suas competências iniciais. O CND passa a ter, com a Loteria Esportiva, recursos para empregar no esporte profissional. Dessa forma, podemos pensar no CND como um órgão que se especializa na seara esportiva profissional, ao reunir em torno de si competências legislativas, executivas, normativas, judicantes e também subventoras.

<sup>111</sup> Sobretudo os trabalhos que pautam-se sob uma perspectiva foucaultiana de microfísica do poder, tal como os trabalhos de: PAZIN, Nailze Pereira de Azevedo. *Op. Cit.* e TEIXEIRA, Sérgio. *Op. Cit.*

a *disciplina* na esfera esportiva profissional, a ditadura militar tentava promover um *modus operandi* disciplinado através do esporte para os demais segmentos sociais <sup>112</sup>.

Já no que diz respeito ao processo de especialização do CND, é importante identificar que o referido processo ocorreu em consonância com a segunda etapa do Plano Nacional de Educação Física e Desporto <sup>113</sup>. Entendemos, então, que fazem parte desse processo de especialização o conjunto de mudanças promovidas no conselho, seja em relação às funções administrativas transferidas para o Departamento de Desporto e Educação Física (DDEF), seja em relação à composição e estrutura do referido conselho. E, concomitante a essas alterações, o órgão adquire capacidade de realizar subvenções ao esporte profissional, através de sua relação com a loteria esportiva.

Além disso, torna-se relevante ressaltar que o fenômeno de especialização do conselho é concluído junto à segunda etapa do PNED. Em outras palavras, a especialização do CND não apenas o tornou mais completo e eficiente, como também delimitou a área de atuação desse órgão, que passou a deliberar pelas causas do esporte considerado de alto nível <sup>114</sup>.

Assim, almejamos trabalhar no decorrer desse item duas etapas concernentes ao processo de especialização do CND. A primeira etapa visa tratar das alterações realizadas no órgão durante a ditadura militar, sobretudo no que tange às mudanças administrativas realizadas no conselho, de modo a tornar o órgão mais eficiente; já a segunda etapa do processo de especialização do conselho refere-se à aquisição da competência de realizar subvenções ao esporte profissional.

### *2.1 – Alterações realizadas no Conselho Nacional de Desporto.*

Das alterações realizadas no CND na primeira metade da década de 1970, podemos perceber que foram modificações pontuais e superficiais no que tange às

---

<sup>112</sup> Cf. COUTO, Euclides de Freitas. *Op.Cit.* Pp. 171-184.

<sup>113</sup> O Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED) foi desenvolvido em etapas, sendo a primeira (concluída em 1970) de diagnósticos sobre o panorama esportivo brasileiro; a segunda (1971-1975), de alterações administrativas para atender os objetivos alçados; e, por fim, a terceira (1976-1979), visando a implementar efetivamente as políticas e investimentos planejados. Logo, o processo de especialização do CND foi desenvolvido em consonância com a segunda etapa do PNED.

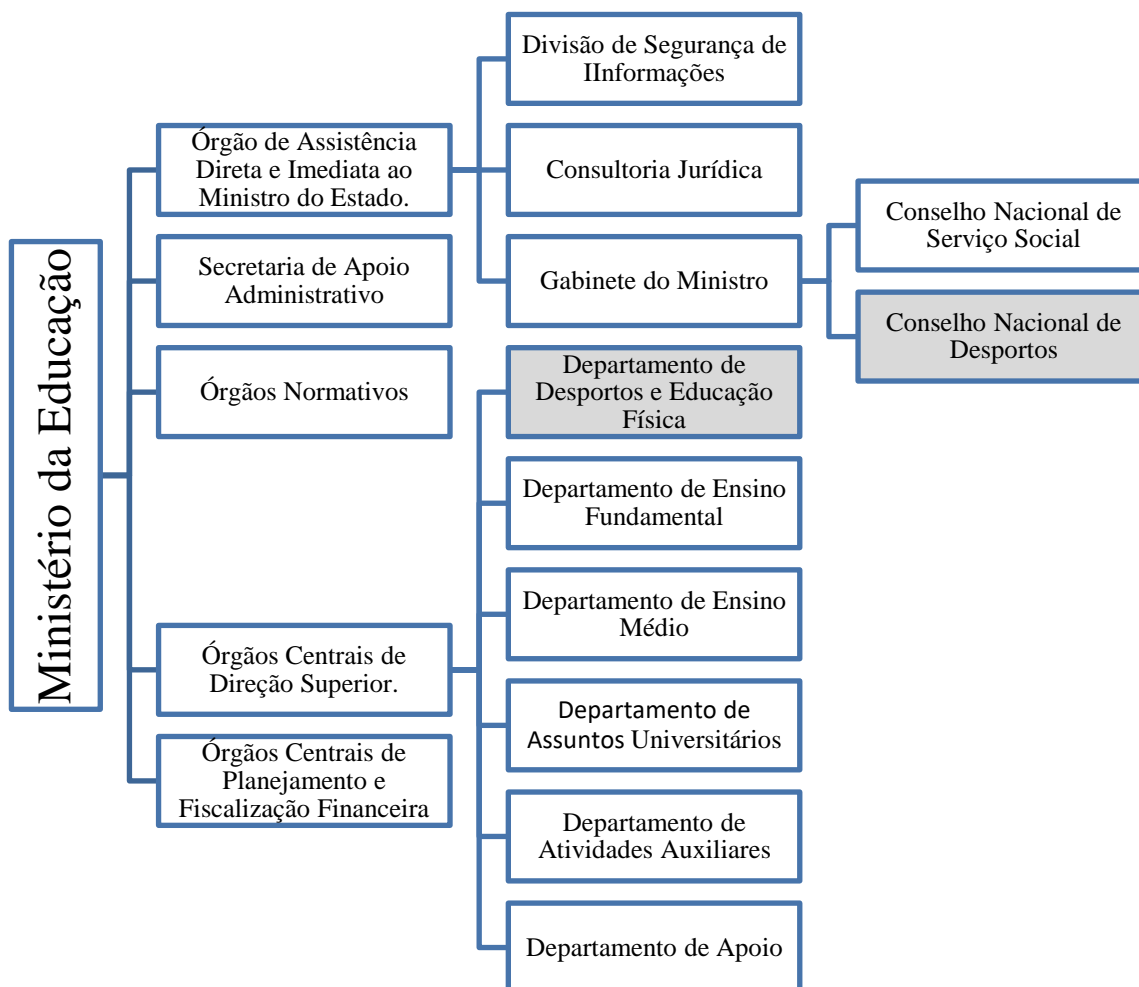
<sup>114</sup> O esporte desempenhado em alto nível abrange não apenas a categoria profissional, mas também a amadorística. Algumas modalidades no Brasil desenvolveram-se menos que outras, preservando a condição amadorística. Contudo, mesmo na condição de amadores, apresentavam a melhor técnica do território nacional, tendo, portanto, o direito de representar o Brasil em competições internacionais. Logo, todo esporte desempenhado em alto nível está submetido à jurisdição do CND.

funções administrativas do conselho, mas nenhuma delas visava alterar sua natureza centralizadora.

Em 1970, a partir do Decreto nº 66.967, conforme disposto no Art.3º da referida legislação, “as Comissões e Conselho instituídos para o estabelecimento de orientação normativa de atividades que, por força de legislação específica, estejam enquadradas na área de atuação do MEC” eram vinculados diretamente ao gabinete do Ministro da Educação. A partir desta norma o Conselho Nacional de Serviço Social e o Conselho Nacional de Desporto passaram a vincular-se diretamente ao MEC. Estes se somaram a outros três conselhos que tinham a mesma subordinação direta, a saber: Conselho Federal de Educação, Conselho Federal de Cultura e Comissão Nacional de Moral e Civismo. Assim, a organização do Ministério da Educação durante o período estudado (1970-71) se dava segundo o organograma 1.

A referida legislação ainda alterou algumas das funções administrativas do Conselho Nacional de Desportos, mas não decompôs as competências do referido conselho com a criação do DDEF. Das funções administrativas alteradas, nos referimos à transferência para o Departamento de Desportos e Educação Física do cadastro geral das entidades esportivas e do registro de técnicos e atletas profissionais.

O DDEF era o órgão do governo encarregado da educação física e da prática esportiva. A criação de um órgão do governo federal para tratar do assunto da educação física e da prática esportiva não competitiva ajudou a delimitar as fronteiras de atuação entre o DDEF e o CND. Assim, o CND ficaria encarregado de fiscalizar a esfera esportiva profissional e amadorística em nível competitivo, afirmando o processo de especialização do órgão.



**Organograma 2**

O decreto nº 66.967, de Julho de 1970, transformou, ainda, o CND em um órgão de assessoria do Ministro da Educação por um momento. Por um momento, pois se tratava de um período de reestruturação do Ministério da Educação, segundo o General Eloy de Menezes, presidente do Conselho Nacional de Desportos, em entrevista à Revista Placar<sup>115</sup>.

O General Eloy de Menezes prestava alguns esclarecimentos acerca das mudanças que estavam ocorrendo no Ministério da Educação e pontuava que o coronel Lamartine Pereira da Costa fazia, naquele momento, um estudo sobre os problemas da educação física e dos esportes no Brasil, e que, dentro de um período de seis meses, as reformas cabíveis ao Ministério seriam feitas.

<sup>115</sup> “O Governo prepara um plano geral para reformular tudo; nosso esporte muda até Julho”. *Revista Placar*. 22 de Janeiro de 1971. O General Eloy de Menezes, presidente do CND desde a intervenção de 1964, passou o cargo para o Brigadeiro Jeronimo Bastos nos primeiros meses de 1971.



Concomitante a esse estudo, cabe ressaltar, também havia sido criada uma Força Tarefa sob a liderança do Ministro Jarbas Passarinho a fim de desenvolver uma fórmula adequada para o enquadramento do Conselho Nacional de Desporto, suspendendo por um curto período as atividades do conselho. Após este interregno, o CND voltou a deliberar normalmente em Janeiro de 1972 <sup>116</sup>.

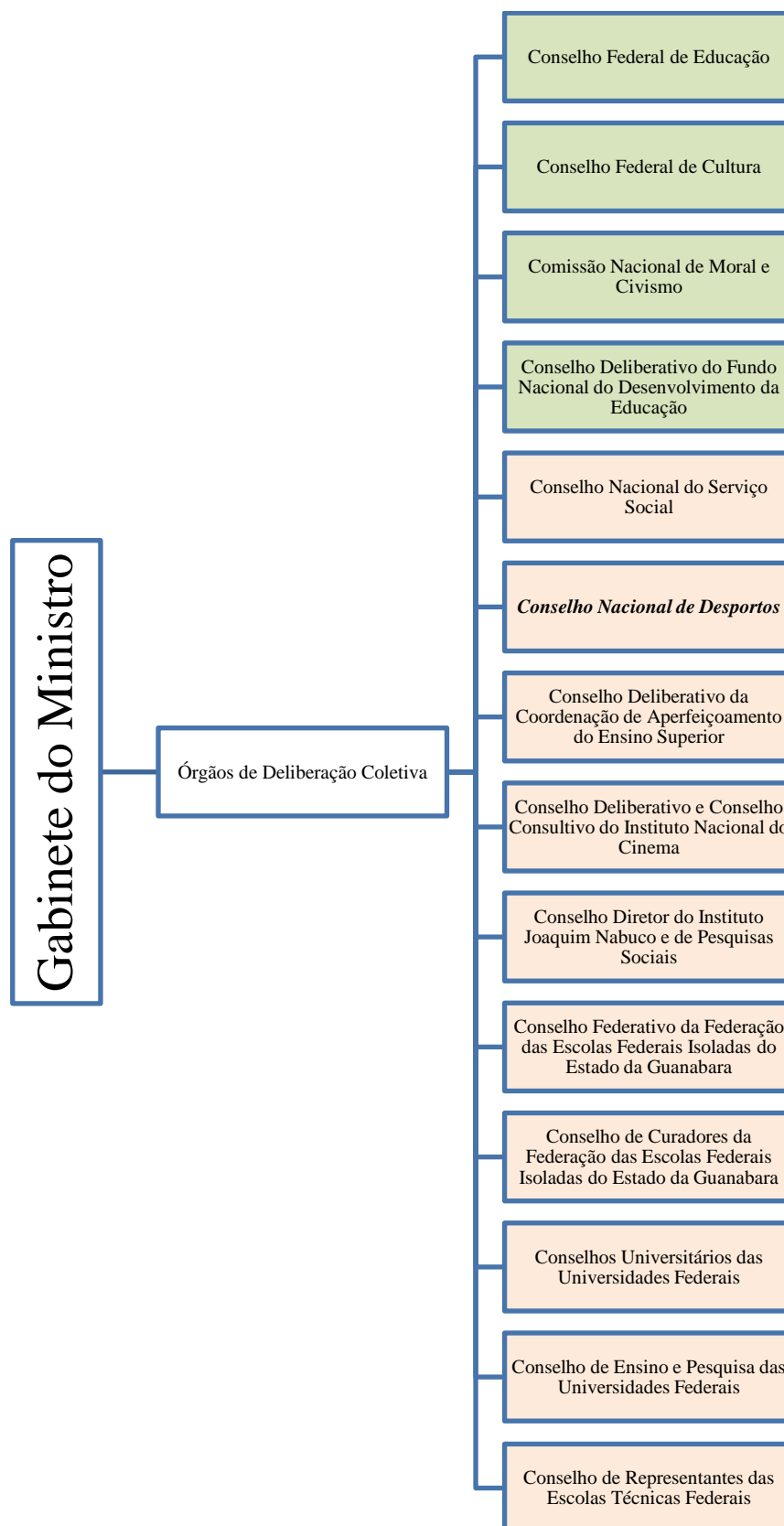
A alteração proposta pelo Decreto nº 70.025, de 24 de Janeiro de 1972, pode ser interpretada talvez como a primeira conclusão alçada pela reestruturação mencionada por Eloy de Menezes, antigo presidente do Conselho Nacional de Desportos. Como visto no organograma abaixo, o CND passou a integrar, em Janeiro de 1972, os “Órgãos de Deliberação Coletiva”.

As cores presentes no organograma 3 fazem parte da distinção entre dois grupos de Conselhos e Comissões que compunham o referido órgão. Aqueles marcados com um fundo verde representam o grupo de órgãos de 2º grau, enquanto os marcados com o fundo alaranjado representam o grupo de órgãos de 3º grau, bem como previa o Decreto nº 69.382, de 19 de Outubro de 1971, no que tange às gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva <sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Segundo o ministro da educação, Jarbas Passarinho, o conselho não perdeu em nenhum momento sua competência normativa, mesmo durante a força-tarefa, podendo exercer suas atividades normalmente, contudo, só foi encontrado registro de atividade normativa do CND em Janeiro de 1972, quando realizou a alteração do item 19 da Deliberação nº 2-65 de 08 de Janeiro de 1965, no que diz respeito às infrações disciplinares previstas no Código Brasileiro Disciplinar de Futebol. Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 24 de Fevereiro de 1972 Seção 1. Parte 1. P. 1565.

<sup>117</sup> Os órgãos de 1º grau são os vinculados diretamente à presidência da república. Os órgãos de 2º graus, os vinculados aos Ministros de Estado e Dirigentes de Autarquias ligadas à pesquisa científica e tecnologia, pura e aplicada, de alto nível; ao ensino superior; ao desenvolvimento do País no plano nacional ou regional; à previdência e assistência social de âmbito nacional; e à atividade bancária. Os órgãos de 3º graus são os órgãos de deliberação coletiva não compreendidos nas definições anteriores. Os órgãos de 1º, 2º e 3º graus recebem, respectivamente, a gratificação de 80%, 65% e 50% pela participação nos órgãos de deliberação coletiva.



**Organograma 3 - As cores presentes nesse organograma fazem parte da distinção entre dois grupos de Conselhos e Comissões que compunham o referido órgão. Aqueles marcados com um fundo verde representam o grupo de órgãos de 2º grau, enquanto os marcados com o fundo alaranjado representam o grupo de órgãos de 3º grau, bem como previa o Decreto nº 69.382, de 19 de Outubro de 1971, no que tange às gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva.**

Em 1973, como Eduardo Manhães pontua, houve a organização de uma Força-Tarefa, pelo CND, para estudar a condição do próprio órgão e como ele deveria ser devidamente enquadrado na organização do Ministério da Educação e Cultura. A Força-Tarefa apresenta o relatório final, propondo modificações no enquadramento do CND e requerendo que o mesmo fosse remanejado aos órgãos normativos do MEC. Além do mais, por suas características singulares, se comparado aos demais órgãos, o CND deveria gozar de autonomia administrativa e financeira, garantidas pelo Executivo através do Decreto-Lei nº 200, de Fevereiro de 1967, artigo 171 <sup>118</sup>.

Por fim, a Força-Tarefa conclui:

Ora, o CND tem como finalidade ‘orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos, em todo o país’, segundo Decreto nº 3.199, de 14/04/1941, estando, portanto, ligado estreitamente ao desenvolvimento desportivo do país no plano nacional e, em consequência incluído entre os órgãos de 2º grau. No entanto, o Decreto nº 70.025, de 24/01/1972, em seu artigo 1º, inciso II, inclui o CND entre os órgãos de 3º grau, o que demanda ser corrigido <sup>119</sup>.

A conclusão da Força-Tarefa, independente de suas motivações, não toca em nenhum momento nas competências normativa, executiva e judicante. Embora houvesse solicitado um novo enquadramento, a natureza centralizadora do CND, herdada da ditadura estadonovista, não foi alterada. Afinal, “não iria o poder autoritário restringir o espectro de poderes ao mesmo conferido” <sup>120</sup>.

Podemos perceber, portanto, que de todas as alterações realizadas no CND, nenhuma delas alterou suas competências de modo a limitar sua autoridade, obedecendo quase sempre a uma lógica burocrático-administrativa. A maior alteração funcional ocorrida nesse período foi transferir para o DDEF os cadastros de entidades esportivas, árbitros e jogadores que segundo o ex-presidente do conselho Eloy de Menezes tumultuavam o trabalho do CND <sup>121</sup>. A transferência de algumas funções para o DDEF garantiu ao CND a possibilidade de concentrar suas ações na área de desporto de alto nível, sem limitar, contudo, suas competências centralizadoras.

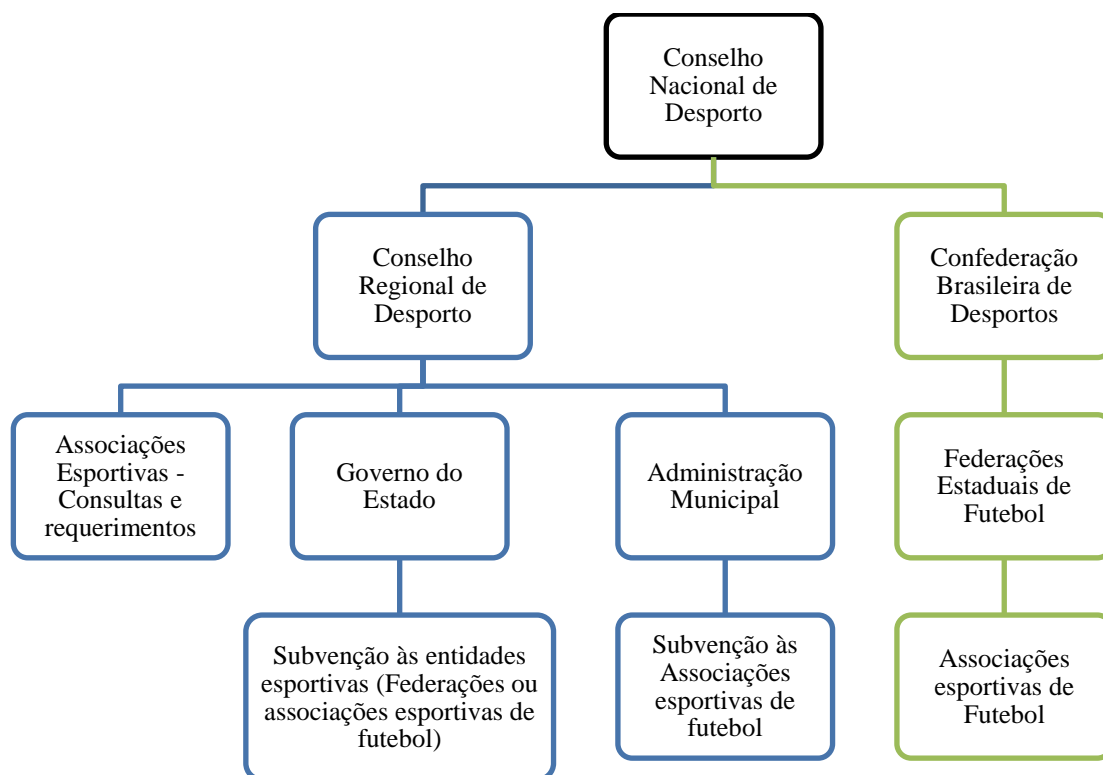
<sup>118</sup> Documentos do “Grupo Tarefa”. CND, Rio, 1973. *Apud.* MANHÃES, Eduardo Dias. *Op. Cit.* P. 90.

<sup>119</sup> *Ibidem.* P. 91.

<sup>120</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *Op. Cit.* 1986. P. 91.

<sup>121</sup> “NOSSO ESPORTE MUDA ATÉ JULHO” In.: *Revista Placar*. 22 de Janeiro de 1971. P. 18.

Preservada sua natureza centralizadora e todas suas competências, o CND tinha uma extensa envergadura que promovia a verticalização das entidades desportivas. E, embora sua área de atuação estivesse sendo delineada para o desporto de alto nível, transferindo as tarefas relacionadas à educação física e à prática esportiva não-competitiva para o DDEF, o CND ainda era o principal responsável pelo controle das instâncias da seara esportiva, tendo a possibilidade de intervir legalmente das confederações até nas Associações Esportivas.



**Organograma 4-** Nesse organograma, podemos notar a hierarquização de fiscalização de subvenções (à esquerda) e de autoridade e controle da seara futebolística (à direita).

## 2.2 - A Loteria esportiva e o caráter subventor do CND.

Antes de desenvolvermos a relação da Loteria Esportiva com o CND, é importante ressaltar alguns investimentos costumeiramente realizados pelo poder público na esfera esportiva antes da criação da referida loteria. Em 22 de Setembro de 1969, o gaúcho Henrique Licht pediu afastamento do CND - do qual era membro desde Maio de 1967. A explicação de seu afastamento consiste em dois eixos: o primeiro referente à quantidade de competências vinculadas ao CND, transformando-o

praticamente em um “órgão superior de jurisprudência esportiva”<sup>122</sup>; e o segundo, identificado como principal motivo do afastamento, consiste na deturpação dos princípios da Loteria Esportiva e nas insuficientes formas de investimento dirigidas às associações esportivas.

Conseguí reunir o CND pela primeira vez fora do Rio de Janeiro, em Porto Alegre, na sede do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense com a presença de todos os conselheiros. Discutimos a Lei do Passe e a proposta final de instalação da Loteria Esportiva. Sofremos chantagens e pressões: 50% para LBA [Legião Brasileira de Assistência], pelo representante da esposa do presidente da República, e na reunião seguinte 30% para o Mobral [Movimento Brasileiro de Alfabetização], reivindicado pelo Ministro da Educação. Embora meritórios, os novos usos dos recursos deturpavam totalmente os objetivos da Loteria Esportiva e determinaram o meu afastamento definitivo do CND<sup>123</sup>.

O ex-conselheiro, em ofício, enviado ao Ministro da Educação, afirmara que os empréstimos concedidos pelo decreto-lei 7.674 de 25 de Junho de 1945, além de enfrentarem uma larga malha burocrática para serem aprovados, eram insuficientes para promover o desenvolvimento das entidades esportivas. E se lamentava, sobretudo, pelo caminho trilhado pela Loteria Esportiva que havia sido idealizada inicialmente para:

Amparar efetivamente o esporte, e que não somente sofreu mutações diversas e radicais, como esqueceu as entidades que prioritariamente deveriam receber o maior auxílio, ou sejam os clubes e associações, células básicas das práticas esportivas<sup>124</sup>.

É importante ressaltar com essa passagem que o debate em torno da instituição da Loteria Esportiva, bem como sobre os investimentos maciços para o esporte, são debates frequentes e de longa data entre os políticos que se dedicaram a resolver as causas do esporte. No momento do afastamento de Henrique Licht, as bases da Loteria Esportiva já estavam definidas, mas ainda faltavam os contornos finais para a realização do primeiro concurso que aconteceu em Janeiro de 1970. E seu lamento referia-se sobretudo à forma de distribuição da renda arrecadada, tal pesar era compartilhado pela maioria dos conselheiros.

<sup>122</sup> Ofício de afastamento de Henrique Licht enviado ao Ministério da Educação. Porto Alegre. 1969.

<sup>123</sup> Acréscimos próprio. LICHT, Henrique Felipe Bonnet. *Henrique Licht I (depoimento 2002)*. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS. 2003. P. 05.

<sup>124</sup> Ofício de afastamento de Henrique Licht enviado ao Ministério da Educação. Porto Alegre. 1969.

A presença do ministro da educação na reunião realizada no dia 09 de Abril de 1970 rendeu algumas cobranças ao ministro no que diz respeito à divisão da renda da Loteria Esportiva. O conselheiro Carlos Osório de Almeida, em seu pronunciamento, alegava incoerência na forma que a divisão da renda era feita, pois nos termos do decreto a Loteria Esportiva destinava cotas vultosas para a LBA, INPS, Mobral, enquanto o esporte – força motriz do concurso - continuava desamparado. Em seguida fez uso da palavra o presidente do conselho, Eloy de Menezes, situando a condição delicada do desporto nacional utilizando o exemplo do estado da Guanabara, onde “os desportos” deviam aos bancos aproximadamente um bilhão de cruzeiros novos. Afirmando, ainda, que os seguidos cortes que aquele órgão sofreu eram sentidos pelas confederações e não permitiam que o CND cumprisse com seu plano de ajuda às entidades esportivas <sup>125</sup>.

Nessa seção, visamos tratar brevemente sobre a regulamentação da Loteria Esportiva pelo governo federal, observando sua estruturação, as divisões de sua arrecadação e analisando simultaneamente o período de criação da referida loteria com seus primeiros passos. O ponto central dessa seção, contudo, é entender que a Loteria Esportiva possibilitou ao CND, além de suas capacidades anteriormente retratadas, ser um órgão capaz de realizar subvenções às entidades esportivas. Para o desenvolvimento dessa seção buscamos dialogar com as perspectivas de outros pesquisadores da área que se dedicaram a investigar a Loteria Esportiva <sup>126</sup>.

Nos primeiros dias de Dezembro de 1968, uma reunião entre importantes figuras do cenário político nacional <sup>127</sup> e do cenário esportivo brasileiro <sup>128</sup> ajudaram a catalisar o processo de regularização da Loteria Esportiva. Nessa reunião, foram tratados assuntos de diferentes naturezas, desde a preocupação do presidente Costa e Silva com o selecionado brasileiro até o debate exaustivo das condições da Loteria Esportiva <sup>129</sup>.

---

<sup>125</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 07 de Maio de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 3319.

<sup>126</sup> Refiro-me às seguintes pesquisas: CHAIM, Aníbal Martinot, *A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre. Universidade de São Paulo. 2014; SANTOS, Daniel Araujo dos. *Futebol e Política: A criação do campeonato Nacional de Clubes e Futebol*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre. CPDOC -FGV. 2012, e FRANCISCHINI, Sandro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a esportificação do futebol profissional (1971-1979)*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre. Universidade Federal de São Carlos. 2006.

<sup>127</sup> O ministro da educação Tarso Dutra, o ministro do gabinete civil Rondon Pacheco, o senador Daniel Krieger e o presidente Costa e Silva. CHAIM, Aníbal Martinot. Cf. *Op Cit.* P. 52.

<sup>128</sup> O presidente João Havelange, vice-presidente Paulo Machado de Carvalho, os dirigentes Abílio de Almeida e o brigadeiro Jerônimo Bastos, e o tesoureiro do COSENA (Comissão Seleccionadora Nacional) Américo Egydio Pereira. CHAIM, Aníbal Martinot. Cf. *Op Cit.* P. 52.

<sup>129</sup> Cf. CHAIM, Aníbal Martinot. *Op Cit.* P. 54.

João Havelange foi incumbido, então, de redigir um projeto de lei a respeito da Loteria Esportiva e encaminhá-lo ao ministro do gabinete civil, Rondon Pacheco, responsável por avaliar e redigir em forma de redação parlamentar a proposta que seria encaminhada ao Congresso <sup>130</sup>.

O primeiro esboço da Loteria Esportiva se deu a partir do Decreto-Lei nº 594 de 27 de Maio de 1969. Os primeiros esforços em torno da Loteria Esportiva buscavam sua instituição legal e tentavam definir algumas finalidades para a verba arrecadada com as apostas. Inicialmente a arrecadação seria dividida em três partes: caridade, educação e em prol da educação física.

A sucessão presidencial, contudo, conduziu a algumas alterações no projeto inicial e materializou a Loteria Esportiva que entrou em vigor naquele ano. O Decreto-Lei nº 66.118, de 26 de Janeiro de 1970 teve como principais redatores o presidente-general empossado em Outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici e o ministro da fazenda Antônio Delfim Netto. O decreto definia logo no Art. 1º que o sistema de apostas pautado nos resultados de competições esportivas nacionais e internacionais se configurava como um serviço público exclusivo da União. O decreto determinava que o jogo de apostas fosse executado pelo Conselho Superior da Caixa Econômica Federal através da Administração do Serviço da Loteria Federal e colaboração das Caixas Econômicas Federais. O sistema de apostas e arrecadação estaria submetido, então, direta e exclusivamente aos órgãos superiores da Caixa Econômica Federal e Loteria Federal, blindadas pelo Art. 19 a qualquer tipo de entrave que pudesse ser criado no comércio e circulação dos bilhetes de apostas.

Art 19. A circulação dos bilhetes e a venda de apostas, sôbre competições esportivas, realizadas por revendedores devidamente credenciados, não poderão ser obstadas ou embaraçadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais <sup>131</sup>.

O que podemos perceber, tão logo, é que a atividade das apostas recém-admitida se configurava como uma seara de exploração exclusiva da União, onde a venda e circulação dos bilhetes de apostas respondiam direta e somente aos órgãos administrativos responsáveis pela organização da Loteria Esportiva, e o sistema de

---

<sup>130</sup> Cf. CHAIM, Aníbal Martinot. *Op Cit.* P. 54.

<sup>131</sup> Decreto-Lei nº 66.118 de 26 de Janeiro de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D66118.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66118.htm). Consultado pela última vez em 14/06/15.

apostas não poderia ser inibido de forma alguma – independente da natureza da autoridade - desde que o revendedor fosse devidamente credenciado.

Os jogos utilizados no sistema de apostas da Loteria Esportiva indicados à Caixa Econômica Federal eram todos designados pelo Conselho Nacional de Desportos, bem como os resultados oficiais dos referidos jogos. Além disso, torna-se de suma relevância discutir o poder conferido ao Conselho Nacional de Desportos no que tange à fiscalização das federações ou confederações responsáveis pela organização das competições utilizadas no concurso da Loteria Esportiva. Isto é, definidos os jogos que iriam aparecer no volante, as federações e confederações deveriam zelar de modo a não alterar significativamente o calendário dos jogos previamente definidos e, conseqüentemente, não promover qualquer distúrbio que impedisse o prosseguimento apropriado do concurso da loteria. Assim, qualquer impedimento no desenrolar natural da Loteria Esportiva poderia ser punido em duas instâncias. Primeiramente a suspensão dos jogos daquele campeonato na participação do concurso da Loteria Esportiva. E, em segundo lugar, caso o Conselho Nacional de Desportos julgasse necessário, aplicaria as punições cabíveis aos envolvidos no eventual distúrbio.

Dessa forma, o Art. 18 previa que

as Federações e Entidades Nacionais responsáveis pela realização das competições esportivas, sobre as quais serão baseados os resultados dos concursos de prognósticos, que alterarem os calendários e tabelas de jogos e provas, ou praticarem quaisquer outros atos que perturbem, comprometam ou impeçam a execução dos referidos concursos, terão suspensas, pela Administração dos Serviços de Loteria Federal, de imediato, as participações relativas aos concursos de prognósticos que a elas forem destinadas, sem prejuízo de outras penalidades que o Conselho Nacional de Desportos entender aplicar<sup>132</sup>.

Novamente, o Conselho Nacional de Desportos é relacionado de modo a manter a ordem na área que lhe cabe: o campo esportivo. Cabia ao CND fazer cumprir o calendário esportivo por parte das equipes e zelar para que as federações e entidades nacionais colaborassem no exercício da função, de modo que a Loteria Esportiva e seus apostadores não fossem prejudicados por um distúrbio no calendário previsto.

A renda bruta proporcionada pela venda dos bilhetes da loteria esportiva seria taxada no valor de 10% e recolhida diretamente pelo Banco do Brasil S.A. e destinado à

---

<sup>132</sup> Decreto-Lei nº 66.118 de 26 de Janeiro de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D66118.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66118.htm). Consultado pela última vez em 14/06/15.



conta do Fundo de Liquidez da Previdência Social. A renda descontada pela Previdência Social, em seguida, sofreria descontos percentuais de despesas e manutenção da seguinte forma: 50% seriam destinados ao pagamento dos prêmios da Loteria Esportiva; 12% para atender às despesas de organização, administração e divulgação dos concursos em todo o Território Nacional; e 13% de comissão às Caixas Econômicas Federais e revendedores credenciados para atender ao serviço regional de venda e recolhimento das apostas. Dessa forma, após essas duas etapas distintas de descontos, a renda líquida consistiria em 22,5% da renda bruta da Loteria Esportiva.

A receita líquida era contabilizada e distribuída semestralmente de acordo com o Decreto-lei nº 66.118, de 26 de Janeiro de 1970. O montante arrecadado no decorrer de seis meses era dividido, então, da seguinte forma: 40% para programas de assistência à família, infância e adolescência, a cargo da Legião Brasileira de Assistência (LBA); 30% para programas de alfabetização que eram realizados sob a supervisão do Ministério da Educação e Cultura; e 30% para programas de educação física e atividades esportivas, distribuídos pelo Conselho Nacional de Desportos, respeitando a regulamentação baixada por Decreto do Poder Executivo.

O CND, após o primeiro balanço semestral de 1970, recebeu da Caixa Econômica Federal a renda líquida referente à sua parcela, no valor de Cr\$ 785.946,54. Em entrevista à Revista *Placar* em Janeiro de 1971 o general Eloy de Menezes, presidente do CND desde a intervenção de 1964<sup>133</sup>, esclareceu sobre como eram feitos os investimentos no futebol brasileiro<sup>134</sup> via Loteria Esportiva. A fatia da receita semestral direcionada ao Conselho Nacional de Desportos em Outubro foi utilizada no pagamento de Cr\$517.000 à seleção brasileira tricampeã da Copa do Mundo de 1970, em forma de premiação. O saldo, por autorização do ministro, foi revertido para as entidades esportivas brasileiras que se encontravam em má situação financeira.

Ainda segundo a entrevista do presidente do CND, essa quantia adquirida pela Loteria Esportiva deveria ser dividida igualmente com o Departamento de Desporto e

---

<sup>133</sup> Eloy de Menezes presidiu a última sessão do Conselho Nacional de Desportos no dia 9 de Fevereiro de 1971. No dia 16 de Fevereiro de 1971, o brigadeiro Jeronimo Bastos presidiu sua primeira sessão no Conselho Nacional de Desportos.

<sup>134</sup> Muito embora o presidente do Conselho Nacional de Desportos, Eloy de Menezes, diga na entrevista que os balanços feitos da Loteria Esportiva sejam correspondentes a Julho e Dezembro, a distribuição não se deu dessa forma. O Decreto-Lei de nº 66.118 de 26 de Janeiro de 1970 indica que a distribuição das receitas se daria de forma semestral. Tendo consciência de que a Loteria Esportiva se iniciou em Abril de 1970, a primeira cota, então, seria destinada somente em Outubro daquele ano, como ocorreu. No dia 23 de Outubro de 1970, foi publicada no Diário Oficial da União a aplicação da primeira cota da Loteria Esportiva direcionada ao Conselho Nacional de Desportos, no valor líquido de Cr\$785.946,54.

Educação Física (DDEF). Contudo, o coronel Eric Tônico Marques, responsável pelo referido departamento, abriu mão de sua parcela para o CND. A previsão para a segunda cota era de que ocorresse efetivamente a divisão igual dos recursos provenientes da Loteria Esportiva entre o CND e o DDEF. Porém, segundo Eloy Menezes, as verbas só poderiam ser utilizadas depois que o decreto presidencial sobre o assunto fosse expedido <sup>135</sup>.

Em 03 de Junho de 1971, foi expedido o Decreto-Lei nº 68.703 que visava regulamentar os recursos da Loteria Esportiva, como Eloy de Menezes antecipou em Janeiro daquele ano. O decreto definia que a cota destinada a programas de educação física e atividades esportivas, isto é, a parcela anteriormente destinada ao CND, seria repassada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que utilizaria o seguinte critério de distribuição: um terço da receita para o CND e dois terços para o DDEF. Ao CND competia aplicar os recursos no desenvolvimento de atividades esportivas profissionais de qualquer entidade, segundo indicação do próprio Conselho, e ao Departamento de Desporto e Educação Física cabia aplicar em programas de desenvolvimento da educação física e atividades esportivas estudantis.

Em 05 de Janeiro de 1971, em reunião ordinária do CND - publicado no Diário Oficial da União em 11 de Fevereiro de 1971 –, foi selado o comprometimento do CND em distribuir às confederações nacionais recursos no valor de Cr\$785.946.000,00 (setecentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil cruzeiros) <sup>136</sup>. Valor mil vezes maior que a primeira cota de seis meses adquirida da Loteria Esportiva. Assim, as confederações brasileiras não apenas usufruíam do monopólio de exploração do esporte nacional, como também eram auxiliadas por verbas públicas no desenvolvimento do esporte. E o CND, por sua vez, não apenas tomava notas acerca das subvenções direcionadas às entidades esportivas através dos CRD's, mas, a partir da Loteria Esportiva, se tornava um órgão de capacidade subvencional.

A Loteria Esportiva surgiu em 1970, com edições experimentais entre Abril e Junho. Primeiramente, somente o Estado da Guanabara e algumas cidades do Rio de Janeiro participaram do programa, que foi expandido para São Paulo em Agosto do mesmo ano. *A priori*, o programa seria expandido para São Paulo, Belo Horizonte, e Brasília em Maio de 1970, o que não aconteceu em função de problemas burocráticos

---

<sup>135</sup> “NOSSO ESPORTE MUDA ATÉ JULHO” In.: Revista Placar, 22 de Janeiro de 1971. P. 18.

<sup>136</sup> *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 11 de Fevereiro de 1971. Seção 1, Parte 1. P. 1128.

com a Caixa Econômica Federal <sup>137</sup>. Em seguida, foi estipulado um novo prazo para expansão, Junho, que também não foi obedecido, expandindo-se efetivamente em 03 de Agosto de 1970, quando as lotéricas paulistas também passaram a receber o jogo da Loteria Esportiva <sup>138</sup>.

A grande atenção voltada à seleção nacional, com as “feras de Saldanha” e o acompanhamento minucioso, por parte dos periódicos, da convocação do selecionado brasileiro até o embarque para o México, criou um ambiente de relativa excitação em torno do futebol brasileiro, mais precisamente em torno do selecionado. E a Loteria Esportiva surgiu em meio a essa efervescente agitação em torno da seleção brasileira, explorando economicamente a febre futebolística por meio das apostas.

Não é incomum encontrarmos nas capas da Revista *Placar* chamadas para o leitor sobre o guia de auxílio da Loteria Esportiva. Até mesmo quando o grupo editorial aboliu a chamada na capa, o semanário trazia insistentemente guias de auxílio ao apostador. Os guias ocupavam entre sete e dez páginas, variando de edição para edição, enquanto a revista, em números totais, tinha aproximadamente 50 páginas. Ou seja, cerca de um quinto da revista era dedicado à Loteria Esportiva e ao auxílio ao apostador. A importância agregada em torno da Loteria Esportiva representou para o semanário sua projeção nos meios de comunicação de massa <sup>139</sup>.

Os guias de auxílio ao apostador traziam informações sobre o histórico recente dos times que se enfrentariam naquela rodada e, caso a Loteria Esportiva utilizasse jogos de algum campeonato estadual de baixa projeção <sup>140</sup> ou campeonato internacional,

---

<sup>137</sup> Segundo a Revista *Placar*, a unificação das Caixas Econômicas impediu por um tempo a expansão da Loteria Esportiva. A unificação alterou a estruturação da Caixa Econômica Federal que deixava de ser submetida ao Conselho Superior das Caixas Econômicas e passava a se submeter a uma diretoria unificada ainda não definida. O planejamento inicial para a Loteria Esportiva era expandir as apostas a níveis nacionais já no início da Copa do Mundo. Contudo, a alteração nas estruturas da Caixa Econômica adiou a expansão do programa. *Placar*, 15 de Maio de 1970. O Conselho Superior das Caixas Econômicas foi efetivamente extinto em 31 de Julho de 1970. Sua diretoria seria definida segundo nomeação presidencial, conforme o Decreto-lei nº 66.303, de 06 de Março de 1970, e seus funcionários incorporados à instituição unificada da Caixa Econômica Federal, conforme o Decreto-lei 759, de 12 de Agosto de 1969.

<sup>138</sup> As apostas se iniciaram em São Paulo no décimo conjunto de apostas da Loteria Esportiva. Os funcionários das Lotéricas paulistas receberam treinamento nas agências do Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo, de modo que dessa vez não houvesse empecilhos para o início das apostas em São Paulo.

<sup>139</sup> “Na semana posterior ao primeiro concurso realizado em São Paulo, a capa da *Placar* mostrava o campo da final da Copa de 1970 ao fundo e uma mão segurando o bilhete da loteria, com a seguinte chamada: ‘Placar entrou no bolão, para ajudar você’. Era a primeira de muitas capas dedicadas ao “bolão”, que segundo o jornalista Juca Kfourti garantiram o sucesso de vendas do semanário”. SANTOS, Daniel Araujo dos. *Op. Cit.* P. 78.

<sup>140</sup> Campeonatos Estaduais de baixa projeção são aqueles que não fazem parte do eixo Sul-Sudeste, salvo algumas exceções pontuais do Nordeste, tais como Bahia, Pernambuco e Ceará. Todos os outros

a revista traria informações sobre o mesmo e sobre os times que dele participavam, visando auxiliar os apostadores da Loteria Esportiva.

Considerada uma forma de ascensão social no contexto do “Milagre Econômico”, para aqueles que não eram beneficiados diretamente com os adventos do crescimento dependente e excludente, a Placar cria seções (...) voltadas apenas para a nova loteria federal, com patrocínio da própria Administração do Serviço da Loteria Federal, que tinha como slogan “Está aí a profissão mais rendosa do Brasil: palpiteiro”. (...). A partir de outubro de 1970, mais uma vantagem: a revista seria acompanhada de um “volante oficial” ou seja, um cartão da Caixa Econômica Federal para a realização das apostas. Até mesmo aqueles que desejavam ganhar sozinhos, apostando na chamada “zebra”, poderiam seguir as sugestões para a composição dos cupons neste sentido <sup>141</sup>.

A Loteria Esportiva se configurou como uma seara de exploração exclusiva do governo federal, que monopolizava as apostas futebolísticas num período no qual a excitação em torno do futebol atingia níveis elevados, favorecendo, portanto, ao processo de instituição da loteria. A fatia direcionada ao Conselho Nacional de Desportos, pós-junho de 1971, seria aplicada nos órgãos esportivos que detinham o monopólio da exploração do esporte profissional, isto é, Confederações, Federações e Associações esportivas a serem indicadas pelo próprio CND.

Deve-se ressaltar, então, que as formas de investimentos coordenados realizados pelo CND se deram a partir da seguinte forma: 1) adquirindo os recursos através da Loteria Esportiva, conferindo ao conselho o caráter subventor; 2) gerindo os empréstimos solicitados pelas associações esportivas mediante o decreto-lei 7.674, de Junho de 1945; e 3) realizando o investimento no *desporto de alto nível*, a partir do

---

campeonatos estaduais tinham uma repercussão praticamente regional nos meios de comunicação de massa. Logo, a revista *Placar* fazia esse papel de pivô das informações dos campeonatos estaduais mais distantes do país, com o objetivo claro de atender aos apostadores que quisessem conhecer um pouco melhor o campeonato no qual iriam realizar apostas. Medida que garantiu o sucesso do semanário segundo Juca Kfourri. *apud.* SANTOS, Daniel Araujo dos. *Op. Cit.* 2012. P.76.

<sup>141</sup> SANTOS, Daniel Araujo dos. *Op. Cit.* 2012. Pp.75-76. A seção do *Tabelão*, relacionada pelo autor na referida dissertação, como uma seção voltada para a nova loteria federal, não consiste em um fato consolidado. Primeiramente, o *Tabelão* existia desde as primeiras edições experimentais da Revista *Placar*, o que inviabiliza a interpretação da seção voltada “apenas” para a nova loteria federal, antes mesmo do lançamento da mesma. Além disso, a referida seção traz uma gama variada e contínua de informações que ultrapassam o universo (de treze jogos e de alguns campeonatos utilizados esporadicamente) da Loteria Esportiva que, por vezes, privilegiava um campeonato em detrimento de outro, sem mencionar a continuidade da referida seção, mesmo quando a Loteria Esportiva estava em recesso. Devemos reconhecer, de fato, que a seção correspondia a um relevante auxílio ao apostador que gostaria de conduzir suas apostas a partir de uma determinada coerência, acompanhando o futebol rodada a rodada.

PNED, quando o referido conselho auxiliou o Ministério da Educação apontando as áreas apropriadas para investimento.

Além das atribuições legislativas, executivas e judicantes, o conselho passaria a ter capacidade de auxiliar economicamente as instituições esportivas de acordo com os interesses que o próprio conselho definiria em plenário. Logo, às confederações nacionais (órgãos privados) eram assegurados, por decreto, o direito ao monopólio na exploração dos esportes no Brasil e, além disso, auxílios de verbas públicas para o desenvolvimento do esporte através do CND.

### 3 – *Sentinelas do desporto brasileiro - o Conselho Nacional de Desporto 1966-1971.*

O Objetivo do item anterior, como foi possível notar, era trazer as implicações teóricas do Conselho Nacional de Desporto e o alcance de suas prerrogativas que eram longevias. Contudo, como será tratado de agora em diante, a práxis desse conselho era um pouco diferente do que se poderia imaginar quando se observa somente o alcance de suas prerrogativas legais.

O CND, é digno ressaltar, não ampliou ainda mais suas atribuições, pelo contrário, ele se reservou a capacidade de selecionar e julgar os processos que ele acreditasse merecer sua apreciação. Além disso, será possível notar que os conselheiros enxergavam o conselho como um órgão essencialmente jurisprudente, deixando os demais atributos a ele compelidos como funções de segunda ordem – como uma espécie de recursos legais disponíveis para quando o conselho o decidisse (ou precisasse) acionar.

Assim, o objetivo desse item é mostrar um *modus operandi* desenvolvido dentro do conselho que refletia a figura de sentinela do desporto que deveria resguardar e zelar pelo desenvolvimento do desporto nacional através da malha burocrática reunida ao seu redor. A imagem talhada pelos próprios conselheiros era de que o órgão objetivava a defesa dos interesses do desporto e dos valores morais universais em detrimento de qualquer interesse individual ou valores duvidosos<sup>142</sup> que pudessem comprometer a ordem social. Dessa forma, notar-se-á entre os conselheiros o compartilhamento de

---

<sup>142</sup> Aludo ao exemplo que será observado posteriormente acerca das modalidades esportivas que eram vedadas às mulheres, além da presença restrita a elas no mundo desportivo, figurando algumas raras exceções, tal como Maria Lenk, única mulher a desempenhar o cargo de conselheira.

valores morais conservadores, reservando praticamente de forma exclusiva ao gênero masculino a gerência do esporte.

### 3.1 – *Uma Sociedade Nobiliárquica.*

Pensar no perfil dos conselheiros é tentar entender o lugar de fala desses indivíduos que ocupam a classe dirigente do esporte brasileiro. O perfil dos conselheiros - com exceção da professora Maria Lenk que foi conselheira de 1964 a 1967 - era invariavelmente de homens pertencentes a uma classe socioeconômica média alta e alta, e dotados de prestígio na categoria de burocratas de associações esportivas.

A elite política do desporto brasileiro era amplamente conservadora, como será observado, desde as organizações clubísticas até a sua macroestruturação no Sistema Desportivo Nacional. Não é raro encontrarmos conselheiros do CND que foram ou eram vinculados a uma associação esportiva do futebol, bem como o sistema de hierarquização e concessão de títulos não era peculiaridade das agremiações futebolísticas. Logo, os dirigentes que frequentavam a alta cúpula do desporto nacional (CND), compartilhavam praticamente do mesmo sistema de valores hierarquizante praticado no universo futebolístico.

Enfatizo o aspecto futebolístico, primeiramente, por se tratar da modalidade estudada nesta pesquisa, mas também por ser a modalidade mais desenvolvida no recorte estudado - tanto que grande parte dos conselheiros do CND tinha ou teve algum vínculo com alguma associação esportiva que tinha o futebol como principal modalidade - em segundo lugar, em função da bibliografia disponível que toca no sistema de distinções no interior dos clubes. Logo, compreender esse sistema de hierarquização no orbe futebolístico, tendo consciência do capital simbólico compartilhado na extensão da seara esportiva, permite atribuir ao perfil dessa classe esportiva um pouco mais de propriedade.

*A priori* serão apresentados alguns pontos acerca das distinções ocorridas no interior dos clubes de futebol, o sistema de titulação e concessão de honrarias. Em seguida, ainda em referência ao caráter distintivo no interior do clube, será observado um episódio, ocorrido durante o fenômeno da democracia corinthiana, quando essas hierarquias, quase que nobiliárquicas, foram, ainda que por um momento, colocadas em dúvida pelos membros daquela agremiação.

Pode talvez causar algum estranhamento trazer a informação de que a função de prestígio desses personagens não era vinculada a uma histórica função de atleta do clube, raramente isso acontecia, mas em função de sua categoria de associado e seus trabalhos desempenhados em favor de uma instituição. Por vezes até poderiam ter desempenhado a função de atleta do clube, o que era comum, afinal no dia-a-dia de um clube de cunho esportivo os jovens participavam de suas atividades. Contudo, o ingresso no clube, pelos dignitários de honrarias, não se dava geralmente pela via esportiva, mas pela associação social.

Aprofundando-nos um pouco no que diz respeito à escala hierárquica dos clubes: a sistematização de títulos e a forma de concessão podem variar de uma associação esportiva para outra, mas todas elas fazem em maior ou menor grau distinções entre os membros que frequentam a sede social através de títulos de associações<sup>143</sup>. E dentro dessas distinções, os atletas ocupavam uma posição diferente dos demais associados no espaço do clube.

A gama de títulos internos no clube tem o objetivo de atender os diferentes níveis de distinção dentro daquela instituição. Em alguns casos, como no do Fluminense, havia uma comissão de sindicância para avaliar o currículo do requerente que gostaria de ingressar no clube:

fazia uma visita a sua casa, observava os filhos, a mulher, analisava a sua situação social, enfim, “queria saber se você era médico, advogado ou alguma coisa assim”, e o fato de que “ninguém passava o título de sócio proprietário”. Depois de passar pela vigilância da “comissão de sindicância”, Ângelo pode adquirir tal título e construir uma “carreira” política no Fluminense<sup>144</sup>.

Enquanto no caso dos jogadores a sindicância para se tornar sócio-atleta passava por uma avaliação mais branda, a comissão que avaliava a concessão de honraria a um benemérito era muito mais rigorosa, elegendo somente um currículo por ano.

Um breve paralelo que pode ser um pouco elucidativo acerca da organização dos dirigentes é comparar com uma sociedade nobiliárquica no que diz respeito às titulações e concessões de honrarias pautadas praticamente na análise da *virtu* – essa *virtu* pode ser entendida, segundo Burlamaqui, a partir do tempo de serviço empregado ao clube e à

---

<sup>143</sup> Cf. BURLAMAQUI, Luis Guilherme. *A outra razão: os presidentes de futebol entre práticas e representações*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) na obtenção do grau de Mestre. Niterói. 2013.

<sup>144</sup> BURLAMAQUI, Luis Guilherme. *Op.Cit.* P. 134.

fidelidade, mensurada através dos serviços prestados. Além disso, pode-se relacionar a própria construção memorial de seus membros sobre os encargos no clube, onde o dirigente não busca o cargo, ele é buscado por este último, como uma espécie de *ethos* dirigente.

Um dos traços diacríticos deste discurso é a imagem de que não se deve nunca “procurar pelo cargo”, mas que se é procurado. “se o presidente me chama, eu vou”, disse o ex-presidente Luís Augusto Velloso, “não quero cargos; eu quero encargos”, completa Gilberto Cardoso Filho. (...). Engajar-se no clube é uma espécie de vocação, à qual se deve agarrar de assalto, sempre que houver o chamado <sup>145</sup>.

Dessa forma, a investidura de cargos ao membro considerado adequado para aquela função, unido aos aspectos de distinção no interior do clube com a concessão de títulos, remete a imagem de uma aristocracia cortesã - com exceção da figura eletiva do presidente, a qual periodicamente passava pela seleção dos membros da corte e demais associados. E aristocrático na medida em que se analisava o perfil socioeconômico dos associados.

No ritual de consagração que assisti, não houve nenhuma mulher homenageada, além da presença majoritária de brancos já idosos, reforçando o caráter elitista e eminentemente masculino dessas associações. Não é casuístico que os ritos de instituição estejam articulados à simbólica do sacrifício – mental, físico, temporal – que os dirigentes dispendem na instituição que são egressos <sup>146</sup>.

Além disso, como já mencionado anteriormente, a região administrativa do desporto brasileiro é um espaço essencialmente masculino. No período consultado às atas do Conselho Nacional de Desporto (1966-1974), a professora Maria Lenk foi a única conselheira a exercer função neste órgão, exercendo-o entre 1964, quando o CND foi completamente renovado com o golpe militar, até 1967, quando Costa e Silva foi empossado presidente.

Retomando os aspectos de distinção política no interior dos clubes: a avaliação rigorosa na admissão de sócios e a seleta concessão de títulos representava uma distinção de caráter político e simbólico que Florenzano, inclusive, muito bem ponderou de que não se tratava somente de distinção racial ou social no interior do clube, mas

---

<sup>145</sup> BURLAMAQUI, Luis Guilherme. *Op. Cit.* P. 129.

<sup>146</sup> *Ibidem.* P. 128



uma afirmação de distinção política, onde os jogadores jogam e os dirigentes dirigem os rumos do clube.

No que diz respeito à democracia corintiana e o momento de eleições vivido no Corinthians em meio a esse fenômeno em 1983, Zé Maria e Wladimir – jogadores “com histórias profissionais que se confundiam com a do próprio clube”<sup>147</sup> e engajados no episódio de autogestão conhecido como democracia corintiana – resolveram lançar suas candidaturas ao conselho deliberativo da agremiação, o que não foi muito bem recebido, principalmente pela chapa opositora encabeçada por Vicente Matheus.

A figura do jogador-conselheiro embaralhava as cartas, subvertia as posições, perturbava a estrutura de dominação que habituara a classe dirigente a enxergar o atleta como simples comandado dela própria e da comissão técnica, ao invés de vê-lo como um sujeito autônomo capaz de discutir os destinos da associação. (...). Essa personagem, mais do que ferir os estatutos da agremiação abalava a concepção de mundo que balizava a ação dos dirigentes, ameaçando-lhes os interesses, expondo-os ao constrangimento de terem que partilhar o mesmo espaço, em condições de igualdade, com aqueles os quais se acostumaram a ministrar ordens<sup>148</sup>.

Essa organização hierárquica do clube representa uma expressão metonímica do sistema desportivo nacional. Tal forma de organização se tratava de uma organização estruturante de valores e capitais políticos amplamente compartilhados pelo sistema desportivo nacional.

Ponderar o perfil organizacional dos cartolas é importante, pois a categoria política do futebol brasileiro se postava de forma distinta diante dos demais membros da estrutura futebolística. Os dirigentes são homens do esporte, mas não como os atletas. Os cartolas são detentores de um capital político e simbólico que os afasta das demais categorias através do sistema de honrarias e titulações. Em uma sociedade onde a associação a um clube esportivo é uma amostra de distinção social, em função do comprometimento financeiro a ser empregado na compra do título de sócio proprietário, dentro da associação há ainda outras formas de distinção ainda mais elevadas.

Logo, quando se pensa em uma sociedade fetichizada por estigmas, declarar pertencimento a um grupo não traduz muitas coisas além de conclusões genéricas. A necessidade de empregar distinções dentro de um mesmo grupo reverbera a necessidade

---

<sup>147</sup> FLORENZANO, José Paulo. *A Democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP; EDUC. 2010. P. 324.

<sup>148</sup> *Ibidem*. P. 326.

de categorizar o quanto se pertence àquele grupo, pois somente reconhecer-se pertencente ou auto intitular-se não é suficiente para o grupo. No caso dos clubes de futebol, exigindo das suas células sacrifícios monetários para se associarem e, posteriormente, formas de capitalização outras para ascender internamente. Dessa forma, então, é possível observar a organização política interna do futebol brasileiro como uma categoria conservadora, masculina, branca, hierarquizada e que preza e se resguarda em sistema de distinção. Logo, falar do sistema de distinção incrustado às organizações políticas do futebol é ter consciência do conservadorismo da classe dirigente desse esporte. E o CND, embora representasse um universo ainda maior, não fugia desse modelo. Assim, pensar o CND, é pensar que os membros desse órgão fazem parte e compartilham de um conjunto de representações pertencentes à organização política do desporto brasileiro. Logo, quando se tratam de órgãos que dirigem o esporte nacional, de maneira geral, é necessário apontar que são instituições essencialmente conservadoras.

Como afirmado anteriormente, Maria Lenk foi a única conselheira desse órgão no período entre 1967 e 1974. E desde 1967, quando ela foi afastada do cargo, o conselho passou a ser composto integralmente por homens. A outra representante do gênero feminino que fazia parte desse conselho exercia o cargo de secretária, Cora Costa Sampaio, pois até mesmo o reserva da função de secretária – uma função que é historicamente tida como feminina – era desempenhada por um homem, Antônio Gentil.

Não era somente a administração do desporto uma zona essencialmente masculina, o próprio desporto era um espaço reservado aos homens. É possível encontrar no corpo das atas algumas modalidades esportivas que eram expressamente vedadas às mulheres. Veja dois exemplos em que algumas modalidades eram proibidas ao gênero feminino.

Sobre a consulta da Federação Paulista de Judô se poderia o sexo feminino praticar esta modalidade de esporte como exercício físico e forma de defesa pessoal, decidiu o plenário: "A prática de Judô por mulheres é vedada pela legislação vigente, não vendo este CND razão que justifique a mudança de orientação. Remeter cópia do parecer da Assessoria Jurídica" <sup>149</sup>.

---

<sup>149</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Dia 29 de Setembro de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 8419.

Nesse primeiro caso é interessante observar que as justificativas de “exercício físico e forma de defesa pessoal” não serviram de apelo para o plenário mudar a orientação da prática esportiva, tampouco a assessoria jurídica participou da decisão que foi tomada em plenário em favor da manutenção da legislação vigente. Além disso, o futebol também era uma prática esportiva vedada às mulheres, tendo sido negado um pedido da embaixada alemã para realizar uma partida amistosa de futebol feminino entre equipes estrangeiras no Brasil. O indeferimento foi pautado na “legislação vigente” que proibia a prática esportiva profissional dessa modalidade pelo gênero feminino.

O segundo caso é ainda mais marcante:

Com referência à consulta do Conselho Regional de Desportos do Estado do Amazonas se é permitida a prática de lutas de boxe pelo sexo feminino e se os espetáculos denominados “Tele Ring” estão proibidos, decidiu o plenário: “Solicitar, do órgão responsável pela censura federal no Estado que os espetáculos de TV sejam precedidos de anúncio de que não se trata de competições desportivas e sim, de espetáculo de natureza circense. Na hipótese dos espetáculos transmitidos, serem organizados ou patrocinados pela Federação ou clube desportivo, deverão ser obedecidas, ‘in totum’, as regras desportivas e, inclusive, haver prévia autorização da Federação local dirigente. Quanto à prática de lutas livres e de boxe por mulheres, deve ser proibida seja como competição desportiva ou como simples espetáculo circense. Quando na condição de competição desportiva, o Conselho Regional de Desportos tem poderes de polícia para proibir; quando se tratar de mero espetáculo não desportivo, deve o Conselho Regional de Desportos se dirigir ao órgão da censura e de diversões públicas Estado, solicitando que impeça, por motivo de inconveniência, a realização de tais espetáculos.”<sup>150</sup>.

Nessa ocasião, novamente decidida entre os conselheiros, nota-se que a distinção de gênero é nítida. No caso feminino, a prática de boxe na categoria de espetáculo sendo assunto de censura por “inconveniência” e na ocasião de luta desportiva o CRD seria investido de poderes policiais a fim de impedir o evento.

Creio ser importante destacar que o CRD foi momentaneamente investido de poderes coercitivos para evitar que um evento de luta esportiva do gênero feminino acontecesse, contudo não havia qualquer legislação que oferecesse tal empoderamento aos CRD’s, tratando-se de uma medida expedida de dentro do CND sem qualquer forma de instrução de como proceder com tal empoderamento.

---

<sup>150</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Dia 29 de Setembro de 1970. P. 8419.

Por outro lado, o plenário do CND no momento dessas apreciações era composto somente por homens – como foi composto na maior parte de sua existência –, eram os conselheiros: General Eloy de Meneses (presidente), Major Sylvio de Magalhães Padilha (Vice-presidente e presidente do Comitê Olímpico Brasileiro), Carlos Osório de Almeida, Aníbal Moreira Pellon, Claudios Medeiros, Waldyr Benevento e Rubem Rodrigues Moreira (presidente da Federação Pernambucana de Futebol); e os assessores jurídicos eram: Leib Weksler, Roberto Abranches e Alexandre Barbosa Fonseca Junior.

Como observado anteriormente, tornar-se conselheiro do CND partia de uma indicação do presidente da República. Não havia qualquer forma eletiva para ascender à alta cúpula do desporto brasileiro e as indicações deveriam ser feitas às “pessoas de elevada expressão cívica e que representem, em seus vários aspectos, o movimento desportivo nacional”<sup>151</sup>. Geralmente a indicação partia do próprio CND, encaminhada ao ministro da educação que se encarregava de realizar o convite homologado pelo presidente da República.

Logo, a escolha dos membros desse conselho tenderia a dirigentes que compartilhassem dos mesmos valores morais empreendidos pela ditadura, o que por si só já explicaria o caráter conservador do Conselho Nacional de Desportos, se o mesmo não pudesse também ser explicado pelo conservadorismo da própria categoria de dirigentes esportivos.

### 3.2 – A *suprema corte*

Antes do golpe de 1964, o CND foi utilizado pelo governo João Goulart para costuras políticas entre o Executivo e o Legislativo. De 1962 até o golpe, o órgão teve dois presidentes diferentes: André Broca Filho, deputado pela legenda do Partido Social Progressista (PSP)<sup>152</sup>, de 1962 até Novembro de 1963 e seu sucessor, José Antônio Rogê Ferreira, deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), teve seu

---

<sup>151</sup> BRASIL. Decreto-Lei 3.199 de 14 de Abril de 1941.

<sup>152</sup> André Broca Filho também exercia o cargo de presidente da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) de São Paulo. Após o golpe civil-militar de 1964 e a instituição do bipartidarismo, André Broca Filho, filiou-se ao partido governista, Arena. Cf. ABREU, Alzira Alves de. *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/broca-filho-andre>. Último acesso em: 05/10/2016.

mandato cassado após o golpe civil-militar de 1964 pelo Ato Institucional nº 1 e também afastado da presidência do CND <sup>153</sup>.

A presidência do CND, desde o golpe de 1964, foi exercida por militares de carreira vinculados ao esporte. O general Eloy de Menezes, primeiro presidente do CND pós-golpe, foi um dos destaques no título brasileiro na Copa das Nações de Hipismo disputada em Aachen em 1956 na Alemanha <sup>154</sup>. Já o brigadeiro Jeronimo Bastos, que assumiu a presidência do conselho em Fevereiro de 1971, era egresso do CRD da Guanabara e do quadro de associados do Botafogo Futebol e Regatas, além disso, chefiou a delegação brasileira de futebol em 1970, na Copa do Mundo do México. Já o cargo de vice-presidente foi desempenhado a maior parte do tempo pelo Major Sylvio Magalhães Padilha, que acumulava também o cargo de presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) <sup>155</sup>. O major desempenhou a função de vice-presidente do conselho de 1967 até 1974, quando se afastou por problemas de saúde de sua esposa.

Uma característica marcante desse órgão era a presença massiva de advogados como conselheiros. Dos doze conselheiros que fizeram parte do plenário do CND encabeçado por Eloy de Menezes de 1966 até Fevereiro 1971, cinco eram advogados <sup>156</sup>, um médico <sup>157</sup>, um administrador <sup>158</sup>, um militar <sup>159</sup>, uma professora <sup>160</sup>, um

---

<sup>153</sup> José Antonio Rogê Ferreira também havia sido também presidente da UNE em 1949 e após a cassação do seu mandato, em 1964, afastou-se da vida pública e começou a exercer oposição à ditadura na seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Cf. ABREU, Alzira Alves de. *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-antonio-afonseca-roge-ferreira>. Último acesso em: 05/10/2016.

<sup>154</sup> <http://www.cbh.org.br/index.php/noticias-geral/4986-brasil-campeao-da-copa-das-nacoes-em-aachen-1956.html>. Visto por último: 28/09/2016.

<sup>155</sup> O caso do Sylvio Magalhães Padilha é digno de nota. O Major desempenhava a função de conselheiro até 1964, quando foi deflagrado o golpe. A renovação do CND com os militares o afastou do cargo de conselheiro por um momento, retomando na função de vice-presidente do conselho em 1967. A função de presidente do COB, a qual havia sido eleito em 1963, contudo, continuou a exercer até 1990.

<sup>156</sup> Os advogados eram: Carlos Osório de Almeida, Aníbal Moreira Pellon, Waldir Benevento, Alexandre Barbosa Fonseca Jr e Claudio Medeiros (ex-diretor da Caixa econômica federal, cotado para assumir a casa civil no governo Médici e filho do Ministro Poti de Medeiros).

<sup>157</sup> Henrique Licht era médico e associado ao Grêmio Náutico União e Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, foi conselheiro no CRD gaúcho.

<sup>158</sup> Gilberto de Abreu Pires era administrador, contador, foi presidente do Paraná Clube e egresso do CRD do Paraná.

<sup>159</sup> Coronel José Ornelas.

<sup>160</sup> A nadadora Maria Lenk ajudou a fundar e foi a primeira diretora da Escola Nacional de Educação Física na Universidade do Brasil - reconhecida posteriormente como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3672>. Consultado pela última vez em: 04/10/2016.

empresário <sup>161</sup> e um presidente de federação <sup>162</sup>. Houve ainda dois membros <sup>163</sup> cujas ocupações não foram identificadas.

Não era incomum encontrar nas atas das reuniões presididas por Eloy de Menezes que o plenário se enxergava como o órgão máximo da jurisprudência esportiva, o que torna compreensível quando temos ciência da quantidade de advogados que participavam das reuniões. Além dos advogados conselheiros, o conselho foi amparado, desde 1970, por uma assessoria jurídica que auxiliava na expedição de alguns pareceres. A assessoria durante a gestão de Eloy de Menezes era composta por dois advogados, Alexandre Barbosa Fonseca Junior e Roberto Abranches, posteriormente, quando Alexandre Barbosa foi nomeado conselheiro, Leib Weksler se tornou membro da assessoria jurídica.

Durante a gestão de Jeronimo Bastos nesse conselho, embora seja patente sua militarização, a presença dos advogados tornou-se ainda mais acentuada. Primeiramente designou os conselheiros Aníbal Moreira Pellon e Waldir Benevento para a assessoria jurídica. Em seguida afastou os advogados, Alexandre Barbosa Fonseca Jr. e Claudio Medeiros de suas funções de conselheiros do CND. O conselho passou a ser composto, então, por três militares, dois professores e dois advogados. Mesmo diminuindo em um primeiro momento o número de advogados no conselho, a assessoria jurídica continuou participando das reuniões do conselho e auxiliando os pareceres do plenário, mas dessa vez com cinco membros.

Em Outubro de 1974, a assessoria jurídica do CND ganhou uma nova definição terminológica: “consultores técnicos”. A consultoria técnica, então, teve seu número elevado para sete membros, enquanto o conselho era composto por seis conselheiros – dos quais quatro eram advogados - e o conselho compôs-se ainda mais por advogados.

É possível, então, perceber que o conselho não fugia à tendência do “fetiche legalista” que permeava a ditadura. Beatriz Kushnir reconhece que, “até quando o desmando era total, amparado pelo AI-5, houve a necessidade de uma ‘legalidade’

---

<sup>161</sup> Carlos Caldeira Filho era empresário e sócio de Octávio Frias de Oliveira, juntos eram donos do grupo *Folha de São Paulo*, sociedade que foi desfeita somente em 1992, quando Octávio Oliveira ficou com o grupo *Folha* e Carlos Caldeira Filho assumiu os demais negócios da sociedade. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml). Consultado pela última vez em: 04/10/2016.

<sup>162</sup> Rubem Rodrigues Moreira exerceu a função de presidente da Federação Pernambucana de Futebol de 1955 até 1982, quando saiu da presidência foi contemplado pelo seu sucessor com o título de benemérito da federação. Faleceu em 1983.

<sup>163</sup> Ary Delgado e Edgard Leite Castro.

criando-o”<sup>164</sup>. Nesse sentido, a autora explica que cada ato de exceção, cada norma proibitiva, cada cassação de direitos civis era amparado na “legalidade” e o *Diário Oficial* tinha uma função preponderante para dar uma caracterização legítima e legalista às arbitrariedades cometidas, o que Weber conceitua como uma das formas de dominação pura, exercida institucionalmente e, por conseguinte, se tratando de uma ordem superior de caráter impessoal, objetiva e legalmente estatuída<sup>165</sup>. O conselho, por sua vez, não fugiu à tendência e, com atas publicadas regularmente nos *Diários Oficiais*, amparava suas medidas, até as mais arbitrárias, utilizando as normas e legislações vigentes, e se fazendo valer da interpretação oficial que seria aplicada no campo da legislação esportiva. O CND se enxergava como um órgão de jurisprudência que trilhava “nas linhas da lei”<sup>166</sup>, zelava pelos interesses do desporto e, tentava postar-se como tal, pautando todas as suas decisões na legislação vigente - até mesmo as mais arbitrárias.

Além dessa aura jurisprudente concebida pelo próprio conselho, o mesmo era permeado por uma espécie de moral, em que os conselheiros não participavam do julgamento das suas antigas instituições, ou que ainda se encontrassem associados, em função de um exercício moral para com a instituição, evitando posicionar-se politicamente contra a diretoria que estivesse sofrendo a ação. Assim foi com Aníbal Pellon em 1970 quando se considerou impedido de votar o processo impetrado contra a diretoria do Botafogo, na época presidido por Althemar Dutra de Castilho (Teté)<sup>167</sup>, pelo fato de ter figurado uma das chapas que concorreu na eleição que Teté venceu<sup>168</sup>. Bem como em Janeiro de 1971, no desdobramento de um novo processo contra a mesma diretoria, “deixaram de votar os conselheiros Doutores Carlos Osório de Almeida e Aníbal Moreira Pellon, por se considerarem impedidos”<sup>169</sup>.

<sup>164</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo. 2012. P.81.

<sup>165</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2012. P. 141.

<sup>166</sup> No termo selecionado faço alusão ao processo envolvendo o pedido da redução da pena do jogador Everaldo Marques da Silva aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), quando o presidente do CND, Jeronimo Bastos, negou a redução e justificou a postura irredutível pela conduta do conselho em sempre seguir “nas linhas da lei”. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 28 de Junho de 1973. Seção 1. Parte 1. P. 6255.

<sup>167</sup> Irmão do torturador João Dutra de Castilho, também pertencente ao quadro de associados do Botafogo de Futebol e Regatas.

<sup>168</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 02 de Abril de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 2466.

<sup>169</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 03 de Março de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 1719. O desenrolar desse processo não teve um desfecho tão positivo quanto o anterior. Esse processo questionava a última eleição do conselho deliberativo ocorrida no clube. O processo desembocou no decreto de intervenção no clube durante a gestão de Jeronimo Bastos, egresso do Botafogo, que assumiu a

Semelhante, porém mais emblemático, foi o caso envolvendo Rubem Rodrigues Moreira. No final do ano de 1970, o conselheiro que também exercia a presidência da Federação Pernambucana de Futebol, absteve-se de votar no processo de acatar ou não a denúncia da subprocuradoria da República quanto ao uso de *doping* pelos jogadores que disputavam os torneios organizados por aquela federação <sup>170</sup>. Vale ressaltar que o plenário decidiu por não acatar a denúncia da subprocuradoria da República, tampouco afastou Rubem Moreira de qualquer uma de suas ocupações.

Nos episódios tratados, independente das motivações, embora alguns conselheiros não participassem da votação por motivos disfarçados de justificativas morais, o plenário tomava medidas que estavam alinhadas com o posicionamento dos conselheiros no que diz respeito ao seu parecer final. O que remete a uma espécie de alinhamento político dentro do conselho para defender, quando posto em risco, os interesses individuais em forma de interesses gerais do desporto. Esse tipo de inversão acontecia geralmente quando o interesse de algum dos conselheiros era colocado em risco, mas não era somente sob essa conjuntura que o conselho estava propenso a cometer algumas arbitrariedades. A seção a seguir visa tratar exatamente as condições das arbitrariedades em contraste com a extensão de poder exercida pelo CND.

### *3.3 – Entre o controle absoluto e arbitrário.*

Como observado anteriormente, o CND era um órgão que tinha uma grande elasticidade no que diz respeito às suas competências, nas atas de suas reuniões, inclusive, tratava-se de assuntos dos mais diversos: desde a deliberação de uma nova norma até a permissão para um time estrangeiro disputar partidas amistosas em território nacional. O que é notável, porém, é que o plenário do conselho tentava realizar um controle muito amplo sobre a seara esportiva, mas ao mesmo tempo se negava a julgar alguns processos por não se enxergar competente para tal, o que gerava algumas confusões no Sistema Desportivo Nacional quanto aos poderes daquele órgão.

---

presidência do CND em fevereiro de 1971 com o processo já em andamento. Jeronimo Bastos designou primeiramente o benemérito Paulo Azeredo como interventor, mas este negou a designação. Em seguida, Jeronimo Bastos designou o próprio presidente em exercício, Althemar Dutra de Castilho, para presidir as novas eleições do conselho deliberativo como determinava o processo. *Cf. Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 05 de Maio de 1971. Seção 1. Parte 1. P. 3372. *Cf. Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 26 de Maio de 1971. Seção 1. Parte 1. P. 3989.

<sup>170</sup> *Cf. Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 26 de Janeiro de 1971. Seção 1. Parte 1. P. 624.



Na consulta de suas atas, é patente para o leitor que toda movimentação do esporte brasileiro deveria passar pela avaliação do CND. Por exemplo, caso uma agremiação de futebol tivesse a pretensão de excursionar, ela deveria protocolar um processo com o pedido de excursão com data de ida e de volta, com os locais em que passaria, contra quais clubes jogariam, quando jogariam e, no retorno ao Brasil, deveriam entregar um relatório sobre a excursão em duas vias: uma destinada ao CND e outra destinada ao Ministério das Relações Exteriores. A não apresentação do relatório poderia significar suspensão das atividades da agremiação. Para efeito de concretude, o C. R. Flamengo foi multado em 1967 por ter viajado antes da data comunicada e ter disputado dois jogos a mais do que informado no pedido do processo <sup>171</sup> e no ano seguinte ameaçado de ter suas atividades suspensas se não apresentasse o quanto antes o relatório da sua última excursão <sup>172</sup>.

Além do controle na área competitiva, aprovando ou negando a entrada de associações esportivas e atletas que quisessem realizar amistosos no Brasil, o CND objetivava um rígido controle no ambiente interno das agremiações futebolísticas. O plenário submetia à sua apreciação qualquer personalidade que pleiteasse assumir cargos em clubes. No caso de preparadores físicos, treinadores, ou qualquer função que exigisse diploma para exercer o cargo, esses profissionais deveriam se cadastrar primeiramente no CND com os respectivos diplomas – depois de 1971 a função de cadastro passou para o DDEF, para em seguida pleitear alguma função em associação esportiva. Nos casos de postulantes a cargos de dirigentes, eles passariam pela avaliação das agências de informação da ditadura militar, tais como: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) <sup>173</sup>.

É relevante ponderar que os atletas também estavam submetidos à burocracia centralizadora do conselho. No caso de excursões ou competições, os atletas também deveriam informar as datas de partida e de chegada quando protocolizassem o processo no CND. E qualquer alteração no percurso deveria ser explicada no relatório. No que diz respeito às importações de equipamentos sem taxaço, esse conselho também era

---

<sup>171</sup> A multa aplicada era um valor simbólico de Cr\$ 10,00, quando na legislação específica (5.342, de 25 de Março de 1943) previa-se multa entre Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), quando alguma recomendação ou instrução do CND fosse infringida. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 11 de Maio de 1967. Seção 1. Parte 1. P.5210.

<sup>172</sup> *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 17 de Junho de 1968. Seção 1. Parte 1. P. 4919.

<sup>173</sup> MEMÓRIAS do chumbo: futebol no tempo do condor. Direção: Lúcio de Castro. ESPN Brasil. 2013. (50 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cViE1fZ3tzA>. Último acesso 10/10/2016.

responsável por apurar os pedidos de importação, sendo auxiliado a partir de 1973 por uma assessoria técnica que avaliaria se os equipamentos solicitados pelas associações não teriam similares produzidos no Brasil. A necessidade do acompanhamento de uma assessoria técnica especializada deu-se em função do aumento de denúncias contra associações de automobilismo e de vela e motor, pois além de haver equipamentos similares no Brasil, os que estavam sendo importados estariam sendo utilizados para o lazer em vez de competições. O trabalho dessa assessoria seria, portanto, identificar os materiais pleiteados para importação, avaliar se era adequado para competição e se o mesmo só era produzido fora.

Assim, o CND tentava emplacar um forte controle do campo esportivo por meio da sua burocracia e de sua capacidade coercitiva – com possibilidade de realizar intervenção em qualquer organização esportiva ou delegar “poderes de polícia” ao CRD. Contudo, mesmo um órgão poderoso como o CND e arranjado a caminhar “nas linhas da lei”, estava disposto a cometer imprecisões administrativas, negando competência para julgar um caso ou outro, ou até mesmo agindo com parcialidade nas suas apreciações.

As competências administrativas do CND eram dúvidas que pairavam inclusive entre as instituições do Sistema Desportivo Nacional, que por vezes tinham seus processos indeferidos, porque o órgão não se julgava apto para apreciar determinado assunto. O plenário do CND afirmava, em um de seus tantos indeferimentos, que os processos e recursos impetrados se tornam digno de apreciação pelo conselho quando remete a algum caso de transgressão da lei federal ou normas expedidas pelo conselho. As múltiplas competências ligadas a um mesmo órgão facilitava esse tipo de confusão, como também o próprio órgão decidia arbitrariamente o que seria digno de julgamento, aumentando ainda mais a confusão do que seria incumbido àquele órgão ou não.

Os processos que eram indeferidos com maior frequência eram relativos a pedidos de intervenção a alguma instituição esportiva. Observe dois exemplos sobre pedidos de intervenção julgados pelo CND: o primeiro referente à denúncia de sócios do Confiança Atlético Clube e funcionários da Federação Carioca de Futebol contra a diretoria do Confiança Atlético Clube, que não teria respeitado o estatuto da instituição e burlado as eleições do conselho deliberativo daquela instituição; o segundo referente ao parecer do plenário quanto ao pedido de intervenção na Confederação Brasileira de Automobilismo.

No que diz respeito ao parecer de intervenção no Confiança Atlético Clube:

Ao Conselho Nacional de Desportos, não cabe apreciar estas questões, nem examinar matéria de fato e de direito geradas entre grupos de associados e os poderes de um clube, filiado ao Departamento Autônomo da Federação Carioca de Futebol, sem estarem esgotadas as instancias administrativas e judiciais <sup>174</sup>.

Já na Confederação Brasileira de Automobilismo:

Considerando que os altos interesses do automobilismo brasileiro vem sendo seriamente prejudicados pela crise institucional eclodida na Confederação Brasileira de Automobilismo, cujos poderes internos não mais dispõem de meios eficazes para pleno funcionamento <sup>175</sup>.

Assim, enquanto a denúncia de fraude nas eleições do conselho deliberativo deveria ainda tramitar por toda a malha burocrática, a Confederação Brasileira de Automobilismo teve a intervenção decretada pautada na crise institucional que assolava aquele órgão confederado, consolidando a segunda intervenção pelo CND na referida confederação – a primeira durante a presidência do general Eloy de Menezes e a segunda sob a tutela do brigadeiro Jeronimo Bastos.

Outro exemplo que pode ser dado acerca das imprecisões e arbitrariedades do referido conselho trata-se de um episódio ocorrido com Federação Gaúcha de Futebol de Salão que reivindicava para si o monopólio do torneio entre clubes. E o plenário aprovou o parecer da sua assessoria jurídica que afirmava

não caber ao C.N.D. qualquer interferência. Entretanto mantém seu entendimento anterior, *si et in quantum*, de que os clubes acusados podem, sempre que quiserem, promover seus torneios, se estiverem legalizados e respeitarem os postulados do art. 36 do Decreto-lei número 3.199, que, de resto, estarão sempre protegidos pelo artigo 153 da Constituição Federal, pelo direito do livre divertimento e recreação <sup>176</sup>.

Logo, o torneio entre clubes de futebol de salão no Rio Grande do Sul não era proibido, desde que as associações estivessem com as suas atividades devidamente

---

<sup>174</sup> *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 27 de Outubro de 1972. Seção 1. Parte 1. P. 9581.

<sup>175</sup> *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 25 de Março de 1974. Seção 1. Parte 1. P. 3316.

<sup>176</sup> O artigo 36 da lei 3.199 de 1941 diz que é proibida qualquer exibição pública remunerada, exercida por entidades desportivas que não sejam direta ou indiretamente vinculadas ao Conselho Nacional de Desportos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 10 de Janeiro de 1972. Seção 1. Parte 1. P. 182.

legalizadas. Destarte, os clubes tinham direito de realizar torneio entre equipes pautando-se na constituição federal, no “direito do livre divertimento e recreação”<sup>177</sup>.

Por outro lado, os clubes de futebol que quisessem realizar excursões disputando amistosos, no Brasil ou fora, deveriam enviar o pedido de excursão ao CND, mas as datas referentes à excursão deveriam estar de acordo com o calendário do órgão máximo do futebol brasileiro, de modo que as datas das excursões e dos torneios organizados pela CBD não entrassem em conflito. Para efeito de elucidação observemos o caso do Santos F. C.:

No que diz respeito à solicitação do Santos F. C. para excursionar ao exterior, decidiu o plenário: "Baixar processo em diligência, para que a Confederação Brasileira de Desportos declare expressamente se concorda ou não com a excursão do Santos F.C. sem a condição de sua presença no Brasil para disputar, dia 27 de setembro, a Taça de Prata, uma vez que o problema da participação ou não na referida Taça não é da alçada desse CND e sim, matéria a ser decidida entre a Confederação Brasileira de Desportos e suas filiadas na forma do regulamento da Taça de Prata"<sup>178</sup>.

O que é notável nesse caso é o encaminhamento do CND à CBD aguardando o parecer desta última, pois o CND não se enxergava competente para apreciar o caso de excursões em meio à temporada regular da CBD. O parecer foi contrário à excursão e, conseqüentemente, o pedido do Santos F. C. foi negado. Essa negativa representava o

---

<sup>177</sup> Uma reflexão válida nesse episódio da Federação Gaúcha de Futebol de Salão é referente talvez à percepção que o conselho tivesse da referida modalidade. Para o leitor, a justificativa de um torneio que não fosse organizado pela federação conferiria um caráter recreativo da modalidade, contudo, o próprio conselho não se enxergava como um órgão que tivesse vinculado a si modalidades recreativas, essas modalidades deveriam se organizar como associações civis que não precisavam submeter regulamentos à prova do CND. O próprio plenário negou a filiação de uma associação de Damas e Dominó em 1967 e uma de futebol de botão em 1971 por não acreditar que se tratassem de modalidades esportivas, entendendo-se por desporto as práticas de cunho corporal que colocassem à prova a capacidade técnica e corporal dos seus praticantes Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 19 de Maio de 1967. Seção 1. Parte 1. P. 5500. E justificava o reconhecimento do xadrez como modalidade esportiva por conta do entendimento do Decreto-Lei 3.199 de 14 de Abril de 1941. Inclusive, em Maio de 1971, o plenário solicitou ao presidente da República que revogasse o decreto que reconhecia a columbofilia (competição de pombo-correio) como modalidade esportiva e filiasse esta federação a algum órgão do ministério da agricultura. Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 05 de Maio de 1971. Seção 1. Parte 1. Pp. 3371-3372.

<sup>178</sup> Dos casos relatados acima somente o caso do Santos F.C. aconteceu durante a gestão de Eloy de Menezes, o que em um primeiro momento pode parecer um equívoco, contudo gostaria de esclarecer que a relevância do episódio do Santos F.C. se justifica por ser um caso emblemático, onde o CND remete à CBD o pedido que caberia ao próprio CND apreciar. Além disso, isso não significa que durante a gestão de Eloy de Menezes não tenham ocorridos episódios de arbitrariedade e que durante a gestão de Jeronimo Bastos não tenha ocorridos episódios que garantissem a autoridade e monopólio das competições em determinada área. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 29 de Setembro de 1970.

caráter monopolista de disputas de certames futebolísticos à CBD - o que não foi permitido no Rio Grande do Sul com a federação estadual de futebol de salão.

É importante refletir sobre o comportamento do CND: de um lado empodera um CRD com poderes coercitivos para evitar um evento de boxe feminino, mas ao mesmo tempo declara-se incompetente para julgar ou intervir em fraudes nas eleições dos seus órgãos confederados, pois, para as sentinelas do desporto e dos bons costumes, ver duas mulheres lutando seria mais perturbador do que ferir princípios democráticos.

Assim, torna-se patente que mesmo um órgão que se enxergava de competência jurisprudente – tal como o plenário da gestão de Eloy de Menezes se identificou - e que trilhava, segundo Jeronimo Bastos, “nas linhas da lei”, poderia cometer algumas arbitrariedades.

### 3.4 – Gerência Autárquica do Desporto.

A maior parte das arbitrariedades ponderadas acima datam da gestão do Jeronimo Bastos <sup>179</sup>, o que não implica que a gestão de Eloy de Menezes estivesse livre de parcialidades como as supracitadas. Esta seção visa explicar exatamente um episódio emblemático que evidencia a organização autárquica aparelhada no Sistema Desportivo Nacional durante a gestão de Eloy de Menezes e a configuração autônoma do desporto nacional.

Em Novembro de 1970, foi instaurado inquérito pela polícia federal de Pernambuco, a pedido da Subprocuradoria Geral da República, para apurar as denúncias sobre o uso de *doping* nos torneios organizados pela Federação Pernambucana de Futebol. A abertura da investigação não foi bem recebida pelo conselho que tinha entre seus conselheiros o presidente da federação investigada, Rubem Rodrigues Moreira.

O plenário tomou ciência de que foi instaurado inquérito pela Polícia Federal de Pernambuco, por solicitação da Subprocuradoria da República daquele Estado, e resolveu solicitar informações ao Chefe de Polícia Federal, em Brasília e ao Chefe da Subprocuradoria da República de Pernambuco pedindo informações sobre o fato e cópia da Portaria que determinou abertura de inquérito, uma vez que envolve interesse desportivo de mais alta relevância, pois cabe ao C.N.D., na forma do artigo 39, letra b, do Decreto-lei n.º 3.199, incentivar por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo,

---

<sup>179</sup> Jeronimo Bastos assumiu a presidência do CND em 09 de Fevereiro de 1971. Talvez pensar que a mudança de gestão no CND (Eloy de Menezes e Jeronimo Bastos) represente também uma mudança de paradigma na condução no esporte brasileiro que parecia reger-se até 1971 de uma forma autárquica.

como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade<sup>180</sup>.

O pedido de informação acerca da portaria que determinava a abertura do inquérito se referia a um procedimento burocrático pelo qual o CND realizava suas deliberações. Dessa forma, o conselho, ao indagar em que momento teria solicitado esta investigação, questionava a autoridade da Subprocuradoria da República em acionar um inquérito numa área onde não lhe competia esforços.

Esse caso se torna emblemático por dois motivos: primeiramente servindo para pensar um pouco acerca do afastamento que a seara esportiva gostaria de criar entre ela e as demais; e em segundo lugar por demonstrar uma forma de organização autárquica. Um pensamento comum entre os dirigentes esportivos e os conselheiros do CND era que o esporte deveria se organizar como algo independente e não passível de mistura, ou permeabilidade, para com assuntos que não obedecessem ao mundo esportivo<sup>181</sup>. O esporte era um *campo*<sup>182</sup> que possuía meios próprios de organização, possuindo calendário, tribunais<sup>183</sup>, legislação<sup>184</sup> e meios de fiscalização que lhe eram próprios. E nesse caso foi possível observar também meios próprios de proteção, reivindicando o monopólio de tratar dos assuntos esportivos.

Pensando em definições terminológicas de Pierre Bourdieu acerca do conceito de *campo*: explicar esse evento a partir do referencial teórico de *campo* é essencial para se ter uma compreensão das lógicas que permeiam as decisões internas do evento estudado. Quando se busca compreender internamente as razões de um determinado evento, as explicações de arbitrariedade desmotivada e do esoterismo são afastadas da pesquisa. E é esse tipo de explicação que o trabalho pretende dar, tentando se

<sup>180</sup> Grifo próprio. Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 30 de Novembro de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 10207.

<sup>181</sup> Vide João Havelange, ao ser lembrado sobre o título mundial de 1970, afirmou que “os aplausos de 1970 foram os mesmos de 1958 e 1962. Futebol, você me perdoe, não se mistura com nada”. O trunfo da política de João Havelange era reivindicar a postura apolítica na condução do esporte brasileiro, sobretudo futebol. RODRIGUES, Ernesto. *Jogo Duro: a história de João Havelange*. Rio de Janeiro: Record. 2007. P. 129.

<sup>182</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil 1989. P. 69.

<sup>183</sup> O Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva estruturou a Justiça Desportiva da seguinte forma, em ordem decrescente de instância: o CND; o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, de cada confederação; os Tribunais de Justiça Desportiva, em cada federação estadual; e as Juntas Disciplinares Desportivas, no âmbito municipal. Cf. PERRY, Valed. *Comentários à Legislação Desportiva Brasileira*. 1965. P. 71.

<sup>184</sup> O Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva e o Código Brasileiro Disciplinar do Futebol foram adotados pelo CND em 1962 com o objetivo de organizar e conduzir a resolução dos litígios no futebol brasileiro. Além disso, o CND pautava-se nas legislações federais e nas normas expedidas pelo próprio conselho para manter o controle do esporte brasileiro.

desvencilhar do reducionismo e das explicações simplistas de arbitrariedades “não-motivadas” e apresentando as motivações objetivas dentro do evento <sup>185</sup>.

Esse caso apresenta uma forma de mecanismo de proteção que era utilizado para defender a classe dos dirigentes do futebol. É salutar reforçar que entre os próprios dirigentes havia distinções de títulos, mas ainda assim eles representavam uma categoria muito distinta da de jogadores e técnicos, por exemplo. Configurando-se em uma elite política do futebol brasileiro.

Reforça-se o perfil autárquico da gerência do futebol brasileiro, quando se observam os órgãos responsáveis pela fiscalização, julgamento e penalização de transgressões, se recusando a exercer sua finalidade contra um membro que compunha o CND e presidia a federação investigada.

A postura de João Havelange, independente da motivação, sobre o caso envolvendo a Federação Pernambucana de Futebol é digna de nota:

a CBD está solicitando ao procurador geral da república, em Brasília, que determine a suspensão do inquérito instaurado em Pernambuco para apurar o uso de doping por jogadores de futebol. E a alegação que sustenta (?) esse pedido também é das mais firmes: ‘Nada poderá ser feito porque nenhuma lei do Código Penal Brasileiro pune os infratores’ <sup>186</sup>.

Afinal, não havendo configuração de infração normativa ou transgressão da lei, não haveria como realizar qualquer espécie de punição, ainda mais quando o órgão responsável por julgar os casos omissos, o CND, não se via competente para exercer tal função. O conselho, então, embarreirou as investigações da polícia federal de Pernambuco, decidiu por não tomar conhecimento da denúncia de *doping* na Federação Pernambucana de Futebol e, portanto, não afastar seu presidente. O parecer do plenário, para não tomar conhecimento da investigação, foi pautado no argumento de que a federação não representa repartição pública, mas um órgão privado, não se configurando, então, competência do CND realizar a intervenção <sup>187</sup>.

Outras medidas que podem ser observadas como formas de organização autárquica trata-se de como o CND manuseou a aplicação de multas e concedeu autorização aos clubes para violarem o período regulamentar de descanso dos jogadores.

---

<sup>185</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op.Cit.* P. 69.

<sup>186</sup> Revista Placar. 20 de Novembro de 1970. “Doping faz mal? Ora, que bobagem”. P. 43.

<sup>187</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 26 de Janeiro de 1971. Seção 1. Parte 1. P. 624.

A organização autárquica do esporte brasileiro se estruturava de modo a atender os anseios da elite dirigente do esporte.

Durante a consulta às atas do conselho no período entre 1966 a 1971, era muito comum encontrarmos o CND aprovando pedidos de clubes para não cumprirem o período regulamentar de descanso dos jogadores de 60 horas e jogarem nesse intervalo. O plenário só poderia aprovar o descumprimento do intervalo regulamentar de descanso mediante justificativa do caráter excepcional daquela partida, mas os pedidos e as aprovações eram tão frequentes que o descumprimento do intervalo regulamentar era um fato ordinário no futebol brasileiro. E caso a agremiação não comunicasse o caráter excepcional do jogo e não respeitasse o intervalo regulamentar de descanso de jogadores, o valor de sua penalidade era irrisório, praticamente simbólico. Em todos os casos consultados nas atas do CND, as multas não foram aplicadas de acordo com a legislação específica: 5.342, de 25 de Março de 1943. A referida legislação previa a punição entre os valores de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) às agremiações que infringissem qualquer instrução do CND. A multa aplicada aos clubes, efetivamente, independente da transgressão – desde excursões não informadas até o descumprimento do período regulamentar de descanso dos jogadores -, correspondia a um valor simbólico de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

Assim, no que diz respeito à análise desses eventos, é possível associá-los a uma espécie de autarquia na gerência do desporto, onde o CND reivindicava por meio da legislação vigente o monopólio de “exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo” e, por meio de sua autoridade, eximir de pena ou abrandar a classe dirigente das mesmas - cabendo lembrar o processo envolvendo o pedido da redução da pena do jogador Everaldo Marques da Silva aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), quando o presidente do CND, Jeronimo Bastos, negou a redução e justificou a postura irredutível através do *modus operandi* do conselho em seguir “nas linhas da lei”.

Já que foi mencionado o caso de um jogador punido pelo STJD é justo relacionar uma matéria da revista Placar que se queixava sobre as constantes arbitrariedades no meio futebolístico. A matéria ressalta alguns casos em que a legislação não é cumprida e denuncia os abusos dos dirigentes contra os jogadores de futebol, os quais não conhecendo seus direitos integralmente se deixam ludibriar pelos dirigentes. O caso mais relevante para a condução do assunto é o paralelo que a matéria traz: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) previa o teto da jornada de trabalho de



oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais, o jogador cumprindo o que manda a normatização da época, permitindo que o clube exigisse do jogador a concentração de até setenta e duas horas, está ultrapassando o limite de horas de trabalho previsto na CLT. “A não ser que não se considere como tempo de trabalho estar afastado da família e à disposição do empregador”<sup>188</sup>. Havia caso, inclusive, em que não se respeitava sequer o tempo previsto na normatização do CND, atravessando as 72 horas de concentração, como fazia “Iustrich, técnico do Flamengo, além de concentrar seus jogadores duas vezes por semana, ainda os leva para a concentração depois de derrotas e empates”<sup>189</sup>.

O jogador de futebol era tido como um “profissional do esporte” e por isso não estava submetido à mesma legislação que um trabalhador comum. Os profissionais do esporte eram regidos por um conjunto de normas materializadas no Código Brasileiro de Disciplina Desportiva e no Código Brasileiro Disciplinar do Futebol, adotadas como parâmetros pelo CND a partir de 1962, as quais designavam que os litígios esportivos seriam julgados por tribunais próprios da instância esportiva, configurando-se, então, o distanciamento e o resguardo da seara esportiva em si.

Os membros dos órgãos responsáveis por apreciar e julgar as causas desportivas pertenciam à classe dirigente dos clubes. O Tribunal de Justiça da CBD, por exemplo, era composto por Silvano de Brito (presidente), Ariovisto de Almeida Rego, Silvio Cochiarelli, Roberto Bustamante e Márcio Braga. De todos esses personagens, somente Roberto Bustamante não tinha vinculação direta com nenhum clube e era classificado na matéria da Placar como o mais rigoroso<sup>190</sup>. Os demais ainda detinham algum vínculo com clube: Márcio Braga era sócio do Flamengo; Silvano de Brito, presidente do tribunal, era grande benemérito do Flamengo; Silvio Cochiarelli se identificava como torcedor do Fluminense; e Ariovisto de Almeida Rego era sócio deste último clube. Ou seja, é um tribunal formado por um dos lados, julgando em causa própria, quando há conflito de trabalho entre jogador e clube.

Assim, esses eventos podem ser interpretados como indicativos da forma de gerência autárquica do esporte brasileiro, em que os membros da classe dirigente faziam valer as leis e normatizações ao seu favor. Além disso, como cabia somente aos órgãos responsáveis de cunho esportivo investigar, julgar e punir as transgressões cometidas no

---

<sup>188</sup> Revista Placar. 08 de Janeiro de 1971. “Ninguém cumpre a lei dos jogadores”. P. 33.

<sup>189</sup> Revista Placar. 08 de Janeiro de 1971. “Ninguém cumpre a lei dos jogadores”. P. 32.

<sup>190</sup> Revista Placar. 30 de Outubro de 1970. “O tribunal da justiça e da desgraça”. Pp. 34-35.

campo esportivo, os dirigentes faziam valer a perpetuação de seus interesses nesses órgãos.

Desse modo, no que tange ao futebol como um campo autônomo: a área esportiva conseguia estruturar-se em termos que lhe eram próprios, desde a lógica hierárquica pautada no sistema de associação e titulação clubística, até na organização institucional dos calendários, legislação e tribunais.

Logo, tratar das apropriações do futebol pela ditadura deve ser feita com o máximo de cuidado, porque o esporte, de um modo geral, conseguia estruturar-se em órgãos e normas que lhe eram próprios. E os membros que circulavam nesse campo esportivo pertenciam a esse universo, eram inseridos na lógica de hierarquização das associações esportivas e reivindicavam para seu meio a autonomia de não se misturar com assuntos de qualquer outra natureza que não fosse o esportivo, vide o caso envolvendo a federação pernambucana de futebol. Não pretendo, contudo, ser acusado de ingenuidade por acreditar que a seara esportiva fosse de fato apolítica. Afinal, essa postura apolítica é uma forma de posicionar-se politicamente dentro do Estado, onde tudo em seu interior é político <sup>191</sup>. Além disso, pretendo deixar em aberto uma reflexão sobre a relação entre futebol e ditadura, que cada vez menos vejo relacionar-se por formas de apropriação entre uma e outra, mas como formas de afinidade ideológica entre as mesmas. Um breve exemplo para efeito de elucidação é o caso de João Havelange, quando foi convocado para depor após o golpe de 1964.

Nos primeiros meses após o golpe, João Havelange foi convocado para prestar esclarecimentos sobre o financiamento de um apartamento que levava a assinatura de Juscelino Kubitschek no contrato.

Havelange foi à sede da Caixa, mas levou junto com ele, à paisana, o general Edgar do Amaral, um de seus amigos no Exército. No encontro, Havelange disse que o coronel, cujo nome não guardou, leu trechos do contrato e perguntou por que o documento estava assinado pelo [ex-] presidente JK. A resposta e o desfecho, segundo Havelange foram rápidos:

‘Eu disse que era determinação da época. O coronel quis fazer mais uma crítica. (...). Aproveitei então para apresentar quem me acompanhava.

O assunto foi dado por encerrado quando, na lembrança de Havelange, o coronel ‘ficou sem saber o que fazer’ depois de ser apresentado ao general <sup>192</sup>.

<sup>191</sup> BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

<sup>192</sup> Acréscimo próprio. RODRIGUES, Ernesto. *Op Cit.* P. 90.

O general Edgar do Amaral, identificado como um dos amigos de Havelange no exército, não era o único militar próximo do dirigente. Uma figura militar que merece destaque nesse caso é Syzeno Sarmento, que foi acionado por Havelange duas vezes durante a narrativa biográfica. A trajetória de proximidade entre esses dois personagens não é informada na biografia, mas remete a uma dívida de gratidão entre eles <sup>193</sup>.

Syzeno Sarmento era comandante do 1º Exército e, segundo o relatório da Comissão da Verdade, comandava núcleos de tortura e assassinato durante a ditadura. Segundo a narrativa biográfica, Havelange teria recorrido a esse militar para poupar Juscelino Kubitschek e liberar Luiza Konder, na época namorada de Almeida Braga, presidente do Banco do Estado da Guanabara (BEG).

Esse exemplo serve para mostrar uma aproximação entre os personagens que geriam o campo futebolístico brasileiro e o governo ditatorial. Não tenho a pretensão de afirmar que o futebol tinha mais ou menos adeptos ao regime ditatorial, mas pretendo mostrar que quem estava à frente do futebol brasileiro nesse período compartilhava, ainda que minimamente, dos ideais propalados pela ditadura. Ou pelo menos não planejavam confrontar-se com os mesmos, prevalecendo, portanto, o consenso.

Logo, uma hipótese levantada por este trabalho é que o futebol conseguia organizar-se com estruturas próprias, configurando-se como um campo autônomo desde a sua lógica hierárquica – pautado no sistema de associação e titulação clubística - até na sua organização institucional – calendário, legislação, tribunais e profissionais. E que a aproximação do campo futebolístico com a ditadura se deu cada vez menos por meios de apropriação por parte desta última, mas por meio de convergências político-ideológicas entre elas.

No decorrer deste capítulo, foi observado que o CND, desde a sua criação, possuía em termos legalísticos uma extensa envergadura na área esportiva. As alterações realizadas no órgão, com implantação do PNED, tinham o objetivo de especializar o referido órgão, tornando-o responsável pelo desporto de alto nível, ou seja, todo o esporte profissional e amador competitivo. Além de possibilitar que o órgão

---

<sup>193</sup> Dívida de gratidão: em 1965 quando comandava a força de paz da ONU no canal de Suez um avião da FAB cheio de material esportivo (bolas, camisas, calções, chuteiras) foi providenciado por Havelange e por conta da CBD. Cf. RODRIGUES, Ernesto. *Op Cit.* P. 97.

realizasse subvenções no desporto brasileiro com os recursos adquiridos com a Loteria Esportiva.

E no que tange o terceiro item deste capítulo, inicialmente tentou-se apresentar o perfil dos membros do conselho e uma perspectiva acerca dos valores compartilhados dentro do universo futebolístico com o objetivo de mostrar que aquele universo é permeado por uma lógica que lhe é própria, caracterizando a figura dos dirigentes como os principais personagens políticos desse campo. Junto a esse objetivo, tentou-se também apresentar uma organização institucional própria do futebol, composta pelos membros que frequentam esse mesmo universo futebolístico, os dirigentes. Assim, esses objetivos formam o que seria uma proposta deste trabalho que é apresentar o distanciamento cultivado pela esfera futebolística configurando-se como uma área autárquica. Não autorizando qualquer interferência externa em assuntos que lhe dizem respeito – como a tentativa de implantar uma investigação na Federação Pernambucana de Futebol – e possuindo mecanismos próprios de autogestão.

Foi possível observar inclusive alguns episódios acerca das arbitrariedades cometidas pelo CND e sobre isso é importante observar que se o conselho, por um lado negava algumas atribuições às quais era competente, por outro ele não se apropriava do que não lhe era cabido. Em outras palavras, o Conselho Nacional de Desporto não era o órgão responsável pela criação e implantação de projetos para o desporto brasileiro, sobretudo futebol. Os membros do conselho o enxergavam como um órgão jurisprudente, exercendo uma função de sentinelas do desporto, apreciando e julgando casos de transgressão de lei federal ou violação das normas do conselho. Portanto, quando se fala sobre os projetos políticos para o futebol brasileiro durante a ditadura não se encontram órgãos públicos capacitados ou incumbidos de fazê-lo. No máximo o governo federal, por meio do CND, auxiliava financeiramente as confederações.

Logo, isso leva a crer que os projetos para o futebol brasileiro foram gestados dentro da própria CBD. Credo cada vez menos que a ditadura militar brasileira teria se apropriado do futebol, mas, por questões de afinidade, essas duas esferas tenham se aproximado e convergido em termos político-ideológicos.

Assim, tanto das funções teóricas atribuídas ao CND, quanto das implicações diretas da sua práxis, não foi encontrado qualquer manifesto sobre a elaboração de projetos para administrar o futebol brasileiro por parte do CND. O conselho não alçava projetos, no máximo os financiava. Por isso, é possível encontrar nas atas das reuniões desse conselho o pedido do mesmo para as confederações enviarem as projeções de

gastos para as competições que elas participariam com os selecionados nacionais e as competições que elas mesmas organizariam em território nacional <sup>194</sup>.

A falta de manifestações acerca da elaboração de projetos dentro do CND não implica, contudo, que o mesmo não regulasse os projetos que estivessem sendo geridos no desporto nacional. As intervenções, por exemplo, são formas de interferência do conselho em meio a um projeto que estava sendo desenvolvido. Mas embora realizasse intervenções - e as mesmas algumas vezes possam ser avaliadas como arbitrárias - o órgão não tinha o objetivo de gerar projetos para administrar o esporte, somente regulá-lo para trilhar nos caminhos possíveis aceitos pelo CND, correspondendo a uma variedade limitada que passava pela autorização do plenário. Portanto, o projeto gestado para o futebol brasileiro, ainda que oriundo da CBD, contava com a aprovação do CND, tratando-se de um produto da elite política dos dirigentes esportivos.

---

<sup>194</sup> Cf. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 27 de Novembro de 1970. Seção 1. Parte 1. P. 10170.

### **CAPÍTULO III - Projetos de poder para o futebol brasileiro.**

O objetivo desse capítulo é analisar como se estendia a rede de poder de João Havelange, e da CBD no desporto brasileiro, e quais eram os meios de garantir a dominação da estrutura futebolística. Demonstrando que o seu projeto de poder a frente da confederação se estruturava, sobretudo, em termos futebolísticos. Embora este trabalho privilegie uma análise político-institucional de poder<sup>195</sup>, o mesmo não deixa de reconhecer a grande envergadura que João Havelange tinha em articular-se com personagens relevantes do cenário político brasileiro, reunindo em sua rede personagens desde Juscelino Kubitschek a Jarbas Passarinho.

Para entender a sustentação de Joao Havelange a frente da CBD deve-se estar atento a duas explicações possíveis que julgo ser complementares: a explicação de caráter político, observando a envergadura da rede de Joao Havelange e a explicação de caráter político-institucional, no que diz respeito à sustentação dedicada a Havelange na implantação do seu projeto de poder no Sistema Desportivo Nacional. O presente trabalho aprofunda-se na explicação de caráter político-institucional sem deixar de reconhecer, contudo, a relevância da extensa rede de alianças políticas alcançada por João Havelange.

Este trabalho entende que a via explicativa de que João Havelange teria conseguido implantar seu projeto de poder à frente da CBD e do futebol brasileiro através das alianças políticas costuradas por toda sua vida deve ser observada com algumas ressalvas. Embora se trate de uma via interpretativa frequentemente evocada pelos estudos que relacionam futebol e ditadura, não acredito que essa forma de abordagem se enquadre ao modo como a pesquisa foi conduzida até então. Primeiramente por ser uma via interpretativa que sozinha se rende às explicações simplistas. Em segundo lugar, por não compartilhar da ideia de que o futebol brasileiro tenha sido apropriado pela ditadura militar e tampouco de que o alinhamento de João

---

<sup>195</sup> Gostaria de ressaltar um pressuposto elucidativo no início deste capítulo. Há uma grande confusão no meio acadêmico em torno do termo “política”, a amplitude deste termo torna a sua utilização imprecisa em muitos casos. E a delimitação do mesmo pode acarretar em um engessamento metodológico que este trabalho não está disposto a executar, contudo acredito que para o início deste capítulo esse termo necessite de uma amarração. Quando o termo “política” for utilizado enquanto referência à rede de João Havelange, aludo principalmente aos personagens que gozavam prestígio no cenário político brasileiro, ou seja, membros do Executivo, Legislativo ou Judiciário. E quando fizer referência ao termo “político-institucional” estarei fazendo alusão especialmente aos meios de se fazer política no desporto brasileiro, mais precisamente ao Sistema Desportivo Nacional e seus meios de se fazer política.

Havelange com os militares da “linha-dura” tenha sido fruto de cooptação. Logo, entendo que as alianças políticas de Havelange lhe tenham sido importantes na medida em que lhe ofereceram sustento – principalmente em momentos de crise institucional - para implantar o seu projeto para o desporto brasileiro.

Para efeito elucidativo: Jarbas Passarinho, ex-ministro da educação do governo Médici, disse em entrevista a Ernesto Rodrigues – biógrafo de Havelange - que o governo ditatorial tinha absoluta confiança em João Havelange<sup>196</sup>. Há de se ressaltar, contudo, que essa confiança dedicada à Havelange se dava em um momento de desconfiança ampliada a toda população. Assim, a confiança dedica àquele se explicaria em função do período de gestão do governo Médici, período em que houve um alinhamento mais firme entre o governo federal e a CBD, tal como foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, citando uma obra organizada pela própria CBD.

Em uma análise conjuntural de Jarbas Passarinho, o ex-ministro relaciona João Havelange como um sujeito mais alinhado politicamente com Médici do que com os militares da linha “castelista”, como Golbery ou Geisel<sup>197</sup>. Nesse sentido, a afinidade com os militares da “linha dura” explicaria parcialmente sua sustentação e sua autonomia na condução dos assuntos futebolísticos. Assim, em 1974, quando houve uma mudança entre os grupos militares na linha sucessória e Geisel assumiu a Presidência, ficou difícil para Havelange sustentar seu poder, pois, segundo André Richer,

A tropa do Castelo Branco voltou ao poder com o Geisel. E esse grupo resolveu mudar a estrutura política do esporte no Brasil e converter o esporte num instrumento. Só que, para fazer isso, eles tinham que tirar o Havelange, que era um obstáculo porque eles queriam fazer uma reforma moldada por uma visão de Estado da atividade esportiva<sup>198</sup>.

A importância de se estar atento a essa fala de André Richer é pensar no que foi discutido na capítulo anterior e apontar para o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED) implantado durante o governo Geisel como um planejamento com

---

<sup>196</sup> RODRIGUES, Ernesto. *Op.Cit.* P. 117.

<sup>197</sup> “De um lado, os oficiais sob a liderança dos generais Geisel e Golbery. Do outro, os que eram ligados a Emílio Médici: ‘Havelange pagou o preço por sua ligação com Médici’.” RODRIGUES, Ernesto. *Op.Cit.* P. 178.

<sup>198</sup> RODRIGUES, Ernesto. *Op. Cit.* P. 182.

continuidades e rupturas. Assim, em Janeiro de 1975, Geisel recebeu um dossiê dos irmãos Nunes acerca dos desperdícios da gestão de João Havelange frente à CBD<sup>199</sup>.

João Havelange atribui à conspiração e a entrega do dossiê por parte dos irmãos Nunes uma espécie de rancor, porque João Havelange foi o responsável por nomear, mas também afastar Heleno Nunes dos cargos de Diretor de Futebol e até mesmo vice-presidente da CBD. Segundo Havelange, Nunes não teria a menor capacidade administrativa para o futebol.

É possível relacionar inclusive um possível rancor no que diz respeito à sucessão presidencial, quando Havelange não indicou Nunes. Em 1974, depois de ter sido eleito à presidência da FIFA, Havelange indicou Silvio Pacheco para ser seu sucessor, o que não se efetivou devido às desastrosas decisões administrativas tomadas por este dirigente – como, por exemplo, a mudança de mando na partida decisiva do Campeonato Brasileiro de Futebol. Silvio Pacheco determinou que partida decisiva entre Vasco e Cruzeiro fosse realizada no Maracanã, quando o regulamento previa que o mando de campo seria do clube de melhor campanha na competição, o Cruzeiro.

Assim, a falta de perícia de Silvio Pacheco para lidar com situações críticas, fez com que João Havelange retornasse à presidência da CBD antes de ser afastado definitivamente. Contudo, João Havelange tratou de conduzir a transferência de poder na CBD, desarticulando através de seus aliados uma possível oposição (Wilson Andrade presidente da Federação Metropolitana de Futebol que viria como candidato independente e Rubem Moreira, presidente da Federação Pernambucana de Futebol)<sup>200</sup>, para reunir em torno do almirante Heleno Nunes figuras de sua confiança, tal como André Richer<sup>201</sup>.

Assim, é possível observar que a CBD se relacionou de formas diferentes com cada um dos governos militares - vivendo o ápice do seu empoderamento durante o governo Médici e seu declínio durante o governo Geisel. Contudo, é importante notar que mesmo quando João Havelange saiu da presidência da CBD em Janeiro de 1975<sup>202</sup>, ainda se encontrava na gerência do principal órgão futebolístico do país membros de confiança do João Havelange.

Por isso este trabalho privilegia uma análise político-institucional, observando as ações dos personagens e identificando-os no Sistema Desportivo Nacional, pois, ainda

---

<sup>199</sup> RODRIGUES, Ernesto. *Op.Cit.* P. 178.

<sup>200</sup> *Ibidem.* P.185.

<sup>201</sup> *Ibidem.* Pp. 181-184.

<sup>202</sup> Quando ocorreu a cerimônia de passagem de João Havelange para Heleno Nunes.



que figuras centrais como a de Havelange se afastassem da CBD, este último ainda seria permeado por figuras pertencentes ao Sistema Desportivo Nacional. O sistema possuía mecanismos de organização própria. Dessa forma, acredito que esse tipo de análise consegue contemplar em maior grau o cenário futebolístico brasileiro e toda complexidade que está em torno dele.

### *1 - A crise política e o empoderamento da CBD*

Iniciarei o item apresentando o contexto de crise política no qual a CBD se encontrava imersa e apresentarei no decorrer deste item as medidas de contenção da crise política da instituição que culminavam em atitudes de empoderamento da mesma. Entendo como uma das medidas de empoderamento da CBD o processo de encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa e a expansão promovida neste certame após encampação por parte da CBD. Posteriormente, será abordado o caso emblemático do título do Cruzeiro na Taça Brasil de 1966, ajudando a entender o processo de expansão do Torneio Roberto Gomes Pedrosa. E, por fim, realizo uma análise acerca dos critérios implantados no Torneio Roberto Gomes Pedrosa e o que significava a implantação dos referidos critérios.

A derrota na copa de 1966 trouxe à tona, mais uma vez, a rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo, que havia sido abrandada até aquele momento com a presença do Paulo Machado de Carvalho, o “Marechal da Vitória”, frente à delegação da seleção brasileira. O laço desmanchado naquele momento entre Paulo Machado de Carvalho e Havelange nas vésperas da Copa do Mundo de 1966 fez com que Havelange presidisse a delegação que foi à Inglaterra disputar a copa.

A derrota na Inglaterra implantou um ambiente de desconfiança em torno do selecionado. As atenções se voltaram para a seleção brasileira. Os periódicos do país dividiam-se entre criticar os árbitros ingleses, que teriam sido permissivos com as agressões desferidas contra o selecionado brasileiro<sup>203</sup>, e criticar a atitude de João

---

<sup>203</sup> Nelson Rodrigues chamava de subdesenvolvido os indivíduos que criticavam o selecionado em vez de criticar as arbitrariedades cometidas contra o selecionado brasileiro. Armando Nogueira sobre a derrota do selecionado. RODRIGUES, Nelson. “A cara da Derrota”. In.: *A Pátria de Chuteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2013.

Havelange em presidir a delegação como um sinal de vaidade, acumulando cargos de presidente da instituição e chefia da delegação<sup>204</sup>.

Segundo Havelange, antes mesmo da eliminação na copa de 1966, havia uma articulação política formada por dirigentes paulistas para lançar um nome à eleição da CBD no ano seguinte. “De acordo com amigos próximos de Havelange, (...), participaram da articulação Paulo Machado de Carvalho, o presidente da federação paulista, Mendonça Falcão, o médico Hilton Gosling, Pelé e Mozart Di Giorgio”<sup>205</sup>. Antes da articulação, Mozart Di Giorgio era um aliado de confiança dentro da CBD e amigo próximo de João Havelange. Segundo a biografia de João Havelange, o episódio da articulação teria marcado profundamente a relação entre eles, a tal ponto que na lembrança de Lídio Toledo, médico da seleção brasileira e do Botafogo F.R., o posicionamento de Mozart em favor dos dirigentes paulistas em lançar um candidato à sucessão de João Havelange transformou-o praticamente em um inimigo<sup>206</sup>.

A crise desencadeada com a derrota na copa de 1966, segundo Daniel Araújo dos Santos, nutriu um maior interesse do governo no selecionado nacional, realizando-se pedidos de CPI no Legislativo e até mesmo com uma atenção especial do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre João Havelange<sup>207</sup>. A crise institucional vivida pela CBD fez com que João Havelange reconsiderasse as exigências de Paulo Machado de Carvalho acerca da composição da comissão técnica e fizesse um novo convite ao empresário. A atitude de Havelange tinha um significado mais profundo do que aparentava, pois a medida primeiramente desmantelava a conspiração entre os dirigentes paulistas contra João Havelange e, novamente, arrefecia a rivalidade entre os dirigentes cariocas e paulistas. Sendo assim, a medida tinha o objetivo de contornar a crise na qual a instituição estava imersa.

Assim, o retorno de Paulo Machado de Carvalho para a chefia da delegação ocasionou a formação da Comissão Seleccionadora Nacional (Cosena) que contava com figuras de confiança tanto de João Havelange quanto de Paulo Machado de Carvalho. O primeiro indicou Antonio do Passo, presidente da federação carioca de futebol, como diretor de Futebol, Zagallo e Evaristo Macedo como auxiliares técnicos. E o segundo

---

<sup>204</sup> “A cobrança teria sido tão intensa que João Havelange pediu ao jornalista Oduvaldo Cozzi participação num programa da TV Tupi. (...). Em outra manifestação pública, uma entrevista à *Folha de São Paulo*, Havelange beirou a humilhação, ao reconhecer que tinha errado ao acumular a presidência da CBD com a chefia da delegação”. RODRIGUES, Ernesto. *Op.Cit.* P. 110.

<sup>205</sup> RODRIGUES, Ernesto. *Op.Cit.* P. 109.

<sup>206</sup> *Ibidem.* P. 110.

<sup>207</sup> SANTOS, Daniel Araújo dos. *Op. Cit.* P.66.

apontou o retorno de Aymoré Moreira como técnico da seleção e Oswaldo Brandão como supervisor.

A ideia de mesclar figuras de confiança de João Havelange e Paulo Machado de Carvalho logo mostrou suas fragilidades. Armando Nogueira na sua coluna, “Na grande área”, no *Jornal do Brasil*, informava que a função dos auxiliares técnicos do Cosena (não só Zagallo e Evaristo Macedo, como também Oswaldo Brandão) seria de informar ao técnico, Aymoré Moreira, as suas percepções acerca do jogo. E o técnico, a frente do grupo, passaria aos jogadores as instruções que achasse conveniente. Contudo, no vestiário, cada um dos auxiliares pegava um grupo de jogadores e passava as instruções que achava melhor <sup>208</sup>. A Cosena descentralizava as orientações dadas aos jogadores. Assim, quando os tropeços aconteceram, este trabalho em torno da seleção brasileira logo passou a ser questionado também, mas quem se encontrava na linha de frente dessa vez era Paulo Machado de Carvalho, não mais o presidente da CBD.

Outra medida importante tomada por João Havelange para garantir sua reeleição na CBD em Janeiro de 1967 foi realizar algumas alterações nos quadros de seu *staff*, gozando dos aportes políticos de seus aliados. Assim, em dezembro de 1966, Heleno Nunes<sup>209</sup> foi nomeado diretor de futebol da CBD e afirmava que João Havelange já tinha “sua reeleição garantida”<sup>210</sup>. Nesse caso, é possível relacionar a presença de Heleno Nunes na chefia do departamento de futebol da CBD como uma dessas mudanças no seu *staff* com o objetivo de manutenção da presidência da CBD, mas e os casos de permanência no seu *staff*? É interessante observar que mesmo os personagens que conspiraram contra a reeleição de João Havelange em 1967 conseguiram a manutenção de seus cargos na CBD. Acredito que essa continuidade de trabalho seja fruto de uma estratégia política mediadora sustentada por João Havelange<sup>211</sup>, negociando e incorporando essa oposição na gestão da CBD. Assim, interpreto a continuidade de alguns personagens como uma forma, também, de enfraquecer a oposição que se articulava contra a presidência.

---

<sup>208</sup> NOGUEIRA, Armando. COLUNA NA GRANDE ÁREA. In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 08 de Novembro de 1968. 1º caderno. P. 21.

<sup>209</sup> Foi secretário de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro até Janeiro de 1967. Diretor do Departamento de Futebol até Novembro de 1967, menos de um ano, quando foi substituído pelo banqueiro Almeida Braga, amigo de João Havelange. . Heleno Nunes era sócio Benemérito do Vasco da Gama do Rio de Janeiro e presidente da seção da Arena do Rio de Janeiro.

<sup>210</sup> “HELENO NUNES DIZ QUE VAI DIRIGIR FUTEBOL DA CBD A CONVITE DE JOÃO HAVELANGE”. In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 16 de Dezembro de 1966. 1º caderno. P. 20.

<sup>211</sup> Bem como a sua biografia ressalta que essa postura mediadora era uma característica pessoal do dirigente. Ademais, acredito que essa “característica pessoal” se converteu por muitas vezes em uma estratégia política eficiente na manutenção do poder em frente à CBD.

Independente dos motivos pelos quais as explicações simplistas garantiriam a permanência de João Havelange frente à CBD, pretendo apresentar neste trabalho as complexidades em torno da administração do órgão futebolístico e seus conflitos em torno do controle deste órgão, pois, mesmo com a presença de Heleno Nunes na CBD, os conflitos políticos ocorreram. Logo, pretendo apresentar quais foram os desdobramentos e em que medida enxergo como as estratégias de João Havelange possibilitaram a saída da CBD da crise e, em seguida, o empoderamento daquela instituição no cenário futebolístico nacional.

Logo, o que tentei apresentar nessa introdução foi um rápido panorama de crise institucional, as primeiras mudanças promovidas no *staff* de Havelange e no selecionado brasileiro. Afinal, o início da crise se deu um pouco antes da derrota na Copa do Mundo de 1966, com uma primeira ruptura entre João Havelange e Paulo Machado de Carvalho e o agravamento da crise se deu após a confirmação do fracasso do selecionado. Para além dos debates em torno do selecionado, quais foram os efeitos da crise política para o futebol nacional em 1966? Pretendo nas próximas páginas apresentar os desdobramentos ocorridos no futebol brasileiro – fora da perspectiva do selecionado nacional - sob a regência do discurso de renovação e modernização do futebol.

### *1.1 – A encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa*

Nessa parte do trabalho, analisaremos a expansão do Torneio Roberto Gomes Pedrosa como uma medida de seus organizadores e o golpe dado por João Havelange ao encampar a organização do torneio.

O Torneio Rio-São Paulo, organizado pelas federações carioca e paulista de futebol foi batizado de Torneio Roberto Gomes Pedrosa em 1954, ano de falecimento do dirigente que era presidente da Federação Paulista de Futebol, em sua homenagem. Roberto Gomes Pedrosa foi goleiro da seleção brasileira revelado pelo Botafogo do Rio de Janeiro, tricampeão carioca pelo clube que o revelou, e mais tarde dirigente do São Paulo F.C. e presidente da Federação Paulista de Futebol. Logo, o nome reverenciado representava um ícone tanto para o futebol paulista, quanto carioca, batizando, portanto, o certame entre os dois estados.

O Torneio Roberto Gomes Pedrosa, tal como conhecemos com associações esportivas de diversas federações estaduais, além dos fundadores (Federação Carioca de

Futebol e Federação Paulista de Futebol), surgiu somente em 1967<sup>212</sup> depois de uma longa temporada de negociação no decorrer do ano de 1966. Para entender a abertura do certame para outros estados, fora do eixo Rio-São Paulo, é preciso ter em mente que sincronicamente se estabelecia um processo de reconhecimento de outras potências esportivas fora desse eixo.

Durante o ano de 1966, com o interesse das federações mineira e gaúcha em participar do Torneio Rio-São Paulo, foi composta uma comissão executiva, que era formada por Antônio do Passo <sup>213</sup> (presidente da Federação Carioca de Futebol), Mendonça Falcão (presidente da Federação Paulista de Futebol) e João Havelange (presidente da Confederação Brasileira de Desportos). Dessa forma, a comissão executiva tinha a função de deliberar sobre qualquer assunto relacionado à competição, desde o calendário da competição até quais seriam as federações participantes.

Sob o olhar de seus organizadores, a proposta de expansão do Torneio Roberto Gomes Pedrosa se dava em forma de benesse das federações paulista e carioca, que permitiriam a outros clubes participarem de um certame com a nata futebolística do país. Logo, por isso, os clubes que quisessem ingressar no torneio deveriam garantir cotas de Cr\$ 5 milhões, fora a estadia e a viagem aos times do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais <sup>214</sup>. Assim, é possível perceber que a concentração da elite política do futebol brasileiro nessa região fazia com que houvesse um movimento de valorização futebolística de seus clubes, fazendo com que os clubes de outras regiões pagassem para recebê-los.

É importante ressaltar que os critérios estipulados para a organização do certame de 1967 foram diferentes das edições seguintes do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, pois a edição de 1967, como será observado, foi a única edição do certame organizado pela mencionada comissão executiva. No que diz respeito aos quinze participantes da edição de 1967, a comissão executiva do Torneio Roberto Gomes Pedrosa declarou que

---

<sup>212</sup> É importante esclarecer que a nomenclatura “Taça de Prata” surgiu para substituir “Torneio Roberto Gomes Pedrosa”, porque este último designava o certame disputado entre os clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contudo, a nomenclatura “Taça de Prata” não entrou no gosto da torcida, nem mesmo dos próprios dirigentes que continuaram a chamar o certame de “Torneio Roberto Gomes Pedrosa”.

<sup>213</sup> Antônio do Passo foi substituído na comissão executiva do Torneio Roberto Gomes Pedrosa por Otávio Pinto Guimarães, eleito presidente da Federação Carioca de Futebol em 1967. Contudo, Antônio do Passo, além de exercer a função de presidente da federação carioca de futebol, era também diretor de futebol da CBD. Logo, mesmo não figurando mais a Presidência da federação, ainda era um personagem atuante e influente no futebol brasileiro pela CBD.

<sup>214</sup> O caso de Minas Gerais que competiria no Torneio Roberto Gomes Pedrosa em condições iguais aos clubes de Rio de Janeiro e São Paulo pode ser explicado através do título da Taça Brasil de 1966 conquistado pelo Cruzeiro. Contudo, esse assunto será discutido no item seguinte, quando analisarei as implicações do título do Cruzeiro.

participariam cinco representantes de São Paulo, cinco representantes do Rio de Janeiro e cinco convidados – sendo dois de Minas Gerais, dois do Rio Grande do Sul e um do Paraná.

Nesse sentido, o sistema de classificação pautaria os campeonatos paulista e carioca de futebol, enquanto os demais receberiam convites para participar do certame. Mas até mesmo o sistema de classificação desses campeonatos estaria condicionado aos interesses da comissão executiva, que poderia excluir e adicionar uma associação esportiva como bem entendesse como declarou Mendonça Falcão ao *Jornal do Brasil*:

O regulamento da competição dá a comissão executiva, formada por mim [Mendonça Falcão], Otávio Pinto Guimarães e João Havelange, o direito de convidarmos o clube que quisermos. Nosso critério é e sempre foi o de fazer convites aos grandes clubes, e o Fluminense, como grande clube que é, entrará no Torneio de qualquer maneira<sup>215</sup>.

Ainda, segundo o próprio Mendonça Falcão, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa representava o primeiro passo para o reerguimento do futebol brasileiro depois da derrota da Copa do Mundo de 1966 e a participação de um número elevado de clubes de futebol iria esvaziar de apelo popular o certame, o qual “deve reunir apenas os times que tenham condições de proporcionar ótimos espetáculos e boas rendas”<sup>216</sup>. Logo, é possível notar que mesmo a organização do certame estando submetida aos mandos e desmandos da comissão que não estabelecia um sistema classificatório homogêneo, o torneio tinha um critério de seleção dos participantes: reunir clubes que pudessem realizar espetáculos e produzir vultosas rendas. Nesse sentido, a condição econômica se tornava preponderante para a participação no Torneio Roberto Gomes Pedrosa organizado pelas federações paulista e carioca de futebol, o que acabou se tornando uma tendência para as edições seguintes.

O ano de 1967 foi marcado por um impasse na organização do torneio para o ano seguinte. A comissão executiva chegou a um impasse no que diz respeito ao número de participantes. Otávio Pinto Guimarães pedia a inclusão de mais cinco clubes: um do Rio de Janeiro, um de São Paulo, o América de Belo Horizonte, o Náutico de Recife e o Bahia de Salvador. E Mendonça Falcão acreditava que a inclusão de tantos

<sup>215</sup> PROMESSA DE FALCÃO FAZ FLU NÃO ACABAR COM O TIME. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 03 de Maio de 1968. 1º caderno. P. 22.

<sup>216</sup> FALCÃO É CONTRA MAIS TRÊS CLUBES. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 05 de Janeiro de 1967. 1º caderno. P. 20.

clubes esvaziaria o certame de apoio popular, se tornando, portanto, deficitário para os clubes e seus organizadores.

João Havelange, por sua vez, tentava realizar um papel de mediador. Acreditava que a inclusão de mais três clubes: América, Náutico e Bahia, seria suficiente para a edição seguinte do Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Não bastava apenas haver três opiniões distintas dentro da comissão organizadora do novo certame, como era acordado na comissão que qualquer alteração no torneio deveria ser implementada em amplo acordo dos membros, ou seja, unanimidade.

Em Novembro de 1967, João Havelange e Mendonça Falcão entraram em acordo para incluir no certame o América (de Belo Horizonte), Náutico e Bahia, só restando o parecer de Otávio Pinto Guimarães para essa inclusão se efetivar<sup>217</sup>. Contudo, Otávio Pinto Guimarães estava irredutível. O presidente da Federação Carioca de Futebol afirmou, em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, que não aceitaria nenhuma proposta diferente da dele e, conseqüentemente, as demais propostas seriam rejeitadas – já que as decisões acerca do Torneio Roberto Gomes Pedrosa deveriam ser aceitas unanimemente entre os membros da comissão executiva. Pode-se supor que o principal objetivo de Otávio Pinto Guimarães era assegurar mais uma vaga para o Rio de Janeiro<sup>218</sup>.

A indefinição acerca da próxima edição do Torneio Roberto Gomes Pedrosa de 1968 motivou um golpe contra as federações organizadoras do certame. Em reunião realizada em sua própria sede, a CBD decidiu que qualquer torneio entre clubes de duas federações filiadas seria por ela patrocinado e dirigido, atingindo diretamente o Roberto Gomes Pedrosa, limitando os poderes que até aqui tinham as federações carioca e paulista e tornando sem efeito a escolha de apenas quinze clubes participantes. Participaram da reunião: Valed Perry, Silvio Pacheco, Abílio de Almeida, Rubem Moreira, José Carlos Melo Machado, Carlos Osório, André Richer, Nei Carvalho, Nelson Melo e Souza, Alvaro Pais, Edson Guimarães e representantes das federações pernambucana, baiana e rio-grandense do norte. A ocasião que reunia membros da diretoria da CBD e representantes de federações debateu os pontos de desacordo no

---

<sup>217</sup> Cf. "HAVELANGE E FALCÃO ACEITAM AMPLIAR TAÇA DE PRATA E SÓ FALTA OTÁVIO CONCORDAR". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 18 de Novembro de 1967. 1º Caderno. P. 20.

<sup>218</sup> "OTÁVIO NEGA AUMENTO DE CLUBES SE SEXTO CARIOCA NÃO ENTRAR NO G. PEDROSA". In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 10 de Maio de 1968. 1º Caderno. P. 22. Otávio Pinto Guimarães não se via com maus olhos a retomada do Rio-São Paulo. E achava um absurdo negar a sexta vaga ao Rio de Janeiro que possuía, segundo o presidente daquela federação, um grande poderio técnico e econômico em torno de seus clubes.

número de participantes no certame e concluiu que a CBD deveria interferir na competição e por ela ser patrocinada e dirigida.

É importante estar atento aos personagens que cercavam João Havelange nesse momento. Valed Perry era ex-conselheiro do CND, egresso do quadro de associados do Botafogo F.R. e um expoente em direito desportivo, sendo convidado algumas vezes pelo CND para realizar trabalhos referentes à legislação desportiva vigente<sup>219</sup>. Abílio de Almeida era egresso do quadro de associados do Fluminense, professor universitário de direito desportivo e ex-conselheiro do CND, afastado em 1962<sup>220</sup>. Rubem Moreira era presidente da Federação Pernambucana de Futebol e conselheiro do CND desde 1967. E Carlos Osório de Almeida era um advogado especializado em direito desportivo e conselheiro do CND desde 1966.

A composição do quadro da CBD com personagens importantes do cenário esportivo nacional, sobretudo os que pertenciam ao CND, fazia com que a confederação fosse dotada de um agudo poder de decisão nos rumos do futebol nacional. A ponte entre legitimidade jurídica (CND) e a gerência desportiva (CBD) estava arranjada. Assim, a reunião que não contava com qualquer membro da federação carioca ou paulista de futebol, demonstrava a envergadura do poder unilateral que poderia exercer a CBD, pautando e sustentando suas decisões no principal órgão desportivo do país.

Assim, a decisão sustentada em resolução do CND decidiu que qualquer torneio entre clubes de mais de duas federações filiadas só poderia pela CBD ser patrocinado e dirigido. A medida limitou os poderes que tiveram até então as federações carioca e paulista de futebol, componentes chaves da comissão executiva do torneio, Mendonça Falcão e Otávio Pinto Guimarães. A medida fazia a organização do torneio, agora nas mãos da CBD, tratar diretamente com os clubes de futebol, esvaziando as decisões das federações.

A CBD chegou a conclusão de que esta competição - como qualquer outra que futuramente venha a ser organizada, entre clubes de entidades oficialmente filiadas - terá de ser por ela patrocinada e

---

<sup>219</sup> Valed Perry foi conselheiro do CND antes da composição ser dissolvida com o golpe de 1964. E dez anos depois, a portaria de 20 de Março de 1974 do Conselho Nacional de Desporto designou Valed Perry para promover alterações no Código Brasileiro Disciplinar de Futebol (CBDF). *Diário Oficial da União*. 29 de Março de 1974. P. 3576.

<sup>220</sup> Abílio de Almeida voltou a tornar-se conselheiro do CND em Outubro de 1971, na mudança de gerência do conselho de Elói de Menezes para Jerônimo Bastos. O retorno de Abílio de Almeida quase dez anos depois de seu afastamento demonstra que o dirigente não deixou de frequentar nesse interregno a elite política desportiva do país. E ocupar um cargo na CBD durante esse tempo, talvez, tenha sido um fator preponderante para continuar em alta.



dirigida. Quando muito, poderão as federações interessadas estabelecer um regulamento e depois submetê-lo a apreciação da CBD que o aprovará ou não. (...).

Por outro lado, a CBD decidiu também, que todas as questões relacionadas à disputa do Torneio propriamente dito serão decididas pelos clubes, cada qual com direito a um voto e não pelas respectivas federações como aconteceu até aqui <sup>221</sup>.

Assim, a resolução nº 4, de 1968, definia a nova fórmula sob a qual o Torneio Roberto Gomes Pedrosa seria disputado. Admitiu-se que as federações dos clubes participantes pudessem dividir a organização do certame, a partir da elaboração de critérios que selecionassem os clubes para o torneio. Contudo, os critérios definidos deveriam estar regulamentados no campeonato estadual organizado por aquela federação e o mesmo deveria ser submetido à aprovação prévia da CBD. Uma das principais alterações realizadas no Torneio Roberto Gomes Pedrosa foi a transferência para o segundo semestre da edição de 1969, já que a Taça Brasil – torneio tradicionalmente disputado no segundo semestre – foi realizado pela última vez em 1968.

O Torneio Roberto Gomes Pedrosa, após a encampação da CBD, sustentou algumas fórmulas antigas do certame, tal como a garantia aos clubes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais no que tange ao recebimento de cotas, quando os clubes destes estados visitassem alguma agremiação de fora da região sudeste. A estratégia de João Havelange em manter as garantias de cotas aos clubes da região sudeste pode ser interpretada como um exemplo de como a CBD passava a negociar diretamente com os clubes. Dessa forma, a medida de sustentar benefícios aos clubes cariocas, paulistas e mineiros, visava evitar um possível boicote desses clubes, garantindo os mesmos critérios aos quais estavam submetidos quando o torneio era organizado pelas federações. Assim, as federações descontentes com a encampação do torneio perdiam margem de negociação com os clubes para realizar um possível contragolpe, provocando um engessamento e conseqüente esvaziamento de poder das federações.

Havelange não aplicou somente um golpe incorporando para a CBD um certame de apelo popular que tinha como princípio a rentabilidade, como também enfraquecia suas oposições. Mendonça Falcão, como vimos anteriormente, encabeçou uma articulação para suceder Havelange na eleição do ano anterior e Otávio Pinto Guimarães elegeu-se presidente da federação carioca de futebol, em 1967, no lugar de Antônio do

---

<sup>221</sup> “CBD É QUEM DECIDE AGORA QUEM ENTRA NO GOMES PEDROSA”. In: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 17 de Maio de 1968. 1º caderno. P. 19.

Passo, grande aliado de João Havelange. Além disso, embora Otávio Pinto Guimarães tenha se tornado um histórico aliado de Havelange, o mesmo iniciou suas atividades à frente da federação com uma postura muito crítica ao trabalho do presidente da confederação.

Em Setembro de 1967, Otávio Pinto Guimarães, em entrevista, realizou duras críticas e condenações contra Havelange, quando a CBD reteve a renda do jogo entre a seleção paulista e carioca. O presidente da confederação entrou com uma queixa-crime por falta de decoro, injúria e difamação contra aquele, pedindo seu afastamento da presidência da federação e acionando o CND que prontamente encaminhou o processo ao seu departamento jurídico <sup>222</sup>. Otávio Pinto Guimarães chegou a ter seu julgamento marcado pelo STJD que apuraria as injúrias proferidas contra o presidente da CBD.

O desfecho dessa querela foi um tanto conveniente para João Havelange que acabou desistindo do processo depois de três pedidos públicos de desculpa de Otávio Pinto Guimarães através dos periódicos. Ao aceitar os pedidos públicos de Guimarães, Havelange desistiu do processo e, conseqüentemente, Guimarães não precisou se afastar da presidência da federação.

O presidente da federação carioca de futebol protagonizou em 1968 outro episódio opondo-se a João Havelange. Em função da encampação promovida pela CBD, Otávio Pinto Guimarães realizou uma assembleia com os clubes cariocas para protestar contra a confederação. Assim, decidiu-se em assembleia suspender a rodada do campeonato carioca protestando contra duas atitudes da CBD: a encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa e o julgamento do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) abolindo as rodadas dupla <sup>223</sup>, sendo favorável ao jogo isolado entre América e Vasco. O objetivo de suspender a rodada era causar atraso no campeonato carioca e conseqüentemente ferir a data de convocação da CBD, para a qual os clubes cariocas se comprometeram a não obedecer antes do término do campeonato carioca <sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> Cf. “CND ENTREGA CASO AO DEPARTAMENTO JURÍDICO” e “AFASTAMENTO DE OTÁVIO SE PROCESSO FOR AO STJD PODE SER SOLUÇÃO DOS CARIOCAS”. In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 30 de Setembro de 1967. 1º Caderno. P. 20.

<sup>223</sup> As rodadas duplas eram jogos seguidos realizados no mesmo estádio, geralmente composto por um jogo de menor expressão primeiro e em seguida um jogo principal figurando grandes equipes. As rodadas duplas era um meio pelo qual os mandantes do jogo principal conseguiam arrecadar mais receita. Lembrando que o Torneio Roberto Gomes Pedrosa utilizava o critério financeiro nos estaduais como classificatório.

<sup>224</sup> Cf. “CLUBES SUSPENDEM RODADA E REAGEM CONTRA A CBD”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º Caderno. 19 de Maio de 1968. P. 44.

Novamente, a oposição de Otávio Pinto Guimarães saiu derrotada. Mesmo após a encampação pela CBD, os clubes cariocas continuaram a disputar o Torneio Roberto Gomes Pedrosa com os mesmos benefícios que tinham antes da encampação. Logo, não era interessante para um clube futebolístico ficar de fora de um certame de forte apelo popular, já que sua principal receita era oriunda do público pagante. Assim, é possível observar de forma ainda mais clara a maneira pela qual a CBD esvaziava naquele momento as federações de poder, pois a única forma de participação das federações na organização do Torneio Roberto Gomes Pedrosa seria estabelecendo critérios classificatórios nos próprios campeonatos estaduais que aquelas federações organizavam. Ainda assim, esses critérios deveriam ser previamente aprovados pela confederação. E se, eventualmente, alguma federação não colaborasse com a CBD na organização do torneio, esta última poderia convidar diretamente os clubes que quisesse que participasse do torneio.

Além disso, por parte da federação, manter os times representados fora do certame seria um tiro no próprio pé. Primeiramente, porque manter os clubes fora do certame se configurava como um interesse exclusivo da federação, prejudicando os clubes que deixariam de disputar um torneio financeiramente importante, caso os mesmos comprassem o discurso de boicote. E caso, os clubes não comprassem o discurso de boicote, o representante da federação se envolveria em um desgaste político intenso contra os clubes representados. Ademais, não seria interessante para os grandes clubes do Rio de Janeiro ficar fora do certame, porque, além de ficarem de fora de um torneio economicamente rentável - principalmente pelas condições em que paulistas, cariocas e mineiros disputariam, recebendo garantia de cotas, estadia e viagem, pagas pelos anfitriões - ficariam o segundo semestre inteiro sem jogar e conseqüentemente sem arrecadação. É importante ressaltar que a Taça Brasil teve sua última edição em 1968, ano em que o Torneio Roberto Gomes Pedrosa fora encampado.

Assim, novamente, a oposição de Otávio Pinto Guimarães foi mal sucedida. É interessante observar como João Havelange lidou com as oposições que a ele eram levantadas, explorando os recursos que lhe eram possíveis, desde o suporte das instâncias jurídicas - STJD e CND - até as alterações e manutenções no quadro da CBD para contornar a crise institucional, utilizando-se do aporte de figuras políticas importantes, tal como Heleno Nunes na direção geral do departamento de futebol, que não chegou a ficar um ano sequer no cargo de diretor do departamento de futebol. Logo, opor-se a João Havelange era ter contra si, não somente um indivíduo bem articulado

politicamente, como também era ter contra si um extenso aparato de sustentação materializado na alta cúpula do Sistema Desportivo Oficial.

### 1.1.1 – A Taça Brasil de 1966

A Taça Brasil era um torneio organizado pela CBD desde 1959 e disputado geralmente no segundo semestre. Creio que a edição da Taça Brasil de 1966 tenha sido um importante certame no que diz respeito ao discurso de renovação do futebol brasileiro. Um dos elementos que destaco seria o desfecho da edição da Taça Brasil de 1966 que forneceu fôlego para as alterações ocorridas no Torneio Roberto Gomes Pedrosa e sustentou o discurso de renovação do futebol brasileiro.

Nesse sentido, dentro do recorte estudado, identifiquei o Torneio Roberto Gomes Pedrosa e a Taça Brasil como os principais torneios disputados em território nacional. O primeiro sendo disputado no primeiro semestre e, *a priori*, reunindo somente times do Rio de Janeiro e de São Paulo, classificados através de critérios técnicos e financeiros. O segundo era disputado no segundo semestre e trazia os campeões estaduais, além do campeão da edição anterior da Taça Brasil.

A vitória do Cruzeiro sobre o Santos na final da Taça Brasil de 1966 tem um significado emblemático para o futebol brasileiro de uma maneira geral. Naquele momento, os clubes mineiros haviam firmado dois meses antes sua participação no Torneio Roberto Gomes Pedrosa, mas sob o pagamento de cotas aos clubes paulistas e cariocas que visitassem a cidade de Belo Horizonte, pois a prerrogativa do torneio era garantir a rentabilidade dos clubes por meio do certame, principalmente dos clubes filiados às federações organizadoras. E a vitória do Cruzeiro contra o time do Santos, que era o favorito ao título <sup>225</sup>, fez com que o futebol mineiro passasse a ser enxergado com outros olhos no cenário futebolístico nacional <sup>226</sup>.

---

<sup>225</sup> Mesmo tendo sido goleado, havia uma crença dentro dos meios de comunicação de massa que haveria um terceiro jogo, pois o Santos venceria o segundo jogo da decisão. Na matéria “Santos entra prevenido contra time que goleia”, o jornalista José Maria, do Jornal do Brasil, exalta a qualidade do time santista que teria uma dupla vantagem contra o time do Cruzeiro: jogar em casa e conhecer as características do time do Cruzeiro. Haveria ainda, segundo o mesmo, uma crença tácita entre os torcedores e dirigentes de que o Santos venceria o segundo o jogo em São Paulo e forçaria um terceiro jogo em campo neutro, com palco já definido, Maracanã. A matéria também exalta as características de Tostão, grande vilão do jogo anterior, comparando-o com Pelé, mas chegando à conclusão de que Pelé ainda seria o melhor jogador do mundo. O segundo jogo contou ainda com uma virada de mesa, pois o Pelé havia sido expulso no primeiro jogo, mas a suspensão não foi aplicada pela CBD por alguns motivos ponderados pela matéria: não ter havido agressão efetiva partindo de Pelé; na Taça Brasil foi a primeira infração disciplinar do Pelé; a atitude do árbitro da partida teria sido motivada por uma discussão envolvendo outros dois jogadores, além do Pelé; e em outra oportunidade o zagueiro do Cruzeiro, Procópio, teria cometido uma

Primeiramente, gostaria de fazer uma breve análise acerca das manchetes em torno desse confronto. Antes da realização do segundo jogo da final da Taça Brasil, o *Jornal do Brasil* dedicava-se a trazer notícias e entrevistas com jogadores e dirigentes do Santos F.C. No dia da final, 07 de dezembro de 1966, por exemplo, o periódico trouxe oito notícias sobre o confronto. A maior parte das manchetes eram dedicadas ao Santos, explicando o fenômeno isolado que foi a vitória do Cruzeiro, projetando um terceiro jogo entre os times, as possíveis alterações no time do Santos, ou referindo-se à genialidade de Pelé e a inevitável vitória do gênio. Já as duas manchetes que se referiam ao Cruzeiro informavam que o seu plantel jamais recebera tanto dinheiro com o “bicho”<sup>227</sup>, expondo a imagem de um time humilde e o, possível, interesse de alguns atletas mineiros atuarem em clubes do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Essa centralização de manchetes em torno do clube santista nos fornece indícios de como se dava a centralização e a ordem de importância do futebol brasileiro nos meios de comunicação de massa. Em entrevista do preparador físico do Santos, Julio Mazzei, dada ao *Jornal do Brasil* antes do segundo jogo contra o Cruzeiro conseguimos retirar muitas explicações sobre como se estruturava a escala de importância no futebol brasileiro.

A ascensão de um clube mineiro – evidenciada com a atuação do Cruzeiro, cada vez melhor – é encarada por Mazzei como fato dos mais positivos para o futebol brasileiro, “que necessita de uma revitalização capaz de devolver-lhe a posição de futebol campeão do mundo”

- Da mesma forma será muito útil para o Brasil que os times gaúchos, pernambucanos e baianos, atinjam a importância do **Cruzeiro**<sup>228</sup>.

Além disso, Mazzei ainda explica que a derrota na Copa do Mundo de 1966 poderia ser entendida pela decadência do futebol carioca, decadência que não seria explicada pelo “material humano”, mas pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelos clubes. A fala do preparador físico do Santos é muito emblemática, porque ela deixa

---

infração disciplinar semelhante contra o Fluminense e não cumpriu suspensão no jogo seguinte. “SANTOS ENTRA PREVENIDO CONTRA TIME QUE GOLEIA”. In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º Caderno. 07 de Dezembro de 1966. P. 21.

<sup>226</sup> Coloco “nacional” entre aspas para apresentar ao leitor a perspectiva passada pelos meios de comunicação de massa de que o “nacional” era representado pelo “regional” localizado principalmente no eixo Rio-São Paulo.

<sup>227</sup> O “bicho” era entendido como parte integrante da remuneração do atleta profissional que consistia em: uma quantia fixa previamente estabelecida e a bonificação por vitória ou resultados positivos. Este último conhecido popularmente como “bicho”.

<sup>228</sup> Grifo próprio. MARIA, José. “SANTOS ENTRA PREVENIDO CONTRA TIME QUE GOLEIA”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º Caderno. 07 de Dezembro de 1966. P. 21.

transparecer alguns traços do período, como a querela entre os dirigentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, ponderando a decadência do futebol carioca em termos administrativos e não técnicos.

É possível observar em toda a fala de Julio Mazzei uma perspectiva de centralização futebolística localizada no eixo Rio-São Paulo, notável não somente como chave explicativa para a derrota na Copa do Mundo de 1966. Na citação acima, Mazzei, compara o futebol do Cruzeiro – note que não é o futebol mineiro - ao futebol gaúcho, baiano e pernambucano, apresentando o Cruzeiro como um caso excepcional que rendeu frutos fora da horta. Além disso, o futebol daquelas regiões deveria seguir o exemplo cruzeirense. É interessante observar a construção dessa narrativa, pois parece que São Paulo e a Guanabara se encontravam em um estágio muito diferente dos demais, quando na verdade - com exceção do Santos que atravessava uma hegemonia futebolística excepcional<sup>229</sup> - eram tecnicamente equilibrados e politicamente díspares.

O que pretendo dizer sobre tecnicamente equilibrados e politicamente díspares é que o futebol das outras regiões, fora do eixo RJ-SP, era depreciado sob os olhos da elite política do futebol “nacional” – regionalizada no eixo supracitado. Por exemplo, em termos futebolísticos, a Taça Brasil teve seu primeiro campeão, em 1959, um time fora desse eixo, o Esporte Clube Bahia, que também foi vice-campeão em 1961 e 1963 – depois do Santos, o Bahia foi o clube que mais disputou finais da Taça Brasil. Além do E.C. Bahia, o certame viu outros times fora do eixo Rio-São Paulo figurar entre os primeiros colocados como o Fortaleza que foi vice-campeão em 1960 e 1968, o Náutico vice-campeão em 1967 e o Cruzeiro campeão 1966 em cima do Santos de Pelé.

Logo, o que se pode observar é que a técnica futebolística do eixo Rio-São Paulo não era tão superior às demais partes do Brasil como os seus dirigentes defendiam, mas a influência político-institucional dos dirigentes paulistas e cariocas fazia com que seus clubes fossem colocados no centro do cenário futebolístico. Nesse sentido, acredito que a arrogância em torno do futebol carioca e paulista se dava menos através da supremacia futebolística efetivamente<sup>230</sup> do que pela valorização promovida pela elite dirigente do país.

---

<sup>229</sup> No que diz respeito à fase excepcional do Santos, este clube conquistou metade das Taça Brasil disputadas - cinco títulos dos dez disputados. Além de ter sido vice-campeão em duas oportunidades, em 1959 e em 1966. Ou seja, das dez edições da Taça Brasil, o Santos disputou sete finais.

<sup>230</sup> Muito embora seja importante atentar ao leitor que, com exceção de 1968, todas as demais edições da Taça Brasil assistiram a um time paulista disputar a final, esse número se torna menos expressivo, quando observamos que o Santos é responsável por sete dessas nove finais da estatística. O Palmeiras é

E por fim, no que diz respeito ao discurso de renovação do futebol brasileiro, pertencente à fala de Julio Mazzei, a vitória do Cruzeiro sobre o Santos - quebrando a hegemonia de cinco títulos seguidos deste último - representava a renovação do futebol brasileiro, e dava uma visibilidade diferente ao Cruzeiro, tanto que os times mineiros foram os únicos – fora do eixo Rio-São Paulo - que não estavam obrigados a pagar as cotas exigidas às demais federações para participar do Roberto Gomes Pedrosa.

Como informado anteriormente, a federação mineira de futebol havia negociado, junto à federação carioca e paulista de futebol, a participação dos clubes mineiros no Torneio Roberto Gomes Pedrosa e a vitória do Cruzeiro na Taça Brasil deu maior poder de barganha ao presidente da Federação Mineira de Futebol. No final de dezembro, após a conquista da Taça Brasil pelo Cruzeiro, os clubes mineiros ganharam o direito de disputar o certame em condições de igualdade com cariocas e paulistas.

Os clubes cariocas resolveram aceitar somente dois clubes mineiros no Rio-São Paulo, mas em condições de igualdade com os restantes, além de incluir o Ferroviário do Paraná, devendo levar esta proposta imediatamente aos clubes paulistas. Por essa proposta, os clubes mineiros disputarão o Rio-São Paulo recebendo cota de locomoção de Cr\$ 3 milhões, enquanto que os gaúchos e o Ferroviário ficarão obrigados a pagar a cota fixa de no mínimo Cr\$ 5 milhões aos visitantes, além da passagem e a estadia <sup>231</sup>.

Deve-se ressaltar que o presidente da Federação Mineira de Futebol desde o início tentou incluir no certame três clubes de Minas Gerais: Atlético, Cruzeiro e América, todos da capital mineira. Contudo, a campanha do presidente da federação mineira, coronel José Guilherme, não obteve êxito, conseguindo vaga somente para os clubes de maior apelo popular do estado, Cruzeiro e Atlético.

O caso da tentativa de inclusão do América é interessante para se pensar na questão da influência política no futebol brasileiro. Essa intenção foi apoiada por um *lobby* que reuniu várias frentes, tendo contato, inclusive, com a participação dos governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro<sup>232</sup>, e do ministro da Casa Civil, Rondon Pacheco<sup>233</sup>. Mesmo contando

---

responsável pelas outras duas, vencendo o certame em 1960 e 1967. Enquanto isso os cariocas disputaram quatro finais e venceram em uma oportunidade apenas, com o Botafogo em 1968.

<sup>231</sup> “CARIOCAS ACEITAM MINEIROS EM PÉ DE IGUALDADE”. In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 21 de Dezembro de 1966. 1º Caderno. P. 20.

<sup>232</sup> A matéria publicada na Revista *Placar* mostra que nos anos 1967 e 1968, em meio aos esforços empenhados pelo presidente da Federação Mineira de Futebol, coronel José Guilherme, em incluir o América de Belo Horizonte no certame, João Havelange era convidado pelo governador de Minas Gerais

com este apoio, o América-MG não foi incluído no Roberto Gomes Pedrosa, sob a justificativa do inchaço do torneio.

Nesse sentido, novamente apresento um caso em que a influência política exercida no campo futebolístico nem sempre é eficaz. Havia um interesse muito grande por parte dos governadores em acrescentar um clube aos certames<sup>234</sup>. Assim, independente das motivações dos pedidos de inclusão, não significava que as motivações políticas dessa natureza fossem sempre preponderantes. Elas precisam ser analisadas caso a caso. Ademais, observa-se que o meio pelo qual João Havelange perpetrava sua dominação política no Sistema Desportivo Oficial não se daria através dessa forma. Por isso é importante reconhecermos quais eram os critérios estipulados para a inclusão de um clube no certame, porque através desse reconhecimento, afastamos da pesquisa as arbitrariedades desmotivadas e conseguimos ter uma compreensão mais completa acerca do evento.

### *1.1.2 - Os critérios classificatórios do Torneio Roberto Gomes Pedrosa 1968-1970.*

A mudança na gestão do torneio acarretou em uma mudança de paradigma na sua condução. A partir da temporada de 1968, foram adotados critérios classificatórios para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa. E esses critérios seriam aplicados, geralmente, nos campeonatos estaduais de modo a selecionar nesses torneios as associações que participariam do certame “nacional”. As federações estaduais poderiam definir os critérios para a ocupação das vagas, desde que o regulamento fosse aprovado pela entidade organizadora do torneio.

A recomendação da CBD quanto ao sistema de classificação para o Roberto Gomes Pedrosa era baseada em duas formas de classificação: a técnica, pautada no desempenho no campeonato estadual; e a financeira, calcada na soma de todas as receitas dos jogos de mando de campo de uma associação esportiva. Geralmente, se

---

para jantar na capital do estado e conversarem sobre a inclusão daquele clube. Na volta ao Rio de Janeiro, Negrão de Lima também se empenhava no mesmo objetivo. “A PRIMEIRA GRANDE GUERRA” In.: Revista Placar. 28 de Maio de 1971. P.14.

<sup>233</sup> "GABINETE CIVIL DA REPUBLICA PEDE A HAVELANGE INCLUSÃO DE TRÊS DE MINAS NO GOMES PEDROSA". In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 08 de Novembro de 1967. 1º caderno. P.20.

<sup>234</sup> Afinal, os estados, como afirmado anteriormente e é possível observar no anexo, também se preocuparam em construir estádios de futebol e o mesmo era administrado pelo próprio estado. Então, qualquer jogo que ocorresse nos estádios que estavam submetidos à administração pública faria com que o estado arrecadasse uma porcentagem da bilheteria. Os estados geralmente possuíam órgãos para exercer essa administração, por exemplo, o estado da Guanabara tinha a Administração de Estádios da Guanabara (ADEG), Minas Gerais a Administração de Estádios de Minas Gerais (ADEMG).



uma federação tivesse direito a mais de uma vaga no certame, a distribuição se daria a partir do campeão estadual como o primeiro classificado para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa e os demais seriam classificados no quesito de renda acumulada <sup>235</sup>. A classificação técnica (por pontos) que havia orientado o campeonato até a definição do campeão seria, então, deixada de lado para ser reclassificado a partir da lógica da renda acumulada.

E caso o líder em rendas fosse o campeão estadual a vaga passaria ao subsequente. Contudo, houve casos em que o campeão estadual era deixado de lado para contemplar o campeão em rendas com a vaga no Torneio Roberto Gomes Pedrosa, como foi no estado da Bahia. O EC Bahia foi o indicado pela Federação Baiana de Futebol em todas as edições que pode ser representada no Roberto Gomes Pedrosa, sem que necessariamente o clube fosse o campeão estadual <sup>236</sup>.

Por isso, não é incomum encontrar associações esportivas classificadas para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa que não obedecem à ordem de classificação técnica. A lógica da rentabilidade se tornava, então, balizadora no certame estudado e as federações eram muito criativas ao arquitetar os regulamentos.

No Paraná, a Federação Paranaense de Futebol restringiu a participação no Torneio Roberto Gomes Pedrosa a três associações esportivas: Atlético-PR, Coritiba e Ferroviária. Segundo a federação, sempre estes três disputariam um triangular saindo daquela disputa o representante do Paraná. O campeão ainda teria direito a pegar emprestado dois jogadores das outras equipes para reforçar a sua, sob a condição de pagar como compensação 25% da renda líquida daquele triangular a cada um, ficando com 50% da renda. Ou seja, de forma completamente independente do campeonato estadual, a federação criou um regulamento de forma a privilegiar essas três equipes.

Já em São Paulo e no Rio de Janeiro, os regulamentos eram aplicados nos campeonatos estaduais organizados pelas suas respectivas federações. Lembrando que o Torneio Roberto Gomes Pedrosa fora encampado pela CBD e que a recomendação classificatória da confederação foi baseada na forma de classificação instituída pela comissão executiva formada por aquelas duas federações. Logo, as formas de

---

<sup>235</sup> Esse tipo de classificação era adotado pelas federações carioca e paulista, desde antes do torneio ser encampado pela CBD.

<sup>236</sup> De 1967 a 1970, o EC Bahia venceu o campeonato estadual somente duas vezes – 1967 e 1970. E ainda assim foi o clube indicado pela Federação Baiana de Futebol em todos os anos que participou do Torneio Roberto Gomes Pedrosa – 1968, 1969 e 1970. Inclusive quando a Fonte Nova foi fechada para obras em 1970, o EC Bahia continuou sendo o indicado, mesmo tendo que mandar os jogos do Torneio Roberto Gomes Pedrosa em Aracaju. A federação apostava imensamente na capacidade de mobilização de torcida do EC Bahia.

classificação para o referido torneio – nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro - mantiveram-se as mesmas desde quando perderam o poder de organização do certame.

Sobre os critérios desses campeonatos estaduais, efetivamente, o primeiro classificado para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa seria o campeão estadual e, em seguida, passaria a ser adotada a classificação por renda. Assim, para as cinco vagas do Rio de Janeiro e para as cinco vagas de São Paulo, os quatro maiores clubes de cada estado estariam quase que automaticamente classificados por renda <sup>237</sup> e uma vaga estaria disponível para efetiva disputa, disponibilizada à quinta associação esportiva que somasse maior renda no campeonato estadual. Geralmente esta vaga ficava com a Associação Portuguesa de Desportos ou a Associação Atlética Ponte Preta em São Paulo, e entre o América Football Clube e o Bangu Atlético Clube no Rio de Janeiro.

Das associações esportivas participantes do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, somente uma federação parecia utilizar exclusivamente o quesito técnico: a Federação Pernambucana de Futebol. É possível observar que o calendário do campeonato pernambucano, de 1968 a 1970, sempre se encerrou antes do início do certame analisado, com o objetivo rigoroso de designar o campeão estadual como representante pernambucano no certame “nacional”.

No que diz respeito aos critérios classificatórios nas federações gaúcha e mineira, é possível notar que a hegemonia técnica e financeira era exercida por apenas dois clubes em cada estado, número equivalente ao número de vagas disponíveis para cada federação no Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Em Minas Gerais, o Clube Atlético Mineiro e o Cruzeiro Esporte Clube, e no Rio Grande do Sul, o Sport Club Internacional e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre.

É importante ressaltar a superioridade dessas equipes quando comparadas aos seus adversários do mesmo estado. Desde que a Federação Mineira de Futebol passou a ter representantes no Torneio Roberto Gomes Pedrosa, o Cruzeiro e o Atlético-MG figuraram nas duas primeiras colocações até a temporada de 1971, quando a federação passou a ter direito a uma terceira vaga no (já instituído) Campeonato Brasileiro de Futebol e o América-MG foi campeão invicto do campeonato estadual, tendo direito, portanto, a participar do certame “nacional”. O América-MG figurava sozinho como uma espécie de segunda força futebolística em Minas Gerais, tendo algum potencial de

---

<sup>237</sup> Botafogo Futebol e Regatas, Clube de Regatas Flamengo, Fluminense Football Club e Clube de Regatas Vasco da Gama no Rio de Janeiro. E Sport Club Corinthians Paulista, Sociedade Esportiva Palmeiras, Santos Futebol Clube e São Paulo Futebol Clube no estado de São Paulo.

mobilização de torcida, inferior aos seus rivais da capital (Atlético-MG e Cruzeiro), mas superior a qualquer outro dentro do estado.

Já no Rio Grande do Sul, a hegemonia imposta era mais pungente, tanto por não haver uma espécie de segunda força mobilizadora de torcida como no caso mineiro, quanto pelo Internacional e o Grêmio terem revezado entre si as duas primeiras colocações do campeonato estadual em uma série histórica de treze anos – de 1966 a 1978.

Logo, independente de privilegiar o critério técnico ou financeiro, as duas vagas direcionadas àquelas federações estaduais – federação mineira e federação gaúcha – estariam designadas às duas principais associações esportivas desses estados. Fosse pela vitória do campeonato estadual ou por recorde de renda, somente estes clubes teriam as condições para assumir as vagas no Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Nesse sentido, pensar nos critérios propostos para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa nos permite analisar qual era o paradigma que balizava a participação no certame. Observando tais critérios, é possível nos aprofundar em uma futura análise dos certames seguintes, por exemplo, quais eram os critérios que balizavam a seleção de clubes para o principal certame do país? Assim, pensando na condição financeira como um critério balizador, o item a seguir visa tratar das formas de arrecadação que um clube de futebol estava submetido a fazê-lo. E, dessa forma, propõe analisar como se configurava uma segunda forma de dominação promovida pela CBD, através de cunho econômico. Exercendo o monopólio da competição mais importante e rentável do território nacional.

## *2 – O Panorama econômico do futebol nacional como forma de dominação política.*

O objetivo deste item é apresentar como se configuravam as principais formas de arrecadação de receita para os clubes de futebol, diante dos impedimentos levantados pelo CND. Assim, apresento um panorama de liberdade limitada, no qual a CBD teria se aproveitado para exercer uma dominação financeira sobre os clubes e, dessa forma, estender ainda mais sua influência no sistema desportivo oficial.

Para entender o fenômeno econômico do futebol brasileiro em 1970, deve-se estar atento a um aspecto fundamental: o que sustentava a cadeia futebolística? De onde vinha a sua rentabilidade? A respeito de sua rentabilidade, o futebol ainda não era um

esporte que pautava sua renda em recursos advindos dos meios de comunicação de massa. Apesar da década de 1970 ter sido marcada pela expansão e consolidação das redes televisivas – bem como da fiscalização das mesmas através da censura – os clubes de futebol ainda não recebiam rendas pela transmissão de seus jogos. De tal modo, as receitas dessas associações esportivas eram baseadas em jogos com grande presença de público pagante nos estádios <sup>238</sup>.

Deve-se ressaltar, *a priori*, que o ano de 1970 foi muito importante no que tange à expansão dos meios de comunicação de massa, tanto no que diz respeito à prática de consumo de bens não duráveis, como aparelhos de televisão, quanto à expansão, consolidação e fiscalização das redes televisivas.

Durante a Copa do Mundo de 1970 no México para conseguir a primeira transmissão televisionada da Copa do Mundo no Brasil, o presidente Emílio Garrastazu Médici pagaria, segundo a revista *Placar*, o valor de Cr\$ 4,5 milhões para que os jogos fossem transmitidos no Brasil. Contudo, duas agências de publicidade <sup>239</sup> enviaram ofícios sugerindo que o ônus deveria ser arcado por anunciantes interessados em exibir suas marcas no intervalo dos jogos transmitidos. Consentido o que foi proposto pelas agências de publicidade, foram dadas 48 horas para que anunciantes interessados fechassem contrato e depositassem o valor necessário – 4,5 milhões Cr\$ no total. Assim sendo, o telespectador assistiria aos anúncios da Gillette, ESSO e Souza Cruz nos intervalos dos jogos. E, ainda na mesma matéria, havia a estimativa da Embratel de que cerca de 50 milhões de brasileiros assistiriam pela televisão aos jogos do Brasil naquela Copa do Mundo – fosse ao vivo ou através da inovadora tecnologia do *Tape* que permitia assistir aos jogos que já haviam ocorrido.

Diante da situação de expansão e progresso dos meios de comunicação de massa, o CND, embora tenha utilizado o sistema de patrocínio ao televisionar os jogos da Copa do Mundo, ainda não permitia que os clubes de futebol estampassem marcas comerciais em seus uniformes ou estádios, e recebessem qualquer tipo de subsídio por isso. Além disso, no imediato período pós-copa emergiu o debate sobre os jogadores e as associações receberem algum tipo de cota para os *tapes* do Torneio Roberto Gomes Pedrosa que eram exibidos à noite, após os jogos. A televisão passava a fazer parte do

---

<sup>238</sup> Sem mencionar outros meios, tais como: a realização de jogos amistosos nacionais e internacionais, este último os quais eram muito bem vistos pelos clubes por receberem em dólar; ou até mesmo a venda de jogadores do clube, dado o tamanho poder que os clubes tinham sobre decidir o futuro dos jogadores com a Lei do Passe.

<sup>239</sup> Identificadas pela revista como McCann Erickson e Thompson. VAI TAMBÉM AO MÉXICO, É SÓ LIGAR A TELEVISÃO. *Revista Placar*. 05 de Junho de 1970. Nº 12. P. 18.

cotidiano da vida dos brasileiros e, para os cartolas, o torcedor era desmotivado a ir ao estádio ver seu time. Logo, nada mais justo que jogadores e clubes recebessem alguma compensação pelo suposto esvaziamento dos estádios provocados pela televisão.

O CND não permitia que os clubes de futebol, federações, ou até mesmo confederações recebessem qualquer forma de subsídio ou auxílio. Foi somente a partir de 1982 que os clubes de futebol passaram a receber auxílio financeiro para expor publicidade. Para ser mais exato, a publicidade só poderia ser estampada na camisa e somente em jogos internacionais, enquanto se estudava a possibilidade de expor as camisas com publicidades em jogos nacionais <sup>240</sup>.

Assim, a pujança econômica das associações esportivas dependia de dois fatores: a venda de jogadores e a renda gerada pelos jogos. Carregando uma folha salarial menos robusta quanto deveriam, as associações frequentemente conviviam com a realidade de atrasos salariais e recorriam quando podiam aos amistosos.

O panorama econômico das associações esportivas nesse período não era de dívidas consolidadas e insolúveis, tais como se vislumbra hoje. No período estudado, é perceptível a preocupação das mesmas com suas dívidas temendo fechar as portas, caso não conseguissem liquidá-las. O processo de endividamento, contudo, nesse momento se iniciava e criava raízes, projetando para hoje a atual condição de endividamento infundável em curto prazo. A maior preocupação dessas associações com suas dívidas era arrumar meios para liquidá-las sem se desfazer dos seus jogadores – os quais frequentemente eram referidos como “material humano”.

---

<sup>240</sup> O primeiro clube a se beneficiar com a baixa dessa resolução que permitia a exposição de publicidade no uniforme foi o Democrata de Sete Lagoas, recém-promovido à primeira divisão do campeonato mineiro, fechou um contrato de Cr\$ 500 em material esportivo para os jogadores fornecido pelo próprio patrocinador *Equipe* uma marca mineira de material esportivo. E segundo a análise do presidente do Democrata, Geraldo Negocinho, quem mais se beneficiaria com o patrocínio seriam os próprios jogadores que a partir de então receberiam os salários em dia. Um paralelo com a condição do Reino Unido é que, este país, em 1970, já havia passado pela modernização da economia política do futebol e mercantilização do clube e do jogador. Pela década de 1970, progressivamente aumentaram as placas de publicidade nos estádios, patrocínio nas camisas e comerciais na televisão. De modo que no final da referida década, os cartolas britânicos tinham consciência de que, se usada de forma correta e controlada, a televisão impulsionaria o público para os jogos no estádio. GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol*. São Paulo: Nova Alexandria. 2010. pp. 116-142. Além desse caso do Reino Unido, o Jornal do Brasil trazia um caso sobre a Liga Nacional de Futebol Profissional dos Estados Unidos - não reconhecida pela FIFA - que havia conseguido renovar o seu contrato com a Columbia Broadcast System, recebendo cerca de 600 mil dólares (aproximadamente Cr\$ 1 629 000,00), para que aquela emissora televisive em cores 17 partidas da próxima temporada. Com esse novo contrato, a liga não reconhecida pela FIFA garantia seu êxito financeiro da temporada, deixando pra trás a Associação Unida de Futebol. “CONTRATO COM TELEVISÃO EM CORES GARANTE POR MAIS UM ANO A LIGA ILEGAL DOS EUA” In.: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 26 de Outubro de 1967. 1º Caderno. P. 20.

A fim de exemplificar a situação exposta acima, é possível relacionar com uma matéria de *Placar* publicada no dia 25 de Setembro de 1970, com o seguinte título: “Pobre Botafogo, vende todo mundo”. O Botafogo FR diante da grave crise financeira que se encontrava em 1970, agravada com a valorização do passe e do salário de alguns jogadores do seu plantel depois do título da Copa do Mundo, colocou à venda importante “peças” do seu elenco com exceção de Jairzinho e Paulo César. Se propôs a vender inclusive Roberto que já havia sido convocado algumas vezes quando João Saldanha era técnico da seleção. Por que o Botafogo só não vendia Jairzinho e Paulo César? Segundo a matéria, manter “peças” como Jairzinho e Paulo César rendia contratos mais valiosos para o Botafogo em amistosos nacionais e internacionais. Jairzinho foi eleito o melhor jogador da Copa do Mundo de 1970 e Paulo César era “reserva” imediato de Gerson <sup>241</sup>. Embora a diretoria do Botafogo não aceitasse a cláusula de obrigatoriedade para esses jogadores estarem presentes em qualquer contrato de amistoso firmado, a presença deles representava um importante item para a assinatura de contratos, pois a presença deles, ainda que não jogassem os 90 minutos, representava uma grande atração.

Logo, uma das estratégias utilizadas pelos dirigentes para saldar dívidas de forma imediata era recorrer à venda de “peças” importantes do seu plantel. Partindo então do estreitamento causado pelo CND para obtenção de recursos – impedindo a obtenção de patrocínios –, as associações só poderiam atingir o equilíbrio econômico a partir do público pagante dos seus jogos, caso os jogos não gerassem a receita planejada, a venda de “material humano” seria inevitável para saldar suas dívidas. Então, ante a necessidade de protagonizar jogos que gerassem grande quantidade de público para equilibrar os gastos, os clubes de futebol se viam sufocados pelas taxas. Geralmente as taxas eram aplicadas da seguinte forma: 10% da receita era direcionado para a administração do estádio onde o jogo era realizado, 10% para a federação estadual – no caso de torneios nacionais essa taxa era de 5% para CBD – e o clube ainda arcaria com os custos operacionais, tais como transporte dos funcionários do

---

<sup>241</sup> Com alteração no esquema. Zagallo designava Everaldo para fazer a marcação no meio de campo e abria Paulo César Caju na ponta esquerda, deslocando Rivellino para o centro e deixando Pelé livre para apoiar qualquer lado. Contudo, sem Gerson para apoiar e servir os homens de frente, Rivellino deveria voltar com mais frequência para buscar a bola e levá-la ao ataque.

estádio e a taxa de consumo de energia elétrica do estádio (conta de luz) baseado na conta anual <sup>242</sup>.

Então, diante da organização instaurada <sup>243</sup>, constituídos e consolidados na segunda metade da década de 1960 e início de 1970 para a organização das competições futebolísticas, os campeonatos estaduais se transformaram em um desafio para os clubes que tinham uma extensa folha salarial.

As competições organizadas pelas federações estaduais e pela CBD deveriam ser preparadas de tal modo que cada jogo atraísse um público suficiente para o não acúmulo de prejuízos por parte dos clubes participantes. Contudo, é possível perceber nas tabelas informativas <sup>244</sup> da revista *Placar* e em um conjunto de matérias <sup>245</sup> da mesma, que os clubes encaravam uma maratona de jogos deficitários nos campeonatos estaduais. Assim, os únicos jogos que geravam receita para os clubes de futebol – mediante tantas taxas sob a receita gerada e o pagamento do salário dos jogadores mais o “bicho” <sup>246</sup> – eram os jogos disputados entre times que mobilizavam grande torcida, denominados de clássicos. Logo, a quantidade de jogos no campeonato estadual que dava prejuízo era muito maior do que a quantidade de jogos que gerava receita.

---

<sup>242</sup> O caso de Minas Gerais no que corresponde às taxações é um caso interessante de ser analisado brevemente. As associações esportivas de Minas Gerais tentaram negociar a aplicação dessas taxas a partir de um ofício assinado por todas as associações mineiras, pois, além das taxas exorbitantes, as mesmas tentavam extinguir a distribuição de ingressos feita pelos organizadores do campeonato, os quais, segundo o ofício, seriam os que mais teriam condição de pagar o valor dos ingressos. E, por fim, propõe como solução a ampliação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, o único torneio em território nacional que oferecia alguma arrecadação aos clubes brasileiros. A REBELIÃO. *Revista Placar* de 31 de Julho de 1970. Nº 20. Pp. 20-21. Cf. O FUTEBOL DESTES ESTADOS PRECISAM DE MUITA AJUDA. Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Ceará e o Pará estão com um futebol cada vez mais perto da falência. *Revista Placar*. 15 de Janeiro de 1971. Nº 44. Pp.32-33.

<sup>243</sup> Seguindo a hierarquia crescente de subordinação: Conselho Nacional de Desportos – Confederação Brasileira de Desportos – Federações estaduais – associações futebolísticas. A subordinação da Confederação Brasileira de Desportos ao Conselho Nacional de Desportos consentiu ao primeiro o caráter legítimo e monopolístico na organização de competições futebolísticas.

<sup>244</sup> O *Tabelão* informava o placar do jogo, a escalação dos times, os árbitros e esporadicamente a renda dos jogos. Na verdade, geralmente as rendas eram publicadas, contudo isso não se configurava como via de regra.

<sup>245</sup> A sequência de cinco matérias intitulada como “A Falência dos Cartolas”, a *Revista Placar* situa os problemas do futebol brasileiro e tenta sugerir as ações cabíveis para corrigir esses problemas. “A Falência dos Cartolas I” de 31 de Julho de 1970. “A Falência dos Cartolas II – Havelange, um dos culpados” de 07 de Agosto de 1971. “A Falência dos Cartolas III – A CBD não joga, a CBD enriquece” de 14 de Agosto de 1971. “A Falência dos Cartolas IV – senhores dirigentes eis o campeonato nacional” de 21 de Agosto de 1971. E “A Falência dos Cartolas V – Fim. Como devem ser nossos times.” de 28 de Agosto de 1971.

<sup>246</sup> “Bicho” é um termo utilizado no mundo futebolístico para se referir a uma premiação destinada aos jogadores. O “bicho” só era pago quando os jogadores venciam a partida. O pagamento do bicho surgiu no período em que o amadorismo ainda predominava e os jogadores, ainda não profissionais, não poderiam receber vencimentos para jogar futebol. Assim, quando os jogadores recebiam a premiação pela vitória, os jogadores diziam ter ganhado no “jogo do bicho” – jogo de azar mais popular do Brasil. Não obstante, na década de 1960 o “bicho” era legalmente conhecido como uma espécie de vencimento destinado ao jogador.

Os campeonatos estaduais, então, se apresentavam como uma condição de debilidade econômica para os clubes brasileiros que acumulavam prejuízos nos jogos do referido certame. Essa condição se agravava diante da deliberação das federações em não permitir que os associados, participantes das competições organizadas pela federação, utilizassem times que não fossem os principais. Em outras palavras, a federação tinha uma postura autoritária diante dos clubes, exigindo destes que utilizassem os principais jogadores disponíveis no seu plantel, a fim de não tornarem os jogos do campeonato estadual menos atrativos<sup>247</sup>.

Além disso, torna-se relevante assinalar, que a CBD não permitia a participação de qualquer associação que não se fizesse presente no campeonato estadual, pois fazia do campeonato estadual um classificatório para o Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Assim, a participação de uma determinada associação, com o time principal, no respectivo campeonato estadual era condição *sine qua non* para a participação no principal torneio nacional: o Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Assim, é possível perceber um cenário onde as possibilidades de arrecadação das associações esportivas são restritas, possível somente através do público dos jogos e venda de jogadores. Além disso, as mesmas eram coagidas a participar dos respectivos campeonatos estaduais – com o time titular – sob o risco de ficar de fora do Robertão.

### 2.1 - *Excursões*

Diante da obrigação de disputar o campeonato estadual, os clubes, encontraram uma alternativa interessante para driblar os sucessivos reveses financeiros: viagens pelo Brasil e exterior para realizar amistosos. As excursões de qualquer time brasileiro deveriam possuir o aval do CND que avaliava a partir de consultas ao calendário de competições da CBD e da federação estadual correspondente, se o clube teria em condições de viajar e não estaria boicotando alguma competição. Outra exigência feita pelo CND dizia respeito ao fato das excursões não excederem o prazo de três meses.

As excursões possuíam finalidades diversas para as associações esportivas, desde saldarem seus compromissos imediatos tais como luvas, salários e gratificações atrasadas, até o objetivo de gerar receita. Vale ressaltar que, em alguns casos, os amistosos no Brasil eram mais rentáveis do que os realizados no exterior.

---

<sup>247</sup> É importante ponderar que o principal meio de arrecadação das federações estaduais são as taxações dos jogos dos campeonatos organizados por elas. Logo, deixar um jogo menos atrativo implicava diretamente no impacto da receita arrecadada pelas federações.



Em 1961 o Grêmio jogava contra o Lille, na França, e ganhava do time da cidade por 4 a 0. O empresário que havia marcado o jogo via a partida ao lado de Foguinho<sup>248</sup> e saiu com esta: – Olha seu time é melhor que o Santos sem Pelé. Mas eu posso pagar 1.500 dólares ao Madureira e ao Bonsucesso, mas não posso a você<sup>249</sup>.

Na mesma matéria a *Placar* exibiu o caso do Flamengo, semelhante ao do Grêmio. Após vender o passe de Brito, zagueiro tricampeão com a seleção de 1970 para o Cruzeiro, o Flamengo não conseguia valorizar seu contrato de excursão internacional, sendo mais rentável viajar de ônibus para Cabo Frio e receber “limpinhos” Cr\$ 35.000,00 por um amistoso. Para grandes clubes que não contavam com campeões mundiais pela seleção brasileira, as opções mais rentáveis eram excursões pelo Brasil visitando cidades como Feira de Santana(BA), Rio Branco(AC) ou Manaus(AM), locais considerados aquém da condição técnica e organizacional futebolística, onde sua população tinha poucas oportunidades de assistir a jogos dos clubes mais famosos do país.

As excursões nesse período se tornaram ainda mais rentáveis para clubes que possuíam campeões mundiais devido à grande projeção oferecida pela conquista da Copa do Mundo de 1970, o que tornava a seleção brasileira a detentora em definitivo da taça Jules Rimet, por ter conquistado o torneio pela terceira vez. O Cruzeiro, por exemplo, que contava com Tostão, Brito e Piazza (campeões da Copa do Mundo de 1970) conseguiu uma grande excursão internacional em 1971.

Na condição de espetáculo, os dirigentes que pagavam pelos amistosos contra os clubes brasileiros ansiavam para ver jogadores como Pelé, Tostão, Rivelino, Gérson, Dario, Djalma Dias, Jairzinho, Afonsinho<sup>250</sup>, Roberto; enfim, jogadores de técnica refinada e que tinham grande potencial de promover um espetáculo futebolístico. Convém explicar que isso não significava que os demais clubes não conseguissem

---

<sup>248</sup> Osvaldo Rolla, também era conhecido descontraidamente como Foguinho, ex-técnico do grêmio e internacional. VIVA O EMPRESÁRIO! MORRA O EMPRESÁRIO! Os clubes brasileiros passam o ano todo atrás de alguém que arranje uns jogos no exterior. Depois a culpa é dele. *Revista Placar*. 22 de Janeiro de 1971. N.º 45. P. 27.

<sup>249</sup> VIVA O EMPRESÁRIO! MORRA O EMPRESÁRIO! Os clubes brasileiros passam o ano todo atrás de alguém que arranje uns jogos no exterior. Depois a culpa é dele. In.: *Revista Placar*. 22 de Janeiro de 1971. N. 45. P. 27.

<sup>250</sup> Afonso Reis, ou Afonsinho, não chegou a integrar a seleção brasileira de futebol, mas era um jogador reconhecido, tanto por ter sido o primeiro jogador a conquistar o próprio passe, quanto pelo seu talento em campo. Afonsinho era um dos dez jogadores no Brasil que recebia o salário acima de 20.000 Cr\$. Enquanto esteve no Olaria, o clube realizou uma excursão internacional, a qual ficou marcada pela grande pancadaria em um jogo contra um time da Indonésia, onde as autoridades locais afirmavam categoricamente que o Olaria jamais voltaria ao país.

excursionar, o que seria uma inverdade, contudo as cotas dos clubes que não possuíam atletas mais famosos eram menores em comparação com outros clubes que detinham tais jogadores em seus respectivos elencos.

Os jogos amistosos (espetáculos) eram tão valiosos no futebol que serviam, inclusive, como forma de pagamento na transferência de jogadores, bem como poderiam definir a contratação ou não de um atleta. Nos próximos parágrafos, apresentarei duas matérias de uma mesma publicação referente, respectivamente, à contratação de Pedro Rocha, importante ponta de lança da seleção uruguaia, pelo São Paulo e a contratação do goleiro da seleção argentina, Agustin Cejas, pelo Santos.

Em matéria publicada no dia 25 de Setembro de 1970, intitulada “Pedro Rocha, finalmente”, a revista ressalta a importância de um jogo amistoso para a efetivação da contratação do jogador pelo São Paulo. O pagamento do passe de Pedro Rocha foi definido em 150 mil dólares (cerca de Cr\$ 750 mil, pelo câmbio da época) à vista mais um jogo amistoso realizado em Montevideú, sendo que a receita ficaria com o Peñarol.

Em outra matéria publicada do mesmo dia, “Chegou mais um artista”, o Santos não teria saído atrás e também contratou um jogador renomado, o goleiro da seleção argentina, Agustin Cejas. Segundo a revista, a contratação de “peças” prontas, isto é, jogadores já formados e com relevante notoriedade no cenário sul-americano valorizava ainda mais os contratos de jogos amistosos.

Desse modo, os amistosos são importantes meios para facilitar a transferência de jogadores importantes para o elenco, assim como a compra de alguns jogadores e a montagem do elenco poderiam ser revestidos do propósito de valorizar a cota dos amistosos.

Outro fenômeno, e mais recorrente, que interfere na finalidade das excursões, segundo a revista, são os campeonatos estaduais. É bastante comum encontrar nas matérias da revista dirigentes de clubes revoltados com os campeonatos estaduais e ameaçando utilizar o time reserva, ou até mesmo pôr-se fora do referido certame. E geralmente para não afundarem-se mais em dívidas, os clubes se empenhavam em arrumar amistosos.

Durante o período de copa do mundo, a situação financeira dos clubes poderia se agravar, pois o calendário oficial das competições organizadas pela CBD entrava em recesso. Assim, as agremiações organizavam amistosos para honrar seus compromissos com salários do elenco que não havia sido convocado. Em 17 de Julho de 1970, a *Placar* trouxe uma matéria sobre o Internacional-RS recorrendo aos meios cabíveis para

pagar sua folha salarial de quase Cr\$ 150.000,00. Diz o periódico: “Arranja amistosos à última hora, inventa espetáculos diferentes, dá entrada grátis às mulheres (para que elas levem seus maridos ou namorados)”<sup>251</sup>. Essa preocupação do Internacional foi emblemática, pois representava a realidade da maioria das associações esportivas no período da Copa do Mundo<sup>252</sup>. Quando os jogadores estavam cedidos à CBD, a responsabilidade do pagamento dos respectivos salários ficava com a entidade nacional, aliviando financeiramente a folha salarial dos clubes.

Assim, os clubes tinham que se planejar para cobrir os gastos no primeiro semestre – diante de um campeonato estadual deficitário e com recesso para Copa do Mundo – para conseguir honrar seus compromissos e dívidas, mesmo sem gerar novas receitas por partidas oficiais durante um mês. Assim sendo, a organização de amistosos – ou excursões internacionais como a do Olaria – se mostrava como uma resolução em curto prazo mais viável para cumprir os gastos e manter o plantel na forma física ideal durante o recesso para a continuidade do campeonato estadual. Não era incomum que se preferisse os campeonatos estaduais para disputar algum torneio amistoso. Não tenho a pretensão de justificar a postura dos dirigentes em busca de maiores rendimentos para as instituições futebolísticas representadas, mas não se pode perder de vista que o discurso afinado dos dirigentes quanto à grande preocupação de honrar os compromissos – folha salarial, luvas e gratificações – principalmente no momento de disputas dos estaduais são elementos frequentemente presentes.

Os clubes gaúchos, por sua vez, não contavam passar por uma grave crise política com a federação local no início da temporada de 1971. A eleição de Rubens Hofmeister para presidente da Federação Gaúcha de Futebol em 1970 não alterou o regulamento do Campeonato Gaúcho de Futebol da Divisão Especial para aquele ano, mas para o ano seguinte o presidente da federação implantou a proposta que o elegeu. Hofmeister prometia administrar o futebol do Rio Grande do Sul também para os clubes do interior do estado que, segundo o presidente da federação, foram sistematicamente excluídos do planejamento em detrimento dos dois principais clubes do Rio Grande do Sul – SC Internacional e Grêmio FBPA.

---

<sup>251</sup> FALTA UM POUCO DE FUTEBOL NO SUL. Este jogo provou uma fase ruim do nosso futebol. In: *Revista Placar*. 17 de Julho de 1970. Nº18. P.12.

<sup>252</sup> Na data da referida matéria a Copa do Mundo já havia sido encerrada e os campeonatos estaduais haviam sido retomados, com exceção de alguns jogos do campeonato gaúcho que foram suspensos em função de um imbróglio do regulamento da competição. Então, O Internacional SC, um dos afetados pelos jogos suspensos, recorria a jogos amistosos para manter seus ordenados em dia. FALTA UM POUCO DE FUTEBOL NO SUL. Este jogo provou uma fase ruim do nosso futebol, In.: *Revista Placar* 17 de Julho de 1970. Nº 18. P.12.

Logo, a referida lógica de atender aos interesses dos clubes de menor expressão ocasionou a inclusão de nove clubes para o campeonato gaúcho de 1971, são eles: Guarany Foot-Ball Club (Bagé), Clube Esportivo Bento Gonçalves (Bento Gonçalves), Riograndense Futebol Clube (Santa Maria), Grêmio Esportivo Bagé (Bagé), Sport Club São Paulo (Rio Grande), Tamoio Futebol Clube (Santo Ângelo), Clube Esportivo Recreativo Atlântico (Erechim), Esporte Clube Avenida (Santa Cruz) e Sport Club Rio Grande (Rio Grande). O Campeonato Gaúcho de Futebol de 1971 atingiu o número de vinte e cinco clubes participantes. Para concretizar a crise que se mostrava iminente, Hofmeister aprovou o regulamento de duas fases em todos contra todos <sup>253</sup>.

O posicionamento do Grêmio FBPA e do SC Internacional de se posicionarem contrariamente à fórmula de disputa e fora do campeonato estadual não gerou reação da federação local, tampouco a mediação da Confederação Brasileira de Desportos surtiu efeito para abrandar os sinais de crise <sup>254</sup>. Os dirigentes do Internacional e do Grêmio se negavam a jogar tantos jogos de um campeonato que não os rendia a compensação dos gastos empregados, acumulando uma série de prejuízos.

Diante da possibilidade de não contar com a participar de Grêmio e Internacional para realizarem excursões economicamente mais rentáveis para os mesmos, a Confederação Brasileira de Desportos logo se posicionou contra essa ação, ameaçando os clubes com pesadas sanções caso não participassem do estadual. Primeiramente, o CND não aprovaria o pedido de excursão cogitado pelos clubes para o período em que o estadual estivesse sendo realizado e, em segundo lugar, ambos seriam excluídos do Torneio Roberto Gomes Pedrosa daquele ano <sup>255</sup>.

Esse entrave político envolvendo CBD, Federação Gaúcha de Futebol e os clubes é um exemplo de como se davam as relações de poder e a organização hierárquica no cenário futebolístico brasileiro. Ocupando a parte inferior dessa hierarquia, os clubes não tinham alternativa economicamente sustentável para suas

---

<sup>253</sup> A primeira fase seria realizada em jogo único de todos contra todos. Cada clube jogaria 28 jogos para ser um dos oito classificados para a segunda fase. A segunda fase seria disputada com o mesmo critério de todos contra todos, mas dessa vez com turno e retorno. Se antes para se tornar campeão do Campeonato Gaúcho de Futebol um clube deveria disputar 18 jogos, agora esse número ultrapassa o dobro, o campeão deve jogar 38 partidas. O campeonato realizava a soma expressiva de 444 jogos, dos quais menos 10% dos jogos gerou receita suficiente para cobrir os gastos que o clube tem que arcar.

<sup>254</sup> A Confederação Brasileira de Desportos sugeriu que fosse utilizado um regulamento de chaves. Duas chaves com treze times cada e jogando uma contra a outra. E os dois primeiros de cada chave iriam disputar os jogos do quadrangular final. Proposta vista com bons olhos pelos dirigentes do Internacional e do Grêmio, mas que foi prontamente ignorada pela Federação Gaúcha de Futebol.

<sup>255</sup> Naquele ano ocorreu a primeira edição do Campeonato Brasileiro de Futebol, mas até a data da matéria, a decisão acerca do campeonato ainda não havia sido materializada.

instituições ao disputar o campeonato estadual. A solução encontrada pelos clubes, em contrapartida, foi utilizar times mistos para disputar os jogos do campeonato gaúcho, medida que *a priori* seria passível de punição, mas não foi executada<sup>256</sup>.

O Internacional disputou o Torneio do Povo daquele ano, torneio que reunia também Flamengo, Corinthians e Atlético-MG, os principais clubes do país com gigante apelo popular, por isso o nome de “Torneio do Povo”<sup>257</sup>. Escalando frequentemente seu time titular nessa competição, o Internacional recorria a um time misto para disputar o campeonato estadual. Por sua vez, o Grêmio disputou o Torneio Internacional do Sul<sup>258</sup> e amistosos no nordeste do país<sup>259</sup>, também utilizando com frequência um time misto na disputa do campeonato estadual.

Não era incomum preferirem um torneio amistoso economicamente rentável em detrimento de uma competição oficial que gerava prejuízos. A lógica que os dirigentes orgulhosamente assumiam como empresarial previa algumas medidas, como utilizar times mistos, economicamente mais baratos, para diminuir os gastos; contudo, a medida era uma faca de dois gumes, pois a utilização de times mistos influenciaria diretamente no quantitativo do público presente.

É notável a frequência das críticas direcionadas aos campeonatos estaduais, tanto no que corresponde a sua organização quanto a sua estrutura. Não houve campeonato estadual nesse período que tenha passado pela crítica dos dirigentes que sempre alegam a deficiência em gerar lucros para os clubes participantes. E as soluções para o problema dos campeonatos estaduais são de ordens variadas, desde tentar alterar o número de participantes até reorganizar o calendário.

---

<sup>256</sup> Segundo matéria da Revista Placar, “A Guerra por um Título maior. Campeão do Povo.”, publicada em 22 de Janeiro de 1971, os dirigentes do SC Internacional procuraram a Confederação Brasileira de Desportos para debater e elucidar o entrave da tabela organizada pela Federação Gaúcha de Futebol e já garantiram aos demais dirigentes organizadores do Torneio do Povo a sua participação.

<sup>257</sup> O Torneio do Povo foi um torneio organizado somente pelos dirigentes dos clubes participantes, o que garantia arrecadação mais robusta para os clubes participantes: primeiro em função do grande apelo popular que esses clubes possuíam, atraindo grande público e gerando a média de arrecadação de 82.551,45 Cr\$. E segundo, em função da ausência de algumas taxações que as rendas dos jogos estavam sujeitas nas demais competições organizadas pelas federações ou pela Confederação Brasileira de Desportos.

<sup>258</sup> O Torneio Internacional do Sul contava com a participação do SC Internacional, Grêmio FBPA, Rapid Bucareste, CSKA Sófia, Vojvodina Belgrado, Sparta de Praga e Dínamo Bucareste. O Grêmio, então, realizou a seguinte campanha: 04 Fevereiro – Grêmio 3 x 1 Dínamo Bucareste (Romênia), 09 de Fevereiro – Grêmio 2 x 1 CSKA Sófia (Bulgária) e 11 de Fevereiro – Grêmio 3 x 0 Rapid Bucareste (Romênia).

<sup>259</sup> Excursão de dez dias no nordeste do Brasil com os seguintes resultados: 04 de Março – Grêmio 1 x 0 Vitória, 07 de Março – Grêmio 0 x 0 Itabaiana, 10 de Março – Grêmio 1 x 1 Bahia e 14 de Março – Grêmio 1 x 1 Ceará.

No início da temporada de 1971, o Clube Atlético Mineiro e o Cruzeiro Esporte Clube ameaçaram utilizar seus times reservas durante o campeonato estadual, enquanto o time titular faria jogos amistosos para cumprir os compromissos assumidos pelos clubes quanto ao pagamento dos jogadores. O motivo para utilizar times mistos se dava em função da decrescente demanda dos jogos do campeonato mineiro e os cada vez mais constantes prejuízos acumulados pelos clubes de Minas Gerais.

Fazer um breve retrospecto sobre o público no campeonato mineiro possibilita entender o temor dos dirigentes mineiros. Em 1969, o número médio de pessoas que assistiram aos jogos do campeonato mineiro foi de 18.542. Em 1970, essa média diminuiu para 13.159 pessoas <sup>260</sup>. Em matéria publicada na revista *Placar*, “Minas cresceu, não quer mais jogar pelada”, há o posicionamento dos presidentes das duas principais associações esportivas de Minas Gerais que se negavam a utilizar os times principais no campeonato estadual. O presidente do Atlético-MG, Néelson Campo, expressa da seguinte forma a inviabilidade do Campeonato Mineiro de Futebol:

Estamos nos transformando em empresas e não podemos disputar um campeonato deficitário. A despesa total do Atlético, só em Novembro [de 1970] <sup>261</sup> foi de Cr\$ 189.512,00. Como vamos conseguir receita em Minas, se apenas os jogos entre Atlético, Cruzeiro e América tiveram rendas superiores a Cr\$150.000,00? <sup>262</sup>

O presidente do Cruzeiro, Felício Brandi, assegurou que o time principal não participaria do campeonato mineiro, tampouco da Taça Belo Horizonte, disputada pelos principais times de Minas Gerais. O longo plantel de cinquenta e quatro jogadores, com a folha mensal de aproximadamente Cr\$ 365.000,00, entre luvas, salários e bichos, explica a evasão do time principal da competição estadual para privilegiar uma grande excursão de três meses que começaria no eixo norte-nordeste do país, depois para Europa e, por fim, alguns países da América do Sul antes de voltar ao Brasil. A

---

<sup>260</sup> MINAS CRESCEU, NÃO QUER MAIS JOGAR PELADA. Cruzeiro e Atlético querem jogar com seus times mistos no campeonato. A Federação e mais 20 clubes protestam. In: Revista *Placar*. N. 43. P. 06. O Torneio Roberto Gomes Pedrosa, para efeito de comparação, teve nos mesmos anos supracitados a média de 22.067 pessoas e 20.259 pessoas, respectivamente. Com o agravante de possuírem ingressos mais caros que o campeonato estadual (ASSAF, 2008, p. 17).

<sup>261</sup> Inclusão do autor. Deve-se levar em consideração que o campeonato mineiro tinha a duração de aproximadamente seis meses. O campeonato mineiro de 1969 teve começo em 25 de Janeiro e terminou em 06 de Julho; em 1970, se iniciou em 01 de Março e se encerrou em 20 de Setembro – contabilizando um mês de recesso para a Copa do Mundo em Junho. E o campeonato de 1971 se iniciou em 23 de Janeiro e terminou 27 de Junho.

<sup>262</sup> MINAS CRESCEU, NÃO QUER MAIS JOGAR PELADA. Cruzeiro e Atlético querem jogar com seus times mistos no campeonato. A Federação e mais 20 clubes protestam. In: *Revista Placar*. N. 43. P. 06.

excursão, segundo a matéria, “Viva o Empresário! Morra o Empresário!”, de 22 de Janeiro de 1971, rendeu cerca de 100 mil dólares (cerca de Cr\$ 500.000,00 pelo câmbio da época) ao Cruzeiro. Na mesma reportagem, temos a justificativa da excursão:

Temos cinco jogadores convocados para a Seleção de 1971. Eles exigem, por força do futebol que possuem, bons contratos. Jogando em só em Minas, num campeonato deficitário, jamais conseguiremos dinheiro suficiente, nem para as mínimas despesas. Temos de conquistar novos mercados, custe o que custar <sup>263</sup>.

Enquanto o time principal participava de competições mais rentáveis para gerar caixa, os clubes utilizavam times mistos, nos campeonatos estaduais, sob o discurso de obedecer a uma lógica empresarial simples de redução de custos. Para explicar o efeito dessa medida, partir-se-á de alguns pressupostos: primeiro, de que a imensa maioria dos jogos dos campeonatos estaduais era deficitária, isto é, acumulavam prejuízos aos times, sendo poucos os jogos que conseguiam cobrir as despesas e gerar alguma receita para os clubes. Segundo pressuposto: com um elenco mais barato os gastos seriam contidos. Há também de ser reconhecida que a medida utilizada era uma lâmina de dois gumes, pois a não utilização do time titular gerava falta de atrativos para o público e, conseqüentemente, a redução – mais acentuada – da arrecadação.

O presidente da Federação Mineira de Futebol, coronel José Guilherme, logo se manifestou contra os clubes que utilizavam times mistos no Campeonato Mineiro de Futebol, julgando ser um completo descaso com os demais associados da federação. Mas por trás desse discurso solidário aos demais associados é importante ter consciência de que a arrecadação de qualquer federação estadual de futebol se dá a partir das taxações dos jogos, maior será a arrecadação das federações quando o público se sente atraído pelo espetáculo oferecido em uma partida.

A condição do Santos, no início de 1971, não era diferente da condição dos clubes apresentados até aqui, mas talvez seja o caso mais emblemático. Os dirigentes do clube idealizavam ficar fora do Torneio Roberto Gomes Pedrosa – que um mês depois se tornaria Campeonato Brasileiro de Futebol – para realizar excursões internacionais com o time principal, enquanto o Campeonato Paulista seria disputado pelo time considerado reserva. O presidente do clube, Athiê Jorge Curi, e o diretor de futebol, o general Osman Ribeiro de Moura, planejavam realizar essa divisão do time visando

---

<sup>263</sup> MINAS CRESCEU, NÃO QUER MAIS JOGAR PELADA. Cruzeiro e Atlético querem jogar com seus times mistos no campeonato. A Federação e mais 20 clubes protestam. In: *Revista Placar*. N. 43. P. 06.

gerar aumento de receita <sup>264</sup> e, no caso de ficar de fora do Torneio Roberto Gomes Pedrosa em função da cláusula que obrigava os associados a utilizarem o time titular, o time do Santos faria uma excursão com duração de cinco meses <sup>265</sup>.

Essa matéria é cabível de uma análise um pouco mais aprofundada para se compreender melhor o efeito que se pode ter desejado pelos dirigentes santistas com as declarações proferidas. Inicialmente, a reportagem salienta que a proposta dos dirigentes em excursionar com o time do Santos por cinco meses seria um projeto irrealizável, em função de grande parte do elenco principal possuir família e não poder deixá-las por quase meio ano. Outro ponto que nos coloca a refletir sobre o impacto que os dirigentes do Santos gostariam de causar com esse tipo de notícia, trata-se de que os jogadores, até o momento da divulgação da referida matéria, não tinham conhecimento de tal projeto, como ressalta Michel Laurence, amigo pessoal de Pelé e autor do texto.

Então, é cabível aventar uma hipótese: essa matéria poderia ter o objetivo de atingir a Federação Paulista de Futebol e demonstrar a independência do Santos. Na entrevista, a fala do general Osman Moura, diretor de futebol <sup>266</sup>, ratifica essa hipótese quando afirma que o projeto tem, entre outras finalidades, que

todos verão que os nossos campeonatos dão prejuízos. Que o Santos, quando vai a Ribeirão Preto, quebra o recorde de renda da cidade, mas tem o prejuízo de 1 000 Cr\$. É isso que deve acabar: os clubes grandes não podem ficar sustentando os pequenos. Dentro do futebol profissional temos que ser realistas <sup>267</sup>.

Essa última ideia é muito comum entre os dirigentes de grandes clubes e foi repetidamente reproduzida por dirigentes de outros grandes do país. Outra fala do dirigente que confirma nossa hipótese é a seguinte

---

<sup>264</sup> Aproximadamente 22.000 dólares por jogo, segundo a matéria de Michel Laurence. (SANTOS FORA DO ROBERTÃO – 71. Athiê: vamos abandonar o campeonato paulista. Osman: Não. Abandonamos o Robertão. *Revista Placar* 01 de Janeiro de 1971. Nº 42. P. 27).

<sup>265</sup> Planejamento que *a priori* não tomava como base os normativos do Conselho Nacional de Desportos que não permitem que qualquer clube excursionsse por um período superior a três meses.

<sup>266</sup> Em meados de 1970, o Santos encarava uma grave crise interna política e financeira. O ex-vice-presidente do clube, Augusto Saraiva e o Conselho Deliberativo do Santos, pediam uma intervenção do Conselho Nacional de Desportos no Clube, denunciando o descontrole político (cismas políticos do grupo administrante) e econômico (o presidente do clube e deputado federal Athiê Jorge Curi foi pivô da compra do Parque Balneário pelo Santos FC pelo preço de 6 milhões de Cr\$ acreditando na possível legalização dos jogos de azar, o que não aconteceu, a dívida acumulou e atingiu o patamar de 10 milhões de Cr\$). Nesse cisma, o diretor de futebol general Osman Ribeiro viu sua possível ascensão nesse momento de crise e se tornou vice-presidente do clube, o que não durou muito tempo já que sua chapa foi derrotada nas eleições no final daquele mesmo ano.

<sup>267</sup> Grifo do autor. SANTOS FORA DO ROBERTÃO – 71. Athiê: vamos abandonar o campeonato paulista. Osman: Não. Abandonamos o Robertão. *Revista Placar*. 01 de Janeiro de 1971. Nº 42. P. 27.



Olha, o Santos não precisa mais de títulos para ter prestígio. A Taça Libertadores também não nos interessa, porque disputamos uma muito mais importante, que é a Recopa, a taça dos clubes campeões do mundo. Nós já temos prestígio e temos Pelé. Nessa última excursão demos uma entrevista para 92 jornalistas de várias partes do mundo, alguns deles com tiragens de 2 milhões de exemplares por dia. Sabem o que isso representa em matéria de promoção para o Santos e o Brasil? Representa o que não se conseguiria por muito tempo, em outro continente qualquer. (...) O Santos, amigo, tem convites para ficar jogando o ano inteiro lá fora, se quiser. Se ficarmos fora do Robertão-71, como pretendemos, vamos excursionar durante cinco meses, para ganharmos muitos dólares e manter um grande time. Nas condições atuais do profissionalismo, não há condições de se manter um grande time <sup>268</sup>.

A fala do diretor de futebol do Santos não pode ser entendida de forma alheia ao contexto da estrutura política e econômica exercida pela CBD e suas federações filiadas, tampouco deve ser analisada de forma isolada. Os clubes estavam muito insatisfeitos em cumprir as exigências – utilizar o time principal durante a disputa do campeonato estadual – para poder participar do Torneio Roberto Gomes Pedrosa. A arrogância do general Osman Moura em querer demonstrar independência política e financeira do Santos em relação à estrutura futebolística organizada no Brasil não passa de uma inverdade, pois, de maneira isolada o Santos não sobreviveria fora da estrutura de futebol profissional que o projetou. Dificilmente se poderia afirmar que o Santos teria a prestigiosa fama e expressão econômica que tinha naquele período, caso não se tratasse de uma equipe de futebol profissional dentro da estrutura futebolística oficial.

Logo, o que aparentemente está em jogo nessa matéria e no posicionamento do diretor de futebol do clube, general Osman Ribeiro Moura, trata-se menos do anúncio da conduta a ser realizada do que a tentativa de testar os limites das autoridades. Acredito que a postura do diretor de futebol do Santos objetivava gerar uma espécie de desconforto para a FPF e a CBD, a fim de que estas viessem a flexionar os limites de suas exigências, senão os seus campeonatos corriam o risco de serem esvaziados pelos seus principais clubes, como o Santos já advertia fazer, mais em tom de bravata do que em intenção de concretizar esse esvaziamento.

Assim, é possível perceber uma postura diferente da CBD em relação às federações. Em um primeiro momento, foi possível observar uma confederação que

---

<sup>268</sup> SANTOS FORA DO ROBERTÃO – 71. Athiê: vamos abandonar o campeonato paulista. Osman: Não. Abandonamos o Robertão. *Revista Placar*. 01 de Janeiro de 1971. Nº 42. P. 27.

golpeia as federações de seus opositores políticos, nesse momento é possível observar uma confederação que “protege” os certames organizados pelas federações filiadas, fortalecendo seus laços, ameaçando excluir os clubes que não participassem dos campeonatos estaduais, visto que os critérios classificatórios seriam aplicados necessariamente nos campeonatos organizados pelas federações.

Além disso, o CND teve um papel preponderante nessa situação como a grande reguladora das punições. Como mencionamos no capítulo anterior, da mesma forma que o CND punia simbolicamente em Cr\$ 10,00 os clubes que desacatassem a uma deliberação, o mesmo órgão poderia proibir um clube de viajar, já que para a excursão se efetivar ela necessitava de um parecer do CND. Nesse caso hipotético, caso um clube tivesse sua excursão negada por qualquer motivo, a arrecadação do clube poderia ser gravemente prejudicada.

Portanto, dessa forma, acredito que a CBD tenha sabido colocar ao seu favor a situação de restrição financeira imposta pelo CND - indo na contramão de como o futebol se desenvolvia em outros lugares do mundo - e tenha conseguido utilizar o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, um certame rentável economicamente, como um poder de barganha para a manutenção dos objetivos políticos de quem estava à frente da CBD. Assim, é possível perceber que João Havelange conseguia articular seu projeto de poder à frente da CBD com artifícios próprios do Sistema Desportivo Nacional.

### *3 – Eis o Campeonato Brasileiro de Futebol.*

Nas seções anteriores, foi possível perceber um movimento de empoderamento crescente do órgão a partir de 1967, fosse gozando do aporte político de seus aliados - tal como Heleno Nunes desempenhando o cargo de chefe do departamento de futebol e, em seguida, vice-presidente da instituição, fosse realizando manobras para enfraquecimento de seus opositores – como a encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa – e sabendo administrar a delicada condição financeira do futebol brasileiro em meio à gerência de um torneio rentável e convertendo-o, assim, em capital político.

Dessa forma, este trabalho interpreta que o processo de empoderamento da CBD nesse período ocasionou o surgimento do Campeonato Brasileiro de Futebol. Em outras palavras, o surgimento desse certame é interpretado como a materialização do discurso

de modernização do futebol brasileiro, expurgando completamente os fantasmas (da Copa de 1966) e as crises políticas vividas pela instituição.

O que pretendo com este item é realizar uma explicação diferente acerca das convencionalmente utilizadas para explicar a inclusão de mais três clubes na virada do Torneio Roberto Gomes Pedrosa para o Campeonato Brasileiro de Futebol. Não tenho o objetivo de apresentar uma explicação definitiva acerca das motivações para a inclusão desses clubes, mas acredito que relacionar os motivos pelos quais a confederação declarou se pautar, contrasta com a visão dos periódicos e analisar esses motivos torna-se importante para compreender de forma mais completa o evento.

Assim, partindo do pressuposto de que a CBD afirmava pautar-se nos critérios técnicos e financeiros para contemplar as federações, o presente item parte de uma explicação utilizada pela *Revista Placar* em atribuir a inclusão das referidas federações por motivos diferentes dos apresentados pela CBD. Segundo a revista, aparentemente, os vencedores das negociações políticas teriam sido Rubem Moreira, presidente da Federação Pernambucana de Futebol; o coronel José Guilherme, presidente da Federação Mineira de Futebol; e o general Aldenor Maia, presidente da Federação Cearense de Futebol.

A federação de Pernambuco teria sido contemplada, porque Rubem Moreira era um aliado antigo de João Havelange. E as federações mineira e cearense teriam sido contempladas, em função de uma série de manobras políticas praticadas nas “ante-salas”<sup>269</sup> da CBD. Contudo,

Verdadeiramente o que aconteceu foi uma vitória do sr. João Havelange que, com a nova fórmula aplicada ao futebol brasileiro, reforçou seu esquema político e agora tranquilamente pode tratar da sua candidatura à presidência da FIFA – mas sem pensar em abandonar a CBD<sup>270</sup>.

Logo, a matéria reconhecia se tratar de uma vitória de João Havelange por ele estar privilegiando os militares que estavam à frente daquelas federações. E, dessa

---

<sup>269</sup> O uso do termo “ante-salas” não era despropositado com o conteúdo que se carregava na matéria, o seu significado *sui generis* remete a um cômodo que precede um principal, um local discreto onde se tratariam assuntos reservados do submundo do futebol. Além disso, pelo conteúdo da matéria é possível relacionar, inclusive, o termo “ante-salas” ao contexto da ditadura militar e suas práticas deliberadas de tortura em seus “porões”. ATÉ QUE ENFIM O CAMPEONATO NACIONAL. In: *Revista Placar*. 12 de Fevereiro de 1971. Pp. 02-03.

<sup>270</sup> “ATÉ QUE ENFIM O CAMPEONATO NACIONAL”. In: *Revista Placar*. 12 de Fevereiro de 1971. Pp. 02-03.

forma, João Havelange conseguiria realizar sua manutenção à frente da CBD e ainda poderia pensar em uma possível eleição à FIFA.

Para reforçar sua tese de beneficiamento político em torno do futebol brasileiro, a mesma matéria traz em seu corpo um item sobre a falta de critério da CBD. Afirma-se que os critérios supostamente utilizados (capacidade técnica e financeira), não foram aplicados em nenhum momento no Torneio Roberto Gomes Pedrosa. E utiliza o exemplo da Ponte Preta e do Santos que tiveram que jogar na cidade de São Paulo em vez das suas respectivas cidades.

Não tenho a pretensão de desconsiderar a explicação fornecida pela Revista *Placar* sobre a verdade velada, realizada nas antessalas da CBD, por trás das seleções. O que pretendo apresentar a seguir é uma explicação diferente, explorando o discurso apresentado pela CBD para seleção das referidas federações. E a partir disso, analisarei o discurso utilizado pela confederação para a escolha das referidas federações.

### 3.1 – Ceará, Minas Gerais e Pernambuco

O campeonato brasileiro de 1971 foi concebido, *a priori*, com duas divisões. Uma divisão de elite e uma divisão de acesso. A divisão de elite do campeonato brasileiro, também chamado de divisão extra, era composta por 20 clubes, dos quais 17 participaram da última edição do Roberto Gomes Pedrosa em 1970 e mais três clubes a serem indicados pelas Federações escolhidas pela CBD.

Os critérios utilizados pela Confederação Brasileira de Desportos para selecionar as Federações a serem contempladas eram balizados em dois pontos: a avaliação dos estádios que cada estado possuía para abrigar os jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol; e a capacidade de cada estado de lotar os estádios durante o certame<sup>271</sup>.

Baseados, então, sob esses critérios os dirigentes da CBD julgaram as federações de Minas Gerais, Ceará e Pernambuco as mais preparadas para serem contempladas com mais uma vaga no Campeonato Brasileiro de Futebol. Nessa medida, as condições dos estados selecionados foram analisadas pautadas nos critérios estipulados: estádios disponíveis para realização dos jogos e o potencial de cada estado em lotar os estádios de futebol.

---

<sup>271</sup> “ATÉ QUE ENFIM O CAMPEONATO NACIONAL”. In: *Revista Placar*. 12 de Fevereiro de 1971. Pp. 02-03.

Assim, partindo do pressuposto das federações estaduais contempladas, analisaremos os locais onde os principais estádios do estado foram construídos; associando à população urbana e a demografia dos estados; e identificando as principais agremiações futebolísticas da região. Dessa forma, tentaremos compreender a fundo os critérios que teriam balizado as escolhas da Confederação Brasileira de Desporto em contemplar uma federação ou outra.

Para a realização dessa etapa devemos salientar aspectos metodológicos importantes que foram utilizados para o desenvolvimento da mesma. Utilizamos o método de cruzamento de dados, conflitando dados contidos no Cadastro Nacional de Estádios de Futebol (CNEF) com informações importantes acerca dos estádios de futebol na década de 1970 <sup>272</sup>. Em um primeiro momento foi realizado um mapeamento acerca dos estádios de futebol utilizados em jogos do Torneio Roberto Gomes Pedrosa e Campeonato Brasileiro de Futebol e então buscamos traçar o perfil de estádios utilizados no início da década de 1970. Para os estádios comportarem um jogo do Campeonato Brasileiro ou do Torneio Roberto Gomes Pedrosa ele teria que obedecer, sobretudo, ao critério de público. Em outras palavras, os estádios deveriam suportar um grande público para as federações estaduais poderem pleitear uma vaga a mais no Campeonato Brasileiro de Futebol.

No histórico de estádios de futebol utilizados nas edições do Torneio Roberto Gomes Pedrosa e do Campeonato Brasileiro de Futebol entre 1966 e 1971, é possível traçar um perfil nos estádios utilizados e eles obedecem principalmente ao critério de capacidade de público. Tendo em vista que com a necessidade de dar continuidade ao único torneio economicamente rentável no país, a questão da capacidade de público não poderia ser negligenciada. Assim, foi possível notar que os estádios utilizados nesses certames nunca tiveram a “capacidade máxima” menor do que dez mil pessoas.

Mas não bastava somente ter estádio de futebol, a federação contemplada deveria ter no seu quadro de filiados, clubes de futebol com grande mobilização de público e com alguma perícia técnica, pois as estruturas físicas, desacompanhado de

---

<sup>272</sup> Durante esse período, é muito difícil mensurar a capacidade de público de cada estádio, pois os mesmos não precisavam de laudos do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil – tal como é hoje – para funcionarem, logo não se estipulava uma quantidade limite que não comprometesse a segurança dos torcedores presentes. Então, para o desenvolvimento dessa metodologia foi utilizado o catálogo disponibilizado pela Confederação Brasileira de Futebol – o CNEF - cujo consta todos os estádios de futebol construídos até hoje, e assim realizamos uma breve pesquisa sobre as reformas feitas nos estádios construídos até a década de 1970. Então, a partir desses dados comparativos conseguimos mensurar se a capacidade de público dos estádios foi alterada ou não e, assim, baseando-nos nas capacidades disponíveis no catálogo da CBF, podemos traçar um perfil dos estádios utilizados.

potencialidade para encher os estádios, não renderiam sozinhas uma vaga para as federações. Como exemplo, é possível citar o caso do Estádio Olímpico Colosso da Lagoa da cidade de Erechim, Rio Grande do Sul, que tinha uma capacidade maior que a própria população da cidade. O estádio foi construído para atender uma capacidade de 45 mil pessoas, contudo a própria cidade de Erechim possuía uma população menor que a capacidade total do estádio – 30 mil pessoas <sup>273</sup>.

Assim, a CBD estimaria os seguintes critérios para contemplar uma federação:

- 1) os principais estádios que as federações possuíam acesso;
- 2) onde foram construídos;
- 3) quais clubes pertenciam àquela cidade;
- 4) Se esses clubes eram grandes mobilizadores de público;

Convém realizar um novo esclarecimento metodológico: se uma cidade com grande contingente populacional não nos permite afirmar que os clubes sediados naquela cidade são populares, essa afirmação é ainda mais falsa quando a população daquela cidade é pequena.

Logo, as observações sobre a popularidade dos clubes nos permite intuir que as agremiações mais populares pertencem, geralmente, às principais cidades brasileiras e, portanto, mais populosas. Assim, a nossa análise leva em consideração a condição das principais e mais populosas cidades brasileiras, associando desse modo à lógica de seleção da federação a ser contemplada.

É importante deixar claro que os pontos que balizaram a escolha de uma federação são complementares e não poderiam ser avaliados de forma separada. A utilização dos referidos critérios para a escolha de alguma federação não teria outro motivo senão deixar manifesta a preocupação econômica com o principal certame nacional.

Quando os dirigentes da CBD justificaram a escolha das referidas federações – Minas Gerais, Ceará e Pernambuco – a partir da lógica de infraestrutura dos estádios e da capacidade de enchê-los tocaram em detalhes importantíssimos para entender que a razão econômica era preponderante, já que o público dos jogos se configurava como a principal forma de arrecadação dos clubes e também da confederação organizadora.

---

<sup>273</sup> “QUEM QUER IR A ERECHIM PARA VER UM JOGO?” In.: *Revista Placar* de 11 de Setembro de 1970. Pp. 32-33.

No início da década de 1970 a federação do Ceará tinha à disposição somente três estádios de futebol que comportassem jogos de tamanha relevância como do Campeonato Brasileiro de Futebol. São eles: o Estádio Presidente Vargas, construído em 1941 na cidade de Fortaleza, o Estádio Mauro Sampaio (Romeirão) construído em 1970 na cidade de Juazeiro do Norte e o Estádio Plácido Aderaldo Castelo (Juncão) construído em 1970 na cidade de Sobral.

O Estádio Presidente Vargas, inaugurado em 14 de setembro de 1941, construído na cidade de Fortaleza, tinha capacidade para pouco mais de 20 mil pessoas <sup>274</sup> e foi o maior estádio do estado até 1973 perdendo o posto para o Estádio Governador Plácido Castelo, vulgo Castelão <sup>275</sup>. O Estádio Presidente Vargas é de posse do município de Fortaleza, cidade mais populosa do estado do Ceará com a população de 872.702 <sup>276</sup> habitantes. A cidade de Fortaleza abriga as duas maiores torcidas do estado, as torcidas do Fortaleza Esporte Clube e do Ceará Sporting Club, os maiores campeões do Campeonato Cearense de Futebol.

O Estádio Mauro Sampaio, vulgo Romeirão, construído na cidade de Juazeiro do Norte, tinha a capacidade inicial para 15 mil torcedores e é de posse da Prefeitura de Juazeiro do Norte. O estádio foi construído em 1970 e nunca foi utilizado em jogos válidos pelo Campeonato Brasileiro de Futebol, mas foi relacionado por atender ao perfil solicitado pela CBD.

E, por fim, o Estádio Plácido Aderaldo Castelo, vulgo Juncão, construído também em 1970 com capacidade para um pouco mais de 10 mil torcedores, pertencia ao município de Sobral que era nesse período a segunda cidade mais populosa do Ceará.

Ademais, cabe ressaltar o retrospecto do Fortaleza Esporte Clube na extinta Taça Brasil, sendo por duas vezes vice-campeão do certame, ou seja, a Federação Cearense de Futebol além de ter a sua disposição estádios que poderiam comportar uma grande concentração de público, tinha também clubes dotados de perícia técnica dentro de seus quadros.

Em Pernambuco, os principais estádios foram construídos na década de 1930 e eram todos particulares: estádio Ademar da Costa Carvalho (Ilha do retiro), do Sport

---

<sup>274</sup> A capacidade do referido estádio corresponde ao ano de 1970. Levantamento efetuado através de matérias jornalísticas da Revista *Placar*. Oscilando a capacidade máxima do estádio entre 20.000 e 20.268 pessoas.

<sup>275</sup> É justo salientarmos que o Estádio do Castelão esteve em construção de 1969 até 1973. O referido estádio foi construído na cidade de Fortaleza, contudo era de posse do governo do estado do Ceará. No período estudado o estádio chegou a abrigar um público de 70 mil pessoas no jogo de sua estreia.

<sup>276</sup> Segundo o censo do IBGE. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>.

Club Recife; e estádio Eládio de Barros de Carvalho (Aflitos), do Clube Náutico Capibaribe. Os demais estádios de relevância, tais como: Cornélio de Barros (Salgueirão), da Prefeitura de Salgueiro; e José do Rego Maciel (Arrudão), do Santa Cruz Futebol Clube, estavam em construção nesse período e ambos só ficaram prontos em 1972. É válido lembrar o pacto entre Sistema Desportivo Nacional e os órgãos públicos, onde as instâncias estaduais e municipais se comprometiam com a construção de estádios e as agremiações com sua infraestrutura. Assim, pode ser observado que o referido pacto orientou, inclusive, a construção de estádios de futebol na década de 1970 em Pernambuco.

Tanto o estádio da Ilha do Retiro quanto o estádio dos Aflitos se localizam na capital de Pernambuco, Recife. Cidade de 1.084.459 habitantes em 1970, a mais populosa do Nordeste, superando inclusive Salvador. A cidade de Recife abriga as principais agremiações futebolísticas do estado: o Clube Náutico Capibaribe, o Sport Club do Recife e o Santa Cruz Futebol Clube. Os três clubes, até hoje, possuem as maiores torcidas do estado.

No que diz respeito ao desempenho técnico em um certame nacional, o Náutico foi a agremiação pernambucana que teve o melhor desempenho na Taça Brasil. De 1965 a 1968, o clube figurou entre segundo ou terceiro lugar<sup>277</sup>, chegando em quatro edições consecutivas, em pelo menos, na semifinal do certame.

Já em Minas Gerais, os principais estádios nesse período eram: o estádio Raimundo Sampaio (vulgo Independência) e o estádio Magalhães Pinto (vulgo Mineirão). Embora o estádio Independência seja de propriedade do América de Belo Horizonte, ele foi construído, *a priori*, em 1950 como propriedade do governo do estado de Minas Gerais. O estádio Magalhães Pinto, construído em 1965, também era propriedade do governo estadual. Ambos os estádios foram construídos na cidade de Belo Horizonte que tinha uma população de 1.255.415 habitantes segundo o censo de 1970— a terceira mais populosa do país ficando atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro - e sediava as principais agremiações do estado: América, Atlético e Cruzeiro.

O principal beneficiado com uma terceira vaga para a Federação Mineira de Futebol, o América, em 1971, havia montado um time competitivo para o campeonato mineiro. Quando a *Revista Placar* em 28 de Maio de 1971 afirmou que o América de

---

<sup>277</sup> Sendo terceiro colocado em 1965, 1966 e 1968. E vice-campeão em 1967. Além do Náutico, o Sport e o Santa Cruz, tiveram importantes nos anos de 1960, 1961 e 1962. Quando, respectivamente, Santa Cruz, Náutico e Sport, ocuparam os quartos lugares de cada uma daquelas edições. Contudo, no Torneio Roberto Gomes Pedrosa, os clubes pernambucanos não tiveram tanto êxito.



Belo Horizonte disputaria o Campeonato Brasileiro de Futebol <sup>278</sup>, alguns trabalhos acadêmicos interpretaram o acontecimento como uma espécie de benesse que o América estaria recebendo em troca de favores políticos. Contudo, essas interpretações não levaram em consideração a campanha que aquela agremiação realizou. Em 1971, o América foi campeão invicto e com o artilheiro do campeonato, Jair Bala. E em maio, quando a notícia confirmava a presença do América no Campeonato Brasileiro de Futebol, o mesmo já estava garantido entre os três primeiros colocados do campeonato mineiro, liderando em renda e em pontos <sup>279</sup>. E os únicos clubes que poderiam ultrapassar o América naquele momento eram seus rivais da capital, Atlético e Cruzeiro, - tanto na tabela quanto em renda -, mas ainda assim já estava garantido entre os três melhores classificados. O que a notícia fazia era confirmar a presença do América-MG no Campeonato Brasileiro de Futebol, porque esta agremiação havia conquistado antecipadamente sua vaga no certame.

Por isso insisto em avaliar os critérios estipulados pelos certames, pois dessa forma estamos menos propensos a cometer imprecisões e confabulações que não se sustentam. A forma pela qual o futebol brasileiro se relacionava com a ditadura militar brasileira, durante o recorte trabalhado, se daria através de outra forma e não através de trocas objetivas de favores ou imposição arbitrária de personagens políticos influentes. Acredito que essa relação é dada de uma forma menos “visível”, materializada nas relações institucionais entre as organizações do Sistema Desportivo Nacional (órgãos de caráter privado) e os órgãos públicos.

Se ficarmos atentos às características dos estádios supracitados, será possível notar que os principais estádios de Minas Gerais eram estaduais e os principais estádios do estado do Ceará eram municipais. Assim, é importante ressaltar o alinhamento anteriormente assinalado: os estádios construídos na segunda metade da década de 1960 até a primeira metade da década 1970 eram geralmente frutos do alinhamento promovido entre os governos federal, estaduais, municipais e Sistema Desportivo Nacional, sendo os governos estaduais e municipais os principais responsáveis pela construção de estádios. Assim, observando o que foi assinalado no primeiro capítulo, é

---

<sup>278</sup> “A PRIMEIRA GRANDE GUERRA”. In. *Revista Placar*. 28 de Maio de 1971. Pp. 14-15.

<sup>279</sup> Justiça seja feita, o time principal do Cruzeiro excursionava enquanto se disputava o campeonato mineiro. Além disso, o América se situava – como até hoje – em uma espécie de limbo no futebol mineiro: sendo relativamente fraco contra os concorrentes da capital (Cruzeiro e Atlético) - principalmente no que diz respeito a capacidade de mobilização de público - porém, era muito mais forte e organizado contra os concorrentes do restante do estado.

possível notar que no Ceará as municipalidades eram os principais responsáveis pela construção de estádios de futebol e em Minas Gerais, o responsável seria o governo estadual.

No que diz respeito ao binômio “estádio de futebol x contingente populacional”, este último não apresentava tanta coerência a não ser que se possa traduzir o termo “contingente populacional” por “clubes com capacidade de mobilização popular”. E teria mais coerência com o histórico do Torneio Roberto Gomes Pedrosa que privilegiava suas características de rentabilidade. De tal modo, diante das informações reunidas, é possível perceber que as federações selecionadas tinham estrutura técnica e financeira para atender as prerrogativas do Campeonato Brasileiro de Futebol. Prerrogativas que não eram diferentes das do Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Assim, é possível observar no Campeonato Brasileiro de Futebol características de continuidade do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, no que diz respeito: primeiramente, “ao binômio critério técnico x potencial financeiro”, sendo este último materializado na capacidade de encher o estádio; e, em segundo lugar, na característica do certame em continuar servindo ao projeto de poder de João Havelange à frente da CBD.

Seguindo o fio condutor desta pesquisa em explicar os projetos políticos por trás do futebol brasileiro, principalmente no que diz respeito a identificar qual era a instituição responsável pelos projetos futebolísticos no cenário esportivo brasileiro, começa-se, então, finalmente a tomar forma que a CBD teria sido a principal responsável na condução desses projetos.

Ademais, tentei apresentar que isso foi possível em função de três motivos principais: a vinculação institucional entre a CBD e o poder público, dando em alguns momentos sustentação para Havelange; a ampla rede costurada por João Havelange reunindo em torno de si diferentes personalidades e personagens de aportes políticos; e a grande perícia do ex-presidente da CBD em lidar com as adversidades políticas à frente do órgão representado.

O vínculo institucional mencionado faz referência à submissão do Sistema Desportivo Nacional ao Conselho Nacional de Desportos (CND), um órgão federal. E essa configuração incumbiu a CBD de ser o órgão responsável por gerir e executar os projetos relacionados ao futebol brasileiro. Assim, quando os desfechos dos projetos

não traziam retornos satisfatórios não era incomum que o Legislativo nacional elaborasse CPIs, ou exigisse transparência da CBD.

Ademais, no decorrer deste capítulo foi mencionado que a derrota do selecionado brasileiro na Copa de 1966 motivou pedidos de CPI. Essas medidas do Legislativo nacional servem para demonstrar que o futebol era visto amplamente como algo de domínio público e a vinculação institucional da CBD era um fator preponderante. Contudo, as fronteiras entre público e privado eram frequentemente evocadas, por parte dos órgãos privados de gestão esportiva. Principalmente quando os membros dirigentes sentiam seus interesses ameaçados. Logo, o futebol nesse período caracterizava-se por uma zona mista, permeada pelas duas naturezas, públicas e privadas.

A vinculação institucional, contudo, não servia somente para pressionar a CBD quanto aos resultados da seleção nacional, ou exigir transparência administrativa. A vinculação institucional foi a grande responsável por João Havelange conseguir conduzir suas manobras administrativas e implantar seu esquema de poder no futebol nacional.

As medidas estratégicas de João Havelange no Sistema Desportivo Oficial, tal como o golpe proferido contra as federações carioca e paulista de futebol na encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, escorava-se no aval do Conselho Nacional de Desportos. O aval do CND não era item acessório, o parecer do órgão máximo do desporto brasileiro dava legitimidade à manobra. Ademais, o estreitamento entre esses dois órgãos, com a repetição de personagens nos dois quadros de funcionários, facilitou a CBD a colocar em execução seu projeto de poder para o futebol brasileiro.

## CONCLUSÃO - Apontou o centro de campo...

A escalada da CBD, desde a sua crise deflagrada com a derrota na Copa do Mundo em 1966 até o seu empoderamento como principal órgão responsável pela elaboração dos projetos futebolísticos, não se deu de forma isolada. Para explicar o referido processo, recorri às formas de relacionamentos e costuras políticas realizadas no período. Assim, no decorrer deste trabalho tentei apresentar uma perspectiva de que os governos militares entre 1966 e 1971 não realizaram um planejamento voltado especificamente para o futebol brasileiro, mas para toda a esfera esportiva delegando a elaboração de projetos para cada modalidade às instituições esportivas competentes. Logo, a CBD foi incumbida da responsabilidade de elaborar e gerir os projetos políticos para o futebol brasileiro, sob a tutela do CND, órgão público federal que visava regular o campo esportivo. Dessa forma, o eixo central deste trabalho identificou os órgãos responsáveis pela elaboração dos projetos políticos para o futebol brasileiro, lidando com as formas pelas quais o CND e a CBD – dotados de natureza distinta – relacionavam-se na condução do desporto brasileiro.

Uma das características deste trabalho é a observação das dinâmicas relacionais dos órgãos supracitados desenvolvidas no bojo dos governos militares. Mais precisamente a forma pela qual os governos militares e o CND se relacionaram com as instituições privadas de gerência esportiva. Este trabalho pensou a ditadura militar brasileira abrindo mão da prerrogativa de que existe uma divisão bem delimitada entre civis e militares. E é dessa forma que este trabalho interpreta a relação entre o futebol brasileiro e a ditadura militar, abrindo mão dessa perspectiva de que há uma divisão bem delimitada no interior da sociedade. Mais do que isso. Este trabalho apresentou lateralmente a relação dos militares com os dirigentes responsáveis na condução do esporte nacional, às vezes unindo essas duas características, que não se contrapõem, na figura de uma só pessoa.

Quando Carlos Fico diz que os clubes de futebol eram frequentados por militares <sup>280</sup>, não significa que aqueles militares representavam um corpo estranho ao clube, ou que os clubes excepcionalmente passaram a ser frequentados por aqueles.

---

<sup>280</sup> MEMÓRIAS do chumbo: futebol no tempo do condor. Episódio: Brasil. Direção: Lúcio de Castro. ESPN Brasil. 2013. (50 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cViE1fZ3tzA>. Consultado pela última vez: 27/01/2017.

Como foi observado no decorrer deste trabalho, os militares responsáveis pelos órgãos públicos de gerência esportiva tinham histórico no quadro de associados de alguma agremiação esportiva - bem como poderia haver, e havia, militares que faziam parte do quadro de associados de algum clube por questões de lazer, como exemplo citei o caso de João Dutra de Castilho.

Nesse sentido, é possível pensar analogamente na divisão, também falaciosa, de que as instituições de organização civis não se relacionavam com as repartições públicas. Mais precisamente de que o futebol e política não se misturavam. Afinal, a relação entre essas organizações já era firmada desde 1941, quando um órgão de origem privada, a CBD, era submetido a um órgão público federal: o CND. Apesar disso, a crença de que o esporte não deveria ser misturado com política era uma ideia amplamente difundida pelos meios de comunicação de massa, tomo como exemplo uma coluna de Armando Nogueira publicada em 1968<sup>281</sup>.

A ideia segundo a qual política e esporte são esferas distintas e não relacionáveis não era de criação do regime e tampouco de Havelange, mas ambos se beneficiavam dessa crença: a ditadura, por delegar os projetos políticos do futebol brasileiro à CBD; Havelange, por garantir ampla dominação política no campo futebolístico.

Além disso, creio cada vez menos em uma relação de apropriação entre ditadura militar e o futebol brasileiro - salvo exceção de apropriação de capital simbólico<sup>282</sup>. E sou levado a rechaçar gradativamente a configuração de uma relação de submissão entre essas instâncias, sob a hipótese de pensar que o governo militar se estruturou somente através da coerção.

Assim, quando o coronel Erick Tinoco Marques, presidente do DDEF, enviou uma mensagem conclamatória à união de forças nos diferentes setores de atividade do país, no livro *Milhões no esporte do Brasil*, tornou patente a forma pela qual os órgãos esportivos dos governos militares – DDEF e CND - se relacionavam com a CBD.

---

<sup>281</sup> NOGUEIRA, Armando. COLUNA NA GRANDE ÁREA. . In.: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 01 de Setembro de 1968. 1º caderno. P. 47. Armando Nogueira dedica a coluna a exaltar o espírito olímpico e a condenar a invasão da URSS à Tchecoslováquia. Armando Nogueira acredita que a punição à delegação da URSS - ser excluída dos jogos olímpicos - foi algo exagerado e que o esporte não deveria ser "confundido" com as questões políticas em razão dos seus benefícios de sociabilização. Armando Nogueira também realiza um paralelo condenando a "invasão" armada promovida na Universidade de Brasília.

<sup>282</sup> Cf.: AGOSTINO, Gilberto. *Aquela corrente pra frente*. In: Revista Nossa História. Ano2/ nº14. Dezembro, 2004. Do mesmo autor, *Vencer ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad. 2002. COUTO, Euclides de Freitas. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Rio de Janeiro: editora da UFF. 2014.

“Assim, a área da educação física, dos desportos e da recreação não poderia apresentar outro quadro: a iniciativa particular e a ação governamental se complementam mutuamente, na mesma direção e no mesmo ritmo”<sup>283</sup>.

Desse modo, pensando na ação complementar entre essas instâncias atingem-se duas desconstruções possíveis: de que houve isolamento ou qualquer forma de distanciamento entre essas instâncias, já que as mesmas trabalharam juntas, e de que as organizações futebolísticas teriam sido apropriadas pelos governos militares.

Logo, este trabalho se debruçou na relação dos governos militares com o futebol, brasileiro pensando no vínculo institucional e no pacto existente entre CND e CBD, em que os governos militares não foram os responsáveis pelos projetos para o futebol brasileiro, mas seus principais financiadores.

Como mencionado no primeiro capítulo, o pacto firmado entre o governo federal - através do MEC e seus órgãos competentes (CND e DDEF) - os governos estaduais, municipais e os clubes de futebol com o objetivo de aparatar o Brasil com o complexo esportivo mais completo da América Latina, delegava funções a cada uma das instâncias. O governo federal alçava planejamentos de incentivo à prática esportiva e financiava infraestruturas variadas. Os estados e municípios, motivados em favorecer o esporte mais popular, privilegiavam a construção de estádios de futebol. E os clubes do Sistema Desportivo Nacional, geralmente, construía infraestruturas multiesportiva, afinal, os clubes eram observados como os responsáveis diretos no fortalecimento dos certames nacionais e deveriam, então, aparatar-se dos mais diversos equipamentos e estruturas esportivas.

O CND sofreu alterações de modo que pudesse se tornar um órgão mais completo, adquirindo o poder de realizar subvenções, com a Loteria Esportiva, e especializada na área no desporto profissional, passando as atividades de caráter amador e recreativo para o DDEF. A composição do conselho, por sua vez, ao longo do período estudado, era arranjada com grande parcela de advogados especializados em direito esportivo, conferindo o caráter jurisprudente acentuado que o órgão se enxergava. Além disso, grande parcela desses conselheiros era oriunda do quadro de associados de alguma agremiação esportiva cuja modalidade principal era o futebol.

Por fim, a observação de que personagens atuantes no Conselho Nacional de Desporto acumulando cargos na Confederação Brasileira de Desportos como Valed

---

<sup>283</sup> MILHÕES *No Esporte Do Brasil*. Confederação Brasileira de Desportos. 1974. P. 03.

Perry, Carlos Osório, Abílio de Almeida e Rubem Moreira, por exemplo, estreitavam os laços entre esses órgãos e proporcionava a defesa mútua de seus interesses – tal como ocorreu, quando João Havelange saiu em defesa de Rubem Moreira, presidente da Federação Pernambucana de Futebol, na denúncia de doping contra a federação e quando o CND deu celeridade ao processo de Havelange contra Otávio Pinto Guimarães no caso das críticas e condenações direcionadas ao primeiro. Além disso, o referido estreitamento promovia o controle do processo de formação de diretrizes para o futebol nacional, na CBD, com o referendo do CND - tal como encampação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, a reformulação do Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, a criação do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Assim, os projetos implantados no futebol brasileiro eram produtos dos dirigentes futebolísticos que ocupavam posições chave no CND e na CBD, os quais detinham canais adequados para a predominância dos seus interesses. Desse modo, a elaboração dos projetos para o futebol brasileiro era gestada no interior da CBD e dos órgãos competentes a ela submetidos, enquanto o CND promovia as garantias necessárias para autorização e implantação desses projetos.

**... Fim de papo.**

## ANEXOS

## ANEXO I

Nome do Estádio	Cidade	Ano de Construção	Propriedade
Estádio Lomanto Junior (Lomantão)	Vitória da Conquista – BA	1966	Municipal
Estádio Bento de Abreu Souza Vidal (Abreuzão)	Marília - SP	1967	Municipal
Estádio Santa Cruz	Ribeirão Preto - SP	1968	Privado
Estádio Rei Pelé (Trapichão)	Maceió - AL	1968	Estadual
Estádio da Vila Euclides	São Bernardo do Campo – SP	1968	Municipal <sup>284</sup>
Estádio Beira Rio	Porto Alegre - RS	1968	Privado
Estádio Lourival Baptista (Batistão)	Aracaju - SE	1969	Estadual
Estádio Vermelhão da Serra	Passo Fundo - RS	1969	Privado
Estádio Olímpico Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970	Privado <sup>285</sup>
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970	Municipal
José Lancha Filho (Lanchão)	Franca-SP	1970	Municipal
Estádio Vivaldo Lima (Vivaldão)	Manaus-AM	1970	Estadual
Mauro Castelo Branco Sampaio (Romeirão)	Juazeiro do Norte-CE	1970	Municipal
Estádio Pedro Pedrossian (Moreirão)	Campo Grande-MS	1971	Federal
Presidente Médici	Itabaiana-SE	1971	Estadual
José Rego Maciel (Arrudão)	Recife-PE	1972	Privado <sup>286</sup>
Estádio Adauto Moraes (Adautão)	Juazeiro-BA	1972	Municipal

<sup>284</sup> O estádio hoje chama-se Estádio Primeiro de Maio, vulgo Primeirão.

<sup>285</sup> A construção do Estádio Olímpico Colosso da Lagoa é cercada de uma história interessante. O estádio foi construído para atender uma capacidade de 45 mil pessoas, contudo a própria cidade de Erechim possuía uma população menor que a capacidade total do estádio – 30 mil pessoas. O modesto Ypiranga de Erechim, proprietário do estádio, era um clube novo quando a construção do estádio foi concluída, somente cinco anos de futebol profissional. O estádio, avaliado em Cr\$ 4 milhões, custou mais caro do que o viaduto da cidade, a praça principal e o prédio da prefeitura juntos, segundo matéria da *Revista Placar* de 11 de Setembro de 1970.

<sup>286</sup> Embora sob a denominação de privado, o Estádio José Rego Maciel teve sua construção iniciada em 1954, mas só pode ser concluída em 1972 em função do financiamento estadual para prosseguimento e conclusão da obra.



João Guido (Uberabão)	Uberaba-MG	1972	Municipal
Humberto de Alencar Castelo Branco (Castelão) <sup>287</sup>	Natal-RN	1972	Municipal
Estádio Luiz Viana Filho (Itabunão)	Itabuna-BA	1973	Municipal
Governador Alberto Silva (Albertão)	Teresina-PI	1973	Estadual
Governador Plácido Aderaldo Castelo (Castelão)	Fortaleza-CE	1973	Estadual
Estádio Nacional Mané Garrincha	Brasília-DF	1974	Estadual
José Américo de Almeida Filho (Almeidão)	João Pessoa-PB	1975	Estadual
Ernani Sátiro (Amigão)	Campina Grande-PB	1975	Estadual
Serra Dourada	Goiânia-GO	1975	Estadual
Estádio José Fragelli (Verdão) <sup>288</sup>	Cuiabá-MT	1976	Estadual
Índio Condá	Chapecó-SC	1976	Municipal
Estádio Jacy Scaff (do Café)	Londrina-PR	1976	Municipal
Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK)	Itumbiara-GO	1976	Municipal
Valmir Campelo Bezerra (Bezerrão)	Gama-DF	1977	Municipal
Décio Vitta (Rio Brancão)	Americana-SP	1977	Municipal
Major José Levy Sobrinho (Limeirão)	Limeira-SP	1977	Municipal
Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão)	Belém-PA	1978	Estadual
Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978	Municipal
Elmo Serejo Farias (Serejão/Boca do Jacaré)	Taguatinga-DF	1978	Municipal
Roberto Santos (Pituaçu)	Salvador-BA	1979	Estadual

<sup>287</sup> Posteriormente o estádio foi rebatizado para Estádio João Cláudio de Vasconcelos Machado (Machadão). O estádio começou a ser construído em 1968 e foi parcialmente concluído em 1972 para receber a Taça Independência e totalmente concluído em 1974. O estádio foi demolido em 2011 para dar lugar à Arena das Dunas para a Copa do Mundo de 2014.

<sup>288</sup> O Estádio José Fragelli foi demolido em 2010 para dar lugar à Arena Pantanal para a Copa do Mundo de 2014.

## ANEXO II

**LOTERIA ESPORTIVA**  
VOLANTE — CONCURSO TESTE N.º 18 — 3 e 4/10/70  
**PREÇO DE CADA APOSTA CR\$ 1,00**  
ATENÇÃO: É OBRIGATORIO  
1) Aposta dupla 2) Palpite em todos os jogos  
"Confira seu cartão, para evitar que seja invalidado"

Nome: .....

Enderêço: .....

CLUBE		EMPATE	CLUBE	
1		X		2
1 Chile		X		1 Brasil (Internacional)
2 Flamengo		X		2 Vasco (Robertão)
3 Fluminense		X		3 Cruzeiro (Robertão)
4 Palmeiras		X		4 América (Robertão)
5 Atlético Mineiro		X		5 Corinthians (Robertão)
6 Internacional		X		6 Atlético PR. (Robertão)
7 Santa Cruz		X		7 P. Preta (Robertão)
8 Bahia		X		8 São Paulo (Robertão)
9 Caxias		X		9 Hercílio Luz (SC)
10 Vitória		X		10 Estr. do Norte (ES)
11 Niterói		X		11 Petrópolis (RJ)
12 Mixto E. C.		X		12 Dom Bosco (MT)
13 Paissandu		X		13 Remo (PA)

NÚMERO DE APOSTAS \_\_\_\_\_ PREÇO A PAGAR CR\$ \_\_\_\_\_

	1	X	2	Prognóstico	
				Duplo	Triplo
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10	18				
11					
12					
13					

O apostador deveria preencher as colunas dos jogos com os seus palpites. A marcação da coluna da esquerda significava vitória do time da casa, a coluna do meio significa empate e a coluna da direita significava vitória do time visitante. Caso o apostador julgasse difícil cravar o resultado em um jogo simples, ainda poderia recorrer em dar um palpite duplo (pagando Cr\$ 2,00 por cada marcação suplementar) ou triplo (pagando Cr\$ 3,00 por cada marcação suplementar) – sendo relevante salientar que as marcações suplementares não se somam para dar o valor final da aposta, se multiplicam. Então, se um jogador quisesse fazer uma marcação dupla e uma tripla o jogo custaria Cr\$ 6,00.

**Fontes:**

BRASIL. *Política Nacional de Educação Física e Desporto*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação. 1976.

COSTA, Lamartine Pereira Da. *Diagnóstico de educação física/ desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1971.

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Discurso de posse diretor Divisão de Educação Física. 12 de Maio de 1967. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/discurso-posse-diretoria-ded-mec-dia-12-maio-1967/>

*MANIFESTO Mundial da Educação Física*. 1971. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/manifesto-mundial-educacao-fisica-1970/>.

*MILHÕES No Esporte Do Brasil*. Confederação Brasileira de Desportos. 1974

Revista Placar – Fevereiro de 1970 a Fevereiro de 1971

Jornal do Brasil – Fevereiro de 1966 a Fevereiro de 1971

**Bibliografia:**

ABREU, Alzira Alves de. *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad. 2002.

\_\_\_\_\_. *Aquela corrente pra frente*. In: Revista Nossa História. Ano2/ nº14. Dezembro, 2004.

ASSAF, Roberto. *História Completa do Campeonato Brasileiro: A glória dos campeões*. Rio de Janeiro: Areté Editorial. 2008.

ASSAF, Roberto; MARTINS, Clovis. *História dos campeonatos cariocas de futebol – 1906/2010*. Rio de Janeiro: Maquinaria. 2010.

ASSIS, Renata Machado de. *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

BURLAMAQUI, Luis Guilherme. *A outra razão: os presidentes de futebol entre práticas e representações*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) na obtenção do grau de Mestre. Niterói. 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Brasileiro 1964-1985*. Tese apresentada ao programa de História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção de grau de doutor em História. 2012.

CASTRO, Antonio Barros de. & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. São Paulo: Paz e Terra. 2004. P.47

CHAIM, Aníbal Martinot, *A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre. Universidade de São Paulo. 2014.

COUTINHO, Luciano. *Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980*. Revista de Economia Política. v.1, n.1. São Paulo. Pp.77-100.

COUTO, Euclides de Freitas. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Rio de Janeiro: editora da UFF. 2014.

DRUMOND, Maurício. *Nações em jogo. Esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri. 2010. Edição Digital.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001

FLORENZANO, José Paulo. *A Democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP; EDUC. 2010.

FRANCISCHINI, Sandro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a esportificação do futebol profissional (1971-1979)*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre. Universidade Federal de São Carlos. 2006.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol*. São Paulo: Nova Alexandria. 2010.

JÚNIOR, Hilário Franco. *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo. 2012

LICHT, Henrique Felipe Bonnet. *Henrique Licht I (depoimento 2002)*. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS. 2003.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *Políticas públicas para a educação física escolar no Brasil: uma só representação?* Revista Perspectiva. Florianópolis. V. 21, nº 01. Pp. 151-178. Jan./Jun.

\_\_\_\_\_. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. Tese apresentada ao programa de pós graduação em História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. 2001.

\_\_\_\_\_. *Educação Física e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevedo. *Esporte Para Todos: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985)*. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História. 2014.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

PERRY, Valed. *Comentários à Legislação Desportiva Brasileira*. Brasília: S. editora. 1965.

RODRIGUES, Ernesto. *Jogo Duro: a história de João Havelange*. Rio de Janeiro: Record. 2007.

SANTIAGO JUNIOR, José Renato Sátiro. *Os arquivos dos campeonatos brasileiros*. São Paulo: Panda Books. 2006.

SANTOS, Daniel Araujo dos. *Futebol e Política: A criação do campeonato Nacional de Clubes e Futebol*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre. CPDOC -FGV. 2012

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A História Institucional da CBF*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Futebol. 2006.

SAVIANI, Dermeval. *O Legado Educacional do Regime Militar*. Caderno Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

TEIXEIRA, Sérgio. *O lazer e a recreação na revista brasileira de educação física e desportos como dispositivos educacionais (1968-1984)*. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. 2008.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2012.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.2. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2012.

**Legislação:**

BRASIL. Decreto-lei nº 527, de Julho de 1938. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-527-1-julho-1938-358395-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto-Lei nº 693, de 15 de setembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-693-15-setembro-1938-350914-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.500, de Agosto de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1500-9-agosto-1939-411367-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Lei 7.674 de 25 de Junho de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7674-25-junho-1945-449991-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 66.118 de 26 de Janeiro de 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D66118.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66118.htm).

BRASIL. Decreto-lei nº 66.303, de 06 de Março de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66303-6-marco-1970-407696-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Lei 6.251 de 8 de Outubro de 1975. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251impressao.htm) Consultado pela última vez em 09/09/15.

**Documentários:**

MEMÓRIAS do chumbo: futebol no tempo do condor. Direção: Lúcio de Castro. ESPN Brasil. 2013. (50 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cViE1fZ3tzA>.

PASSE Livre – Documentário Sobre a História do Futebol Brasileiro e Afonsinho. Oswaldo Caldeira. Cinemateca brasileira. Oswaldo Caldeira. 1974. (73 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=owsb6bSJ42s&t=2849s>